JÉSSICA PAIVA FRANÇA

Espaços públicos de lazer e cidade

Desdobramentos em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e história da arquitetura e urbanismo.

Orientação: Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

São Carlos
2018

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF837e França, Jéssika
Espaços públicos de lazer e cidade Desdobramentos
em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia / Jéssika
França; orientador Manoel Rodrigues Alves. -- São
Carlos, 2018.
362 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo) -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2018.

1. Espaço público de lazer. 2. Cidade. 3. Orla
Portal da Amazônia. 4. Empresariamento. 5. Belém do
Pará. I. Rodrigues Alves, Manoel , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jéssika Paiva França

Espaços públicos de lazer e cidade

Desdobramentos em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: 01/12/2017

Julgamento

Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves (Orientador)

Instituição: IAU/USP

Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade

Instituição: IAU/USP

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Pontes

Instituição: FAU/UFPA

Prof. Dr. Júlio Ernesto Arroyo

Instituição: FADU/UNL

Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

Instituição: FFLCH/USP

Coordenadora e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek.

FOLHA DE JULGAMENTO

Conceito Final: APROVADA

Candidato(a): Jéssika Paiva França

Título da tese: "Espaços públicos de lazer e cidade: Desdobramentos em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia"

Data da defesa: 01/12/2017

Orientador: Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves
(IAU/USP)

Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade
(IAU/USP)

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte
(FAU/UFPA)

Prof. Dr. Julio Ernesto Arroyo
(FADU/UNL)

Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz
(FFLCH/USP)

Resultado:

Aprovada

aprovada

APROVADA

pp. Aprovada

Aprovada

Coordenadora e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Miguel Nazareno e Maria das Graças, por todo o esforço dedicado à minha formação educativa, sempre me poupando de início prematuro no mercado de trabalho, sem antes concluir o curso de graduação. O mesmo posso dizer dos meus irmãos, Héríka e Mauricio, que entenderam minhas noites em claro, sempre me dando suporte, orações e me substituindo nos eventos familiares. Aos meus tios sempre próximos, comemorando cada progresso, Jurema, Paulo, Mário, Armando, Helena, Lúcia, Jacyrema e Conceição.

Ao prof. Manoel Rodrigues Alves, que mesmo sem me conhecer, acreditou na relevância da minha proposta investigativa e no meu comprometimento e dedicação a este doutoramento. Obrigada por todo o conhecimento compartilhado e revisões minuciosas sobre a minha produção escrita. Agradeço também por não me deixar permanecer em zona de conforto, me auxiliando na desconstrução de velhos paradigmas. Certamente, carregarei, ao longo da vida, um pouco de seus ensinamentos.

À Universidade Federal do Pará e à Faculdade de Turismo, por todo o incentivo dedicado à construção de minha carreira docente. Especialmente aos meus amigos de trabalho, que no decorrer de quatro longos anos de doutoramento, foram extremamente compreensíveis quanto às minhas necessidades de liberação para estudos fora da cidade. Mesmo diante do déficit no quadro de professores, em nenhum momento questionaram a minha liberação. Obrigada Paulo Pinto, Silvia Cruz, José Lúcio Bentes, Helena Dóris, Diana Nobre, Raul Ivan, Eduardo Gomes, Darcy Flexa, Vânia Quadros, Álvaro Santos, Marlúcio Mareco, Marilsa Ewerton, Gisele Castro, Leila Gurjão e Fabrício Mendes. Muitos nomes citados nesta lista foram meus professores durante a graduação em turismo e contribuíram para que a minha compreensão sobre o lazer e entretenimento ultrapasse os limites da ênfase econômica, alcançando a construção de um olhar mais crítico, social e cultural. Agradeço especialmente a Silvia Helena Cruz e Paulo Moreira Pinto, por todo o tempo doado às revisões dos meus trabalhos, quando ainda era aluna da graduação. Muitos artigos e projetos foram corrigidos, dúvidas esclarecidas e incentivos na iniciação da docência.

À Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, por ter pensado, por meio do edital Prodoutoral, nas condições adversas enfrentadas pela classe docente, durante o processo de doutoramento. Certamente, a bolsa ofertada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi de grande importância para a conclusão deste processo.

Tive a oportunidade de realizar um intercâmbio na cidade de Santa Fé – Argentina, viabilizado pela instituição financeira Santander, por meio do edital USP/PRPG/2014, fruto de um convênio celebrado entre o Programa Santander de Mobilidade Internacional e a Universidade de São Paulo. O estágio objetivou favorecer o olhar sobre a questão do urbanismo e o papel do espaço público na cidade contemporânea. Agradeço a esta instituição financeira e à Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fé, pela receptividade e credibilidade em minha pesquisa. Ao Prof. Júlio Arroyo, pelo acompanhamento durante o estágio, que considero de grande valia para a construção de um novo olhar sobre a cidade, e os seus processos contemporâneos. Obrigada por toda a atenção e conhecimento compartilhado com tanta humildade.

Ao Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC), por favorecer encontros, compartilhamento de experiências investigativas, por meio de discussões em grupo em torno de questões pertinentes à cidade contemporânea. Meu agradecimento é destinado a cada um de seus integrantes, em especial à Profa. Cibele Rizek e aos pesquisadores que mais tive contato, Andrei Zaiatz, Bianca Habib, Elaine Saraiva, Máisa Fonseca, Máira Daitx, Marília Sé e Thaís Rosa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pelo acolhimento, auxílio e prontidão nas solicitações burocráticas

Aos Pesquisadores da UFPA que se prontificaram a colaborar com entrevistas, Saint-Clair Trindade Junior, Sandra Cruz e Mirleide Chaar Bahia. Agradeço especialmente ao Prof. Juliano Ximenes, por compartilhar o seu rico conhecimento sobre a cidade. A riqueza de suas pesquisas, somada à sua atitude colaborativa, me serviram de inspiração.

À Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana – CODEM, onde estive diversas vezes, em busca de informações cartográficas. Em todas as vezes, fui bem recebida e atendida pelos funcionários. À Secretaria de Urbanismo – SEURB e à Secretaria de Habitação - SEHAB, pelas informações disponibilizadas e entrevistas concedidas.

Aos amigos antigos que fiz durante a graduação e pós-graduação, Márcia Bevone, Laudelino Batista, Último Augusto, pelos trabalhos em grupo que realizamos, publicações de artigos em coautoria e pelas experiências de vida compartilhadas. Sempre lembrarei de todo o apoio recebido de Mônica Martins, me auxiliando em algumas decisões pessoais e ingresso neste doutorado.

Aos amigos de São Carlos, Renata, Lorena, Washington, Mena, Silvia, Mariana, Andreia e Amanda.

Ao Vitor Souza, por todo o apoio e carinho durante o último ano de doutoramento, considerado o período mais complexo.

Aos moradores da Orla Portal da Amazônia, que abriram as portas de suas residências, dedicando tempo e atenção a esta investigação. Agradeço igualmente a todos os entrevistados.

Ao Hugo Ferreira, por realizar tão bem os meus esboços cartográficos e Roseany Caxias pela dedicação na correção textual.

A todos os meus ex-alunos, que demonstraram interesse em minhas discussões sobre o tema lazer, cidade e direito social. Cada encontro com vocês alimentou em mim o desejo pela efetivação desta pesquisa.

Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornar-se adequada à aparição pública.

Hanna Arendt (2007, p.59)

RESUMO

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Espaços públicos de lazer e cidade: Desdobramentos em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia.** 2018, 367 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

Nesta tese, a Orla Portal da Amazônia foi investigada em sua relação com a produção urbana da cidade de Belém-PA, objetivando compreendê-la por meio de diversos olhares: frequentadores; moradores da área; população de Belém; representantes do Estado; e pesquisadores. A metodologia utilizada envolveu pesquisa bibliográfica, documental e empírica, seguindo uma abordagem qualiquantitativa. Dentre os principais resultados obtidos, afirma-se que a nova Orla foi construída como parte de uma estratégia urbana do poder público local, de mercantilização da cidade e busca por novas centralidades espaciais e econômicas. As melhorias na Infraestrutura básica, não foram destinadas aos seus antigos moradores, uma vez que a Prefeitura lhes ofereceu a oportunidade de migração permanente a outros conjuntos habitacionais distantes da Orla. Hoje, é *lócus* disputa envolvendo Estado, sociedade e iniciativa privada, que divergem quanto aos interesses em torno da área e do que nela será construído. A população que foi remanejada e aguarda há quase uma década pelo recebimento de nova residência resiste em permanecer às proximidades da Orla, alegando ter ali laços culturais, sociais e relações de trabalho. Esta resistência tem dificultado a concretização, tanto dos projetos do Estado, quanto da iniciativa privada, que visam a transformação da cidade de Belém em uma grande orla, que vai da Universidade Federal do Pará até o distrito de Icoaraci. No entanto, desde a inauguração da primeira etapa, no ano de 2012, o espaço vem conformando-se como *lócus* de lazer dos moradores da cidade, que o utilizam preferencialmente nos finais de semana, mas não exclusivamente. Nele, tem sido comum a frequência por pessoas de diferentes bairros e níveis sociais, que o compreendem como elemento importante ao embelezamento urbano e valorização da área. As críticas dos usuários do espaço foram direcionadas à falta de segurança, banheiros e áreas cobertas.

Palavras-chave: Espaço público de lazer. Cidade. Orla portal da Amazônia. Empresariamento. Belém.

ABSTRACT

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Public spaces of leisure and city: Developments in Belém-PA, the case of Orla Portal da Amazônia**. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

This study investigated the Orla Portal da Amazônia and its relation with the production of the city Belém/PA, starting from the understanding of elements present in the history of the local urban sprawl. It aimed to understand the public space of leisure, besides simple physical form, reaching its understanding as a locus of dispute involving State, society and private initiative. Issues pertinent to the entrepreneurship of the contemporary city are highlighted in the results obtained during the empirical research, revealing to be in accordance with the ideology propagated by the international capital. In this context, the entrepreneurship of the city of Belém shows itself as an unquestionable fact from the point of view of the local state. The understanding of the Orla Portal da Amazônia was sought through different points of view: goers; area residents; population of Belém; representatives of the State and researchers. The methodology involved bibliographical, documentary and empirical research, following a qualitative-quantitative approach. The existing theoretical contribution on public space served as a basis for the elaboration of a definition consistent with the research questions outlined in this thesis, presenting the **Public Space of Leisure** as: Physical-social space in the city, favorable to the encounter between different, who have as a common goal, to seek for pleasure. In this sense, it is considered in its analysis, besides the physical form, the wide possibilities of uses and symbolic meaning, the free access and the freedom of choice as to the sharing, or not, of experiences. They are socio-cultural spaces in which the architectural, landscape and environmental quality predominates, besides a certain vigilance. It is common that its users can enjoy free the physical infrastructure, such as the sports equipment and the programs offered. Among the main results obtained, it is affirmed that the new Orla was built as part of an urban strategy of the local state of mercantilization of city and search for new spatial and economic centralities. The improvements in basic infrastructure were not intended for their former residents, since the city hall offered them the opportunity of permanent migration to other housing complexes far from Orla. Today, there is a dispute involving State, society and private initiative, which diverge as to the interests around the area and what will be built in it. The population that was relocated and wait for almost a decade to get a new residence resists to remain near the Orla, claiming to have there cultural, social and labor relations. This resistance difficults the implemetation of both state and private projects to transform the city of Belém into a large orla, from the Universidad Federal do Pará to the district of Icoarací. However, since the inauguration of the first stage, in 2012, the space has been conforming as a locus of leisure for the city's residents, who use it preferably on weekends, but not

exclusively. In it, it has been common the frequency by people of different neighborhoods and social levels, that understand it as important element to the urban beautification and valorization of the area.

Keywords: Public Space of Leisure. City. Orla Portal da Amazônia. Entrepreneurship. Belém.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Delimitação dos municípios da Região Metropolitana de Belém	25
Mapa 2: Localização da área de estudo	27
Mapa 3: Início do processo de urbanização de Belém	67
Mapa 4: Primeiras ruas de Belém	70
Mapa 5: Primeiras igrejas e praças de Belém	71
Mapa 6: Belém nos fins do séc. XVII	73
Mapa 7: Plano geral de Belém, 1971	75
Mapa 8: Ocupação urbana de Belém	77
Mapa 9: Primeiras praças de Belém	81
Mapa 10: Redes de bondes em Belém	84
Mapa 11: Planta da cidade de Belém em 1899	92
Mapa 12: Espaços p. de lazer que receberam intervenções de Lemos	99
Mapa 13: Evolução histórica dos espaços de lazer com caráter privado	104
Mapa 14: Orlas norte, central e sul de Belém	107
Mapa 15: Áreas Públicas no Cinturão Institucional de Belém	113
Mapa 16: Extensão da antiga área Portuária	116
Mapa 17: Espaços Públicos na Orla Urbana de Belém	122
Mapa 18: Evolução histórica dos principais espaços públicos de lazer no município de Belém - PA	129
Mapa 19: Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN)	181
Mapa 20: Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova: Sub-bacias	184
Mapa 21: Sub-Bacia 1	185
Mapa 22: Planta baixa da Orla Portal da Amazônia	189
Mapa 23: Planta de reprogramação do projeto habitacional	191
Mapa 24: Conj. Habitacional (Rua O. C. Brito e rua dos Mundurucus)	192
Mapa 25: Área antes da Orla Portal da Amazônia	193

Mapa 26: Área antes e depois da Orla Portal da Amazônia	194
Mapa 27: Etapas da Obra – Orla Portal da Amazônia	195
Mapa 28: Integração da Orla ao Sistema Viário	196
Mapa 29: Área de influência Direta (AID) da Bacia H. da Estrada Nova	199
Mapa 30: Localização do Portal da Amazônia, em 2015	200
Mapa 31: Uso da edificação – Área do Portal da Amazônia em 2001	201
Mapa 32: Uso da edificação – Área do Portal da Amazônia, em 2015	202
Mapa 33: Ocupação Urbana ao Entorno do Portal da Amazônia (1998)	203
Mapa 34: Ocupação urbana no entorno do Portal da Amazônia (2015)	204
Mapa 35: Principais edificações na orla do município de Belém	207
Mapa 36: Pesquisa de campo junto aos moradores da Orla Portal	212
Mapa 37: Trechos em obra: asfaltamento e duplicação de ruas	214
Mapa 38: Espacialização do público frequente na Orla por bairro	230
Mapa 39: Distribuição da densidade de público na Orla Portal	244
Mapa 40: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 05:30 e 09:30 da manhã	246
Mapa 41: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 10:00 e 15:30	247
Mapa 42: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 16:00 e 22:00	248
Mapa 43: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 21:00 e 00:00	249
Mapa 44: Avenidas João Alfredo e Nazaré	259
Mapa 45: Espaços públicos eleitos pelos entrevistados, para fins de lazer	261
Mapa 46: Espaços Públicos de Lazer mais importantes na cidade, na visão dos entrevistados	263
Mapa 47: Distância da Orla ao Residencial Aluyzio Chaves	275

Mapa 48: Localização Conjunto Habitacional Antônio Vinagre em relação a Orla Portal	276
Mapa 49: Distância entre o conjunto hab. Viver Pratinha e a Orla Portal	278

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área de praças por década	133
Gráfico 2: Conformação de Espaços P. em Belém por século	134
Gráfico 3: Escolaridade	215
Gráfico 4: Renda familiar	216
Gráfico 5: Recebimento de indenização ou auxílios	216
Gráfico 6: Escolha da área para moradia	218
Gráfico 7: Interessados na compra da residência	219
Gráfico 8: Existência de consulta por parte da Prefeitura	220
Gráfico 9: Utilização da Orla	221
Gráfico 10: Tipo de habitação	222
Gráfico 11: Tempo em que habita no local	222
Gráfico 12: Bairro	229
Gráfico 13: Transporte	231
Gráfico 14: Frequência	232
Gráfico 15: Objetivo da visita ao espaço	233
Gráfico 16: Tipos de Lazer	233
Gráfico 17: Acesso	234
Gráfico 18: Infraestrutura	235
Gráfico 19: Principais Impactos no município de Belém	236
Gráfico 20: Pretensão de retorno	237
Gráfico 21: Segurança no espaço	238
Gráfico 22: Ocorrências de roubos	239
Gráfico 23: Melhorias no espaço	239
Gráfico 24: Construções próximas a Orla	242
Gráfico 25: Escolaridade	260

Gráfico 26: Espaços para fins de lazer	260
Gráfico 27: Espaço de lazer mais importante na cidade	262
Gráfico 28: Necessidades observadas nos espaços da cidade	264

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Jardim Botânico Rodrigues Alves	48
Foto 2: Atividades de lazer na Orla	57
Foto 3: Largo das Armas no Forte do Presépio	68
Foto 4: Praça Dom Pedro II	78
Foto 5: Praça da República em 1902	82
Foto 6: Igreja de Santo Alexandre (Antigo Convento dos Carmelitas)	88
Foto 7: Banquete dos Intendentes no Bosque R. Alves 1903	93
Foto 8: Cine Olympia, 1912	97
Foto 9: Ônibus Zepelin da viação triunfo, década de 1950	110
Foto 10: Área Portuária de Belém (à direita)	117
Foto 11: Estação das Docas	118
Foto 12: Espaços públicos de Orla em Belém	123
Foto 13: Quiosque e vista aérea da 1ª etapa da Orla	188
Foto 14: Via Urbana – Antes da Orla Portal da Amazônia	190
Foto 15: Ângulos da construção da 1ª etapa da Orla	198
Foto 16: Área pertencente a Orla Sul da cidade	205
Foto 17: Habitações próximas a Orla Portal da Amazônia	206
Foto 18: Conjunto habitacional concluído dentro Orla	206
Foto 19: Cadeirante na Orla Portal da Amazônia	251
Foto 20: Pista destinada à utilização de equipamentos de recreação	252
Foto 21: Atividades de lazer comuns na Orla	253
Foto 22: Jovens registrando os seus momentos de lazer	255
Foto 23: Vendedores ambulantes na Orla	256
Foto 24: Vistoria do MPF nas obras residenciais paralisadas	274
Foto 25: Conj. habitacional (Rua Oswaldo de Caldas Brito à esquerda e Mundurucus à direita)	280

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 CARACTERIZAÇÃO	24
CAPÍTULO I: REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE O LAZER NA SOCIEDADE	35
1.1 COMPREENDENDO O ÓCIO NAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS	36
1.2 QUANTO AO ENTENDIMENTO DAS CONCEPÇÕES DE LAZER	49
1.3 ASPECTOS PERTINENTES À RECREAÇÃO	58
CAPÍTULO II: CONFORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: ASPECTOS HISTÓRICOS EM BELÉM-PARÁ	64
2.1 O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA EVOLUÇÃO URBANA	66
2.2 A PRODUÇÃO URBANA APÓS O ATERRAMENTO DO PIRI	76
2.3 O PAPEL DAS PRAÇAS NA CIDADE	80
2.4 A CULTURA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PRIVADOS DE LAZER EM BELÉM	102
2.5 O DISCURSO DE “DEVOLUÇÃO DA RIO” À SOCIEDADE	116
CAPÍTULO III: ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER COMO CONSTRUTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA	136
3.1 AGENTES PRODUTORES DA CIDADE	141
3.2 DESTINAÇÃO DE ÁREAS PARA O LAZER NA CIDADE	168
CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO - Orla Portal da Amazônia	180
4.1 O MACROPROJETO PROMABEN	182
4.2 MACROPROJETO ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA	187
CAPÍTULO V: DIVERSOS OLHARES SOBRE A ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA	209
5.1 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva dos moradores da área	209
5.1.1 Moradores da área	228
5.1.2 Moradores contemplados com residências dentro da Orla	225

5.2 ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA: Sob a perspectiva do público frequente no espaço	228
5.3 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva da população de Belém (transeuntes)	258
5.4 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva do Estado	269
5.5 ORLA P. DA AMAZONIA: Sob a perspectiva dos pesquisadores	283
CONCLUSÃO	287
REFERÊNCIAS	302
APÊNDICE A: Instrumentos utilizados em campo; Dados obtidos e trabalhos produzidos	321
APÊNDICE B: Planej. urbano na cidade de Santa Fé - Argentina	357

1 INTRODUÇÃO

O termo urbanismo encontra-se datado no início do século XX, representando a reflexão crítica sobre os processos de industrialização das cidades (CHOAY, 2011). Complementando esta discussão, Harvey (1996) considera que a urbanização deve ser compreendida a partir de uma junção de fenômenos, a citar os econômicos, territoriais, sociais e culturais. Neste contexto, encontram-se as transformações tecnológicas, oriundas da industrialização das cidade, que impactaram diretamente no tempo livre social e nos hábitos da coletividade, em que o lazer ganha destaque.

A melhoria nos meios de transportes e comunicação, somados à redução das horas de trabalho diário, além da ascensão do setor terciário, são apresentados como elementos impactantes no processo de busca por espaços de lazer em jardins e áreas verdes (CHOAY, 2011).

No período compreendido entre os anos de 1895 e 1930, as intervenções de melhorias nas cidades brasileiras são fortemente influenciadas por experiências europeias no que tange, especialmente, ao ajardinamento de parques e praças, projetos portuários, bem como de constituição de leis urbanísticas. Entre 1930 e 1950, ganha destaque a elaboração de planos urbanísticos voltados à integração da cidade entre bairros e áreas distantes, envolvendo o sistema viário, serviços de transporte, saneamento, entre outros. Já entre os anos de 1950 e 1964, entram em cena os projetos de regionalização (LEME, 1999).

O urbanismo compreendido como uma somatória de processos sociais concentrados no espaço nos possibilita um entendimento dialético sobre a relação entre espaço público de lazer e cidade contemporânea, importantes para a compreensão da produção urbana de Belém do Pará.

A urbanização também configura certos arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquia de poder e similares. Estes também dão à 'cidade' qualidades objetivas que podem dominar as práticas diárias e conduzir a uma cadeia de ações subsequentes (HARVEY, 1996, p.50).

A pesquisa foi realizada no curso de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no período de março de 2013 a agosto de 2017. Para melhor compreensão sobre as escolhas teóricas e metodológicas aqui presentes, será relatada, brevemente, a trajetória acadêmica do pesquisador, que parte de áreas afins à de arquitetura e urbanismo.

Os estudos sobre o tema lazer e cidade começaram ainda durante os cursos de graduação – bacharelado em turismo, na Universidade Federal do Pará (UFPA), e licenciatura em pedagogia, na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Estes estudos se intensificaram na pós-graduação em políticas públicas, no Programa de Mestrado em Serviço Social (UFPA). Em decorrência da inexistência de um doutoramento na cidade de Belém que possibilitasse a continuidade nesse tema, somado à ausência de investigadores para orientação, identifiquei nos textos redigidos por arquitetos e urbanistas uma interessante aproximação com as questões de desejo investigativo.

Aprofundar os estudos sobre as categorias cidade contemporânea, espaço público e lazer e compreendê-las, associadamente, na realidade empírica do município de Belém do Pará, foi desafiador e, ao mesmo tempo, gratificante.

A construção teórica sobre o tema ‘espaço público de lazer’, por não apresentar uma bibliografia específica, buscou subsídios em discussões de autores como: Arendt (2011); Corrêa (1989); Corbin (1989); Arroyo (2011, 2015); Delgado (2007, 2011); Inneraty (2006); Lefebvre (1991, 2001, 2006); Leite (2007); Harvey (2000); Carrión (2007); Santos (1994, 2003, 2005, 2008); Arantes (2007, 2012, 2013); Alves (2007); Carlos (2013, 2015); Miele (2015); Habermas (2014); e Borja (2003), por abordarem com criticidade as categorias espaço público e cidade, sendo essenciais nesta investigação. O espaço é aqui tratado como uma realidade relacional, fruto do trabalho humano, ao mesmo tempo em que é geográfico, por ser determinado pelo movimento da sociedade (SANTOS, 2007).

Decididamente mobilizado pela valorização capitalista, o espaço passou a integrar as novas raridades. Se outrora o pão, os meios de subsistência eram raros, ‘agora, não em todos os países, mas virtualmente à escala planetária, há uma produção abundante desses

bens; não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: a água, o ar, a luz, o espaço'. Lefebvre (2008, p.09-10).

Sob a luz destas influências teóricas, foi elaborado um constructo, para dar ênfase aos espaços existentes na cidade, que são utilizados prioritariamente para fins de lazer. Quando comparado aos demais espaços públicos, o espaço de lazer é igualmente social, possibilitador de anonimatos (ocultação de identidades), de encontros provisórios entre diferentes, convivência cívica, ordenada e vigiada etc.

Delgado (2007, 2011), ao refletir sobre a ideologização do espaço público, contribui ao desvelamento do discurso hegemônico, em especial do poder público, que tem em seus projetos a construção de espaços de lazer na cidade, justificando-o sob o viés econômico, por meio da melhoria da qualidade de vida dos moradores locais. É válido destacar que o lazer, por si só, já se apresenta como sinônimo de prazer e harmonia, ocultando qualquer possibilidade de conflitos entre diferentes. Elementos como o alheamento, o mal-estar provocado pelo contato entre pessoas de diversas formações socioculturais comumente são ignorados nos documentos oficiais.

Mesmo que o lazer não deva ser pensado em um tempo e espaço exclusivos, por ser entendido como cultura, conforme defendido por Marcellino (1995) e Gomes (2008), nesta tese acredita-se que o tempo que a sociedade atual utiliza com o lazer, no ambiente urbano, é prioritariamente o tempo livre (institucionalizado). Resultante de lutas da classe trabalhadora, em prol da redução da jornada diária de trabalho, férias remuneradas, 13ºsalário, entre outros, neste contexto, é possível afirmar que com a institucionalização das horas de trabalho e de tempo livre social, o mundo da produção passou a influenciar mais fortemente no lazer. Basta sair às ruas e perguntar para qualquer pessoa: Qual é o tempo que você utiliza com o lazer? Imediatamente, as respostas convergirão para as horas e dias de folga (final do dia, da semana, férias e feriados).

Os impactos decorrentes da institucionalização do tempo livre não eliminaram a dimensão cultural do lazer, permanecendo este, como resultante de escolhas pessoais, por melhor tempo, espaço e tipo de atividades,

diferentemente do que ocorre com os alunos que frequentam diariamente uma escola pública com fins educativos, ou de pessoas que buscam atendimentos em hospitais públicos, para tratar de saúde, por exemplo. A própria rua, mesmo com toda a sua importância no urbano, que ultrapassa os limites de simples locus de circulação de pessoas e veículos, perde a preferência social, quando o assunto se refere ao lazer gratuito na cidade.

Esta afirmativa não desconsidera a existência do lazer nestes espaços, apenas qualifica o espaço público de lazer como locus privilegiado no âmbito urbano, que pode assumir diversas formas e funcionalidades; no entanto, ele apresenta, dentre as suas características principais, o conforto ambiental, o livre acesso e um certo grau de segurança, que possibilite aos seus usuários, formas diversas de interações e experiências de lazer. Nesses espaços, são observadas dinâmicas socioculturais variadas, em que as redes de relações são elaboradas e reelaboradas.

A experiência de lazer, partilhada nos espaços públicos da cidade, configura-se como um elemento cultural, fortalecido na sociedade contemporânea, comumente associado à qualidade de vida e sociabilidade. Ele vem consolidando-se como direito social, por alcançar, no urbano, maior ressonância. É no espaço de domínio público que o lúdico, enquanto constructo cultural, se reformula e se propaga, por meio das diversas formas comunicativas. É onde a singularidade humana é revelada, adquirindo visibilidade.

Certamente, o espaço público contemporâneo se difere da esfera pública grega, abordada por Hanna Arendt (2011), sem, contudo, perder a sua essência de locus privilegiado para as interações, entre meio social e físico, para “ver e ser visto”, para falar e ser ouvido, para o exercício do respeito mútuo e alteridade. Nele, a sociedade passa a se expressar e se organizar enquanto grupo, a dar voz às suas inquietações políticas. O “diferente” ganha vez, passando a ser respeitado, ou mesmo tolerado, pois o espaço encontra-se acessível a todos, independentemente de cor, origem, religião, condições econômicas e opções sexuais. Possui caráter universal, no que tange às suas possibilidades de acesso, encontro entre diferentes e liberdade de expressão.

As análises aqui apresentadas partirão da compreensão de que o espaço público é social, e, por este motivo, é reflexo das relações de produção e, com elas, das relações de poder (LEFEBVRE, 2001; 2006). A discriminação é aqui entendida como negação da presença, pois a simples presença no espaço não significa aceitação. Os espaços encontram-se bem definidos, sem que haja a necessidade de discutir o assunto, instituindo a discriminação como *hábitos*. É o que Bourdieu (1990) considera como processo de naturalização ou imposição dos valores culturais dominantes na prática social.

Tendo como base este aporte teórico, foi elaborada uma definição coerente com as questões investigativas traçadas nesta tese, apresentando o **Espaço Público de Lazer** como: Espaço físico-social na cidade, favorável ao encontro entre diferentes, que têm como objetivo em comum, a busca por prazer. Neste sentido, considera-se em sua análise, além da forma física, as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências. São espaços socioculturais em que predominam a qualidade arquitetônica, paisagística e ambiental, além de uma certa vigilância. É comum que os seus usuários, possam usufruir gratuitamente, da infraestrutura física, a exemplo dos equipamentos esportivos e das programações ofertadas.

É possível identificar uma forte preocupação dos estudiosos, a exemplo de Dumazedier (1978, 1999) e Marcellino (1995, 2002), com a variável tempo. Qual o tempo do lazer? Seria o tempo que sobra após as longas jornadas diárias de trabalho? Seria o tempo de lazer, residual? Tal preocupação é somada à variável atitude (o que seria ou não considerado lazer?).

Entretanto, surge aqui um questionamento: qual seria o espaço do lazer, quando pensado no âmbito da cidade e do urbano? Tempo e atitude são comumente associados ao lazer, porém necessitam de mais um elemento indissociável: a variável espaço.

Espaço, tempo e atitude, ao serem entendidos dialeticamente, nos conduzem a refletir sobre o papel do lazer na cidade contemporânea e qual seria o lugar do espaço público no espaço-tempo do lazer. Vale enfatizar que o tempo livre e o lazer constituem-se em um direito Constitucional assegurado pelo Estado à sociedade, o que não acontece com o espaço. Isso torna

questionável a ausência da variável espaço dentro das discussões do lazer no âmbito da cidade, sendo esta uma estratégia urbana dinamizada pelo Estado em parceria com os agentes hegemônicos.

A variável atitude é apresentada por Marcellino (1995) e Muller (2002), dentre outros autores que apresentam compreensões aproximadas sobre o lazer. Eles interpretam esta variável como um estilo de vida, fruto de escolhas pessoais e obtenção de prazer. Vale enfatizar que este “prazer” almejado por meio do lazer não deve infringir regras de convivência em sociedade.

Em decorrência da relevância que os largos e praças assumiram no processo de conformação da cidade de Belém do Pará, foram aqui eleitos, como os exemplos mais representativos de espaços públicos de lazer. No entanto, a definição se estenderá às áreas livres que apresentam uma certa estrutura física, como o mobiliário (bancos, banheiros, iluminação, acesso por meio da interligação com a malha de transporte público etc.) e possibilidades diversificadas quanto à realização de atividades.

1.1 CARACTERIZAÇÃO

A cidade de Belém encontra-se na região norte do Brasil, margeada pelo rio Pará, rio Guamá e Baía do Guajará. Está a aproximadamente 130km do oceano atlântico, compondo o conjunto de sete municípios: Belém; Ananindeua; Benevides; Marituba; Santa Bárbara do Pará; Santa Isabel do Pará e Castanhal, pertencentes à Região Metropolitana de Belém – RMB, desde a sua criação no ano de 1973 até os dias atuais.

Mapa 1: Delimitação dos municípios da Região Metropolitana de Belém
Fonte: França e Ferreira, 2017.

Por ser uma cidade cercada por rio, Belém possui muitos pequenos portos, com infraestrutura precária, distribuídos no seu território, que servem para a entrada e saída de produtos diversos, dentre eles, alimentícios e madeireiros.

A utilização pelo poder público local, da área de orla urbana de Belém, para fins de dinamização do lazer e turismo, tem despertado o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que criticam o processo de mercantilização da cidade.

Advindos da geografia, Trindade (2003; 2005) analisa a relação entre cidade e rio destacando as diversas realidades que predominam na Orla de Belém. Amaral (2005) investiga as concepções e práticas de planejamento e gestão da Orla fluvial de Belém.

Pontes (2010) investigou, em sua tese, os aspectos da relação entre cidade e água, sinalizando alguns elementos pertinentes ao papel assumido pela água no espaço urbano, como fator locacional de grandes disputas

territoriais. Ele apresenta o Programa de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova - PROMABEN e a Orla Portal da Amazônia em Belém como exemplos de intervenções de caráter revitalizante, que utilizam a engenharia urbana para ações de saneamento ambiental por meio de macrodrenagem e aterramento do rio, subsidiado por discussões de autores como Harvey (2000) e Déscola (1997), ao tratar a água como estratégia política na cidade.

De acordo com Pontes (2010, p.19): “O conflito socioambiental de uso e apropriação da água na cidade é uma questão filtrada pelo acesso à terra”. Nesse sentido, o projeto Portal da Amazônia surgiu sob a justificativa de ajustamento das irregularidades decorrentes do uso do solo na área de abrangência. Sua pesquisa de mestrado, em 2004, também tratou sobre o tema, analisando os projetos de intervenções na Orla de Belém, bem como os processos de uso e apropriação dos espaços.

Cruz (2012), da área de serviço social, em sua tese de doutorado abordou os grandes projetos urbanos e os impactos causados nas condições de moradia e segregação social, nas cidades de Belém e Manaus. Em Belém o lócus investigativo foi a área de abrangência dos Macroprojetos PROMABEN e Orla. Cardoso (2013, 2016), da área da arquitetura e urbanismo, escreveu artigos sobre os principais conflitos socioambientais, que demarcaram a evolução urbana de Belém investigando também as transformações que marcaram as concepções de planejamento na cidade.

De acordo com Cardoso e Neto (2013), em intervenções de frentes ribeirinhas, há uma combinação de orla, desenho urbano de alto padrão, atividades de lazer e controle privado do solo.

Estes estudiosos, apresentam, em comum, investigações direcionadas por olhares de diferentes campos, sobre a questão urbana de Belém, destacando o papel da Orla. A riqueza dessas discussões deu aporte teórico para a qualificação de minhas questões investigativas.

Esta investigação incluiu em suas discussões os principais espaços de frentes ribeirinhas, situados na orla da cidade de Belém, se aprofundando no macroprojeto Orla Portal da Amazônia, por compreendê-lo como espaço público de lazer representativo quanto aos seus impactos na (re) produção da

cidade. Abaixo, é possível localizá-lo no mapa, no âmbito das cidades Brasileiras e do Estado do Pará.

Mapa 2: Localização da área de estudo
Fonte: França e Ferreira, 2017.

Ao pensar a cidade de Belém do Pará nos dias atuais, retoma-se o papel do rio vinculado ao lazer no projeto de cidade contemporânea, haja vista a

função de destaque assumida por espaços de frentes ribeirinhas na orla urbana local.

Dentre as questões que nortearam este estudo, certamente a compreensão dos impactos decorrentes dos espaços públicos de lazer, na produção da cidade, ganhou destaque e conduziu à formulação do seguinte problema investigativo: qual o papel do espaço público de lazer na cidade de Belém do Pará? A hipótese formulada no início do processo investigativo afirmou que o espaço público de lazer atende aos interesses do capital privado no que tange à valorização do solo urbano, em detrimento do atendimento das demandas sociais por melhores condições de lazer na cidade.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar o papel dos espaços públicos de lazer na produção da cidade Belém/PA, apresentando a Orla Portal da Amazônia como principal objeto empírico. Dentre os seus objetivos específicos, constam a descrição de elementos historiográficos, que caracterizaram os espaços públicos de Belém, tendo como foco de análise o papel dos mesmos na produção da cidade e a sua relação com o rio, desde o século XVII até o presente momento e o estudo da conformação da Orla Portal da Amazônia e a sua relação com o rio, subsidiada por discussões teóricas sobre lazer, cidade contemporânea e *waterfronts*.

Os elementos caracterizadores dos espaços criados, entre os séculos XVII e XXI¹, em Belém, foram buscados incansavelmente em livros e registros da época, para que fosse possível construir um paralelo com as questões atuais. Vale destacar que, como não havia a teorização acerca de espaços

¹ Tendo em vista a dinâmica político-econômica da cidade contemporânea, caracterizada por processos de transferências de responsabilidade do Estado à sociedade, alguns espaços públicos, citados nesta tese, apesar de serem caracterizados pelo livre acesso, em sua estrutura física mais ampla, apresentam algumas limitações, a exemplo da cobrança de taxas para acesso em alguns sub espaços (viveiros de animais, mirantes, museus, entre outros). Foi opção da pesquisadora não excluir espaços (Estação das Docas, Mangal das Garças, Forte do Presépio, Jardim Botânico Rodrigues Alves, Museu Emílio Goeldi etc.) em virtude da importância apresentada pelos mesmos na dinâmica do lazer na cidade de Belém do Pará, sem, no entanto, concordar com a restrição do acesso. As análises consideram a possibilidade de utilização da estrutura mais ampla desses espaços, que são, em sua maioria, livres de cobrança de taxas (Exceto: Jardim Botânico Rodrigues Alves e Museu Emílio Goeldi. No entanto, apresentam importância no lazer da população local, além da gratuidade em um dia na semana e aos idosos).

públicos de lazer, buscou-se, nas práticas culturais da sociedade da época, similaridades com o que hoje é denominado de lazer.

Quanto ao processo metodológico, este foi definido a partir dos objetivos traçados, envolvendo, além de levantamento bibliográfico, a pesquisa documental em órgãos públicos da cidade.

A pesquisa de campo foi realizada em três etapas, nos anos de 2014, 2016 e 2017, respectivamente, envolvendo cinco segmentos de entrevistados, a citar: 1- Público frequente no espaço; 2 - Os moradores da área que abrange a Orla Portal; 3 - População em geral, que foi abordada em pontos estratégicos da cidade; 4 - Representantes do Estado, por meio das Secretarias de Urbanismo (SEURB) e de Habitação (SEHAB) do município; 5 - Pesquisadores, das áreas de geografia, arquitetura, urbanismo, habitação e lazer. Abaixo, um organograma ilustra os lócus e sujeitos investigados, juntamente com o ano de realização e quantitativo de entrevistas.

Figura 1: Entrevistas realizadas
Fonte: França. Pesquisa de campo, 2016.

Nos anos de 2014 e 2016, o **público frequente** na Orla foi abordado de forma aleatória, sendo entrevistadas 200 pessoas em dias e períodos alternados, com o objetivo de sondar suas opiniões sobre questões diversas e pertinentes ao perfil socioeconômico, tipo de lazer e a qualidade do espaço. O

registro fotográfico foi feito paralelamente a estas entrevistas e em outros momentos não foram dedicados especificamente à pesquisa.

Entre os anos de 2014 e 2017, foram feitas entrevistas junto aos **moradores da área de abrangência da Orla**, envolvendo um quantitativo de 70 habitações.

Os transeuntes (**População em geral de Belém**) foram entrevistados no ano de 2016, em pontos estratégicos da cidade, totalizando o número de 103.

Os **representantes do Estado** (poder público), por meio das secretarias de Habitação e Urbanismo também foram entrevistados. A Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB foi visitada no ano de 2014; na ocasião, o Secretário Municipal João Klautau respondeu a perguntas, no âmbito do Projeto de Urbanização de favelas dentro da Orla Portal, bem como as perspectivas da secretaria em relação às possibilidades, valorização financeira e expansão do mercado imobiliário, na área ao entorno da obra. A SEURB - Secretaria de Urbanismo de Belém – foi visitada no ano de 2014, e lá foram obtidas informações gerais sobre o Projeto Orla, fornecidas por um de seus representantes. A CODEM – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém – foi visitada nos anos de 2014, 2015 e 2016 e lá foram obtidos materiais cartográficos sobre a área onde foi construída a Orla Portal, além do Plano de reestruturação da Orla PRO - BELÉM (2000) e os projetos de engenharia utilizados.

Entre os anos de 2015 e 2016, foram ouvidos quatro **pesquisadores** das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Lazer e Habitação: Saint Clair Trindade (Geografia Urbana - NAEA/UFGA); Juliano Ximenes (Arquitetura e Urbanismo - FAU/UFGA); Mirleide Chaar (Lazer - NAEA/UFGA); Sandra Cruz (Habitação - PPGSS/UFGA). Por meio de roteiros de entrevistas semiestruturadas, responderam a questões envolvendo as categorias: espaço; Orla; cidade; habitação; e lazer. O objetivo foi obter múltiplos olhares, sob o lócus investigativo e os seus sujeitos.

Como estratégia metodológica para a coleta de informações, optou-se pelo critério de saturação, como forma de identificar o momento de encerrar as entrevistas. Ou seja, ao observar que as respostas dadas às perguntas,

estavam se repetindo, não acrescentando mais, de maneira qualitativa ao avanço da investigação, o trabalho foi encerrado. Este fato foi percebido na metade do processo investigativo, porém optou-se por ampliar o quantitativo de entrevistas, como forma de criar uma margem de erro.

Na ocasião, o público respondeu a questionamentos pertinentes à qualidade do espaço e ao papel deste na cidade de Belém.

Quanto aos capítulos elaborados, estes encontram-se assim descritos:

O **capítulo I**, denominado “Reflexão conceitual sobre o lazer na sociedade”, apresenta elementos pertinentes à construção teórica do lazer, partindo da compreensão da experiência do ócio e de suas diferentes interpretações, em que a Grécia Antiga se destaca. As discussões sobre o tema estão centradas de acordo com diferentes sociedades e modos de produção. Este capítulo faz um breve retrospecto das principais questões relacionadas ao lazer, dentre elas, o ócio e o tempo livre social, porém com o objetivo maior de gerar reflexões, sobre as formas que o lazer adquire no espaço público da cidade contemporânea. Contudo, ressalta-se que não existe um consenso quanto ao entendimento deste, cujas diferentes concepções enriquecem cada vez mais a compreensão do campo de estudo.

O **Capítulo II**, “Conformação de Espaços Públicos de Lazer: Aspectos Históricos em Belém-Pa”, se propõe a refletir sobre os principais acontecimentos que influenciaram a produção e reconfiguração de espaços públicos, que hoje são utilizados para fins de lazer e turismo no município de Belém.

O rio revela-se com destaque neste constructo. Objetiva-se compreender a sua influência nos processos relacionados à produção da cidade no decorrer dos diferentes séculos. O entendimento da alternância de valor destinada ao mesmo é necessário à apreensão dos acontecimentos atuais, que caracterizam o espaço público de lazer.

A cultura de utilização do espaço público, para fins de lazer, ganha força de expressão no urbano com o advento da Industrialização. No entanto, defende-se neste capítulo que as manifestações sociais representativas da

cultura humana, que hoje são denominadas de lazer, sempre se fizeram presentes na cidade.

O **capítulo III**, “Espaço público de lazer como constructo da cidade contemporânea”, apresenta a amplitude do conceito de espaço público, e objetiva fazer referência a ambientes variados como, por exemplo, as praças, parques, ruas, feiras livres, entre outros, considerados importantes na organização da vida urbana.

Historicamente, o espaço público tem servido a fins variados na produção do urbano, fazendo com que o seu estudo necessite de uma compreensão diacrônica. O entendimento da conformação, uso e apropriação do espaço liga-se a uma lógica específica, pois cada momento histórico dispõe de condições singulares.

Neste sentido, o capítulo fomenta uma reflexão sobre os pertinentes processos que definem a cidade contemporânea, correlacionando-os com a produção dos espaços públicos de lazer, uma vez que a sua construção e/ou reconfiguração encontra-se permeada por interesses e disputas oriundos dos mesmos processos.

O **Capítulo IV**, “Caracterização da Orla Portal da Amazônia”, objetiva apresentar o lócus investigativo ao leitor, destacando a sua relação direta com as problemáticas sociais existentes desde a concepção projetual. O Macroprojeto Orla Portal da Amazônia prevê em seu projeto uma extensão de 6,15km, em que a primeira etapa, concluída em 2012, apresentou uma área de 2,2 km de extensão e teve as suas intervenções iniciadas no ano de 2009.

O macroprojeto PROMABEN (Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova) será igualmente caracterizado, por apresentar associação direta com o macroprojeto Orla Portal da Amazônia, em termos de área de abrangência e obras indissociáveis.

O **capítulo V**, “Diversos olhares sobre a Orla Portal da Amazônia”, é destinado à apresentação dos resultados, abrangendo cinco segmentos de entrevistados, a citar: 1- Os moradores da área que abrange a Orla Portal da Amazônia; 2- O público frequente no espaço; 3 - População em geral, que foi abordada em pontos estratégicos da cidade; 4 - Representantes do Estado, por

meio das Secretarias de Urbanismo (SEURB) e de Habitação (SEHAB) do município; 5 - Pesquisadores das áreas de Geografia, arquitetura, urbanismo, habitação e lazer. As respostas de cada grupo foram analisadas a partir das discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, tendo como foco os objetivos estabelecidos nesta tese.

As principais dimensões, materiais e políticas, referentes à história da conformação urbana da cidade de Belém, foram úteis à compreensão dos fenômenos contemporâneos caracterizadores do espaço público de lazer e de suas relações com a produção de cidade.

O direito à cidade vem à tona, anunciando-se como movimento orientado para confrontar e superar os descompassos do real em relação ao possível, as contradições entre sociedade e civilização (as amplas possibilidades desta sendo frustradas, não se realizando, ou se realizando empobrecidamente através daquela. 'Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora" (LEFEBVRE, 2008, p.11).

A dimensão econômica presente nas intervenções urbanas conduz a um estudo dos impactos decorrentes da construção desses espaços, na produção da cidade, sob um viés da dialética marxista. Nesse sentido, autores como David Harvey (1980;1996; 2000), Hasbaerth (2007), Deleuze (1995; 1997), Lefebvre (2001; 2008), Vainer (2000; 2005), Arantes (2012, 2013), Maricato (2000; 2011), Villaça (2011) e Milton Santos (1993), contribuíram para a construção teórica que sustentou o olhar empírico desta tese. Somado a isto, cito o intercâmbio investigativo, realizado no ano de 2014, na Universidad Nacional del Litoral na cidade de Santa Fé – Argentina.

O mesmo foi fruto de um convênio celebrado entre o Programa Santander de Mobilidade Internacional e a USP/IAU, contribuindo significativamente para a construção de olhar crítico sobre o urbanismo e o papel do espaço público na cidade contemporânea. Acompanhada pelo prof. Arquiteto Júlio Arroyo da UNL, pude aprofundar os estudos pertinentes ao espaço público, abrangendo as suas diversas dimensões, a citar: formas, usos e significados. Com ele, tive a oportunidade de refletir sobre novas possibilidades metodológicas para o melhor delineamento das questões investigativas.

Os processos que permeiam a cidade contemporânea foram discutidos em encontros e palestras, que destacaram as realidades de grandes cidades como New York, Los Angeles, México, São Paulo e Buenos Aires. O espaço público Costanera, na cidade de Santa Fé-Argentina, foi utilizado como locus de exercício de empiria, em que as dinâmicas assumidas pelo espaço foram identificadas e analisadas, resultando na publicação e apresentação de dois artigos científicos (Ver apêndices).

CAPÍTULO I: REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE O LAZER NA SOCIEDADE

Este capítulo apresenta elementos importantes à construção teórica do lazer, partindo da explicação de duas correntes de pensamento divergentes. A primeira considera necessária a existência de um tempo livre, exclusivo para a utilização com lazer. É marcada por um olhar dicotômico e funcional sobre as categorias lazer e trabalho, que apesar de ganharem ênfase somente no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, já existiam na antiguidade clássica, em que a libertação das fadigas e penúrias decorrentes do trabalho constituíam-se em um desejo da coletividade.

O tempo livre para a utilização com o lazer, como o conhecemos hoje, foi impulsionado pela redução da jornada diária de trabalho, que possibilitou à sociedade um maior usufruto de seu tempo com o lazer. O tema lazer passa a constar na pauta de discussão governamental, associado ao bem-estar e qualidade de vida social, por ser fruto de reivindicações da classe trabalhadora, por uma redução da jornada diária de trabalho. A dicotomia envolvendo lazer e trabalho ganha intensidade neste período.

A segunda vertente de pensamento, que predomina nos estudos sobre o lazer, o vê como uma dimensão da vida, constituindo-se em um elemento característico de todas as sociedades, por compreender que o brincar e o lúdico são traços da cultura humana, resultantes de processos interativos, existentes em todos os momentos da vida. Esta segunda concepção não se contrapõe ao tempo dedicado ao trabalho, pois acredita-se que até mesmo este poderá gerar prazer e se constituir em lazer, em determinados momentos, sem perder o seu caráter de produtividade.

As discussões sobre o lazer serão aqui entendidas como um constructo cultural, que assume traços de cada sociedade, não cabendo detalhamento em termos de tentativas de simplificação. O sentido do termo lazer não cabe no dicionário, ou mesmo em uma lista descritiva indicando as possíveis atividades. Isso porque envolve a subjetividade humana, por meio de escolhas individuais, gostos e preferências. A contemplação, por exemplo, para uns pode parecer monotonia, para outros é associada a uma forma gratificante e prazerosa de lazer.

A experiência do lazer na cidade ganha destaque nos espaços públicos, sofrendo influências variadas do meio e das formas de interação.

1.1 COMPREENDENDO O ÓCIO NAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS

A história da sociedade é marcada pela experiência do ócio e de suas diferentes interpretações, em que a Grécia Antiga apresenta destaque. Aproximadamente no século V a.C., em épocas de escravidão, o tempo livre era considerado autônomo das obrigações, ou seja, não existia necessariamente um tempo livre posterior ao trabalho. Os escravos trabalhavam para os seus senhores, sendo estes últimos liberados para o usufruto com as atividades que desejassem, pois a divisão do trabalho estava condicionada à divisão de classes, cabendo aos escravos, metecos, mulheres e estrangeiros as tarefas mais árduas.

A escravidão, nesse período, era uma prática social que permitia a apropriação de um ser humano por outro, por meio do uso da força, não somente física, mas principalmente ideológica, que em muitos momentos, estiveram atreladas aos valores e crenças religiosas da época. A produção era para subsistência e pequenas trocas, o tempo livre era um bem valioso, desfrutado por pessoas com status e poder, num contexto em que predominava o sentimento de desprezo pelo trabalho em prol da valorização do bem-estar do corpo e da mente, além da produção de ideias e conhecimentos (HUNTE & SHERMAN, 1990).

Nesta época, o ócio era sinônimo de virtude e felicidade, sendo considerado uma experiência desfrutada apenas por cidadãos livres. Também, não possuía caráter utilitarista e de livre escolha (MUNGUÍA E CUENCA, 2007).

O ócio proporciona a possibilidade da contemplação capaz de dissolver a teia dos pensamentos, interromper o fluxo automatizado, mediante a experiência de mergulhar profundamente no mais íntimo do próprio ser, tornando-se um instrumento de conhecimento de si mesmo e de novas descobertas do valor ético e sentido da vida (FRANCILEUDO, 2016, p.68).

Com isso, o ócio assumia um caráter diferenciador, no que tange à estratificação social, tendo a sua formulação teórica mais consistente, desenvolvida pelo filósofo Aristóteles, ao considerar a necessidade de tempo para reflexão e enriquecimento espiritual, acreditando que o homem, não fadigado, estaria mais próximo de alcançar a felicidade, pois teria condições de buscar a sua autossatisfação de maneira mais adequada.

Enquanto tempo social dos gregos, o ócio foi chamado de *Scholé*², e era reservado aos poucos homens livres. Este mesmo tempo também servia para classificar os cidadãos, uma vez que o tempo de *Scholé* estava diretamente relacionado ao conceito de cidadania na época. Por esta razão, a etimologia da palavra ócio, *Scholé* em grego, resultou na denominação atual de escola, em português. Significa estar livre do trabalho para dedicar-se à contemplação, autoconhecimento, especulação, reflexão, entendimento da vida em sociedade. No entanto, o ócio, não esteve associado à passividade (GOMES, 2008).

Os gregos relacionavam o ócio ao desprendimento das tarefas servis, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria. Mesmo assumindo, um caráter contemplativo e reflexivo, o ócio não significava passividade. Ao contrário, representava um exercício em forma elevada, atribuído à alma racional, e os tesouros do espírito eram fruto do ócio. Como lembra Arendt (1993), o ócio (*Skholé*) era o inverso de ocupação (*ascholia*) de recreação (*anápanis*) e de divertimento (*paidéia*). Recreação e divertimento consistiam intervalos de ocupações, sendo relegados às crianças (FRANCILEUDO, MARTINS, 2016, p.107).

Ócio e riqueza eram os dois principais atributos necessários à inserção do indivíduo na estratificação social da época, influenciando diretamente no estilo de vida da população. Segundo Pimentel (2010), não somente a civilização grega possuía classe ociosa e sistema escravista, mas também as civilizações Egípcia e Persa. Contudo, somente os gregos fizeram uma associação direta entre tempo e aquisição de conhecimentos e novas virtudes, percebendo o tempo ocioso como um privilégio de classe (PIMENTEL, 2010).

Na Grécia Antiga, o ócio era entendido como um valor nobre, uma atitude inseparável do modo de vida contemplativa; ligado ao exercício da filosofia e da política. Logo, possibilitava uma ação intelectual que aprimorava o espírito; permitia a busca por valores supremos (o bem, o belo, a verdade, a justiça, etc.) e supunha a

² Tempo permitindo às classes detentoras do poder a contemplação da sabedoria, significando, simultaneamente, lazer e educação de si mesmo. Deu origem à palavra escola.

isenção do trabalho braçal (atividade considerada penosa, desprezível, a qual era exercida por escravos) (PIMENTEL, 2010, p. 20).

O Império Romano, durante os séculos IV e V, sofreu diversas invasões e migrações bárbaras, entrando em decadência. O cristianismo foi adotado como religião oficial, objetivando a unificação do Império, o que resultou em influências da religião na constituição de novas relações de trabalho no modo de produção feudal, em substituição ao modo de produção escravista. Essas relações foram alteradas processualmente, transformando o trabalho escravo em mão de obra servil, em que o servo recebia de seu senhor, um pequeno lote de terra para o cultivo, tendo a obrigação de entregar-lhe parte da produção. Nesta nova dinâmica produtiva, os servos adquiriram alguns “direitos”, dentre eles, o de compra de terras e a constituição familiar.

As influências propagadas pelo cristianismo na sociedade feudal, de acordo com Gomes (2008), impactaram as relações sociais em torno do trabalho, juntamente com as formas de pensar o tempo livre e os prazeres cotidianos. Como resultado, diversas manifestações culturais, que integram o lazer, como por exemplo, as festas, jogos, danças, cantorias, entre outros, passaram a sofrer censura pela moral propagada pela igreja, por considerá-las, perigosas ao processo de purificação da alma. O controle do tempo livre social, por meio da religião, é identificado com clareza neste período.

Ao aceitar adeptos de todas as classes sociais (por ser considerada o refúgio dos humildes); ao conceder alguns direitos às mulheres (apesar de serem proibidas, entre outras coisas, de tornarem-se membros do clero); e ao enunciar preocupações com a salvação após a morte, a igreja possibilitou novos significados ao lazer, que assim como o trabalho, passa a refletir as perspectivas da moralidade católica (GOMES, 2008, p.32).

A ética paternalista cristã, a qual impunha obrigações aos abastados, com relação aos pobres, foi utilizada para justificar como naturais e justas as desigualdades, exploração e controle do tempo livre e as manifestações culturais na época. Segundo Gomes (2008), o cristianismo colaborou para a disseminação de valores morais, responsáveis por exaltar o trabalho em troca da salvação, proibindo a realização de festejos profanos, jogos, danças e outras manifestações populares. Essa ideologia fez com que as atividades,

geradoras de prazer, mais especificamente aquelas realizadas pelos pobres, fossem combatidas. Serviu à manutenção de status, pois de acordo com o pensamento da época, a acumulação de riquezas materiais conduziria ao acúmulo de poder, bem como a uma mobilidade social ascendente.

No sec. XI, com a intensificação do comércio, por meio das cruzadas, as atividades comerciais nas cidades tornaram-se incompatíveis com as restrições impostas pelos costumes e tradições feudais, que condenavam o acúmulo de capital. A consolidação do Estado-nação capitalista foi constituindo-se processualmente, a partir de uma coalizão entre monarcas e capitalistas contra a nobreza feudal, levando à unificação do Estado e, conseqüentemente, à libertação dos mercadores, dos padrões monetários de caráter feudal, como por exemplo, as normas, regulamentos, medidas, peso, entre outros.

A filosofia e a economia liberal clássica, de acordo Hunte e Sherman (1990), eliminaram os últimos vestígios da ética paternalista cristã medieval, ao pregar a liberdade do mercado por meio de dinâmica e força própria que conduziria as relações econômicas na sociedade, o que significa afirmar que:

O Estado dos senhores de escravos servia para controlar os escravos, assim, como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão de obra assalariada pelo capital (ENGELS, 1941, p.157 apud; HARVEY, 2005, p.80).

Com isso, logo eclodiram as revoltas e lutas entre senhores de feudos, igreja e comerciantes, tendo como resultado, a construção de uma nova legislação comercial, favorável à nascente burguesia, que tinha a pretensão de eliminar toda e qualquer barreira que fosse apresentada ao seu desenvolvimento (HUNTE & SHERMAN, 1990).

Paralelamente a esses acontecimentos marcantes, o protestantismo consolidou-se como religião dominante, disseminando a ideologia de ascensão social por meio do trabalho, possibilitada pela dedicação do homem, para fins de obtenção de riqueza. É neste contexto que a relação tempo/trabalho ganha mais clareza, em termos de associação ao mundo da produção. Com a criação dos relógios, no fim do século XIII, o homem começou a controlar, de maneira mais precisa, o seu tempo, economizando-o para render mais e, com isso, utilizá-lo em prol de maiores benefícios econômicos (CAMARGO, 1986).

O desperdício do tempo com outras atividades continuou a ser combatido pela igreja e Estado.

O movimento Renascentista, disseminado na Europa entre os séculos XIV e XVI, marcou a transição entre o fim da Idade Média e início da Idade Moderna, sendo caracterizado por transformações, especialmente nos âmbitos da religião e cultura. A ciência, poesia, arte e filosofia foram incentivadas, a razão foi exaltada, a exemplo dos conhecimentos matemáticos. A burguesia e o clero exerceram domínio ideológico sobre a sociedade, criticando os conhecimentos advindos da Idade Média.

O humanismo surge durante o renascimento, assumindo o espaço do teocentrismo e rompendo com as estruturas ideológicas, que sustentaram o período medieval. Com isso, a religião deixa de ser a principal orientadora da sociedade, ganhando espaço o conhecimento científico, voltado às necessidades do homem. A produção cultural da antiguidade clássica foi reavaliada pelos estudiosos, que deram especial atenção às pinturas, arte literária e conhecimentos matemáticos, possibilitando maior valorização do tempo, dedicado a estas atividades. Isso nos leva a crer que durante o renascimento algumas atividades, que hoje caracterizam-se como lazer, foram incentivadas, a exemplo da pintura e leitura.

Uma breve retrospectiva desses períodos, envolvendo o tempo livre nas sociedades escravista e feudal, nos conduzem a considerar que, durante muitos séculos, o ócio e o “tempo livre” estiveram associados a um privilégio de classes, nas diferentes sociedades, sempre sustentados por discursos ideológicos dominantes, que objetivavam justificar a exploração do homem. Com a expansão do modo de produção capitalista, a máxima produtividade é defendida, usando para isso, novamente, o discurso ideológico, reelaborado, para sustentar a exploração da mão de obra, sob a alegação de que o tempo fora do trabalho levaria a perdas financeiras. O tempo livre passa, então, a ser controlado, combatido e associado a preguiça, vício e inutilidade humana. Logo, o tempo dedicado ao trabalho ganha maior valor, não podendo ser desperdiçado (WAICHMAN, 1997).

É importante ressaltar que o ócio sempre esteve presente na história da humanidade, estando diretamente atrelado à ideologia dominante de cada

período, que condicionava as diferentes formas de percepção do tempo social. Com o advento do capitalismo, o tempo utilizado com outras atividades, que não fosse com o trabalho, estava associado a uma classe parasita, contrária ao progresso social, diferentemente do que aconteceu na Grécia Antiga, onde o ócio era um tempo valorizado e associado à educação, mesmo que existindo, em relação direta, a exploração do trabalho dos menos favorecidos.

O capitalismo industrial do século XVIII é acompanhado de uma superexploração da classe operária, que sofre com as péssimas condições de salubridade nas fábricas, resultando em esgotamento físico e mental, além de acidentes variados. Qualquer desperdício de tempo, nesta época, sofria repressão, como por exemplo as conversas entre trabalhadores no chão da fábrica, que eram encaradas como distrações, extremamente maléficas à produção. Logo, as máquinas começaram a ser programadas para forçar o trabalho humano intensivo nas indústrias, sem que houvesse pausa para os bate-papos.

Como consequência da busca por superprodução de forma ininterrupta, muitos operários, dentre eles, mulheres e crianças, foram vítimas de acidentes, como mutilações. Isso porque as longas jornadas de trabalho, que chegaram a superar as 14h diárias, não permitiam descanso e nem descuido das máquinas, resultando em esgotamento físico e mental dos operários.

Em Malhouse, em Dornach, o trabalho começava às cinco horas da manhã e acabava às cinco horas da tarde, tanto no verão como no inverno (...). Era preciso vê-los chegar todas as manhãs à cidade e vê-los partir à noite. Há entre eles, uma multidão de mulheres pálidas, magras, caminhando de pés descalços por cima para protegerem o rosto e o pescoço e um número mais considerável de crianças pequenas, não menos sujas, não menos pálidas e macilentas, cobertas de farrapos, todas engorduradas do óleo dos teares que lhes cai em cima enquanto trabalham (LAFARGUE, 1991, p. 16).

“A Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social” (HOBSEBAWM, 1979, p.22).

De acordo com Camargo (1986), o mundo da produção, durante a Revolução Industrial, influenciou decisivamente as construções práticas e também conceituais sobre a relação dialética entre tempo e trabalho. Foi

identificado que a maior produção, em menor tempo, poderia ser obtida por meio da divisão do trabalho, que alienou o homem do processo produtivo. A fragmentação do trabalho ocasionou o distanciamento entre os operários, que passaram a compor grupos diferenciados, por uma questão de imposição e estratégia de desmobilização dos empregadores. A classe operária, quanto mais desarticulada, mais fácil seria para exploração pela burguesia.

Neste período, houve uma redução drástica das brincadeiras, haja vista que o processo de institucionalização da criança na sociedade industrial conduziu a uma escassez de atividades lúdicas (brincadeiras). Isso, porque o objetivo primordial da sociedade industrial era formar o novo homem, moldando-lhe características mais úteis às exigências do mercado de trabalho (LARIZZATTI, 2005).

Paul Lafargue (1991) elaborou críticas à superexploração do trabalho no contexto da Revolução Industrial, influenciado por discussões de Karl Marx. Em seu manifesto denominado “Direito à preguiça”, datado em 1883, Lafargue faz uma defesa ao ócio, pois ele seria possibilitador de reflexões à classe operária, para que a mesma tomasse consciência de sua condição de exploração e, com isso, pudesse se fortalecer e organizar em coletividade, para a realização da revolução.

Os operários não conseguem compreender que, cansando-se excessivamente, esgotam as suas forças antes da idade de se tornarem incapazes para qualquer trabalho; que absorvidos, embrutecidos por um único vício, já não são homens; que matam neles todas as belas faculdades para só deixarem de pé, e luxuriante, a loucura furiosa do trabalho (LAFARGUE, 1991, p.41-42)

A preguiça seria algo necessário para a tomada de consciência dos explorados e, conseqüentemente, para a transformação na sociedade. Segundo Chauí (1999, p.23 - 24), o manifesto de Lafargue pode ser entendido como:

(...) um painel da sociedade burguesa, visando alcançar o proletariado no nível da consciência de classe e por isso é a crítica da ideologia do trabalho, isto é, a exposição das causas e da forma do trabalho na economia capitalista, ou o trabalho assalariado. Sabe-se, hoje, que Lafargue pensara, inicialmente, em intitular seu panfleto como direito ao *lazer* e, depois, como direito ao ócio.

Veblen (1974), em sua obra “A teoria da classe ociosa”, ao tratar das instituições sociais nos Estados Unidos no século XIX, tece uma análise sobre

a estratificação e sua mobilidade, fazendo uma associação com o tempo disponível da classe ociosa e a consolidação da propriedade privada. Em seus apontamentos, entende o ócio não como improdutividade, mas como um tempo utilizado com atividades desvinculadas de produtividade e associado com o conhecimento, educação e habilidades dos 'bem nascidos'. Ele acredita que o ócio, como estilo de vida, tornou-se um desejo social, por ser um fator diferenciador entre classes, estando a classe ociosa no topo da estratificação social.

Por meio da revisão bibliográfica, é possível perceber que as influências sobre a construção teórica do lazer apresentam uma origem filosófica, muito ligada às sociedades Greco-Romanas, partindo da compreensão de ócio e de não trabalho. Contudo, observa-se que foi a partir do século XVIII, com a consolidação de uma sociedade industrial, que foram elaboradas reflexões mais trabalhadas sobre o tema lazer, a citar: Paul Lafargue no século XIX; Huizinga no século XX; Veblen no século XX; Dumazedier também datado no século XX; entre outros.

A partir da necessidade de conhecimento e controle social do tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados, foi também gestada, tanto nos Estados Unidos como na Europa, nas primeiras décadas do século 20, a "sociologia do lazer". Nesse contexto, como enfatiza SANT'ANNA (1994), acirrava-se o debate em torno da criação de mecanismos de regulamentação e redução da jornada de trabalho, o que gerou uma preocupação por parte dos políticos e empresários em torno dos usos que os trabalhadores pudessem fazer do seu tempo livre, instigando a realização de pesquisas sobre o tema (GOMES, 2008, p.97).

Os estudos sobre a teoria do lazer receberam importância, em face às necessidades de desenvolvimento humano e ao uso do tempo livre por parte dos trabalhadores assalariados. É importante considerar que a expansão industrial nos diversos continentes desencadeou um novo olhar sobre o tempo da sociedade, dividindo-o em dois principais momentos: o tempo destinado ao trabalho e o tempo dedicado ao descanso. Neste sentido, o tempo fora do trabalho, era igualmente funcional, pois estava a serviço da produção. Contudo, cabe destacar o papel desempenhado pela classe operária no processo de lutas por melhorias diversas, em especial, por mais tempo livre, destinado ao descanso e à recuperação dos desgastes físicos e mentais ocasionados pelas

longas jornadas de trabalho, que impulsionaram as transformações no âmbito da legislação trabalhista e políticas governamentais.

O Brasil também sofreu igualmente os impactos da I Revolução Industrial, mesmo que tardiamente, quando comparado aos principais países europeus, como Inglaterra e França. Teve início, durante o período Imperial de Dom Pedro II, em fins do século XIX, porém ganhou impulso, somente no governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930. Com a implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, criada por meio do Decreto-Lei n.5.452, de 1943, tem início as primeiras discussões sobre o lazer, no âmbito político, sendo fruto das reivindicações sociais. Com a unificação das leis trabalhistas no país, houve uma regulamentação das relações entre patrões e empregados.

Somado a este fato, identifica-se outro acontecimento de igual relevância no âmbito das ações governamentais: a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que incluiu o lazer como pauta de discussão, delimitando mundialmente a história da política pública na área e contribuindo significativamente para a reformulação sobre o tempo livre e o lazer.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948, os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos: direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluído o direito a férias remuneradas), e o direito à educação (TELLES, 1999, p.80).

A propagação do lazer como direito universal ganha ressonância no meio governamental e da sociedade civil organizada. Algumas estratégias são fruto desse modelo político:

A primeira foi a instituição em 1958 da campanha de ruas de recreio, que mobilizou a promoção de atividades esportivo-recreativas em ruas e praças da cidade. As ruas de recreio, posteriormente chamadas de Ruas de lazer, foram difundidas de tal forma nas décadas seguintes que até hoje representam o modelo de política pública de lazer da maioria dos municípios e estados brasileiros. Essa experiência pode ser considerada como a principal propagadora da política de lazer como 'cultura de eventos esporádicos'

discriminatórios e 'pacotes' de atividades baixadas pelos gabinetes técnicos (PINTO, 2008, p. 84).

Processualmente, o lazer ganha ressonância. De acordo com Pinto (2008), ele passa a se configurar como um instrumento de disciplina, educação e ordem da sociedade, o que servia diretamente aos interesses dos empregadores e Estado. Nesse contexto, em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC³) apresentam destaque, no que tange à prestação de serviços diversos, dentre eles o lazer.

As parcerias entre Sesi, Sesc, sindicatos, entidades recreativas de classe e mais algumas instituições privadas, resultaram nas principais ações no campo do lazer no Brasil. O Estado não esteve totalmente afastado (FILHO, 2007, p. 22).

O SESC e o Sesi passam a assumir um papel complementar às ações do Estado junto à sociedade, sendo caracterizado por atuações de caráter assistencial e corporativista, voltadas às áreas do lazer e recreação. O tempo livre da classe trabalhadora adquire um caráter funcional, quando pensado a partir dessas instituições, tendo em vista o redimensionamento do tempo disponível em favor do mundo da produção. Gomes (2008) considera que, neste período, o Estado apresentou especial interesse no controle da sociedade, utilizando como instrumento o lazer e a recreação. É importante refletir sobre os interesses ocultos que permearam a construção histórica do lazer no Brasil, onde a preocupação com o social nem sempre se fez presente nas ações do Estado.

A histórica conquista do lazer pelos trabalhadores assalariados, sendo restrita ao aspecto tempo, acaba assumindo como funções básicas a quebra da rotina, a compensação de frustrações, a fuga dos problemas e a recuperação das energias despendidas no exercício laboral. Dessa forma, na realidade o tempo de lazer conquistado não se contrapõe ao trabalho produtivo, mas o complementa, tornando-se funcional ao sistema vigente (GOMES, 2008, p.63).

³ O SESC foi a instituição que deu o primeiro passo nas discussões referentes ao lazer, disseminando nas décadas de 60 e 70 algumas experiências na área. Apresentou, juntamente com o Serviço Social da Indústria – Sesi, um papel complementar ao assumido pelo Estado.

De acordo com Silva (2011), essas instituições tiveram expressivas contribuições para a ampliação do lazer, no âmbito comunitário. Contudo, as suas ações se restringiam a um lazer com caráter residual, muito atrelado ao mundo da produção e à hegemonia de determinados segmentos sociais, a exemplo, os empregadores. “Não havia preocupação com a participação mais efetiva no processo de distribuição de renda e de bens sociais, como se não existissem também, diferenças de classes sociais, raças, etnias, credos, gêneros” (SILVA, 2011, p.15)

Isso seria um exemplo associado ao modelo funcionalista de lazer, que ganhou destaque no país entre as décadas de 1960 e 1970.

Essa perspectiva aponta o lazer como algo altamente conservador, que busca a ‘paz social’ e a ‘manutenção da ordem’, destacando-o também como um instrumento para suportar a disciplina e as imposições de nossa vida em sociedade (SILVA, 2011, p.17).

O lazer funcionalista foi utilizado especialmente por instituições com caráter filantrópico, objetivando o “bem-estar” da classe trabalhadora. Essa seria uma forma de recompensa, pelo esforço sofrido durante as duras jornadas de trabalho, mais precisamente, uma reposição das forças perdidas, para posterior retorno e aumento de sua produtividade.

Com a aprovação do Decreto n. 69.450, de 1971, que dispõe sobre a obrigatoriedade da educação física escolar, em todos os níveis de ensino no país, as ações do Estado são ampliadas junto à sociedade, sendo este um importante acontecimento na construção política do lazer no Brasil, que marcou a década de 1970. Em 1980, surgem novas exigências a partir do modo de produção capitalista, desta vez, relacionadas ao tratamento do lazer como um bem de consumo.

O lazer inaugurou um fato novo nas experiências políticas brasileiras. Ele deixa de ser considerado um benefício social, concedido apenas aos trabalhadores, passando a ser tratado no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos (PINTO, 2008 p. 86).

Retornando aos aspectos de lei, novamente o lazer ganha destaque na Constituição Federal. Ele é inserido na reformulação da Constituição de 1988, no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como direito social. No título VIII, Capítulo III,

Artigo 217, o Poder Público é apresentado como o responsável pelo incentivo e promoção do lazer na sociedade. Na CF/88, foi estabelecido que a jornada diária de trabalho seria de oito horas, sofrendo uma redução de 48 para 44 horas semanais.

A remuneração das férias anuais também foi alterada, ampliando em, aproximadamente, um terço a mais do que o salário mensal. Este foi um marco na história brasileira, pois tratou dos direitos sociais essenciais ao convívio em coletividade: a educação, o trabalho, a moradia, a saúde, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância, a assistência aos desamparados etc. Foi uma incorporação tardia, que se deu na maioria dos países após a Segunda Guerra Mundial.

Esse direito foi incluso nas Constituições dos Estados e Leis Orgânicas municipais encontrando na cidade, o lócus propício para a sua efetivação, uma vez que a cidade, entendida como espaço público, favorece o encontro, comunicação e exercício da alteridade, entre pessoas de diferentes origens socioculturais. Por esse motivo, o lazer enquanto direito social, conduz a um pensamento sobre a cidade e o urbano.

É possível considerar que a afirmativa acima sobre o lazer é coerente com as observações de campo, realizadas nos espaços públicos da cidade de Belém, para a construção desta tese. A imagem abaixo demonstra o passeio de famílias no Jardim Botânico Rodrigues Alves, fundado no século XX, mas que ainda hoje é procurado para o lazer da população local e de visitantes.

Foto 1: Jardim Botânico Rodrigues Alves
Fonte: França, 2017.

O lazer enquanto direito do cidadão, direito de intervir na definição de diretrizes que garantam tanto o acesso à participação, quanto à criação cultural colaboradora para humanização dos homens e da cidade, mediante a apropriação, a consolidação e a inauguração de novos direitos que perfazem a condição da cidadania (CAVALEIRO; SALGADO, 1996, p.103).

O lazer, ao atingir o campo do direito, como um fruto das reivindicações trabalhistas, enriquece o campo de discussões teóricas sobre o tempo livre social, assumindo um caráter mais humanista, de desenvolvimento humano e sociabilidade, independente de classe, condições físicas, mentais e sensoriais apropriadas. Neste sentido, considera-se que as discussões referentes ao tempo livre e ao lazer são complexas e dialogam com diversos campos do saber, a citar, a filosofia e sociologia, pois apresentam uma história indissociável do ócio, vivenciado por diferentes sociedades.

1.2 QUANTO AO ENTENDIMENTO DAS CONCEPÇÕES DE LAZER

As discussões que permeiam o conceito de lazer são amplas e variadas, distanciando-se do consenso na forma de entendê-lo. É possível identificar entre os estudiosos duas principais correntes de pensamento divergentes, das quais a primeira se fundamenta na **variável tempo** e a segunda na **variável atitude**.

A primeira corrente refere-se à variável tempo, fio condutor de todo o processo que envolve o lazer entre os indivíduos de uma sociedade. O tempo utilizado com o lazer existiria em contraposição ao tempo de trabalho, ou seja, tempo livre *versus* tempo ocupado. Logo, o lazer aconteceria somente em um espaço de tempo posterior ao de trabalho, sendo livre de obrigações, portanto, propício ao alcance do prazer. De acordo com esta linha de pensamento, o tempo livre seria funcional e restaurador de forças, enquanto o tempo de trabalho é vivido com rejeição, mas, ao mesmo tempo, necessário para a subsistência humana.

Como foi apresentado nos parágrafos anteriores, na Europa, durante o século XIX, surgem os primeiros questionamentos sobre a exploração do trabalho operário e da escassez de tempo para o lazer, representado na figura de Paul Lafargue, socialista franco-cubano, que relatava em seus escritos a rotina massacrante de trabalho da classe operária, que tinha duração entre 12 e 17 horas diárias. Lafargue conseguiu por meio de uma construção textual irônica, apresentar elementos pertinentes, contrários ao aumento da jornada de trabalho, em favor da ampliação do tempo livre da classe operária. Os reflexos deste manifesto impactaram a produção bibliográfica sobre a sociologia do Lazer, influenciando estudiosos como Joffre Dumazedier em investigações sobre o lazer da classe operária.

A falta de ação emancipatória da classe operária é apresentada por Lafargue (2005) com ênfase na superexploração da força de trabalho pela burguesia e da busca desenfreada da classe trabalhadora por mais trabalho, se referindo ao mesmo como um vício.

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a fortuna social e as nossas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que,

tornando-vos mais pobres, tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis. Eis a lei inexorável da produção capitalista (LAFARGUE, 2005, p. 20).

Retomando a primeira corrente de estudos sobre o lazer, fundamentada na **variável tempo**, pode-se dizer que ela é bem representada pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, que na década de 1970 torna públicas as suas investigações, defendendo a tese de que o lazer é fruto da Revolução industrial, iniciada no século XVIII, sem, contudo, ignorar a existência do tempo livre, situado fora do trabalho, enquanto algo sempre presente na história da humanidade. Cabe aqui uma ênfase no fato de que, em muitos momentos, a história do tempo livre da sociedade acaba por confundir-se com a história do lazer. Dumazedier, ao perceber isso, opta por retomar o conceito grego de *Scholé* para iniciar as suas análises sobre o lazer da classe trabalhadora, considerando que a principal diferença, no que tange às formas de obtenção de tempo livre entre as sociedades da Grécia Antiga e a atual, diz respeito ao fato de hoje não ser mais necessária a utilização do trabalho escravo para a obtenção de tempo livre. Este foi adquirido por meio de redução das jornadas de trabalho.

O tempo livre utilizado com o lazer, por estar condicionado a um tempo posterior ao trabalho, retira do homem, em parte, a autonomia de escolha, uma vez que se encontra atrelado a quatro períodos específicos, todos institucionalizados, sendo estes: o fim do dia; o fim da semana; as férias; e a aposentadoria (DUMAZEDIER, 1999).

Vários elementos de suas discussões teóricas apontam para um pensamento funcionalista de lazer. Dentre eles, merece destaque a classificação do lazer em três funções: Descanso, divertimento e desenvolvimento, também denominadas de 3D's. O lazer como **descanso** seria reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões do trabalho e da vida cotidiana. O **divertimento**, a exemplo da recreação e entretenimento, pode ser um fator de equilíbrio, um meio de suportar as disciplinas e as coerções necessárias à vida social. Daí a busca de uma vida de compensação e de fuga por meio do divertimento e da evasão. O **desenvolvimento** por meio do lazer se refletiria na personalidade, na

participação social maior e mais livre. De forma geral, o seu conceito de lazer torna-se frágil, por estar associado a um conjunto de ocupações realizadas em contraposição a um tempo de trabalho.

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1978, p.34).

Este autor não considera como lazer, nem o trabalho, nem as obrigações familiares, nem as sociopolíticas, nem as sócio religiosas.

O lazer é um tempo no qual o indivíduo tem o direito social de expressar a si mesmo, por si mesmo, muito mais do que nas condutas institucionalizadas, isto é, no trabalho, conjunto das obrigações familiares, sócio-política, necessárias ao governo da cidade e às atividades sócio religiosas necessárias ao exercício do culto institucional. Mas nenhuma sociedade no mundo pode deixar um setor de suas atividades sem nenhum controle social porque é a porta aberta para a delinquência, para o roubo das coisas alheias, para o parasitismo, etc. (DUMAZEDIER, 1979, p.59).

Padilha (2003) compartilha do pensamento funcionalista, aproximando-se do conceito de lazer de Dumazedier, pois o percebe dentro de um tempo residual e atrelado ao mundo da produção. O lazer serviria como válvula de escape às problemáticas do dia-a-dia e ao mesmo tempo como algo compensatório e restaurador do equilíbrio.

Gutierrez (2001, p.13) identifica algumas características marcantes das atividades de lazer podendo estas serem definidas por características como: liberdade de escolha, atividade não lucrativa, opção pessoal, tempo livre e busca do prazer. Esta última, de acordo com o autor, “(...) é uma categoria fundamental para a pesquisa do objeto lazer. Não existe lazer sem a expectativa de realizar alguma forma de prazer”.

Marcellino (1995) e Muller (2002), dentre outros autores, apresentam compreensões aproximadas sobre o lazer, interpretando-o a partir da **variável atitude** e estilo de vida, não estando limitado a um tempo pré-determinado, pois acreditam que ele se encontra presente em todos os âmbitos da vida. Para Marcellino (1995), o lazer está diretamente associado às escolhas pessoais e

ao prazer, eliminando a dicotomia tempo de lazer *versus* tempo de trabalho, que poderiam coexistir pacificamente em um mesmo tempo. O autor conceitua lazer como:

Cultura vivenciada no tempo disponível, não em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigações da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude, no valor da atuação no plano cultural, numa perspectiva 'gramsciana', como instrumento de mudança social, e na crítica à visão 'funcionalista' do lazer, à concepção 'utilitarista' da educação (MARCELLINO, 1995, p. 59).

Em suas produções, Marcellino consegue reelaborar algumas ideias de Dumazedier, avançando no que diz respeito à superação da dicotomia lazer/trabalho, incluindo as dimensões da cultura e subjetividade humana em suas análises. Gomes (2004) igualmente se destaca quanto à compreensão do tema, a partir do enfoque cultural, apresentando o lazer como um acontecimento decorrente da cultura e das inter-relações presentes na sociedade (PIMENTEL, 2010).

O lazer, entendido como cultura, leva em consideração a história da sociedade e seus diferentes modos de produção, sem, contudo, objetivar encontrar similaridades no pensar e viver o lazer em cada época. Isso ocorre porque o lazer, como é conhecido hoje, não existia, antes da Institucionalização do tempo livre. Contudo, o ócio, o brincar, o recriar, o entreter-se, enquanto elementos associativos do termo prazer, sempre existiram; estavam presentes nas relações do homem em sociedade. Isso leva a crer que o lazer não é algo novo, originário da sociedade capitalista industrial, o que fortalece a confirmação do termo lazer enquanto associativo de cultura.

Marcellino (2002) também tece críticas à existência de diversas barreiras que dificultariam certas práticas de lazer, dentre elas, as econômicas e sociais. Isso porque o modo de produção capitalista começa a mercantilizar o tempo livre, enquadrado como um serviço ofertado pelo comércio do lazer, que tem se destacado na contemporaneidade pelas possibilidades variadas de ocupação do tempo livre, de forma criativa, artificial e cronometrada.

Lafargue, já em 1883, antecipou algumas possíveis consequências, da redução da jornada diária de trabalho da classe operária; uma delas seria a sua transformação em consumidor real.

Em vez de comer por dia uma ou duas onças de carne dura, quando a comer, comerá alegres bifes de uma ou duas libras, em vez de beber moderadamente mau vinho, mais papista que o papa, beberá grandes e profundos copázios de Bordéus, de Borgonha, sem batismo industrial, e deixará a água para os animais (LAFARGUE, 1991, p. 45).

É certo que na cidade contemporânea o termo ócio adquire um sentido mais democrático, diferindo-se de *licere*, expressão originária do latim que “significa ‘ser lícito’, ‘permitido’, deixando de ser um privilégio de classe para transformar-se em um tempo mais acessível a diferentes segmentos da sociedade. Contudo, constata-se que no capitalismo o ócio perde o seu sentido, de um tempo de realização, como ocorria nas sociedades da Grécia Antiga, transformando-se em um tempo alienado, por ser dependente do trabalho e de uma cultura de consumo (WAICHMAN, 1997).

Para Ortega (2000), o lazer é liberatório, gratuito e pessoal, muito mais que simples fuga e recomposição das forças após o trabalho, pois tem o prazer como fim em si mesmo. Waichman (1997) considera o lazer como um estado existencial, não devendo ser classificado de forma simplista, como, por exemplo: lazer ativo e/ou passivo. Está diretamente vinculado ao acesso à liberdade, sendo, portanto, hedonístico e flexível.

É importante destacar que o tempo mercadoria orienta a sociedade capitalista, fazendo com que o lazer se transforme em consumo e ostentação, na qual profissionais de diversas áreas se especializam, a fim de melhor captar demandas de consumidores que dispõem de tempo e dinheiro. Autores como Waichman (1997) e Marcellino (1995) consideram ser mais coerente chamar o “tempo livre” de “tempo liberado”, pois tempo algum é totalmente livre das influências do meio. Segundo eles, em todos os momentos da vida, o homem se encontra induzido a utilizar o seu tempo em atividades programadas no âmbito do mercado, sejam elas vinculadas ao lazer, ao esporte, à educação, à cultura etc.

Há, na verdade, uma disseminação de programações ‘atraentes’ a todos os gostos, o que inicialmente pode parecer uma vontade intrínseca do ser humano; em muitos casos, isso é resultado de influências externas, em especial dos meios de comunicação de massa, que criam fetiches em torno

dos serviços de lazer. Como exemplo, é possível citar as programações de bares, restaurantes, resorts, cinemas, teatros, shows, viagens por meio de agências de turismo etc.

O aumento dos níveis de produção de artigos para o conforto material e o consumo massivo gera uma mudança nas atitudes e nos valores relacionados ao ócio. Aprofunda-se a contradição de uma cultura centrada no trabalho e no esforço com a possibilidade de gastar (consumir) parte do produzido em elementos não imprescindíveis que produzem prazer (WAICHMAN, 1997, p.51).

A mercadoria, segundo a teoria marxista, é uma unidade contraditória e dialética: valor de uso-valor de troca. No capitalismo, como não se troca nada se não houver o valor de uso, desencadeou-se um aumento da comercialização de bens e serviços, em que o ócio passou a ser compreendido como conquista a partir do esforço de trabalho realizado. O tempo livre passou a ser percebido como recompensa pelo esforço no trabalho, sendo este de extrema relevância à dinâmica capitalista.

A ideologia vinculada pela mídia reforça a ideia de que, após várias décadas voltadas exclusivamente para o trabalho e para a escala profissional, as pessoas estão concluindo que 'viver bem' – ou seja, usufruir o lazer enquanto um produto que é comercializado na forma de shopping centers, bares, boates, festas, shows, clubes, esportes radicais, cinemas, CDs, jogos eletrônicos, internet, parques temáticos, casinos, hotéis-fazenda, resorts, spas, pacotes turísticos e outras tantas atrações – alcança mais do que uma busca obsessiva pelo sucesso profissional. Isso é concretizado por meio da redescoberta do 'valor' dos conteúdos que compõem o universo cultural do lazer para as pessoas de diferentes faixas etárias e grupos sociais (GOMES, 2008, p.75).

O lazer, pensado sob a lógica capitalista, ao adquirir aspectos de mercadoria, acaba por necessitar de espaços diferenciadores, que possibilitem a comercialização, bem como a diferenciação entre classes. Nesse contexto, espaços privados são a cidade contemporânea, que apresenta características segregadoras quanto às formas de acesso e permanência do público.

Logo vem à tona alguns questionamentos sobre a gratuidade do lazer. Onde as pessoas que não podem pagar pelo lazer mercadoria encontram espaço para o usufruírem no tempo livre? Felizmente, o usufruto do tempo livre social com o lazer não se encontra condicionado ao pagamento de taxas. Há na cidade o que se pode denominar de 'espaço público de lazer', sendo este, o

lócus privilegiado para o encontro entre pessoas de diferentes níveis socioeconômicos. Neste sentido, pode-se afirmar que, enquanto o espaço público de lazer é caracterizado pela diferença, o privado acaba por restringir o acesso dos iguais, quando pensado a partir do acesso intermediado pelo pagamento de taxas ou consumo de produtos e serviços.

O espaço público como lócus da diferença (ARANTES, 2013) será parte integrante das reflexões defendidas nesta tese. Mesmo tecendo críticas sobre o lazer funcional e restaurador da força de trabalho, utilizado pelo homem para descansar, desestressar e retornar mais fortalecido ao ambiente de trabalho, considera-se ser este o lazer que predomina na contemporaneidade. Contudo, mesmo diante de um contexto altamente desfavorável à “humanização do lazer” (MARCELLINO, 2005), que significaria uma possibilidade para o desenvolvimento humano, por meio de convivências interpessoais, conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, entre outras possibilidades enriquecedoras, acredita-se ser o espaço público de lazer o principal lócus dentro da cidade para o alcance deste objetivo.

(...) o lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorrem em um tempo/espaço específico. Assim, o lazer inclui a fruição de diversas manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes, entre inúmeras outras possibilidades. Inclui ainda o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir em nosso meio social, notáveis experiências de lazer – não como um privilégio de classe (GOMES, 2008, p. 125).

Medeiros (1971) trata o lazer como necessidade humana, como cultura, presente em diversas sociedades. Tempo e espaço são intrínsecos à sua compreensão. Na mesma linha de pensamento encontra-se Gomes (2014), que trata da dimensão cultural do lazer como uma necessidade humana de busca por prazer e autorrealização, que dialoga diretamente com as diversas dimensões da vida, a citar o trabalho.

O lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, concebido enquanto uma produção cultural humana, o lazer constituiu relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem e com a arte, entre outras dimensões da vida social, sendo parte integrante e constitutiva de cada coletividade. Neste sentido, o lazer pode e deve dialogar com o trabalho, mas não de uma forma binária, que exclua outros fenômenos sociais,

tampouco o binômio lazer-trabalho seria o mais importante a ser contemplado na produção teórico-conceitual sobre a temática (GOMES, 2014, p. 12).

A dimensão espacial do lazer não tem sido considerada em muitos estudos que partem de análises binárias entre lazer/trabalho. Isso dificultaria o entendimento de dimensão cultural, representada por elementos lúdicos, representativos da espécie humana. Neste sentido, Gomes (2008, p.126), em seus estudos, combina quatro elementos inter-relacionados que constituem o lazer. São eles: Tempo; Espaço-lugar; Manifestações culturais; e Atitude.

O tempo, corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.); Espaço-lugar, que vai além do espaço físico por ser um local do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro consigo, com o outro e com o mundo, além do convívio social para o lazer; Manifestações culturais, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento; Atitude ou ação, que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade (GOMES, 2008, p.126).

Esta concepção de lazer será aqui defendida, por estar coerente com as discussões e defesa de um lazer liberatório e gratuito, possível de ser desenvolvido nos espaços públicos das cidades. Para Gomes (2008, 2014), as análises contemporâneas sobre o lazer devem levar em conta o tempo livre, conquistado e considerado pela classe trabalhadora para o usufruto com o lazer, a citar o período de férias, feriados e fins de semana, por ser este, institucionalizado como um direito social. “De certa forma, são esses os momentos consagrados pelo lazer não apenas no Brasil, mas em todo o mundo” (GOMES, 2008, p.129).

Foto 2: Atividades de lazer na Orla
Fonte: França, 2017.

É importante considerar que nos últimos anos o lazer tornou-se alvo não somente dos interesses do mercado, mas também do Estado, cada vez mais preocupado com o atendimento das diferentes demandas, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências físicas, entre outras. Isso tem se refletido na ampliação dos estudos na área. As pesquisas sobre envelhecimento humano, ao abordarem a velhice enquanto categoria construída socialmente, pela diminuição da taxa de mortalidade e de fecundidade, principalmente nos centros urbanos, tem subsidiado a elaboração de documentos diferenciados.

Já é possível observar em documentos como o Estatuto do Idoso/2003 uma ênfase na importância do lazer para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, além de ser incentivado pelo poder público. Estudos como o de Evelim (2002) apontam que no Brasil há número de idosos superior à faixa dos 15 milhões, conforme o censo de 2000/IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Há, portanto, uma demanda crescente de idosos que necessitam do Estado atuante em diversos setores, a exemplo da previdência, saúde e lazer, diretamente associados à melhoria da qualidade de vida da população.

Outro importante documento que faz referência ao lazer é a lei n.8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), em que o lazer é descrito como um direito a ser assegurado à família e à sociedade em geral, e deve ser estimulado pelos municípios, a fim de facilitar a promoção de programas culturais. Ainda nesse contexto, é possível citar a Política Nacional para a integração das pessoas portadoras de deficiências, com destaque ao Decreto 3.298.

Neste sentido, os elementos intrínsecos ao lazer nos conduzem a pensá-lo em sintonia com a dinâmica sociocultural, econômica e política de cada época. Contudo, os avanços na efetivação do direito ao lazer serão frutos de reivindicações e lutas sociais.

1.3 ASPECTOS PERTINENTES À RECREAÇÃO

Por mais estranho que possa parecer, lazer e recreação não são sinônimos, pois apresentam pequenas diferenças em termos conceituais e práticos. Segundo Larizzatti (2005, p.17), a palavra recreação vem do latim *recreation*, que significa recriar, restaurar. Muitos autores não distinguem lazer e recreação, pois acreditam ser a mesma coisa; outros definem a recreação como uma função do lazer, isto é, a recreação seria o momento destinado à autoexpressão do indivíduo, uma possibilidade de ser ativo. Logo, a utilização do termo lazer seria mais adequada para fazer referência a um universo maior de possibilidades de atividades propiciadoras de prazer na sociedade.

É importante, contudo, não arriscar qualquer tentativa de generalização. Em relação a isso, Camargo (1986) faz o seguinte questionamento: o que seria mais prazeroso? Compor uma música ou ouvi-la? A composição da canção deveria ser classificada como atividade, enquanto a apreciação se enquadraria em passividade? Esse pensamento não estaria atrelado ao mundo da produção e do consumo? Para Marcellino (2002), a simples prática não significa participação, como nem todo “consumo” corresponde necessariamente à passividade, quebrando mais um tabu sobre os elementos dicotomizados, pertinentes às discussões deste tema.

De acordo com Dumazedier (1978), o conceito de recreação surgiu nos Estados Unidos, bem como o conceito de lazer, porém em épocas diferentes. Recreação ou “recreation” nasceu e se fortaleceu nos fins do século XIX,

quando o movimento de urbanização levou a população americana em direção às cidades do Leste, em uma enorme conurbação. As terras abandonadas no campo foram organizadas em Parques Nacionais, para evitar a sua deterioração e também para preservar a vegetação para as gerações futuras.

Em comparação com os outros países, a rapidez com que o movimento da recreação se expandiu nos EUA foi algo realmente espantoso no início do século 20: centros industriais, grandes cidades, zonas rurais. Condizente com o projeto político-educacional da época, um programa de recreação deveria proporcionar atividades alegres e prazerosas, desenvolvidas principalmente ao ar livre e organizadas por instrutores profissionais ou voluntários. Essa preocupação, tinha como finalidade, a manutenção da ordem, o controle moral, a disciplina e a manipulação social – valores vigentes na época (GOMES, 2008, p.91-92).

A animação nos Parques Nacionais foi de grande relevância para a dinamização e manutenção dos espaços desocupados, servindo ao lazer da população local. Contudo, em 1950, o conceito de recreação tornou-se insuficiente para responder aos problemas que o lazer colocava, ou o que se chamou de lazer. Nas décadas seguintes, a recreação ganhou um forte aspecto de mercadoria, por necessitar, em muitos casos, de intermediação e equipamentos mais específicos para o atendimento de atividades mais dinâmicas e programadas.

A atividade na recreação é espontânea, mas não deve ser um ‘fazer por fazer’. É o processo de recriar, de renovar e não apenas uma simples atividade. Deve ser um ‘fazer para ser’. Para alguns a diferença entre lazer e recreação é que a recreação procura uma satisfação imediata, é uma atividade, ao passo que o lazer é um processo mais amplo, com mais variáveis (LARIZZATTI, 2005, p.17).

Segundo Larizzatti (2005), a recreação caracteriza-se principalmente pelo uso do jogo, que vem do latim *jocus*, que significa brincadeira, divertimento, zombaria, desafio, representação. Envolve atividades lúdicas. Para as crianças e pré-adolescentes, os jogos e brincadeiras praticamente assumem as dimensões da vida real. Na atividade lúdica, eles imitam o que observam, aprendem sobre si mesmos e seus ambientes e expressam a intensidade de suas emoções.

O jogo é fato mais antigo que a cultura, pois esta, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana;

mas, os animais não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica. É-nos possível afirmar com segurança que a civilização humana não acrescentou característica essencial alguma à ideia geral de jogo. Os animais brincam tal como os homens (HUIZINGA, 2000, p.140).

O adjetivo lúdico nasceu de ludo, cuja origem está no latim *ludus* (“jogo”, “divertimento”, “passatempo”). *Ludus* tem como sinônimo *jocus*, que se refere aos jogos públicos. Huizinga (2000) acredita que a vida moderna tem dificultado a compreensão do que seria o lúdico, nos conduzindo a interpretações confusas e distorcidas de seu sentido real. Cita como exemplo, o jogo dentro do esporte, que em decorrência da necessidade de grande organização técnica dos participantes, coloca em questão o real sentido do termo lúdico.

Este autor desenvolve questionamentos quanto à sobrevivência do lúdico na sociedade, o que nos leva a refletir sobre as dimensões do lúdico nos espaços públicos de lazer. Não estaria este mais associado aos aspectos da liberdade e gratuidade proporcionadas pelos espaços públicos na cidade? Neste sentido, acredita-se que a dimensão do lúdico ainda adquire ressonância quando pensado no contexto urbano, desatrelado do comércio e da produtividade.

No âmbito da mercantilização do lazer no Brasil, é considerável a participação do poder público, em termos de incentivos financeiros à iniciativa privada, no que tange à redução de impostos e criação de linhas de créditos destinados à construção de parques no país. Dentre os parques criados estão: “Beto Carreiro, em 1991; o Parque da Mônica, em 1993; o Parque do Gugu, em 1997; o Terra Encantada, em 1998; o Wet’n Wild São Paulo, em 1998; o Wet’n Wild Rio de Janeiro, em 1999; e o Hopi Hari, em 1999” (FILHO, 2007, p. 27). Neste contexto em que o lazer ganha aspecto de mercadoria, observa-se uma ampliação do mercado de trabalho nesta área, que exige cada vez mais, qualificação dos profissionais. O “produto lazer” configura-se processualmente como um bem de consumo, almejado pela classe trabalhadora, para emprego do “tempo livre”. Com isso, passa a ser associado a status de classe.

Estudiosos como Francieleudo e Martins (2016) acreditam que o ócio e o tempo social somente devem ser analisados tendo como base a compreensão

da subjetividade dos sujeitos que os vivenciam, visto que a crise de valores se torna um agravante nas interpretações contemporâneas sobre o tema. Neste sentido, acredita-se que o estudo do lazer na cidade necessita de cautela, a fim de evitar o seu tratamento como simples mercadoria a ser aperfeiçoada para a maior comercialização.

A diversão e o lúdico são traços de todas as sociedades conhecidas, em todas as épocas da história, e podem acontecer em qualquer momento do cotidiano dos indivíduos, trabalhem eles ou não. Marcellino (2002) transfere tal pensamento para a realidade atual, ao perceber o lazer nas diversas esferas da vida social, em que o tempo livre, como um tempo social, pode ser definido como um período de vivência em coletividade, mas também institucionalizado pela mesma sociedade que o vivencia, tornando-se um produto de consumo, uma mercadoria sujeita à venda e à compra. É fruto da dinâmica capitalista que dissemina valores e formas de utilização, ou melhor, “liberado” das obrigações, pois tempo algum é totalmente livre das influências externas. Vale destacar, que mesmo sendo uma visão pessimista, apresenta certa coerência com a dinâmica econômica do atual modo de produção, não devendo ser descartada nas investigações sobre o tema.

Tendo como base as compreensões teóricas aqui apresentadas, considera-se que a vivência de um tempo exclusivo para repousar, para se divertir e buscar práticas prazerosas, é fruto de uma sociedade institucionalizada, que ganhou força a partir do século XVIII, quando se identifica a sistematização do trabalho, cronometragem de tempo e disseminação de uma cultura focada em alta produtividade. Consequentemente, os momentos de descanso e outras práticas oriundas da liberdade de escolha e geradoras de prazer, ganham ar de “permissividade” e “recompensa”, quando realizadas em um intervalo de tempo, posterior à realização do trabalho. Esses acontecimentos estão relacionados à institucionalização do tempo livre pela sociedade capitalista.

É importante destacar que, por muito tempo, os estudos do lazer estiveram limitados à compreensão do tempo livre social, para o seu usufruto como uma tentativa de apresentar uma conceituação do termo que melhor atendesse as expectativas dos estudiosos. Após Dumazedier, na década de

1970, muitos outros pesquisadores do tema demonstraram esforço para entender e conceituar a categoria lazer, sem que houvesse, de fato, avanço significativo. Muitos permaneceram restritos a responder repetidamente o significado do termo lazer: a quem se destina? quais as atividades são consideradas lazer? qual a diferença entre lazer e recreação? lazer é lúdico? lazer é ócio? Ou simplesmente situaram o lazer na era industrial, em sua relação dicotômica com o trabalho.

Esta tese faz, sim, um retrospecto dessas principais questões, porém com o objetivo de gerar uma reflexão sobre o papel do lazer na cidade contemporânea: Quais os principais avanços e retrocessos? É possível identificar alguns avanços no que tange às possibilidades de experiências subjetivas, em busca do prazer, bem como de interações culturais mais enriquecedoras. É importante compreender que o modo de produção capitalista tem conduzido a um processo de mercantilização não somente da cidade, mas também de tudo o que nela está contido.

Mesmo com as críticas direcionadas ao tratamento do lazer como um produto de mercado, compreende-se que a cidade ainda se apresenta extremamente favorável à concretização do direito ao lazer, pois é nos espaços públicos de lazer, sejam eles equipados ou não, que a sociedade tem a possibilidade, não somente o acesso, ao encontro e ao exercício da alteridade entre pessoas de diferentes bairros, cidades, culturas e condições financeiras. O que os motiva a dividir o mesmo espaço? Se questionados, as respostas dos frequentadores, certamente, convergirão para a obtenção de lazer livre, gratuito e com certo nível de segurança, quando comparado aos demais espaços da cidade não específicos ao lazer.

Vale enfatizar que o conceito de espaço público adotado nesta tese é amplo, permitindo que o mesmo seja utilizado para fazer referência a espaços diversos, como, por exemplo, as praças, parques, ruas, centro comercial, entre outros, considerados com importância na organização da vida urbana, pois proporcionam ação e expressão do coletivo. Isso nos conduz a pensar que o espaço público, no contexto atual, pode ser entendido como uma espécie de termômetro para a observação da dinâmica da cidade; o espaço público destinado ao lazer, mais ainda. Isso ocorre porque lá se reúnem pessoas um

pouco mais distantes da correria diária, mais alegres e receptivas ao diálogo e às negociações (mesmo que estas estejam apenas relacionadas ao compartilhamento do espaço).

É possível afirmar que a conformação de espaços de lazer na cidade, sejam eles públicos ou privados, é altamente impactante na produção urbana, por interferir, de algum modo, no território, bem como nas relações socioculturais de seus usuários e população moradora ao entorno. Nesta tese, ao pensarmos nos possíveis reflexos da construção e/ou reconfiguração de espaços de lazer, imediatamente nos vem à mente questões como: o direito à cidade; o uso do solo; as relações conflitivas envolvendo o poder público; sociedade e iniciativa privada; violência urbana; entre outros. Essas questões são essenciais a uma compreensão do lazer como cultura, que encontra ressonância no espaço público para o alcance de sua essência.

Como elemento conclusivo, considera-se o lazer algo característico da cultura humana, pois resulta, em muitos casos, de escolhas pessoais e busca do prazer, sendo, portanto, subjetivo. É resultante das relações interativas entre pessoas, espaços, objetos, que são criados e recriados de maneiras diversas, envolvendo com frequência a ludicidade. Nesse sentido, os estudos do lazer no âmbito da cidade ganham melhor amplitude quando estão vinculados às discussões sobre democratização e direito social. Não se trata somente de um simples questionamento e reflexão sobre o direito ao lazer e ao espaço público na cidade, mas sim aos direitos sociais de forma mais ampla, dentre eles: a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; direito à cidade e aos espaços públicos de qualidade; direito de ir e vir; direito a transporte, segurança, moradia, saneamento básico, entre outros.

CAPÍTULO II: CONFORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: ASPECTOS HISTÓRICOS EM BELÉM-PARÁ

O imaginário ocidental sobre o uso das águas marítimas para fins de saúde e lazer entre os séculos XVIII e XIX é muito bem abordado por Alain Corbin (1989, p.23), que traça uma linha do tempo, revelando os principais acontecimentos históricos que somaram para a construção de um valor pejorativo destinado ao mar. As grandes expedições se constituíram em um grande desafio ao homem, que precisou passar longos períodos navegando e enfrentando dificuldades como fome, pestes, enjoos e tempestades, que eram interpretadas, na época, pelos viajantes como um a fúria do mar.

O espantoso destino dos navegadores dos tempos modernos suscita uma abundante literatura científica, médica, que reforça as imagens negativas do oceano. Descrevi longamente em outro estudo o modo como o barco se apresenta então como o lugar do maléfico por excelência. Entre seus flancos de madeira úmida acumulam germes da fermentação e da putrefação; no fundo do abismo negro e fétido do porão, a latrina concentra todos os miasmas. Dos navios, afirma-se, surge frequentemente a infecção, emerge a epidemia. A nave no porto ameaça a saúde da cidade. O mar faz apodrecer os marujos. A travessia provoca o escorbuto, doença de alcance simbólico que deteriora a carne de suas vítimas. A decomposição dos alimentos embarcados, a descoberta das doenças exóticas, levam a comparar o navio ao monturo (CORBIN, 1989, p.26).

A mudança de valor do mar é revelada de forma associativa às transformações advindas do urbanismo, visto que o processo de industrialização das cidades e o aumento do tempo livre refletiram em maiores preocupações com a saúde e o lazer da sociedade. Neste contexto, os banhos em águas temais são inicialmente apresentados como um elemento diferenciador entre classes sociais, se popularizando processualmente como um tipo de lazer.

O turista do século XVIII, em troca, vem antes de tudo para mergulhar numa dessas 'cenas de praia', imagem que a visita aos museus e a gravura imprimiram em seu espírito. Os pintores e gravuristas flamengos, e depois holandeses, propõem-lhe um modelo de apreciação das dunas, da areia, da praia e das perspectivas costeiras (CORBIN, 1989, p.49).

Esta breve reflexão sobre o imaginário social construído sobre o mar, no decorrer dos séculos, será de grande valia para o entendimento de questões contemporâneas que permeiam a produção de espaços públicos de lazer com vistas para o rio na cidade de Belém do Pará.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a cidade de Belém do Pará, identificando alguns acontecimentos marcantes que influenciaram a produção e reconfiguração de espaços públicos que hoje são utilizados para fins de lazer. Para tanto, inicia-se com o surgimento dos primeiros largos públicos, demonstrando como se constituíram e a sua funcionalidade ao longo dos séculos, até chegar na compreensão de espaços públicos de lazer e a sua relação com rio⁴ no âmbito do projeto de cidade contemporânea.

Desde a fundação da cidade de Belém, no século XVII, até aproximadamente duas décadas atrás, o rio apresentou-se aos gestores públicos locais com um valor pejorativo, relacionado à insalubridade, proliferação de mau cheiro e doenças diversas, pois muitos dejetos eram nele despejados e não prevalecia, na época, uma preocupação ambiental.

Corbin (1989) afirma que antes do século XVIII as representações sociais sobre o mar eram permeadas por sentimentos de repulsa, muito associadas a naufrágio de embarcações, proliferação de doenças e mal cheiro, além de enjoos causados pelas longas viagens. Os avanços nas técnicas de navegação contribuíram para um repensar quanto ao papel do mar e suas praias para a saúde e lazer da sociedade. Em meados do século XVIII, o mar e o banho em praias passam a ser associados a fins medicinais. “Doravante espera-se do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a harmonia do corpo e da alma, que estanque a perda de energia vital de uma classe social” (CORBIN, 1989, p.74).

Já no fim do século XX, o rio eleva-se em termos de importância na composição do planejamento urbano, por meio da conformação e reconfiguração de espaços públicos, para a utilização com fins de lazer e turismo.

⁴ A cidade de Belém é banhada pela Baía do Guajará e Rio Guamá. A baía do Guajará é um sistema fluvial que sofre influência direta de maré; na sua margem direita, está localizada a cidade de Belém. Em sua margem esquerda, encontram-se 39 ilhas (GREGÓRIO, 2008). O rio Guamá é um curso de água que tem origem no nordeste do estado do Pará e banha a Orla sul da cidade.

O papel assumido pelo rio, neste constructo, será enfatizado objetivando entender: de que forma ele influenciou na produção da cidade de Belém, no decorrer dos diferentes séculos? O que representou no processo de pensar a cidade e o espaço público no período colonial? Quais as alternâncias e permanências no que tange à relação do rio com a conformação e reconfiguração de espaços públicos? O entendimento dessas questões é necessário para a apreensão dos processos de produção de cidade, em que o espaço público de lazer vem adquirindo destaque, tanto em termos de embelezamento urbano, quanto ao seu valor aglutinador e disseminador de ideologias dominantes. A sua utilização pelo Estado, enquanto instrumento de controle, vigilância, propagador de padrões comportamentais e direcionador da produção habitacional, se fará presente no decorrer dos capítulos desta tese.

O espaço público de lazer será trabalhado enquanto um constructo teórico associado à industrialização das cidades, sem, contudo, perder de vista o aspecto cultural, presente na busca permanente da sociedade por prazer.

2.1 O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA EVOLUÇÃO URBANA

A fundação da cidade de Belém, assim como a maioria das cidades brasileiras litorâneas, a citar Natal, Salvador e Recife, esteve ligada à construção de uma fortificação, com fins de proteção territorial. De acordo com Moreira (1966), em 1616 o Forte do Presépio foi edificado às margens do Rio Guamá, em uma parte mais elevada do território e com significativo isolamento da área continental, em decorrência das áreas alagadas que o circundavam. As irregularidades no nivelamento do território, apresentando baixa elevação, eram extremamente propícias aos alagamentos. O clima úmido e chuvoso da região mantinha os alagamentos cheios durante o ano inteiro. O maior de todos, localizava-se ao entorno do Forte, recebendo dos índios a denominação de Piry, também conhecido como Juçara, desta forma escrito em alguns registros da época (CORREIA, 1989).

Águas paradas, aves multicores, ambiente tranquilo e soberbo de verdejante mururés compunham o Piry que os nativos denominavam de baixios da Juçara, para caracterizar o igapó que originava a formação do “lago”, criando uma enorme bacia alagada no interior da urbe. (FILHO, 1976, p.153).

O mapa abaixo, representativo da evolução urbana no século XVII, revela o Forte enquanto eixo fundacional do vilarejo, cercado pelo Rio Guamá e o alagado Pirí.

Mapa 3: Início do processo de urbanização de Belém (fins do século XVII)
Fonte: França e Ferreira 2017. Adaptado a partir do trabalho de Corrêa, 1989.

O pequeno vilarejo foi progredindo lentamente em seu avanço territorial, com uma composição espacial marcada por chão de terra batida, cercado por grandes áreas progressivamente baixas (partindo do Forte em direção ao interior), conforme é possível observar na imagem acima. Neste mapa, o Forte aparece no ponto de maior elevação da nascente cidade. “Belém começava a dilatar-se para além das muralhas frágeis de madeira trançada que circundavam o forte, fixando seus limites e garantindo sua proteção” (FILHO, 1976, p.59).

As primeiras igrejas e conventos⁵ de Belém foram edificadas a partir do Forte do Presépio, seguindo em direção ao interior da cidade, como forma de apoio à expansão territorial objetivada pela Coroa Portuguesa. Eram erguidas em grandes terrenos descampados, com arquitetura simples, utilizando, em muitos casos, palha, pedra e barro. Elas eram construídas sempre interligadas ao eixo inicial da cidade, onde o largo assumia um papel periférico, pois era utilizado como um espaço complementar das mesmas, para fins de organização da vida social, por meio da coesão dos fiéis, sem que houvesse fins de lazer, especificamente.

Era costume na instituição das igrejas que se reservasse dois espaços imediatos em sua frente: o **pátio**, considerado de uso privativo para eventos religiosos e adiante o **largo**, para frequência popular em romarias. (SOARES, 2009, p.26).

O Forte do Presépio, mesmo em sua precariedade em termos de construção, foi considerado um largo aglutinador, por comportar o primeiro espaço religioso de Belém, dedicado à Nossa Senhora das Graças. O Largo das Armas funcionou no centro da fortificação, sendo visto por alguns estudiosos, como “(...) o **primeiro largo** da nova terra” (SOARES, 2009, p.13).

Foto 3: Largo das Armas no Forte do Presépio
Fonte: Jéssika França, 2017.

⁵ Ver mapa de n.5. Intitulado: As primeiras igrejas e praças de Belém.

Após a reforma na estrutura física do Forte, o templo religioso de N. Sa. das Graças ganhou nova sede, mas continuou às proximidades do Forte, distante poucos metros. Em frente à nova igreja, havia uma área descampada, que deu origem ao **segundo largo** da cidade (SOARES, 2009): O Largo da Matriz, no ano de 1619. Hoje, é mais conhecido como Largo da Sé e Praça Frei Caetano Brandão, criado como continuidade da igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, atualmente nomeada de Catedral Metropolitana de Belém ou Catedral da Sé.

Esta modificação tratou-se de uma tentativa de expansão do vilarejo e adequação aos hábitos culturais dos colonizadores. “(...) a construção para a nova ermida, marcaria para a posteridade, desde 1619, o centro de toda a irradiação construtiva da futura cidade de Belém” (FILHO, 1976, p.126).

Neste sentido, a expansão urbana teve como ponto de partida o eixo fundacional, seguindo em direção ao interior, onde as ruas abertas sempre convergiam ao centro.

Como todas as atividades realizadas pela sociedade na época tinham o Forte como ponto inicial ou final, as ruas foram traçadas com o intuito de possibilitar o seu acesso, seguindo um modelo português, de hierarquização a partir de edificações religiosas com algumas adaptações à topografia local, resultando na composição de caminhos e ruas tortuosas. Em 1619, soldados, colonos e índios trabalharam conjuntamente no processo de fortalecimento da colônia, buscando caminhos mais distantes do Forte, resultando nas primeiras ruas, a citar: Rua do Norte, Rua do Espírito Santo, Rua dos Cavaleiros, Rua de São João. (VALENTE, 1993, p.11).

A estrutura urbana apresentava, neste período, ruas estreitas e irregulares, onde prevalecia a existência de casas com um único pavimento de taipa ou eram revestidas de barro. Este era considerado, por estudiosos como Penteado (1968) e Moreira (1985), um desenvolvimento urbano próximo do que se pode chamar de “espontâneo”. Eidorfe Moreira (1985) acredita que o crescimento aditivo da cidade conduziu a uma certa irregularidade no traçado urbano, revelado no desenho das quadras. Há predominância das linhas retas, que em muitas situações ignoraram a singularidade geográfica local, marcada por alagamentos.

O mapa nº4, abaixo demonstra a relação das primeiras ruas abertas na cidade com os espaços religiosos e fortificação, sendo esta uma lógica seguida no processo de expansão urbana, durante os primeiros dois séculos de fundação.

Mapa 4: Primeiras ruas de Belém

Fonte: Valente, 1993. Complementado por França, 2017.

Ainda nas primeiras décadas após a fundação, alguns santos padroeiros foram homenageados, por meio de cultos, procissões e festividades, se expandindo pelas novas igrejas e construindo processualmente, relações de identidade com a população originária local. Igrejas, largos e ruas da crescente cidade constituíam-se em lócus desses acontecimentos.

No mapa abaixo, é possível identificar a localização das primeiras igrejas, com as suas respectivas datas de fundação. 1ª Igreja de N. Sra. das Graças (1616); 2ª Igreja N. Sra. das Graças (1619)⁶; 3ª Igreja de São João Batista (1622); 4ª Igreja N. Sra. do Carmo (1626); 5ª Igreja e Convento Sto. Antônio (1628); 6ª Igreja N. Sra. das Mercês (1640); 7ª Igreja N. Sra. da Misericórdia (1650); 8ª Igreja N. Sra. do Rosário (1720); 9ª Convento São José (1749); 10ª Igreja N. Sra. Sant'Anna (1761).

⁶ Com a ampliação do número de fiéis, houve a necessidade de construção de uma nova igreja, em substituição. A nova edificação da igreja de N. Sra. das Graças foi erguida há poucos metros de distância do Forte, sendo também conhecida, como igreja de N. Sra. da Sé.

Mapa 5: Primeiras Igrejas e praças de Belém

Fonte: França e Ferreira 2017. Adaptado a partir do trabalho de Soares, 2009.

A partir de 1626, no Largo de São João, de caráter altamente festivo, iniciou-se a promoção dos portugueses em 24 de junho, com enorme adesão dos tupinambás, que participavam com grande alegria em meio à animação com fogueiras, danças e, certamente, atrevimentos alcoólicos. Houve, portanto, coincidência entre o propósito católico de atrair os índios ao convívio missionário catequético e as práticas rituais indígenas, simbolizadas pelas fogueiras de São João. Talvez seja por causa disso que os festejos juninos tenham tomado a proporção e a importância que ganharam no calendário festivo (SOARES, 2009, p.33).

A disseminação de largos, enquanto ampliação territorial das igrejas, teve continuidade nos anos seguintes, quando em 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado assumiu o governo, dando continuidade à institucionalização dos largos enquanto espaços de extensão do poder religioso, com fins apenas de aglutinação de pessoas para realização de atividades voltadas à consolidação do catolicismo. Somente em fins do século XIX é que os largos passam a receber a denominação de praças públicas e com isso, passam a ser associados ao lazer.

O projeto urbanístico do governador, apesar de manter a institucionalização dos largos, continha a filosofia urbana portuguesa de que eles eram apenas espaços para ajuntamento público, sem necessidade de se transformar em recantos de lazer e encontros, o que só aconteceria posteriormente (SOARES, 2009, p.34).

Juntamente com a expansão da cidade, por meio do adentramento ao interior, é que surgem os primeiros largos como extensão de prédios públicos institucionais, que sediaram administrações governamentais.

No ano de 1676, a cidade recebeu 234 colonos açorianos; com isso, foi necessária a abertura de novas ruas para alojá-los. Isto revela um aumento populacional significativo que impactou diretamente na produção habitacional, conduzindo à expansão intraurbana. Abaixo, observa-se um mapa assinado por Penteado (1968, p.101), revelador de uma ampliação da ocupação territorial, que ultrapassou os limites do alagadiço. Novas ruas e travessas foram abertas, ocupadas por edificações com diversos fins, além de religiosos e habitacionais, transformando, sobremaneira, o desenho de cidade neste século. É possível observar a divisão dos dois núcleos, Cidade e Campina pelo alagado Piry de Juçara.

Mapa 6: Belém nos fins do séc. XVII

Fonte: França e Ferreira 2017, adaptado a partir do trabalho de Penteado, 1968, p. 101.

Com a conformação do núcleo da Campina, houve uma transferência de parte da população e dos espaços de decisões políticas, religiosas e econômicas do núcleo Cidade para o novo espaço.

Segundo Souza Ferreira, por volta de 1685, Belém já possuía quinhentos habitantes e ao final do século XVIII a cidade já registra 10.620 hab. Ao findar o século XVII, já era possível distinguir os dois núcleos iniciais da cidade, separados pelo Pirí. Sendo que o da cidade ficava junto ao Forte do Presépio (SARGES, 2000, p. 42).

Juntamente com o crescimento populacional e a expansão territorial, para além do primeiro núcleo da cidade, as relações comerciais começam a exigir novas alternativas de intermediação na sociedade local. É quando, no ano de 1749, o dinheiro amoeado começa a circular.

Neste contexto do século XVIII, a expansão urbana local tinha o rio e as áreas alagadas como um fator impeditivo, sendo apresentado com ricos detalhes por Almeida (2001), que faz uma análise sob o viés de utilidade.

O combate aos pântanos era considerado importante para moradores que acreditavam que aqueles eram espaços propícios ao desenvolvimento de enfermidades, ou ainda, obstáculos a serem

superados. Os dirigentes provinciais assim pensavam e nos jornais que circularam na Belém dos oitocentos, os textos reproduziam esse modo de pensar, não raramente expressando o pensamento médico. Todavia, possivelmente para aqueles que mantinham uma convivência rotineira e de longa data com aquelas áreas, estas não se constituíssem em lugares pestíferos. Relativamente a essa questão, nos anos quarenta, Bates anotou a presença de lavadeiras e aguadeiros, os quais se dirigiam às áreas baixas e pantanosas da cidade para lavar roupas e encher pipas d'água, o que implicava certamente, em idas e vindas pelos ditos terrenos baixos e pantanosos da cidade de Belém (ALMEIDA, 2001, p.7).

No final do século XVIII, com a continuidade da expansão intraurbana, houve uma ampliação das construções de segunda residência, nas quais as classes abastadas passavam os seus dias mais tranquilos. Estas se caracterizavam por estarem situadas em áreas afastadas do centro, destinadas ao descanso das famílias, sob a denominação de “rocinha”.

Somente na segunda metade do séc. XVIII começa a se observar um movimento de interiorização em sentido contrário à gravitação do rio, surgindo assim, a frente sertaneja de penetração ao sítio (PARÁ, 1992, p.18).

No Plano Geral de Belém, representativo dos anos finais do século XVIII, é possível perceber que a grande área da cidade, já edificada ao entorno do rio, apresentava ruas com acesso a este. Isso conduz a uma reflexão sobre o papel das águas urbanas no processo de pensar a cidade, desde os seus anos iniciais de fundação, até a atualidade. Neste sentido, o acesso ao rio pensado e representado no desenho das ruas abertas à Baía do Guajará nos conduz a refletir sobre os interesses divergentes quanto à sua utilização pela sociedade da época.

Mapa 7: Plano Geral de Belém, 1791 de Theodósio Chermont
 Fonte: Sudoestsp (arquivo histórico do exército RJ). Adaptado por França, 2017.

É possível observar no mapa nº 7 a composição de pequenas quadras, com certa arborização, acompanhadas de ruas estreitas, onde as construções residenciais se destacam. Na área alagadiça do Pirí, percebe-se um fino traçado, num ensaio de continuidade do desenho das ruas e travessas já existentes. Posteriormente, o núcleo urbano Campina, ao expandir-se, em termos de suas funcionalidades comerciais, teve o seu nome substituído por Comércio, permanecendo até os dias atuais.

2.2 A PRODUÇÃO URBANA APÓS O ATERRAMENTO DO PIRI

No século XIX, entre os anos de 1803 e 1806, as obras de aterramento foram realizadas; isso ocorreu durante a gestão de Dom Marcos Noronha Brito. A falta de conhecimento sobre métodos e técnicas de aterramento, além da ausência de recursos, resultou no adiamento em quase dois séculos do desaguamento do Pirí, previsto no plano de expansão da cidade como essencial aos avanços.

O mapa abaixo é representativo da ocupação da Primeira Léguas Patrimonial de Belém nos séculos XVII, XVIII e XIX, partindo do Forte em direção ao interior da cidade. Em 1650, observa-se uma ocupação concentrada ao entorno da fortificação, progredindo lentamente, em direção ao interior, durante o século XVIII. Com o desaguamento e aterramento do Piri no século XIX, ocorre uma expansão mais significativa do espaço intraurbano, no ano de 1886, conforme apresentado.

Mapa 8: Ocupação urbana de Belém ao longo dos séculos XVII a XIX
 Fonte: França e Ferreira, 2017.

A área aterrada, limítrofe entre os dois núcleos, deu lugar à construção da Praça Dom Pedro II.

Foto 4: Praça Dom Pedro II
Fonte: Jéssika França, 2017.

Na foto acima, a Praça D. Pedro II, localizada às proximidades do Forte do Presépio, é pouco utilizada para fins de lazer na atualidade. Possuidora de arborização, bancos e calçamento, contribuiu ao embelezamento urbano da área onde antes existia o alagadiço Pirí.

Outra consequência deste aterramento foi a ampliação do desejo por construção de segunda residência, especialmente pela classe abastada. As rocinhas expandiram-se, associadas ao desejo de sossego e contemplação voltados a um maior contato com a natureza, conforme observa-se no fragmento de Tocantins (1987):

Rigorosamente falando era o todo que formava a pequena propriedade rural: campo, floresta, pomar e casa. Mas, na linguagem usual significava a vivência da cercada de árvores silvestres, de fruteiras, de jardins rústicos, na paz dos subúrbios. Isto no começo do século dezenove, quando no auge o prestígio das rocinhas belemense, decantadas pelos estrangeiros visitantes, caídos de amores por elas (TOCANTINS, 1987, p. 152).

O desejo de fuga da dinâmica urbana e da rotina de trabalho já era percebido na sociedade local, que vislumbrava nas rocinhas o desejo por atividades em

ambiente familiar, ao mesmo tempo em que envolvia a necessidade de deslocamento entre espaço de moradia e de segunda residência. Desta forma, a rocinha diferenciava-se do espaço habitual.

Em 1835, a Província do Grão Pará inicia um movimento político reivindicatório, denominado de Cabanagem, considerado por Rocque (2001) um movimento político, que retratou a revolta da província de Belém contra colônia portuguesa que insistia em mantê-la como colônia após o Brasil ser decretado independente. Teve duração de cinco anos, iniciando-se em 1835 e prolongando-se até 1840. O movimento foi composto prioritariamente por índios e negros, diferindo-se, com isso, das mobilizações realizadas em outras províncias do país.

Apesar do longo período de revolução, a cidade não sofreu grandes impactos. Os impactos mais relatados pelos estudiosos foram os reflexos na economia, na deterioração de largos públicos e no aspecto de insalubridade no ambiente urbano.

Belém pouco sofrera com a Cabanagem, mas havia entulho pelas ruas, valas entupidas, prédios em ruínas, etc. O Pirí continuava a preocupar as autoridades que viam na sua drenagem a única solução do problema (PENTEADO, 1968, p. 122).

A anistia aos revoltosos ocorreu somente em 1940, apresentando um déficit de 40.000 mortos e uma estagnação da economia local. “A arregimentação de homens no interior para engrossar as fileiras cabanas, deixara a lavoura e pecuária quase sem mão de obra necessária para o seu desenvolvimento” (ROCQUE, 2001, p.56).

2.3 O PAPEL DAS PRAÇAS NA CIDADE

Os largos, que hoje são conhecidos sob a denominação de praças, eram tidos como uma espécie de pátios das igrejas e utilizados pelos sacerdotes para agregar pessoas e disseminar a filosofia católica cristã na região. De acordo com Macedo e Robba (2009), a praça assumiu diferentes funções, quando compreendida a partir da evolução urbana das cidades brasileiras. No período colonial, esteve especialmente a serviço de fins religiosos e militares, utilizada como meio de convívio social e caracterizada por uma estrutura física marcadamente livre de muros, grades e cercas. Contudo, há relatos de que os índios e negros eram proibidos de frequentar os mesmos espaços que os brancos.

Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, definidos pela malha urbana formal e que não ocupem mais 2 ou 3 quadras consecutivas (MACEDO; ROBBA, 2002, p.5).

Processualmente, essa estrutura foi alterando-se, e os largos passaram a compor espaços militares e administrativos governamentais, sendo este, um acontecimento presente em diversas cidades brasileiras, a citar, Natal, Salvador, Santos, Rio de Janeiro e Recife. Abaixo, é mostrado um mapa, construído a partir de levantamento bibliográfico, objetivando representar o processo de conformação das primeiras praças na cidade.

Mapa 9: Primeiras praças de Belém

Fonte: França e Ferreira 2017. Adaptado a partir do trabalho de Soares (2009).

É possível perceber no mapa acima, que os primeiros espaços públicos, que hoje são utilizados com fins de lazer, foram construídos em sintonia com o processo de expansão do Vilarejo, tendo início nos bairros Campina e Cidade Velha. Aparecem datados entre os séculos XVII e XVIII, ainda no período colonial, sob a denominação de “largos”, quando a coroa Portuguesa, objetivando a ampliação da ideologia católica-cristã no vilarejo, obteve nas ordens religiosas, um importante aparato consolidador de seus interesses no novo território.

O mapa mostra ainda a localização de 13 largos, com as suas respectivas datas de fundação e nomenclaturas atuais, a citar: Forte do Presépio; Largo da Sé; Largo da República do Líbano; Largo do Carmo; Praça Dom Macedo Costa; Praça Visconde do Rio Branco; Praça Barão do Guajará; Largo do Rosário da Campina; Praça Amazonas; Praça do Arsenal; Praça Maranhão; Praça Dom Pedro II; Praça da República. Atualmente, todos esses espaços, são denominados de praças públicas e servem ao lazer e turismo na cidade.

Foto 5: Praça da República em 1902
Fonte: Fidanza. Álbum de Belém do Pará, 2002.

O Largo da Sé, hoje, é mais conhecido como Praça Frei Caetano Brandão e possui um importante destaque na produção do lazer local, por sua localização estratégica, no centro histórico, compondo, juntamente com outros espaços, como por exemplo a Igreja da Sé e o Forte do Presépio, um complexo arquitetônico e de lazer na cidade.

No período compreendido entre 1840 a 1920, a Amazônia ganha destaque no âmbito do capitalismo mundial, em decorrência da **economia da borracha**, em que Belém transforma-se na principal responsável pelo escoamento da produção para as demais cidades e países, passando por um processo de modernização na segunda metade do século XIX. Os impactos ultrapassaram os limites de Belém e Manaus, refletindo na econômica nacional. Neste sentido, pode-se afirmar que é a partir do ciclo da borracha que o aumento populacional e a expansão urbana, em direção ao interior da parte continental, são ampliados. Em 1872, existiam 61.997 habitantes, levando Belém a se posicionar entre as cinco cidades com maior população urbana no país.

No fim de 1894, o Pará (leia-se Belém) era uma cidade com área igual a Madri, cortada por amplas avenidas. Praças ajardinadas, edifícios da administração pública, várias escolas, hospitais, asilos e cadeia compunham as instituições de controle e reprodução social. (...) estabelecimentos industriais, casas bancárias e firmas seguradoras, e ainda as companhias de serviços urbanos: telégrafo, telefonia, linhas de bonde e estrada de ferro. As quase 100.000 pessoas que viviam em Belém dispunham ainda de instituições culturais e recreativas, religiosas e laicas (MACEDO; ROBBA, 2009, p.5).

Belém foi a primeira cidade brasileira a elaborar um plano urbanístico, no ano de 1896, apresentando destaque em relação às principais cidades brasileiras no que tange ao desenvolvimento urbanístico.

São Paulo apresentou o seu primeiro plano somente em 1900; Rio de Janeiro em 1903; Recife em 1909; Porto Alegre em 1914 (LOBATO, 2005). Antônio Lemos, ao assumir a intendência local entre os anos de 1897 até 1911, colocou em prática ações de planejamento em sintonia com plano urbanístico, como por exemplo, a divisão da cidade por bairros, respeitando a funcionalidade de cada um.

Neste período, foi implantado o sistema de bondes elétricos e iluminação pública, pela empresa inglesa Pará Electric Railways and Lighting, favorecendo, sobremaneira, a mobilidade econômica e social, além de impactar na construção civil (STIEL, 1984, apud SEDURB, 2006). No entanto, o bonde revelou fragilidade para transporte de carga pesada, fazendo com que a gestão pública local tomasse providências quanto à construção de um Porto, no ano de 1906.

Mapa 10: Rede de bondes em Belém, 1905.
Fonte: França e Ferreira, 2017.

O bonde apresentava maior dinamicidade e frequência no eixo central, servindo prioritariamente para fins de mobilidade da população, conforme é possível identificar no círculo na cor vermelho no mapa acima. Contudo, havia uma crescente necessidade de meios de transportes que servissem ao abastecimento local, dando fluidez à dinâmica econômica da produção gomífera.

No mapa acima, observa-se um desenho da linha de bondes, mais intensa nos bairros: Cidade Velha, Campina, Reduto, Nazaré, Batista Campos e Umarizal, beneficiando os seus moradores, em termos de mobilidade urbana. Nos bairros de São Brás, Canudos e Marco, observa-se que a linha de bondes apresenta um trajeto único, cortando a cidade, objetivando a interligação do eixo central com a cidade de Bragança⁷, o que também é avaliado positivamente, quando comparado aos bairros não contemplados, a citar: Telégrafo; Pedreira; Fátima; Terra Firme; Canudos; Cremação; Condor; Universitário. Nos bairros do Guamá e Jurunas, era possível ter acesso a este transporte, em um único ponto.

Vale enfatizar a dinamização urbana decorrente da gestão de Lemos iniciada em 1897 até 1911. Ele trabalhou no sentido de transformar a cidade em um ambiente menos insalubre, por meio de ações variadas e interligadas, dentre elas, citam-se: a abertura de novas avenidas; Calçamento de ruas, favorecendo a circulação do ar e do sol em bairros e quarteirões; além da arborização das praças e avenidas, para melhorar a qualidade ambiental. Neste momento percebe-se um fomento da gestão pública, no que tange à construção de uma cultura de utilização das praças especialmente para fins de passeio e contemplação da paisagem.

Eles aí estão (os parques e jardins) a oferecer à população o refrigério, a frescura, a tranquilidade, nas horas mais calmosas do dia. À noite, são um inestimável encanto, com a sua profusa iluminação: parecem verdadeiros cenários de mágicas estonteadoras as praças de Belém. Quisera eu poder incutir no âmbito dos munícipes a convicção de todo o bem que lhes pode fazer o passeio e o exercício nas praças, pelas horas mais próprias, haurindo o ar oxigenado dos arvoredos, o eflúvio maviosíssimo dos arbustos cheirosos e das flores (TOCANTINS, 1987, p. 141).

⁷ A Estrada de ferro Belém (EFB) entrou em operação no ano de 1884, mas somente em 1908 passou a operar até a cidade de Bragança, distante 222 km do município de Belém. Esteve ativa até a década de 1960 do século XX. Ver Andrade (2010).

O fragmento acima, de Tocantins, faz referência aos espaços públicos no início do século XX.

O desenho urbano local sofreu influência francesa de Georges Eugène Haussmann, que atuou na urbanização de Paris, entre os anos de 1853 e 1870. A intendência de Antônio Lemos⁸ apropriou-se desta experiência francesa, para dar um ar de cidade moderna a Belém e, para isso, tratou a pobreza e a insalubridade com intervenções na saúde pública, saneamento e paisagismo, focando na Primeira Léguas Patrimonial (LOBATO, 2005).

Lemos considerava a Léguas Patrimonial a área mais importante, por compor o centro da cidade e abranger um público de moradores de alta renda, em detrimento às áreas periféricas. De acordo com Lobato (2005), a população pobre foi expulsa do centro, partindo em direção às áreas mais desprivilegiadas em termos de intervenções urbanísticas, como, por exemplo, as alagadas, denominadas de baixadas. Houve nesta época, muitas ações no sentido de regulamentar as edificações, tratar a incineração das imundícies, aterrar e drenar os pântanos, fechar os matadouros, além de construir um espaço para enterrar os mortos da crescente população.

Em janeiro de 1901, é construída uma grande usina crematória, localizada entre a Travessa Vinte e Dois de Junho e Nove de Janeiro, utilizando tecnologia avançada, oriunda da Inglaterra, que tratava a fumaça produzida, evitando a poluição urbana. A fiscalização médica, sob ordens do Intendente Antônio Lemos, atuava também sobre a alimentação pública, para verificar as condições de higiene de produtos como peixe, carne, leite, entre outros (BELÉM, 1902, p. 40).

Conta-se que em 1904, ao visitar o Prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, Antônio Lemos cumprimentou o remodelador da paisagem urbana carioca pelo seu trabalho, ao que Passos respondeu: 'Eu começo a fazer na minha cidade o que Vossa Excelência já faz na sua'. Quando, pois, o Rio de Janeiro começava a tomar ares de progresso sob a concepção europeia em voga, Belém já havia sofrido as reformas urbanísticas proclamadas por todos os seus visitantes de princípio de século, não escondendo surpresa,

⁸ Esteve na intendência municipal de Belém entre os anos de 1897-1911, sendo reconhecido por suas intervenções voltadas à renovação estética e de higiene no ambiente urbano, sob influências europeias. Foi responsável pela criação de códigos de conduta, para reger o comportamento da sociedade nos espaços públicos. Ver Belém (1902).

como esta de Humberto de Campos: 'o forasteiro não tem ideia, de longe, de tão complexo foco de cultura (TOCANTINS, 1987, p. 138).

Belém foi abastecida por água potável, proveniente de poços e bicas, até o fim do século XVII, e passou a contar com um sistema mais moderno de abastecimento e distribuição em ferro fundido apenas em 1905.

Lemos aposta no potencial revelado pelo arquiteto bolonhês, Antônio José Landi, que chegou à cidade no ano de 1753, na condição de membro da Comissão responsável pela demarcação de limites territoriais, das fronteiras entre Portugal e Espanha, durante a administração de Marquês de Pombal. A sua vinda, se deu em decorrência da assinatura, em 1750, do Tratado de Madrid, contribuindo à transformação da arquitetura local.

As obras do arquiteto bolonhês marcaram qualitativamente a conformação de edificações na cidade, sendo responsável por grandes trabalhos envolvendo, principalmente, a arquitetura religiosa local de espaços como: A Catedral Metropolitana de Belém (Igreja da Sé); Igreja Nossa Sra do Carmo; Casa das Onze Janelas; Palácio dos Governadores; Igreja de Santana; Igreja das Mercês; Palácio Antônio Lemos; Igreja e Colégio de Santo Alexandre; entre outros, que hoje compõem o conjunto arquitetônico da cidade.

Foto 6: Igreja de Santo Alexandre (Antigo Convento dos Carmelitas)
Fonte: Jéssika França, 2017.

Lemos foi responsável pela definição da largura das avenidas e travessas (44m e 22m) e calçadas para pedestres; alargamento e calçamento das principais ruas; desobstrução e reparação de valas; ajardinamento de praças; inauguração dos serviços de incineração completa do lixo; fiscalização pública para a segurança e limpeza; implantação de uma rede d'água, como o reservatório de São Brás, e uma de esgoto; drenagem de pântanos existentes entre o Ver-o-Peso e a Avenida Tamandaré; construção de hospitais; arborização da cidade (mangueira); abertura de praças, como a Batista Campos, Amazonas, Brasil; além da melhoria do Bosque Rodrigues Alves. Construiu vários prédios públicos e monumentos, como Teatro da Paz, Basílica de Nazaré, Mercado de São Brás, Palácio Antônio Lemos, Instituto Lauro Sodré etc. (SARGES, 2002).

O Planejamento da Primeira Légua Patrimonial foi o foco de suas ações, por ser o centro da cidade e abranger um público de moradores de alta renda, em detrimento às áreas periféricas. De acordo com Lobato (2005), a população

pobre foi expulsa do centro e partiu em direção às áreas mais desprivilegiadas de intervenções urbanísticas, como, por exemplo, as alagadas, denominadas de baixadas. Houve nesta época, muitas ações de regulamentação das edificações urbanas, Incineração das imundícies, Aterro e drenagem dos pântanos, Fechamento de um matadouro, além da construção de um cemitério e construção de uma rede de esgoto destinada a coletar os resíduos dos animais abatidos, para utilização pela agricultura.

O governo havia mandado construir, nos arrabaldes da cidade, instalações apropriadas para os presos e doentes mentais, reduzindo-se assim a visibilidade destes segmentos destoantes na cidade reordenada e asseptizada do início do século (DAOU, 2004).

Os reflexos da economia gomífera ultrapassaram as fronteiras da região amazônica, atingindo as cidades brasileiras, impactando-as em termos de renovação urbana e estética. Em Belém, os logradouros públicos ganharam contornos arquitetônicos, característicos das cidades que desempenhavam grandes papéis na economia mundial. Em seus projetos, focou na melhoria urbanística da cidade, por considerar um atraso o sistema de edificações, totalmente desprovido de beleza, o que prejudicaria a imagem da cidade. Por este motivo, a legislação municipal tratou de apresentar diretrizes e regras para as novas construções, sob a necessária apresentação de plano de construção de prédios, sendo esta, uma condição para a obtenção de licença. Os moradores locais tinham que, em suas residências, respeitar as normas de estética da cidade; caso contrário, eram afastados do centro (BELÉM, LEMOS, 1902).

Houve uma perceptível organização do espaço urbano, que foi acompanhada de modificações nos hábitos culturais. Os cronistas dos jornais “A Província do Pará” e “O Liberal do Pará”, sob influências políticas, faziam comentários antagônicos sobre o Teatro da Paz e sua estrutura e beleza. Certamente a política influenciou no modo de ver e utilizar os espaços públicos de lazer na cidade.

Um cronista da época faz comparação da Belém de 1900 a uma pequena Paris. No bom-gosto, no luxo, no movimento comercial, na intimidade com os vícios elegantes da civilização, na propensão à cultura brasileira que reúne os atrativos de uma cidade europeia (TOCANTINS, 1987, p. 139).

A cidade de Belém⁹ foi representativa dos interesses progressistas das elites locais, como seringalistas, comerciantes, fazendeiros e investidores estrangeiros, sedentos por renovações significativas na cidade em que habitavam, o que, conseqüentemente gerou o afastamento das classes populares dos limites urbanos, tão bem delimitado pelos detentores de poder. Neste contexto, a localização de grande parte dos espaços públicos de lazer nas áreas centrais (altas) da cidade é explicada por fatores inicialmente históricos e posteriormente estratégicos.

Os hábitos e costumes da nascente elite estampavam uma segregação social, visualizada facilmente nos espaços possibilitadores de lazer na cidade. Belém esbanjava fartura e progresso: “(...) existiam os cafés, os teatros, as mulheres vindas de todas as partes do mundo, atraídas pelo dinheiro que rolava de mão em mão, à solta” (CRUZ, 1973, p. 424). A prosperidade possibilitada pela economia gomífera gerou uma aproximação sociocultural de algumas cidades, como Belém e Manaus com a Europa, por serem consideradas como os principais pontos de escoamento do produto.

As áreas devolutas não se apresentavam atraentes a este projeto de cidade, sendo utilizadas somente para fins de escoamento, especialmente das produções gomífera.

As áreas devolutas no litoral parecem-se de preferência destinadas a fins de utilização mercantil e administrativa. Assim, pensa também o Conselho, pois autorizou a construção do Mercado de Ferro n'uma d'ellas, na qual ficava entre o edifício da Recebedoria e a rampa do Ver-o-Peso. Aliás outro quadrilátero, o que demora entre as travessas Frutuoso Guimarães e a Indústria, contém já os armazéns externos da alfandega. Compreendendo d'este modo a serventia d'aquelas áreas, tive a honra de lembrar ao digno Conselho, em um relatório trimestral de março de 1898, o seu aproveitamento para a construção de pavilhões elegantes, leves, varridos de ar e luz, destinados a depósito, pesagem e encaixotamento de goma elástica e outros artigos de exportação (BELÉM, LEMOS, 1902, p. 163).

Com este fragmento original, retirado dos documentos da intendência de Antônio Lemos, é possível identificar que muitas áreas devolutas a beira-rio foram utilizadas para a construção de empresas públicas e privadas, como por exemplo, o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso e o Porto de Belém.

⁹ As cidades de Belém e Manaus foram as mais impactadas pela economia gomífera no âmbito nacional.

O Mercado do Ver-o-Peso por exemplo foi construído a partir de influências europeias advindas com a dinâmica da produção gomífera.

O rio Guamá, juntamente com as áreas alagadas da cidade, ainda permaneciam nas discussões dos gestores públicos locais associadas à proliferação de doenças e ao atraso, o que levou Lemos a conceder o aforamento perpétuo (transferência do domínio de um espaço) de áreas devolutas, que constituíam o patrimônio municipal (Art. 1º da Lei nº 292/1901). Foi neste contexto que a Construção do Porto foi autorizada.

O rio era compreendido com valor comercial, como canal de escoamento da produção da borracha para o exterior, enquanto os logradouros públicos conformavam-se nas áreas centrais da cidade. Isso porque, os administradores públicos descartavam a utilização do rio para fins de lazer: “Para ajuizardes que intenção havia d’este gênero de recreio público, bastará dizer-vos que os visitantes exerciam na matta primitiva, às suas mais urgentes necessidades *physicas*” (BELÉM, LEMOS, 1902, p. 193). O verde, presente nas matas e logradouros, possuía maior valor, para fins de lazer, de acordo com Intendente, que revelou uma certa preocupação quanto à constituição de hábitos de distração em espaços públicos da cidade.

Próximo ao litoral a Doca de Souza Franco, ‘Junta às suas vantagens de utilidade e de recreio, pois pode ter fáceis comunicações com o rio, para o acesso às embarcações, quando, no futuro, o desenvolvimento material da região amazônica trazer para os viradoiros com o desafogo pecuniário, elegantes hábitos de distração nos belos logradouros públicos por nós realizados ou apenas esboçados inteligentemente (BELÉM, 1902, p. 173).

Isso nos revela a influência de Lemos na constituição de uma cultura de lazer entre os habitantes de Belém que foi intensificada somente no século XX com o advento da economia gomífera.

Contra esta ideia não pode prevalecer a alegação de que as áreas devolutas devem ser destinadas a logradouro público. Não nos faltam logradouros e é facto incontestável que a população não procura o litoral para recrear-se. Ao contrário, achamo-nos n’uma cidade essencialmente comercial e que dispõe de pequenos espaços para o movimento próprio das labutações mercantis, na parte mais importante de seu litoral, ao passo que nossas praças centraes, nossas avenidas, parques e jardins, uma vez tratados como devem sê-lo, constituem centros suficientes de atracção, nos dias e horas de descanso e recreio (BELÉM, LEMOS, 1902, p.164).

Em 1899, a planta da cidade de Belém apresentava-se com muitos acréscimos em seu desenho, como é possível identificar na planta abaixo. No entanto, as intervenções de melhoria urbana, a exemplo das construções de logradouros públicos, permaneceram concentradas em parte da Primeira Léguas Patrimonial, conforme identificado com o círculo na cor vermelha, no mapa abaixo.

Mapa 11: Planta da cidade de Belém em 1899.
Fonte: Arthur Caccavoni. Marcação, França, 2017.

As transformações paisagísticas, certamente, impactaram na construção de uma cultura de utilização dos logradouros públicos para fins de lazer. O processo de calçamento, iluminação e ajardinamento de praças e áreas verdes foram perceptíveis na Primeira Léguas Patrimonial da cidade, com destaque aos bairros da Campina, Cidade (Atualmente denominada de Velha) e Nazaré. Essas modificações favoreceram a realização de atividades de passeios,

descansos e encontros nos logradouros públicos, por proporcionarem maior conforto físico e ambiental, com a fixação de bancos e plantação de mudas.

Novos hábitos de lazer, copiados da Europa, foram disseminados na cidade de Belém. Abaixo, é possível observar na fotografia datada de 1903, a elite paraense durante um banquete realizado no Bosque Rodrigues Alves.

Foto 7: Banquete dos Intendentes no Bosque Municipal Rodrigues Alves, em 1903
Fonte: Governador Augusto Montenegro. – Álbum do Estado do Pará 1908. Paris: Chaponet, 1908.

O Bosque municipal emergiu de uma proposta do presidente da Câmara Municipal, João Diogo Clemente Malcher, no ano de 1883, utilizando para a sua efetivação, uma área verde com aproximadamente 160.000m² de extensão (BELÉM, LEMOS, 1902).

Durante o período áureo da Borracha, este espaço foi muito utilizado pela elite local, que se reunia para tomar chá e sociabilizar aos finais de tarde.

O chalé de ferro, dentro do espaço, era o ponto de encontro para as rodas de conversa.

Os momentos de lazer das elites estavam repletos de elementos simbólicos, nos quais as vestimentas ganhavam destaque.

As praças, lugares públicos de lazer e lugar onde todos querem ir para serem vistos. Ser visto é o hobby da nova elite. A praça, o lugar onde com o vestuário se identifica a classe que cada um pertence. Como percebe muito bem Fernand Braudel, há uma ânsia de ascensão, em dignidade ou o desejo de usar roupas que são o sinal, no Ocidente, da mais ínfima promoção social. É como se distinguem burgueses e gente do povo (SARGES, 2000, p. 123).

Nos escritos de Sarges (2000), as praças aparecem como o principal espaço público de lazer, porém, muito frequentado pelas elites locais, com fins de visibilidade e comunicabilidade.

Existiam mecanismos de regulação da vida social na cidade, que foram postos em prática durante a Intendência de Lemos. O objetivo era regular e controlar comportamentos, disseminando padrões e formas de convívio público, contidos em um código de postura, que se fazia cumprir por meio da Guarda Municipal.

Hábitos e costumes dos moradores locais, como por exemplo, as vestimentas “indecentes”, foram alvos de vigilância e punição na época, por serem considerados fora dos padrões seguidos por países europeus. O poder público tratou de disciplinar a população local, para que os espaços públicos e áreas verdes da cidade fossem “melhor frequentados”, favorecendo, desta forma, os desejos das elites.

Os banhos públicos também foram proibidos, prejudicando diretamente a população pobre, que em decorrência da falta de abastecimento de água na cidade, necessitava das fontes e poços artesianos, espalhados nos largos e áreas verdes da cidade. As bordas do rio Guamá e Baía do Guajará também eram espaços de utilidade doméstica e sociabilidade, servindo para banhos, especialmente no fim da manhã, para alívio do calor.

(...) possuir poços e fontes públicas indicaria que a cidade não possuía um bom sistema de abastecimento de água e, dessa forma, estaria atrasada no processo de civilização. Certamente, a condenação dos banhos no litoral estava para além de questões higiênicas, pois a condenação recaía ao banho despido neste local.

Tanto, que a Folha do Norte não deixava de destacar o estado de nudez dos banhistas em seus noticiários (ECHOS e notícias, 1897). A condenação dos banhos públicos despídos, ocorria não somente em Belém, mas também em cidades europeias (VIGARELLO, 1996). E a proibição estava relacionada a uma nova ascensão do pudor, que condenava, através do olhar, os indivíduos seminus ou em estado de nudez em locais públicos (VIEIRA, 2010, p.68).

O poder público local passou a proibir, fiscalizar e punir quem entrasse no rio para fins de banho, em áreas de visibilidade da cidade. No entanto, o mesmo sobreviveu entre as classes populares, clandestinamente, revelando resistência às imposições do Estado, extremamente preocupado com a construção de uma imagem de cidade e favorável aos anseios das elites.

No século XIX, na cidade de Belém, as missas dominicais e as atividades beneficentes constituíam-se em espaços de sociabilidade, especialmente das elites, que aproveitavam a ocasião para ostentar poder, tratando sempre de assuntos condizentes com os acontecimentos na Europa. Muito se falava no desejo de envio dos filhos para a realização de estudos em países como França e Itália, por serem considerados símbolos de cultura e progresso. A formação dos filhos representava uma continuidade de suas riquezas.

Nesses encontros, dentre os principais assuntos tratados, constavam as ações intervencionistas paisagísticas na cidade, motivo de orgulho dos políticos, envaidecidos de suas iniciativas, as quais conjugavam o embelezamento, a racionalização da oferta dos serviços públicos e a consagração das instituições que, em Belém, distraíam e educavam os visitantes. “Depreende-se da programação uma sociedade pautada numa rigorosa ordem, na qual, no espaço urbano, tudo parecia funcionar como o previsto” (DAOU, 2004, p.48).

A oferta de lazer e entretenimento neste século crescia, juntamente com a demanda advinda com as riquezas da borracha. Os jornais “A Província do Pará” e “O liberal do Pará” anunciavam a dinâmica do lazer na cidade.

(...) a cidade estava sendo embelezada, a Estrada da Mongabeira era o passeio público preferido, ‘graças as árvores que em poucos anos tinha altura suficiente para dar sombra agradável’; além disso, sessenta carruagens públicas, leves cabriolés (alguns já construídos no Pará), percorriam agora as ruas, aumentando muito a animação (PENTEADO, 1968, p.128).

Progressivamente, houve uma substituição das formas de diversão e o seu desatrelamento das atividades religiosas dominicais.

Belém se transformava; as festas religiosas decaíam e os divertimentos preferidos passaram a ser 'reuniões sociais, bailes, música, bilhares e outros' parecia mesmo que se copiavam mais os costumes das nações do norte da Europa que os de Portugal (PENTEADO, 1968, p.128).

Os hábitos e costumes da nascente elite da borracha estampavam uma segregação social, visualizada facilmente nos espaços da cidade, esbanjando fartura e progresso. "(...) existiam os cafés, os teatros, as mulheres vindas de todas as partes do mundo, atraídas pelo dinheiro que rolava de mão em mão, à solta" (CRUZ, 1973, p. 424).

Belém aparecia com frequência nos comentários jornalísticos da época, que citavam as atividades desenvolvidas pelas elites, como o envio dos filhos para estudos e passeios no exterior, os passeios de lancha e regatas nos rios da cidade, as corridas a cavalo, idas ao cinema, teatro e clubes esportivos.

(...) as diversões e os eventos públicos eram objeto de atenção dos diferentes administradores, governadores, prefeitos, preocupados em promover distrações e grandes acontecimentos que favorecessem a vida pública e a convivência 'ordeira' nos espaços da cidade (DAOU, 2004, p.46).

Mesmo com os altos preços dos ingressos, o cinema conquistou o gosto das elites locais, que lotavam as salas de projeções durante os finais de semana. O cinema surge neste período, quando as exhibições eram feitas em teatros e outros espaços, e apresentavam conteúdos diversos, como filmes e documentários sobre o processo de fabricação da borracha. Em 1901, a cidade já contava com vários espaços de exibição, como: 'Bar Paraense'; Cine Nazareth; 'Bar Americano'; 'Cinema Rio Branco'; e o 'Cinema Ouvidor', no Teatro da Paz. O entretenimento da época correspondia à ascensão cultural e econômica e, por esse motivo, surgiram inúmeras casas de diversão, como o Café Chic, Chat Noir e a inauguração do Cine Olímpia, em 1912, como local de lazer da pequena burguesia, que objetivou atrair a elite da borracha que frequentava o Teatro da Paz, representando um marco na história da cidade.

O Cine Olympia contou com uma sala de projeção, um salão destinado a concertos e uma sala de espera (SARGES, 2000).

Foto 8: Cine Olympia, 1912
Fonte: Arquivo do IBGE, 2017.

Frequentar uma sala de cinema em Belém, nesta época, significava uma grande exposição social, quando considera-se que a arquitetura do Cine Olympia era favorável à visualização do público que ingressava na sala de projeção.

A coluna “Gravetos”, escrita por Edgar Proença – um dos colaboradores da revista Belém Nova e ainda redator de A Semana – era um dos espaços privilegiados para este tipo de notícia. Na referida coluna, Proença assinava sob o pseudônimo de Miracy. A ele é dada a iniciativa de introdução do colunismo social na imprensa local. O nosso escritor atuava na coluna vez por outra como uma espécie de espectador, não do filme, mas das pessoas que frequentavam as salas. As gozações nesses ambientes, os namoricos, o flirt, os causos engraçados, eram alguns dos sustentos de sua coluna (CARNEIRO, 2011, p.52).

O lazer das elites envolvia o prazer em ostentar as suas riquezas publicamente, em espaços agregadores de pessoas com igual poder aquisitivo. Logo, foram fundadas novas salas de projeções de filmes pela cidade, além de

clubes esportivos e recreativos, ampliando as opções de diversão deste público.

De acordo com Trindade (2005), há uma repercussão direta da economia da borracha na orla fluvial da cidade de Belém, como o porto e o Mercado Municipal do Ver-o-Peso, que serviram como entreposto comercial na época.

A ênfase em projetos paisagísticos de embelezamento urbano revelou-se opressora, no que se refere aos hábitos culturais associados ao lazer da população mais carente. “Antônio Lemos antecipava-se a Burle Marx na concepção de uma arte brasileira de jardinagem, com o emprego da flora regional, soluções de sombra, e intenções sociais nos parques e jardins” (TOCANTINS, 1987, p. 141). No mapa abaixo, de n.12, são localizados os principais espaços públicos que sofreram intervenções da intendência de Antônio Lemos, a citar: Praça da República; Praça Batista Campos; Praça Amazonas; Praça Brasil; Praça da Trindade; Praça do Carmo; Praça Frei Caetano Brandão; Praça Visconde do Rio Branco; Bosque Rodrigues Alves; Basílica de N. Sa. de Nazaré; Mercado de Ferro; Mercado de São Brás; Porto de Belém; Igreja de Sant’Ana; Horto Municipal. Todos, ainda se encontram em funcionamento na atualidade, com pequenas alterações.

Mapa 12: Espaços públicos de lazer que receberam intervenções de Antônio Lemos.
Fonte: França e Ferreira, 2017.

Dentre os espaços que receberam intervenções de Lemos, apresentados no mapa acima, o Porto de Belém surge com destaque na dinamização econômica da cidade. Porto de Belém foi construído em 1906, às margens da Baía do Guajará, estando a 120km de distância do oceano atlântico. Ele, assumiu o espaço anteriormente ocupado por trapiches em madeira e píeres, em uma cidade cercada por rios. Belém possuía na época, muitos pequenos portos, distribuídos no seu território, que serviram para a entrada e saída de produtos diversos.

De acordo com a SEDURB (2006), o porto esteve respaldado pelo Decreto n. 5978/1906, que autorizou a implantação do projeto, e pelo decreto n. 6.283/1906, que definiu o funcionamento da empresa americana de capital privado Port of Pará, comandada pelo engenheiro Percival Farquhar, como concessionária do Porto. Foi erguido com estrutura metálica, originária da firma francesa Schneider e C°, de Creusot. Ao todo, foram construídos 13 armazéns, ocupando uma área de 27.700m², que foram inaugurados em etapas. Em 1909 foi inaugurado o primeiro trecho do Cais, com 120m. Contudo, a finalização da obra ocorreu somente em 1913, um ano antes da decadência do ciclo da borracha na região.

Figura 2: Porto de Belém nos anos de 1791, 1905 e por último a obra finalizada em 1914
Fonte: Elaborado por Theodósio Chermont, José Syndrim e Theodoro Braga, respectivamente (Reis, 2000, apud, SEDURB, 2006). Adaptado por França, 2017.

A figura acima é representativa em termos de evolução de sua construção, possibilitando compreender a modificação territorial antes e após a obra. Na figura abaixo, são mostrados três momentos distintos da conformação

portuária. Em 1791, foi caracterizado por uma estrutura simples e frágil de trapiches, evoluindo progressivamente, em termos de tamanho e composição de sua estrutura física, conforme a figura datada de 1905, um ano antes do início das obras de sua construção. Por último, a imagem da obra portuária concluída, em 1914.

2.4 A CULTURA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PRIVADOS DE LAZER EM BELÉM

O início do século XX é representativo em termos de delimitação econômica e cultural da cidade de Belém. Foi quando a cultura de lazer em espaços privados ganhou força entre os pequenos grupos de empresários e comerciantes, resultando na fundação de vários clubes.

A real Tuna Luso, Clube Universal, Esporte Clube e o Clube Internacional Monopolizavam as preferências da sociedade. Grandes bailes foram então promovidos, aos quais compareciam as damas ostentando os mais ricos e bonitos vestidos (CRUZ, 1973, p. 426).

O aproveitamento do rio para fins de lazer surge neste momento com a propagação de atividades náuticas pelos clubes, que se aperfeiçoaram nas atividades de remo. Outros clubes e associações são citados em documentos da época, como: Paysandu Esporte Clube; Pará Clube; Automóvel Clube do Pará; Círculo Militar; Tuna Luso Comercial; Associações dos antigos alunos maristas; Rotary Club; Jóquei Club; late Club; entre outros. (TOCANTINS, 1987, p. 369). “O Clube do Remo, um dos mais populares de Belém, em plena Avenida Nazaré, oferece piscina, campo de vôlei, salão de dança, restaurante, num ambiente de arquitetura moderna” (TOCANTINS, 1987, p. 369).

Com a propagação dos clubes esportivos, se constituiu na cidade entre as elites, uma cultura de lazer em espaços privados, onde podiam ostentar joias e roupas, em grandes bailes, como os bailes de máscaras, a festa das Flores, entre outros, que entraram para a história local. Durante os finais de semana, as famílias reuniam-se nas piscinas e restaurantes dos clubes, dotados de infraestrutura poliesportiva.

É possível afirmar que a disseminação dos clubes durante o século XX marcou fortemente a dinâmica de lazer das elites na cidade de Belém, dando a estes, um aspecto mercantilizado.

O mapa abaixo n.13 é representativo em termos de localização dos principais espaços de lazer, citados nos registros históricos, utilizados pelas elites locais em fins do século XIX e início do século XX. Nele, é possível

identificar a localização dos clubes sociais, cinemas e teatros, com os respectivos anos de fundação.

Os clubes sociais-esportivos encontram-se identificados com a cor azul, a citar: O Grêmio Literário Português (1868); Círculo Militar (1878); Pará Clube (1903); Sede social do Clube do Remo (1905); Sede Náutica da Tuna Luso (1906); Sociedade Athlética União Sportiva (1906); Guarany Futebol Club (1907); Atlântico Foot-Ball Club (1912); Brazil Sport Foot-Ball Club (1913); Sede Social do Paysandu Esporte Clube (1914); Belém Club (1914); Estádio da Curuzu - Paysandu (1914); Assembleia Paraense (1915); Estádio da Tuna Luso (1917); Estádio Evandro Almeida - Baenão (1917).

Para a identificação dos principais cinemas e salas de projeções, utilizou-se como fonte principal a dissertação de mestrado de Carneiro (2011), por abordar a experiência do cinema, nos anos de 1920, em Belém. Os mesmos foram sinalizados no mapa com a cor amarela, incluindo neste item, os teatros, a citar: Teatro da Paz (1878); Cine Olímpia (1912); Cine Éden (1928); Cine Rádio (1925); Cine Iris (1924); Rialto (1922); Ideal (1921); Cine Trianon (1924); Cine Victória; Teatro São José (1921); Cinema Moderno (1928); Cinema Teatro Avenida (1929); Cine Iracema (1926); Poeira (1929); Cine Glória (1926); Odeon (Início do século XX); Cinema Popular (1926); Cinema Royal (1930); Cinema Fuzarca (1930).

Mapa 13: Evolução histórica dos espaços de lazer com caráter privado em Belém
Fonte: França e Ferreira, 2017.

É possível detectar no mapa uma intensa concentração de clubes esportivos, cinemas e teatros, especialmente nos bairros de Nazaré e Cidade Velha, revelando uma associação com os bairros do centro, habitados por populações com maior renda. Na sequência, aparecem os bairros da Campina, Reduto, Souza, e São Braz.

Alguns espaços, citados no mapa acima, existem ainda hoje com as mesmas características físicas e funcionais, como, por exemplo, a Assembleia Paraense, o Clube do Remo, o Clube do Paysandu, a Tuna Luso, o Teatro da Paz, o Cinema Olympia, entre outros.

O mapa acima nº13, ao ser cruzado com o mapa de n.18, referente à evolução histórica dos espaços públicos de lazer em Belém, revela que o interesse do meio empresarial quanto à abertura de espaços de lazer com caráter privado, esteve diretamente atrelado ao valor de centralidade, fomentada pelas intervenções do poder público ao longo dos séculos. A atratividade exercida pelas melhorias urbanísticas na iniciativa privada já perdura longas décadas.

O lazer das elites entre o fim do século XIX e no decorrer do século XX foi caracterizado pela frequência a teatros, cinemas, salas de projeções de filmes, piscinas e clubes esportivos. Esses espaços eram compreendidos pela sociedade local como altamente seletivos, pois requeriam a associação do frequentador, com pagamento mensal de taxas, como no caso dos clubes esportivos. Esses hábitos de frequência a espaços privativos de lazer permanecem até os dias atuais.

Na cidade propriamente dita, o turista encontrará inúmeras piscinas em casas particulares, nos clubes, no Instituto Nossa Senhora de Nazaré dos Irmãos Marista, no Instituto Agrônomo do Norte. O belemense é sociável e obsequioso. Convite para banho de piscina vem espontâneo e prazenteiro. Uma apresentação, dois dedos de conversa, um elo de simpatia, e pronto, 'a casa está às ordens, venha no domingo à nossa piscina (TOCANTINS, 1987, p. 369).

O futebol no Estado do Pará foi trazido por ingleses que trabalharam na produção gomífera em 1896, porém, ganha força na cidade, somente no ano de 1902, quando é fundado o Sport Clube do Pará. Este esporte foi incentivado pelo Estado e elites, com a realização de competições em espaços públicos da

cidade, a exemplo das praças (Floriano Peixoto e Batista Campos)¹⁰. A reunião de pessoas atraía a atenção de curiosos e despertava o interesse da população para este tipo de lazer.

O mesmo caminho foi seguido pela prática da canoagem, que se disseminou rapidamente enquanto prática esportiva e de lazer, beneficiando-se do potencial hídrico local. É quando, em 1905, um grupo composto por associados do Sport Clube, decidem fundar o Clube do Remo.

Neste período, o rio ganha destaque na mídia, por tornar-se lócus de lazer das elites, que estavam em constante sintonia com os acontecimentos internacionais, no que tange à aquisição de novos hábitos culturais, refletidos na busca por diversão e diversas formas de lazer. O rio passa a despertar, cada vez mais o interesse da população de maior poder aquisitivo na cidade e consequentemente, transforma-se em pauta de discussões governamentais, quanto ao planejamento da cidade e de espaços localizados em seu entorno.

¹⁰ As praças Batista Campos (n. 27) e Floriano Peixoto (n.30 localizada em Frente ao Mercado de São Brás) (Ver no mapa n. 11 com o título: “Evolução histórica dos espaços públicos de lazer em Belém), encontram-se em pleno funcionamento até os dias atuais.

Mapa 14: Orlas norte, central e sul de Belém
Fonte: França e Ferreira, 2017.

É importante enfatizar, que as formas de lazer das camadas populares pouco foram citadas na história, revelando ocultação das diferentes realidades, no que tange à utilização da cidade e de seus espaços para fins de obtenção de diversão.

As principais atividades das classes populares que foram identificadas nos livros e registros históricos são manifestações culturais especialmente originárias dos negros e índios, a exemplo das rodas de batuque, danças, banhos de rio. No entanto, permaneceram durante longo período na clandestinidade, sendo proibidas pelo poder público local. A frequência aos largos e logradouros da cidade era regida por um código de postura, que

impedia o acesso de pessoas com vestimentas consideradas inadequadas na época.

Neste sentido, pode-se afirmar que o lazer das elites, apresentou-se com destaque em jornais impressos da época, e demais meios de comunicação, por serem estes, administrados por pessoas de maior poder aquisitivo e influências políticas, que por meio de suas matérias, propagavam a ideologia do poder dominante no período.

Contudo, os fragmentos que citam a diversão das camadas populares possibilitam uma reflexão que conduz ao questionamento sobre a importância do rio e das ruas da cidade de Belém, para fins de subsistência e lazer. Mesmo prevalecendo uma ocultação dessa história na produção bibliográfica, foi possível construir uma reflexão sobre o tema lazer e cidade, sustentado em mapas, fragmentos e registros fotográficos.

O lazer da população de baixa renda caracterizou-se, historicamente, pela utilização das ruas e rios da cidade, sempre acompanhado de vigilância e instrumentos de punição pelo poder público, intensificando-se com a elaboração de código de postura. Este, impunha vestimentas adequadas e cumprimento de padrões comportamentais, necessários à frequência aos espaços públicos, sendo seguido a rigor em fins do século XIX e início do século XX, durante a intendência de Antônio Lemos.

Tais limitações quanto à utilização de espaços públicos fizeram com que as ruas e terrenos particulares fossem os mais utilizados pelas camadas populares, que se reuniam para expressar seus desejos por música, cantorias, danças, entre outras formas de manifestações culturais, que sofreram repressão e discriminação. Os registros da época citam festas religiosas, quadrilhas, cirandas embaladas ao som de batuques, retirados de tambores e instrumentos artesanais. O batuque, de origem africana com traços indígenas, existente na cidade desde a colonização, também foi alvo de proibição pelo código de postura municipal, sendo associado à baderna e desordem.

Posteriormente, o batuque passa a compor ritmos como o carimbó, expressivo da identidade cultural paraense. Ele tem origem em regiões pesqueiras do Estado, onde era realizado com caráter comemorativo, representando fartura na pesca. Somente na década de 1970 chega à cidade

de Belém e logo ganha espaço nas rádios e salões de festas, após ser prestigiado e reconhecido em encontros que recepcionaram figuras políticas na cidade.

Este é apenas um dos exemplos reveladores de como as classes populares divertiam-se em espaços delimitados, pois o espaço público apresentava-se como hostil às suas manifestações culturais. Nos registros históricos, são citados os batuques, as brincadeiras de rua, cirandas, entre outras atividades populares que assumiam aspectos de reuniões embaladas por cantigas religiosas em terreiros, encontros em feiras, para troca de informações sobre os acontecimentos na cidade etc.

O banho de rio era considerado muito além de um simples ato de higiene entre a população mais pobre, pois se constituía em uma forma prazerosa, possibilitada pelas águas urbanas, de refrescar-se diante do calor excessivo na cidade. Porém, passou a sofrer vigilância por parte do Estado, sobrevivendo na clandestinidade.

Com a decadência da produção gomífera e a saída do poder de Antônio Lemos, a economia e produção urbana de Belém sofrem impactos entre 1910 e 1920. Para Vidal (2008), houve uma desaceleração na produção urbana, em especial na arquitetura. “A cidade refletia nos anos trinta a situação de uma economia débil, na carência e mau estado das infraestruturas, e na falta constante de energia elétrica e água” (VIDAL, 2008, p.2).

Neste período, são observadas nas produções bibliográficas de autores como Penteado (1966; 1968) que os governantes locais, apesar de apresentarem uma certa preocupação com a renovação urbana, pouco foi alcançado em termos práticos, em decorrência dos impactos gerados pela queda da produção gomífera na região. Predominou por um longo período uma mentalidade saudosista da Belle Époque, com relação às intervenções públicas no âmbito do urbanismo local. A escassez de recursos, impossibilitou grandes progressos, como os percebidos em décadas anteriores.

De acordo com Vidal (2008), o crescimento econômico local só é novamente percebido na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, no âmbito federal, e Magalhães Barata, no governo de Belém (VIDAL, 2008).

Já durante a década de 1940 do século XX, a cidade novamente sofre reflexos da falta de ações públicas, em especial no âmbito do fornecimento de água, energia, transporte e telefonia; até mesmo o centro apresentava insuficiência desses serviços. No entanto, mesmo diante deste contexto de precarização dos serviços público, a população, especialmente a de baixa renda, construiu alguns hábitos de lazer interessantes, a citar o passeio de ônibus aos finais de semana.

O ônibus Zeppelin começou a operar no transporte urbano no ano de 1948, sendo considerado pela população local como um meio de lazer, por sua beleza e luxo, apreciado na época (FAU/UFPA, 2012).

Foto 9: Ônibus Zeppelin da viação triunfo, década de 1950

Fonte: Jornal O Globo, 10/12/2008.

<https://fauufpa.org/2012/09/28/o-dirigivel-perola-por-fabiano-homobono/>

Os ônibus da viação triunfo foram construídos com o aproveitamento de chassis de caminhões e circulou na cidade por aproximadamente uma década. Atraía muitas pessoas, com objetivo de lazer nos finais de semana. Os registros da época citam, prioritariamente, uma rota que ligava o Ver-o-Peso ao Mercado de São Brás.

A década de 1940 também é marcada pela continuidade da ocupação da Orla em áreas mais baixas da cidade. De acordo com Penteado (1968), dentre

as principais características geográficas de Belém, destaca-se a baixa amplitude altimétrica:

(...) se, por um lado, facilitou e tem facilitado a circulação urbana, por outro, deu nascimento a problemas no que diz respeito à rede de água e esgoto da cidade, assim como no que se refere ao escoamento das águas pluviais, já que, numa aglomeração urbana sujeita a um clima sem estação seca, as águas da chuva desempenham papel de relativa importância no seu ritmo de vida (PENTEADO, 1968, p. 63).

A demora, no que diz respeito à sua utilização para fins de moradia, se justificou pela propensão da área às enchentes e, por esta razão, o termo 'baixadas' faz referência às áreas de várzeas, que foram abandonadas por estâncias de gado. Por não apresentarem valor social e de mercado na época, sendo desprovidas de infraestrutura básica, foram ocupadas irregularmente por populações de baixa renda, que ali fixaram residência e pequenos empreendimentos comerciais, com especial destaque aos portos, trapiches e estâncias (CORREIA, 1999).

As baixadas são ocupadas, em geral, pelas camadas de baixa renda. Esse processo de ocupação, iniciado há pelo menos 05 décadas, está centrado por um lado, na busca de realização do direito de morar, e, por outro, na tentativa de realizar um espaço de viver próximo ao local de trabalho, haja vista que estas áreas estão localizadas às proximidades do centro (RODRIGUES, 2000, p. 126).

O processo somou-se ao fato de a cidade não ter permanecido com a utilização de instrumentos norteadores de planejamento e uso do solo urbano, o que favoreceu ainda mais a ocupação irregular no território, onde, de acordo com Penteado (1968), os bairros da zona sul da cidade estiveram mais sujeitos às inundações. Os bairros, Guamá, Condor, Jurunas e parte da Cidade Velha, são citados por Penteado, por estarem abaixo da cota de 5m, em relação ao nível das águas do rio.

Em 1944, foi construído nesta área um Dique com o intuito de controlar os impactos da maré e, conseqüentemente, evitar as constantes inundações. As obras partiram do Arsenal da Marinha até os bairros da Condor e Guamá, que compunham uma parte da Estrada Nova, como foi denominado na época. Como resultado, a barragem do rio possibilitou melhorias no processo de edificações de casas, mesmo que sob palafitas (RODRIGUES, 2000).

Outro acontecimento marcante na década de 1940, na produção urbana local, foi a incorporação ao município de Belém do município de Ananindeua, que objetivou a redefinição dos espaços municipais. “O governo se dedica a constituir colônias agrícolas ao longo do vetor Belém-Bragança, acompanhando o sentido da estrada de ferro” (RODRIGUES, 2000, p. 114). Esse fato, colaborou com a ampliação dos limites territoriais de Belém.

Na década de 1960, durante o regime militar no Brasil (1964-1985), foram criados decretos federais objetivando a apropriação de imóveis e terrenos pela União, denominados de Cinturões Institucionais (CI), que englobaram uma área de aproximadamente 52,90km², segundo dados do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU).

O cinturão institucional (CI) de Belém abrange: terras da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) e EMBRAPA 15,25km²; Áreas militares, Aeroporto; Eletronorte 13,39km²; COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará) 15,68km²; UFPA (Universidade Federal do Pará) 2,51km² (PARÁ, 1992).

Mapa 15: Áreas Públicas no Cinturão Institucional de Belém

Fonte: COHAB, adaptado por Lopez e Lima, 2014. Readaptado por França e Ferreira, 2017.

O CI de Belém, ilustrado acima, apresenta a maior extensão de áreas localizadas às margens do rio (Baía do Guajará) sob o domínio da Marinha, (cor verde oliva); em seguida, a União (Cor azul). Essas informações, apresentam-se com valor ao entendimento da expansão urbana, ultrapassando os limites da primeira légua patrimonial, especialmente quando pensada a partir da construção de espaços públicos de lazer situados na orla urbana local.

De acordo com as investigações de Lopes (2015) sobre o Cinturão Institucional de Belém, o início do século XXI é demarcado pela permuta ou venda de áreas pelas forças armadas ao mercado imobiliário, o que contraria os princípios de justiça social quanto ao envolvimento da sociedade na tomada de decisões. “Sem o desenvolvimento dessas discussões, essas áreas serão

em pouco tempo perdidas para o mercado e a possibilidade de reduzir os problemas habitacionais e ambientais ficará ainda mais difícil (...)” (LOPES, 2015, p.128).

A década de 1970 esteve marcada pelos impactos decorrentes das obras da rodovia Belém-Brasília e de outros grandes projetos na Região Amazônica que, ao serem concluídos, deixaram muitas pessoas sem trabalho. Dentre as consequências, destaca-se a migração significativa de mão de obra volante à cidade de Belém, que fixou moradia nas áreas alagadas.

(...) a mão de obra volante que migra para as áreas dos grandes projetos, após ser liberada dos seus postos de trabalho ou mesmo, em alguns casos, sem admissão, se direciona à metrópole paraense, na tentativa de (sobre) vivência. Ao chegarem à capital, deparam-se com um esgotamento das áreas de terra firme dentro da Primeira Léngua Patrimonial, restando a ocupação das áreas de baixadas, que sofriam inundações com as cheias dos corpos hídricos; ou, como segunda opção, das áreas melhores, do ponto de vista geotécnico, de outros municípios – tais áreas, entretanto, tinham condições piores de acessibilidade espacial (TRINDADE, 1998, *Apud*, IPEA, 2015, p.18).

Ao chegarem na cidade, encontraram maiores facilidades para ocupação das áreas de baixada, pois elas não despertavam o interesse do poder público local e das elites (IPEA, 2015, p.18).

O intenso processo de imigração ocorrido ao longo do século, bem como o crescimento vegetativo da população”, que se apresentou como um dos mais altos da história, redundou num tensionamento por ocupação de áreas próximas do centro do município de Belém, via de regra, “situadas em áreas alagáveis, ou baixadas, representando cerca de 40% da área urbana de Belém, compreendida na Primeira Léngua Patrimonial. (RODRIGUES, 2000, p. 116).

Em 1973, é constituída a Região Metropolitana de Belém (RMB), como consequência do crescimento populacional. De acordo com a SEDURB (2006), é considerada a aglomeração populacional mais expressiva em termos econômicos e territoriais do Pará, ultrapassando a média de 2 milhões de habitantes ainda no ano de 2005, o que representa aproximadamente 30% da população paraense. “Considerando os municípios que estão nos limites atuais, estabelecidos em 1995, a RMB manteve praticamente inalterada sua importância demográfica no Estado do Pará” (SEDURB, 2006, p. 51).

A fisionomia da RMB é integrada por superfície continental, insulares (47 ilhas, sendo 39 em Belém, 4 em Ananindeua e 4 em Santa Bárbara do Pará) e aquáticas (construídas por rios como Guamá, o Maguari-Açú, o Aurá, o Oriboca e o Benfica, por baías como as do Guajará, a de Santo Antônio, a do Sol e a do Marajó (SEDURB, 2006, p. 26).

No início da década de 1980, a estruturação espacial de Belém já apresentava como características (PARÁ, 1992): adensamento das áreas centrais mais consolidadas, utilizando quadras por meio da construção de vilas e passagens; a incorporação de áreas de baixadas à estruturação urbana da cidade; a ultrapassagem do cinturão das áreas institucionais; um incipiente processo de verticalização, iniciado na porção mais central da cidade. No entanto, foi somente na década de 1990 que o planejamento urbano local começou a pensar sobre o papel do rio para fins de lazer, conduzindo a uma reflexão abrangente sobre o conceito de águas urbanas.

As águas urbanas são todas as águas que circulam ou se estagnam nas cidades, que chegam e saem e que estão presentes nos resquícios dos ecossistemas ou nos mais modernos meios de captação e tratamento. São águas de contemplação e diversão dos lagos e chafarizes, as praias das cidades litorâneas e os rios montanhosos ou de várzea (AZEVEDO, 2007, p.252).

O município de Belém, por ser composto por diversas ilhas (39 ilhas), as quais ocupam 65,64% do território, despertou o interesse dos gestores públicos locais, quanto à elaboração de projetos urbanísticos que considerassem o potencial hídrico. É quando surge na cidade, entre as décadas de 1990 e 2000, um movimento pela abertura de áreas ocupadas às margens do rio Guamá e Bacia do Guajará, objetivando possibilitar a sua visualização à sociedade.

É neste âmbito de discussões que o aproveitamento do rio para a construção de orlas passa a compor as pautas de discussões do poder público local, associado às propostas de desenvolvimento da economia local, por meio da atividade turística.

2.5 O DISCURSO DE “DEVOLUÇÃO DA RIO” À SOCIEDADE

Em 1909, com a construção da estrutura portuária na cidade, uma grande área de extensão ao entorno da Baía do Guajará, com aproximadamente 1,6 km, foi ocupada por galpões de ferro, destinados ao armazenamento de cargas. Ao todo, foram construídos 13 armazéns, ocupando uma área de 27.700m².

Nos dois primeiros séculos, a expansão urbana de Belém deu-se ao longo da orla fluvial, contudo, a partir do ciclo da borracha, houve uma intensificação da expansão urbana para o interior da parte continental da cidade. Posteriormente, a própria construção dos armazéns portuários criou uma barreira física para a visualização do rio, contemplada pela ocupação irregular do restante da orla por portos particulares e pequenas serrarias (LIMA; TEIXEIRA, 2009, p. 205).

Mapa 16: Extensão da antiga área Portuária
Fonte: França e Ferreira, 2017.

Com isso, cria-se uma barreira física que dificulta a visualização do rio pela sociedade. A este fato, somam-se as ocupações irregulares do restante da orla por portos particulares e pequenas serrarias (LIMA; TEIXEIRA, 2009).

Foto 10: Área Portuária de Belém (à direita)
Fonte: IBGE, 2017.

Com a decadência da economia gomífera, em 1914, o poder público passa se preocupar com a inatividade do porto, em sua capacidade plena de funcionamento, sem, contudo, tomar providências significativas.

Somente no final da década de 1980, passando-se várias décadas após a decadência da economia gomífera, é que se considera a possibilidade de reconfiguração da área portuária, para fins de dinamização do turismo local, sob influências de um modelo urbano de valorização de frentes de água urbana.

Como ponto de partida, a Companhia das Docas do Pará - CDP, em 1997, apresentou em audiência pública uma versão preliminar do plano de desenvolvimento de Zoneamento – PDZ para o Porto de Belém, utilizando como justificativa principal para a sua reestruturação, algumas de suas limitações, dentre elas: o pequeno calado; a indisponibilidade de expansão; Layout portuário obsoleto; e o conflito porto-cidade. De acordo com Pontes (2004), o principal argumento do governo referia-se à necessária desobstrução

do rio, por proprietários de empresas particulares, que ergueram muros ou grades ao entorno do rio, impedindo o acesso físico e visual da população.

O rio, enquanto elemento característico da geografia local, transforma-se em um campo de interesses divergentes, envolvendo poder público, mercado imobiliário, moradores, pequenos e médios empresários que se instalaram ao entorno do mesmo, impulsionando a formação de um movimento pela abertura de áreas ocupadas às margens do rio, sob um discurso de democratização do acesso visual, denominado de movimento “Janelas para o rio Guamá e Bacia do Guajará”.

Dentre as iniciativas do Estado, para pôr em prática esse discurso, cita-se a reconfiguração de antigo galpão da área portuária, onde os armazéns 01, 02 e 03 sofreram adaptações para dar lugar ao espaço turístico Estação das Docas, utilizando a estrutura portuária para melhor atendimento das atividades relacionadas ao turismo e comércio (ARRUDA, 2005).

Foto 11: Estação das Docas
Fonte: França, 2017.

É válido ressaltar que a Estação das Docas, apesar de ser denominada de espaço público, comporta uma rede de empreendimentos privados em seu interior, com bares, restaurantes, lojas de artesanato e teatro. Compõe, juntamente com outros “espaços públicos” na cidade, uma rede de grandes

obras assinadas pelo arquiteto e Secretário de Cultura, Paulo Chaves, responsável pela elaboração de projetos de reconfiguração de áreas históricas, dentre elas, a Estação das Docas, Parque da Residência, Complexo Feliz Lusitânia, Mangal das Garças e o Teatro da Paz, datados na década de 1990.

Paulo Chaves esteve na secretaria estadual de cultura por 10 anos consecutivos e há 20 está na administração pública local, assinando projetos que sustentam o ideário de “Janelas para o rio. Outros projetos de grande impacto da produção urbana da cidade, que receberam a sua assinatura, foram Parque da Residência, Polo Joalheiro; Teatro da Paz; Hangar – Centro de Convenções da Amazônia e a Orla Portal da Amazônia. Segundo Paulo Chaves (2005)¹¹, “(...) tão importante quanto restaurar a memória é recuperar a autoestima do paraense e superar os cem anos de decadência, iniciados com a queda do comércio da borracha”. Prossegue a entrevista afirmando que os seus projetos arquitetônicos não possuem compromisso com nenhuma escola, seguindo uma perspectiva eclética, envolvendo restauro de espaços religiosos antigos e construções contemporâneas (Entrevista ao Projeto Design, 01/03/2005).

Em seus trabalhos, recebeu assessoria da arquiteta e paisagista Rosa Grena Kliass¹², criadora da Associação Brasileira de Arquitetos paisagistas (ABAP). Também assinou projetos paisagísticos em diversas cidades brasileiras, a exemplo de Curitiba, São Paulo e Salvador.

É neste contexto que o rio começa a ser pensado com fins de aproveitamento paisagístico, em espaços públicos destinados ao lazer e ao turismo na cidade de Belém.

O aproveitamento do rio para a construção de orlas remete-nos a uma necessária compreensão anterior do termo, em que, de acordo com pesquisa realizada por Amaral (2005, p. 87 - 89), a palavra orla é comumente utilizada

¹¹ Entrevista à Revista Projeto Design – edição 301 (01/03/2005).
<https://arcoweb.com.br/projetodesign/entrevista/paulo-chaves-fernandes-01-03-2005>

¹² Entrevista Rosa Kliass. Rosa Kliass conta histórias sobre sua carreira – de Burle Marx a Faria Lima. Edição 223, out. 2012.
<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/223/criadora-de-paisagens--271201-1.aspx>

pela população de Belém. “De forma geral, o uso dessa palavra tem o mesmo significado empregado por Buarque de Holanda (2002), ou seja, o sentido de borda, de margem, de faixa, de beira-rio ou beira-mar”. Amaral prossegue a sua linha de pensamento refletindo sobre a aplicabilidade desta compreensão à cidade de Belém, afirmando ser de extrema complexidade, uma vez que, aproximadamente 40% da cidade é cortada por rios. Isso significa dizer que Belém é quase uma completa orla. Por fim, opta por denominar a orla:

(...) conjunto das terras e das produções/construções que estão à margem do rio Guamá e da baía do Guajará, apresentando como limites, de um lado, esses mesmos cursos d’água e, do outro, as vias públicas que lhes são imediatamente paralelas. (AMARAL, 2005, p.89).

A “devolução” da Orla fluvial central de Belém é analisada por Pontes (2005) sob um viés questionador, apontando os interesses fundiários da elite local como principal elemento motivador das intervenções Estatais. “Este discurso de ‘devolução’ é associado a um padrão que vai determinar, no desenvolver da ‘devolução’ a quem se destinam seus benefícios” (PONTES, 2005, p. 119). Ele afirma ainda que os projetos sob a denominação de “Janelas para o rio” valorizaram, sobremaneira, os bairros em que estão inseridos, fazendo com que os mesmos apresentassem um maior custo habitacional do município.

Para Arruda (2005, p.56),

(...) há um outro porto da Orla de Belém, o ‘da sociedade’ representado pelos trapiches, os pequenos portos, as feiras, o comércio e serviços, sobretudo, informais, que constituem a realidade dos portos e feiras dos bairros da cidade velha, da Estrada Nova (Av. Bernardo Sayão) e Guamá” (ARRUDA, 2005, p. 56).

Tal “devolução da Orla” não se deu com clareza, quando se considera a forte presença da iniciativa privada, representada por bares, restaurantes, teatros e lojas de souvenir, nestas localizações, consideradas estratégicas pelo mercado.

Discute-se a ‘necessidade’ da retomada do espaço urbano da ‘Orla’ fluvial de Belém, ocupada por trapiches e portos privados, pelas chamadas estâncias e por empresas de ramos diversos. A ocupação privada (e juridicamente irregular) da orla é avaliada como irracional e impeditiva do aproveitamento público das benesses de uma cidade fundada à beira do rio (PONTES, 2005, p. 118).

Ao analisar a “abertura de janelas para o rio”, através da requalificação e construção de espaços públicos de lazer, observa-se que os mesmos apresentam características similares, no que tange à gestão, oferta de serviços, controle e vigilância. A administração de alguns espaços denominados “públicos”, situados na Orla urbana, como por exemplo a Estação das Docas e Mangal das Garças, estão sob a responsabilidade administrativa de uma Organização Social, a “Pará 2000” que foi contratada pela Secretaria de Estado de Cultura do Pará – SECULT.

Pode parecer mera coincidência, mas os espaços que estão sob a administração desta Organização Social apresentam em seus interiores, uma lista similar de empresas renomadas na cidade, no ramo de alimentos e bebidas. Exemplificando, a mesma rede de restaurante e de sorveteria foram implantadas em diferentes espaços, o que levanta dúvidas quanto ao processo de devolução da Orla à sociedade, bem como o favorecimento da geração de renda e qualidade de vida. Para que segmento especificamente? Moradores ao entorno ou grupo de empresários?

A Estação das Docas, apesar de ser classificada como um espaço público, comporta uma rede de empreendimentos privados em seu interior, como teatro, bares, restaurantes, lojas de artesanato, entre outros, que atraem um perfil de usuários com alto poder aquisitivo.

Os projetos sob a denominação de Janelas para o Rio são representados na cidade pelos seguintes espaços: 1 – Portal da Amazônia; 2 – Mangal das Garças; 3 – Complexo Feliz Lusitânia; 4 – Ver-o-Peso; 5 – Estação das Docas; 6 – Ver-o-Rio. Todos estão localizados na área de orla urbana do município de Belém, conforme apresentados no mapa nº17, o qual será melhor analisado no capítulo seguinte, referente aos resultados da pesquisa empírica.

Mapa 17: Espaços Públicos na Orla Urbana de Belém
 Fonte: França e Ferreira, 2017.

Foto 12: Espaços públicos de Orla em Belém
Fonte: França, 2017.

Aproximadamente duas décadas se passaram após as primeiras iniciativas de abertura de “Janelas para o Rio”, envolvendo a reconfiguração de espaços públicos, e ainda permanece a ênfase na utilização do rio para fins de ordenamento urbano, com enfoque comercial de exaltação da frente ribeirinha.

Atualmente, o ordenamento urbano de Belém é regido pelo Plano Diretor Urbano (2008), obedecendo aos preceitos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município de Belém e em especial da Lei Federal n. 10.257-200 (Estatuto da cidade), em que o Art. 18 do PDU, apresenta a necessidade de requalificação das áreas de Orlas, bem como a definição das atividades socioeconômicas existentes e possíveis, além das alternativas de usos compatíveis com o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. (PDU, 2008, p.7).

Tendo como base legal o Plano Diretor Urbano de 2008, o projeto Orla Portal da Amazônia é apresentado pela Prefeitura à sociedade, sob a justificativa de ajustamento das irregularidades decorrentes do uso do solo na área de abrangência, objetivando dotar o município de Belém de uma orla urbanizada, valorizando as características locais, visando possibilitar o lazer, a melhoria da qualidade ambiental, além de favorecer a geração de emprego e qualidade de vida de seus moradores.

O processo de ocupação do espaço que deu lugar à Orla Portal da Amazônia teve início no século XVIII, primeiramente no bairro Jurunas, parte da cidade Velha e Batista Campos, progredindo no século XIX para os bairros Condor e Guamá. Vale ressaltar que os bairros Jurunas, Condor e Guamá foram ocupados irregularmente por populações de baixa renda, por estarem no mesmo nível do rio e serem mais vulneráveis aos alagamentos. Para que o projeto Orla Portal da Amazônia fosse colocado em prática, foi necessário o remanejamento de muitas famílias, desencadeando um processo de conflitos de interesses em torno da área.

Ao retomarmos as questões principais, aqui apresentadas, identificamos que o alagado Pirí destaca-se na história da evolução urbana, quando no século XVII apresentou aos colonizadores um valor pejorativo, sendo associado à proliferação de mau cheiro, doenças e insalubridade, dificultando o avanço das edificações no território. O seu aterramento demorou aproximadamente dois séculos para efetivar-se, pois requereu, além de recursos, o conhecimento de técnicas de aterramento e dessecação, atrasando a ocupação das áreas baixas, próximas ao rio. Enquanto isso, a expansão seguia do eixo central (terras altas), contornando parte do rio em direção ao interior.

O Forte do Presépio, as igrejas e largos foram as primeiras construções no vilarejo, servindo como pontos de referência ao direcionamento da expansão urbana, por meio da abertura de ruas e travessas ao seu entorno. Os largos estavam diretamente associados a fins religiosos, durante os dois primeiros séculos de fundação, se constituindo em uma espécie de pátio de igrejas e conventos, objetivando a aglutinação de pessoas, troca de informações, servindo especialmente à disseminação do Cristianismo. Em

resumo, os largos, juntamente com as igrejas, constituíam-se em um centro da vida social, comportando eventos religiosos do calendário litúrgico, cerimônias, procissões, encontros com fins matrimoniais, e demais atividades sociais marcantes no período colonial.

Neste período, os largos, que hoje são mais conhecidos sob a denominação de praças, não apresentavam associação com o termo lazer, por ser este um constructo teórico datado no século XVIII, decorrente da Revolução Industrial. Contudo, ao analisar o lazer enquanto um constructo social, resultante da busca do homem por prazer, é possível identificar elementos que caracterizaram a construção de uma cultura do lazer em espaços coletivos, onde o prazer resultou principalmente em interações entre pessoas, espaço e objetos. Esta linha de pensamento não visa negar a institucionalização do lazer na sociedade, que para muitos estudiosos como Dumazedier, encontra-se datada no século XVIII. Apenas, considera que a busca por prazer é uma constante na vida em sociedade, sofrendo apenas alternâncias em termos e percepções individuais. Isso significa que o prazer é subjetivo, sendo percebido diferentemente por cada pessoa e sociedade, por ser fruto da cultura.

Passado o período colonial, mais precisamente no século XIX, as primeiras atividades de lazer identificadas nas praças e logradouros públicos, envolveram desde simples passeios, paradas para descanso nos bancos, aproveitamento das sombras das árvores, até a realização de encontros para bate papo e atualização dos acontecimentos da época. As feiras e trapiches da cidade já assumiam esta função, de ponto de encontro e troca de informações entre os seus frequentadores, porém sem as condições oferecidas pelas praças e logradouros, possuidores de bancos e áreas sombreadas.

Com os novos hábitos culturais, advindos da Europa, as elites tiveram cada vez mais a necessidade de utilização de espaços compartilhados, com o intuito de ostentar as suas riquezas, como joias e vestimentas extravagantes. Espaços como o Teatro da Paz, casas de café e algumas praças públicas, passaram a ser pontos de encontro e diversão na cidade, recebendo melhorias do poder público.

Com base nas informações bibliográficas aqui apresentadas, pode-se inferir que, apesar de grande parte da infraestrutura urbana ter se consolidado no início do séc. XX, com as riquezas produzidas pela economia da borracha na região amazônica, muitas praças, que hoje são utilizadas para fins de lazer, são datadas entre os séculos XVII e XVIII, recebendo apenas intervenções de melhorias como ajardinamento, iluminação e mobiliário, durante a intendência de Antônio Lemos, como foi identificado no mapa nº9, referente aos primeiros largos de Belém.

Certamente, é indiscutível que as intervenções realizadas durante a Belle Époque impactaram, sobremaneira, a construção de uma cultura de lazer em espaços compartilhados na cidade. Houve uma ampliação dos processos de sociabilidade e de ações públicas voltadas à transformação da fisionomia urbana, em especial aquelas destinadas à implantação de infraestrutura básica e qualidade ambiental, que despertaram progressivamente o desejo por práticas de lazer em espaços públicos.

É importante ressaltar a prioridade destinada aos bairros do centro, pelo poder público, no que diz respeito aos projetos intervencionistas deste tipo, a exemplo das Praças República, Batista Campos (ver mapas apresentados neste capítulo), que apresentam papel de destaque no lazer da população local, ainda nos dias atuais.

Houve, na realidade, uma ampliação dos espaços para a sociabilidade, em decorrência da dinâmica produtiva, que exigia uma separação entre espaços de produção e espaços de diversão. Trabalho e lazer já se revelavam dicotomicamente neste período. As cidades de Belém e Manaus, por apresentarem melhores condições de infraestrutura e opções de lazer, foram procuradas, especialmente pelos afortunados da borracha, que trataram de fundar clubes esportivos por meio de sociedades entre amigos. Logo surgiram as primeiras competições náuticas, envolvendo a canoagem, dando destaque para o aproveitamento do rio para fins de esporte e lazer.

No início do século XX, a cultura de lazer em espaços privados foi fortalecida, por meio das elites locais, resultando em grandes eventos sociais como bailes de carnaval, festas religiosas, competições esportivas e atividades recreativas em clubes, durante os finais de semana.

Em termos sintéticos, é possível afirmar que, as manifestações de interesse das elites e do poder público sobre o rio apresentam maior destaque em dois momentos específicos na história urbana local. O **primeiro momento**, situa-se entre o fim do século XIX e início do XX, abarcando o período áureo da economia gomífera na região amazônica, quando a produção cultural é ampliada, por meio da constituição de novos hábitos de lazer. É quando os esportes náuticos surgem, juntamente com a fundação de clubes esportivos que disponibilizavam aos seus associados, a prática de atividades como canoagem e remo. Ao ser utilizado para fins de lazer, por famílias pertencentes à alta sociedade, o rio ganha espaço nos comentários jornalísticos da época, atraindo curiosos para a observação das atividades e competições realizadas.

O **segundo momento** em que o rio se destacou, foi no final do século XX, impulsionado pelo projeto político de abertura de Janelas para o rio, sob o discurso do poder público, de necessária devolução da área de orla à sociedade. É quando o governo do Estado apresenta um ideário de inclusão social e dinamização da economia local pelo turismo, apoiado pelas mídias comunicativas e meio empresarial. Neste período, observa-se uma perda progressiva de interesse do poder público em projetos de construção e dinamização de praças na cidade, em prol de projetos urbanísticos maiores em termos de produção urbana e de imagem de cidade. Como exemplo, cita-se a reconfiguração de parte dos galpões portuários, para originar o espaço Estação das Docas.

Com o discurso de devolução da orla à sociedade, as áreas de baixadas, ganham foco nas discussões governamentais. Vale enfatizar que essas áreas, por serem mais vulneráveis aos alagamentos e enchentes, foram desprezadas pelos ricos e poder público, nos dois primeiros séculos que decorreram a fundação da cidade, resultando em uma apropriação irregular por pessoas de baixa renda. As limitações topográficas não foram um fator impeditivo para que as mesmas construíssem as suas residências sobre os alagados, haja vista que as suas necessidades por habitação eram maiores que o medo das enchentes.

Neste contexto, cabe enfatizar que a relação da população pobre com o rio esteve marcada por um histórico de subsistência, em que o alagadiço do

Pirí é citado como um lócus de pesca, lavagem de roupas, banhos diários, em uma realidade em que inexistia um sistema de abastecimento de água potável. Isso coloca em questionamento a retórica governamental de devolução do rio à sociedade. Devolver o quê? A quem especificamente?

Cabe ressaltar que o discurso de “janelas para o rio” foi utilizado por empreendimentos imobiliários, com fins de aumento da comercialização de apartamentos, com visão privilegiada da paisagem ribeirinha, sendo este um valor agregado ao produto.

Ao apresentar o mapa abaixo, de nº18, objetiva-se espacializar o surgimento dos principais espaços públicos, que hoje servem ao lazer da população local e visitantes.

Mapa 18: Evolução histórica dos principais espaços públicos de lazer no município de Belém - PA
Fonte: França e Ferreira, 2017.

Esta espacialização apresenta as construções do século XVII, em que se observa uma concentração de espaços nos bairros da Campina, Cidade Velha e Reduto, identificados com a cor verde. O tipo de espaço público que caracterizou este século foi a praça pública, que na época era conhecida como largo¹³.

1. Forte do Presépio – 1616;
2. Praça Frei Caetano Brandão – 1619;
3. Largo da República do Líbano – 1622;
4. Praça do Carmo – 1626;
5. Ver-o-Peso – 1627
6. Praça Dom Macedo Costa – 1628;
7. Praça Visconde do Rio Branco – 1640;
8. Praça Barão do Guajará – 1627.

Nas construções do século XVIII, identificadas com a cor preto no mapa, observa-se que os bairros que mais receberam intervenções foram Campina, São Brás e Batista Campos, respectivamente, onde as praças novamente ganham destaque. Igrejas e prédios institucionais somam nesta expansão territorial.

10. Igreja Santo Alexandre – 1719;
11. Largo do Rosário da Campina - 1720;
12. Catedral da Sé - 1748;
13. Praça Amazonas – 1749;
14. Praça Arsenal – 1750;
15. Praça Maranhão Landi – 1761;
16. Casa das Onze Janelas – 1768;
17. Palácio Lauro Sodré – 1771;
18. Praça Dom Pedro II – 1772;
19. Igreja Nossa Sra. Carmo – 1777;
20. Praça da República;
21. Praça Brasil;

¹³ Os largos eram utilizados para a realização de atividades de cunho religioso, servindo como espaço de extensão das igrejas. Ver Soares (IPHAN, 2009).

22.Horto Municipal.

As construções do século XIX, identificadas com a cor vermelho no mapa, estão concentradas nos bairros Campina, Cidade Velha, Nazaré São Brás e Marco, sendo possível observar uma certa diversificação quanto à sua tipologia. Há uma preocupação da gestão pública local, quanto à preservação da fauna e flora presentes no espaço urbano, por meio da construção de espaços como o museu Emílio Goeldi, que se destaca pela diversidade de espécies representativas da flora local, e o Bosque Rodrigues Alves (fauna e flora). A organização do comércio, por meio da construção de mercado, também foi foco de intervenções. O Palácio Antônio Lemos, sendo uma construção do arquiteto Antônio Landi neste século, revela uma preocupação com o embelezamento da cidade, que se prolongou pelos séculos seguintes.

- 23.Museu Paraense Emílio Goeldi – 1866;
- 24.Mercado Francisco Bolonha – 1867;
- 25.Jardim Botânico Rodrigues Alves – 1880;
- 26.Igreja N. S. Nazaré – 1881;
- 27.Palácio Antônio Lemos – 1883.

Construções no século XX são identificadas com a cor rosa no mapa, observa-se que os bairros que mais receberam intervenções foram Campina, São Brás e Batista Campos, respectivamente, onde a reconfiguração de antigos espaços ganha destaque, como o caso da Estação das Docas, que no ano de 2000 foi implantada em alguns galpões do antigo Porto de Belém.

- 28.Praça Batista Campos – 1904;
- 29.Mercado de São Brás – 1911;
- 30.Praça do Relógio – 1931;
- 31.Parque da Residência – 1934;
- 32.Estação das Docas – 2000.

As principais construções no século XX, marcadas com a cor azul, dão continuidade à proposta de necessidade de abertura de “janelas para o rio”,

iniciada no ano de 2000, tendo como foco os bairros: Umarizal (Espaço Ver-o-Rio); Cidade Velha (Espaço Mangal das Garças e parte da Orla Portal da Amazônia); Jurunas e Condor (Parte da Orla Portal da Amazônia), por estarem em ligação direta com a paisagem ribeirinha.

33.Complexo Ver o Rio – 2003;

34.Mangal das Garças – 2005;

35.Orla Portal da Amazônia – 2012.

É válido ressaltar a existência de uma relação direta desses projetos de Orla com uma política internacional, sustentada em diretrizes de cidades globais, que partem da força regional como importante elemento simbólico. Ao mesmo tempo, observa-se uma sintonia com o conceito contemporâneo de planejamento estratégico, frentes d'águas urbanas e reconfiguração de antigas áreas, prédios históricos e zona portuária para aproveitamento turístico.

O turismo surge no discurso do Estado, enquanto atividade econômica com grande potencial na região amazônica. No município de Belém, os espaços públicos situados na orla urbana, apresentam destaque na imagem de cidade projetada nos materiais de marketing turísticos, elaborados pelo Estado. Esta tem sido a principal contrapartida do poder público para a dinamização econômica local, inserindo Belém no contexto de cidade competitiva e atraente aos investimentos empresariais. Com a construção de um Centro de feiras e Convenções, a cidade passa a sediar eventos de diversos tipos, a citar as grandes feiras e congressos nacionais e internacionais, atraindo uma demanda de turistas, interessados não apenas na participação desses eventos, mas no conhecimento da cidade e de seus espaços de lazer.

Atualmente, as praças de Belém assumem maior relevância em termos de usos para fins de lazer pela população local, quando comparamos com outros momentos da história local. A cidade possui diversas praças de pequeno, médio e grande porte, em termos de extensão. Muitas não foram incluídas no mapa nº9, por ser este de caráter representativo, dos espaços com maior visibilidade para fins de lazer e turismo. Segundo dados do Imazon

(2003), Belém possui em média, 207 praças distribuídas entre os bairros, das quais, 25% teriam sido criadas antes da década de 1950.

Gráfico 1: Área de praças por década

Fonte: Imazon, 2003, p. 42.

A população da metrópole convive com a escassez de parques públicos acessíveis. No entanto, a implementação de praças ganhou impulso durante a década de 1990. Nesse período, a área de praças cresceu 53% na cidade de Belém, atingindo 0,61 m² por habitante. Vale lembrar que este número ainda está abaixo do índice per capita (0,71m²) registrado em 1950. A proporção de áreas verdes nas praças também era maior nessa época, embora tenha voltado a crescer entre 1990 e 2000. (IMAZON, 2003, p.37).

O mapa abaixo, confirma esta informação, ao indicar os séculos XVII e XVIII, como os mais representativos, em termos de conformação de espaços públicos que hoje são utilizados para fins de lazer e turismo na cidade de Belém.

Gráfico 2: Conformação de Espaços Públicos em Belém por século
Fonte: França, 2017.

De 1950 a 1960 criaram-se 82 mil m² de novas praças; posteriormente, na década de 70, houve um incremento de 47 mil m² de praças e, na década de 90, 135 mil m². Nas últimas três décadas a área de praças mais que dobrou em Belém, passando de 310 mil m² em 1970, para 722 mil m² no ano de 2000. Atualmente, as áreas verdes representam 55% do espaço das praças, enquanto calçadas, quadras esportivas, quiosques etc. Somam 45% (IMAZON, 2003, p.41).

Dentre os achados desta pesquisa¹⁴, identificou-se que as praças de Belém ganham a preferência por grande parte dos moradores locais, que necessitam das ações do Estado para a realização de lazer. Por se constituírem em ambientes mais democráticos, livres dos olhares vigilantes da segurança terceirizada, muito presentes nos espaços públicos de Orla, foram apontados como, uma boa opção de lazer gratuito na cidade.

A conformação urbana de Belém, como foi aqui apresentada, com especial destaque ao papel desempenhado por espaços como largos, praças e orlas ao longo dos séculos XVII até XXI, objetivando identificar os principais elementos que caracterizam a relação atual, espaço público-cidade, refletindo sobre, como o espaço público de lazer se define na atual conjuntura de produção urbana local.

¹⁴ Ver capítulo V, referente aos resultados da pesquisa empírica.

Tratar a produção da cidade sob o viés de discussão dos espaços públicos de lazer (tematização, espetacularização, privatização) requer o mesmo olhar atento e crítico sobre os processos geradores e tensionadores de empobrecimento, segregação e violência, ou seja, reflexos das crises. Isso, porque os processos de segregação conduzem à fragmentação do tecido socioespacial e tornam a cidade fracionada, retalhada. Ao mesmo tempo, as soluções apresentadas aos seus problemas são genéricas, atropelam as suas desigualdades.

O espaço público pressupõe muito além da forma física. Abrange questões relacionadas diretamente à diversidade de usos e significados dados por seus usuários, sendo, portanto, considerado, uma categoria constitutiva de cidade. Neste âmbito de discussões, a conformação e reconfiguração de espaços públicos de lazer na cidade contemporânea é resultante de processos decorrentes das formas de uso espacial pela sociedade, que nele se materializa, conduzidas por processos ideológicos focados no consenso sobre a necessidade de melhoria da qualidade ambiental e de vida da sociedade.

Os processos construtivos de cidade, sejam materiais ou imateriais, são reformulados processualmente para a continuidade do modo de produção e sustentação de suas bases financeiras. Para Pádua (2015, p.156), há necessidade de identificação das bases ideológicas da produção do espaço, considerando a importância das mesmas para a produção da vida social na metrópole.

A hierarquia dos lugares e dos usos decorrentes da centralidade é perceptível na cidade contemporânea; uma das explicações dada a este fato é a redefinição funcional do centro no processo de estruturação do espaço urbano, sendo este um processo essencial para dinâmica das cidades e fluidez do capital no atual modo de produção.

CAPÍTULO III: ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER COMO CONSTRUTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

A amplitude do conceito de espaço público possibilita a referência a espaços diversos (praças, parques, ruas, feiras livres, entre outros), considerados importantes na organização da vida urbana, pois proporcionam ação e expressão do coletivo. Historicamente, o espaço público tem servido a fins variados na produção do urbano, por isso o seu estudo requer uma compreensão diacrônica. O entendimento de sua conformação, seu uso e sua apropriação pertence a uma lógica específica, porque cada momento histórico dispõe de condições temporais e flexíveis.

Para ratificar essa ideia, retoma-se o fato de que, no passado, o espaço público era o eixo organizador da cidade, onde a abertura de ruas e demais construções tinham como referências a igreja e as edificações militares, considerados pontos de partida e chegada. No contexto atual, quanto ao caráter de eixo norteador da produção urbana, o mesmo apresenta perdas. Observa-se uma inversão de papéis neste processo, pois o espaço passa a ser pensado a partir da cidade e submetido à influência dos agentes econômicos¹⁵.

No capítulo anterior, foi possível identificado que a conformação de espaços de lazer de caráter público na cidade de Belém apresentou uma aproximação com esta lógica de produção de cidade, onde no século XVII, a sua expansão ocorreu norteadada por edificações militares e religiosas. Certamente, o papel ideológico da igreja não se iguala ao desempenhado pelos agentes de mercados nos dias atuais.

“Daquela cidade organizada desde o espaço público à cidade de hoje, há um verdadeiro abismo” (CARRIÓN, 2007, p.81). Nessa obra, ao abordar a urbanização na América Latina, o autor atesta a perda de funcionalidade da praça e a ascensão do espaço privado, constatação que implica à lógica capitalista perceber certos espaços comunitários como um desperdício.

¹⁵ Nesta tese, as influências dos agentes econômicos na conformação da cidade de Belém não são negadas. Apenas acredita-se que a sua atuação mais significativa ocorreu no início do século XVIII, quando a produção do urbano passou a ser foco de discussões do poder público local. No século XVII, a expansão do vilarejo de Belém do Grão Pará foi norteadada pela busca de terra firme, longe dos alagados, que possibilitasse a edificação de igrejas, conventos e casas e a interligação com o Forte do Presépio, eixo central da cidade.

Entre muitos fatores que influenciam a produção e reprodução do espaço, destaca-se o reflexo causado pela dinamicidade dos desejos sociais por maior produção material e imaterial, servindo esse espaço de suporte para as relações estabelecidas. Nessa perspectiva, o capítulo propõe-se à reflexão sobre os principais processos decorrentes da cidade contemporânea e suas correlações com a produção dos espaços públicos de lazer, uma vez que a sua construção e/ou reconfiguração se encontram permeadas por interesses e disputas oriundos dos mesmos processos. Para melhor entendimento, visualizar o seguinte organograma:

Figura: Organograma das Categorias pertinentes à tese
Fonte: França, 2015.

Para a construção teórica acerca de espaço público de lazer, recorreu-se às discussões dos seguintes autores: Arendt (2011); Corrêa (1989); Arroyo (2011, 2015); Delgado (2007, 2011); Inneraty (2006); Lefebvre (1991, 2001, 2006); Leite (2007); Harvey (2000); Carrión (2007); Santos (1994, 2003, 2005, 2008); Arantes (2007, 2012, 2013); Alves (2007); Carlos (2013, 2015); Miele (2015); Habermas (2014); Borja (2003). Essa seleção se deve a dois motivos: primeiro, porque não há bibliografia específica sobre o referido tema; segundo, porque esses estudiosos abordam com criticidade as categorias espaço público e cidade, referenciais essenciais a esta investigação.

Dessa forma, o espaço será analisado como realidade relacional, fruto do trabalho humano, ao mesmo tempo em que é geográfico, por ser

determinado pelo movimento da sociedade, conforme se verificou em Santos (2008).

A arguição sobre espaço público de lazer, enquanto espaço social, ambiente propício a anonimatos (ocultação de identidades) e encontros provisórios entre diferentes, convivência cívica, ordenada e vigiada, terá como suporte teórico Delgado (2007, 2011), pelo fato de este autor refletir sobre a ideologização do espaço público.

Esta escolha se justificativa, primeiramente, em virtude de os estudos existentes sobre o lazer na cidade estarem extremamente vinculados ao discurso dominante e disponibilizados em literatura romantizada. O lazer, por si só, significa prazer e harmonia, ocultando qualquer possibilidade de conflitos entre diferentes. Por isso, elementos como o alheamento e o mal-estar, provocados pelo contato entre pessoas de diversas formações socioculturais, comumente são ignorados pelos estudos sobre o tema.

Nesta tese, as análises provêm da compreensão de que o espaço público é social e, por isso, é reflexo das relações de produção e com elas, as relações de poder (LEFEBVRE, 2001, 2006). Por esse motivo, o termo discriminação deve ser entendido como negação da presença, pois a simples presença no espaço não significa aceitação. E, em virtude de os espaços estarem bem definidos, sem haver necessidade de discutir o assunto, a discriminação torna-se *hábito*. É o que Bourdieu (1990) considera como processo de naturalização ou imposição dos valores culturais dominantes na prática social.

Leite (2009) afirma que o espaço urbano só se torna público quando é investido de ações significativas. Para exemplificar, cita o fato de o espaço público ir além da rua, pois nele se realizam ações intencionais dos sujeitos. Nesse sentido, a cidade será entendida como centralidade, lócus da diferença e do exercício da civilidade.

Durante o processo investigativo, surge a necessidade de elaborar uma definição de espaço público de lazer, para fazer referência direta às questões aqui delimitadas, evitando uma certa generalização dos espaços públicos. É importante enfatizar que os mesmos elementos caracterizadores do espaço

público foram aqui utilizados na constituição da definição de **Espaço público de lazer**¹⁶: Espaço físico-social na cidade, favorável ao encontro entre diferentes, que têm como objetivo em comum, a buscar por prazer.

Neste sentido, a autora considera, em sua análise, além da forma física, as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, também o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências. São espaços socioculturais em que predominam a qualidade arquitetônica, paisagística e ambiental, além da vigilância. É comum que os seus usuários, possam usufruir gratuitamente da infraestrutura física, a exemplo dos equipamentos esportivos e das programações ofertadas.

Em decorrência da relevância que os largos e praças assumiram no processo de conformação da cidade de Belém do Pará, eles foram aqui eleitos, como os exemplos mais representativos de espaços públicos de lazer. No entanto, a definição se estenderá às áreas livres que apresentam uma certa estrutura física, como o mobiliário (bancos, banheiros, iluminação, acesso através da interligação com a malha de transporte público etc.) e das possibilidades diversificadas quanto à realização de atividades.

A utilização desses espaços sofre reflexos da institucionalização do tempo livre social, em que os fins de semana, feriados e férias se constituem em um tempo propício, mas não exclusivo ao lazer. Por este motivo, ele deve ser compreendido em sua relação direta com o mundo do trabalho.

Retornando à compreensão de espaço público, este apresenta-se como lócus de mediação entre Estado e sociedade, utilizado como discurso político, por fazer-se cada vez mais presente nas ideologias do modo de produção capitalista, no que se refere à concepção de cidades.

Segundo Borja (2003), defensor do planejamento estratégico e favorável à parceria entre público e privado e à potencialidade do comércio no entorno dos espaços, o projeto de um espaço público deve estabelecer algumas

¹⁶ Definição construída pela autora desta tese, para fazer referência direta aos espaços abordados nesta pesquisa, considerando o aporte teórico de estudiosos que tratam da categoria Espaço Público, citados neste capítulo.

características qualitativas, entre estas, a multifuncionalidade¹⁷, a fim de proporcionar a adaptabilidade a usos diversos no decorrer do tempo. Isso evitaria projetar espaços residuais que servem apenas de passagem entre edifícios e vias, ou de abrigo para sem tetos e usuários de drogas. Admite-se que Borja (2003) apresenta uma discussão importante sobre espaço público, ao defender que este é a cidade, o qual deve valorizar os elementos locais e preservar o patrimônio histórico-cultural localizado em torno da obra. Logo, a maior contribuição do referido autor à temática em evidência é pensar a cidade como espaço público e vice-versa.

De acordo com Borja (2003), por estar submetido a uma normativa da administração pública, o espaço público é também um conceito jurídico, por ser de propriedade e domínio do Estado, sendo este o responsável pela garantia de sua dinamização, de sua acessibilidade e de seu uso pela sociedade. O espaço público pressupõe domínio público, uso social coletivo e multifuncionalidade. Poderá favorecer a integração de pessoas de diferentes classes e culturas, relações e convivências coletivas, atitudes de autoexpressão etc. Esses atributos qualificam o espaço como ambiente sociocultural.

Sendo assim, as relações estabelecidas no espaço estão em sintonia com os acontecimentos globais, tendenciando processos homogeneizadores, que colocam em destaque a discussão sobre a diferença no pensar a cidade e o espaço público: “No hay una ciudad para todos sino ciudades probables para diferentes subjetividades y em distintos momentos” (ARROYO, 2011, p. 145).

Na concepção de Pádua (2015), é imprescindível identificar as bases ideológicas atuais que sustentam a produção do espaço, para se compreender os processos oriundos da produção da vida social. Nesse contexto, a cidade deve ser entendida muito além de sua materialidade, pois engloba objetos, ações e subjetividades humanas. Comporta o conjunto de espaços públicos e os diferentes modos de vida, hábitos e aspectos culturais da coletividade.

¹⁷ Borja (2003) é aqui apresentado com ressalva quanto à sua defesa do espaço público multifuncional, pois compreende-se uma certa limitação quanto às possibilidades de realização de atividades. O mesmo aplica-se à sua defesa ao planejamento estratégico da cidade, utilizando como ponto de inflexão, o espaço público.

Com base no exposto, seguem descritos os principais processos que caracterizam a relação atual entre espaço público e cidade. Além disso, refletir-se-á como o espaço público de lazer se define no contexto atual.

3.1 AGENTES PRODUTORES DA CIDADE

Abaixo, segue o organograma representativo do direcionamento das análises acerca do papel do espaço público na dinâmica de produção de cidade contemporânea:

Figura: Organograma das análises
Fonte: França, 2017.

Mundialmente, no século XVIII, as cidades sofreram reflexos significativos das transformações econômicas e tecnológicas advindas da Revolução Industrial, a saber, o crescimento demográfico e o aumento da mobilidade urbana, que implicaram a agilidade da circulação de pessoas, bens e informações.

O direito à mobilidade. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional? (SANTOS, 2007, p. 63).

No Brasil a industrialização aconteceu tardiamente, situando-se no século XX, em que o período compreendido entre as décadas de 1930 a 1960 foram as

mais representativas em termos de desenvolvimento industrial, ocasionando um aumento do número de habitantes próximo às fábricas, contingente resultante especialmente do processo de migrações internas.

Devido à cidade ser uma escala do urbano, influenciada pelos mesmos processos deste, notam-se facilmente os impactos econômicos e sociais aos quais ela está submetida. Logo, a cidade é oriunda de uma associação entre suporte físico e ação humana transformadora, na qual a sociedade se constitui e organiza-se há séculos. Nela, são estabelecidas as relações entre pessoas e grupos, resultando na composição de bens culturais e econômicos, formação política e religiosa.

No que tange às relações comerciais, pode-se dizer que as trocas estabelecidas agregaram um caráter centralizador aos espaços dentro da cidade e, simultaneamente, ampliaram as relações circundantes.

A concentração das atividades produtivas na cidade é responsável por um processo que leva à emergência de áreas centrais em função dos diferentes usos do solo, de que resulta uma alteração da forma urbana e uma segmentação social e espacial, num espaço urbano mais alargado e mais complexo (BARRETO, 2010, p.31).

Nas áreas centrais das cidades, há uma concentração variada de pessoas, infraestrutura e comercialização de bens e serviços, sendo comumente as de mais fácil acesso para habitantes e visitantes, o que impacta na valorização e disputa do solo. Lefebvre (1991) e Santos (1994), a partir da discussão de centralidade, compreendem a cidade como um conjunto de espaços públicos representativos do social. Na realidade, é um grande espaço público, por englobar espaços com menor dimensão e igual valor, no que diz respeito ao seu potencial agregador de pessoas.

Com o crescimento e o desenvolvimento do sistema urbano, a disponibilidade e as alterações de preços dos recursos passam a ter, como principais variáveis na base de seus cálculos, a acessibilidade e a vizinhança. É neste contexto que o valor da centralidade passa a refletir com mais clareza nos preços dos bens e serviços ofertados.

Vale destacar que a valorização exacerbada do solo tem ocasionado conflitos de interesses entre diversos agentes, o que constitui um dos

primordiais focos de disputa e, conseqüentemente, mobiliza grandes transformações na cidade.

O valor dado ao solo das cidades tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas, principalmente quando localizados em áreas centrais. Em âmbito mundial, observa-se que a impossibilidade de aumento de aluguéis, em relação ao teto estabelecido pelo governo, tem ocasionado a compra de propriedades que antes abrigavam pessoas de baixa renda, para derrubada e construção de estabelecimentos com fins comerciais e edifícios públicos (HARVEY, 1980).

O solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias. Mas, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer: assim, os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado em uma situação mais do que especial (HARVEY, 1980, p. 135).

Concomitantemente, a justiça social deve ser pensada, essencialmente, como um princípio (ou série de princípios) para resolver direitos conflitivos, pois “A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual” (HARVEY, 1980, p. 82).

O papel assumido pela centralidade é incorporado à valorização do solo urbano, segundo a qual a construção de espaços e produtos imobiliários é resultante de um processo de seleção e hierarquização de espaços ou regiões da metrópole, para fins de concentração de investimentos. A centralidade possui uma dinâmica funcional, pois, a partir de atividades diversas, ela envolve especialmente a comercialização de bens e serviços. É fruto de um movimento dialético permanente e abrange diversas esferas e fatores condicionantes.

Por sua vez, a urbanização, um fenômeno de classe, influenciada pela concentração excedente de pessoas e de produtos no espaço geográfico, acarretou o surgimento das primeiras cidades, como atesta Harvey (2008, p.74): “A urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”.

Para Carrión (2007), a centralidade é importante por conter a maior escala, a maior funcionalidade, concentração de pessoas e conflitos. É um espaço público, por excelência, com grande significado para a cidadania, sendo esta uma condição que o converte em distinto e particular em relação ao restante da cidade. É lócus propiciador de troca de informação e expressão cívica, caracterizado pela heterogeneidade funcional e simbólica. “Ali estão as particularidades do marco inicial, as múltiplas organizações públicas” (CARRIÓN, 2007, p.19).

É o lugar privilegiado da tensão entre Estado-sociedade, público-privado; por isso, as relações entre sociedade e Estado devem ocorrer em prol da reconstrução do espaço público e da centralidade. O referido autor cita a praça como um lugar que deve ser valorizado e devolvido à cidade, por ser representativo de um espaço público, de e para todos (CARRIÓN, 2007).

A cidade, em termos gerais, e o espaço público, especificamente, ao serem lócus de disputa entre classes, revelador dos interesses divergentes, ganham ressonância com a atuação dos movimentos sociais que pressionam o Estado para a efetivação de direitos. Porém, este, apesar de principal mediador e fiscalizador dessas relações sociais, revela-se frágil e ineficiente.

A cidade é um conjunto de espaços públicos, ou a cidade em seu conjunto é um espaço público a partir do qual se organiza a vida coletiva e onde há uma representação da sociedade. Daí surge a necessidade de entendê-lo como um dos direitos fundamentais da cidadania: o direito ao espaço público, porque permite reconstruir o direito à associação, à identidade e à polis. Este direito ao espaço público se escreve no respeito à existência do direito do outro ao mesmo espaço onde construímos um espaço onde encontramos, sem um espaço onde construímos tolerância, que não é outra coisa, senão uma pedagogia da alteridade. Ou seja, a possibilidade de aprender a conviver com outros de maneira pacífica e tolerante (CARRIÓN, 2007, p.83).

Na concepção de Harvey (2008), o direito à cidade é uma construção coletiva, um direito comum ao usufruto do urbano, em que a construção e a reconstrução da cidade e do homem constituem um direito humano, negligenciado pelo Estado, conforme acentua:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela

mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (HARVEY, 2008, p.74).

Ao prosseguir, o referido autor declara que:

O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades, cada vez mais ao seu gosto (HARVEY, 2008, p.86).

Ao pensar a esfera pública na cidade contemporânea, em consonância com as discussões de Arendt (2011) e Lefebvre (2011), não se pretende afirmar que a ação comunicativa de fala, exposição e visibilidade, com caráter reivindicatório, tenham a mesma intensidade das ações de reciprocidade ativa no espaço.

Para Arendt (2011), a esfera pública grega conteve aspectos mais filosóficos de uma construção relacional, um 'fazer político' em busca do direito à cidade. Em sentido amplo, a *pólis* era um espaço das singularidades pessoais, da diferença, e contrastava com a busca por igualdade cidadã. Era o espaço onde predominava a liberdade de pensar e de agir coletivamente. Influenciava na composição política, mas não significava harmonia e ausência das desigualdades. São exemplos dessas desigualdades as mulheres, os escravos e os bárbaros, pois, naquela época, não eram considerados cidadãos. Portanto, a esfera pública era fazer político, discurso, diálogo, ação, liberdade e diferença, destinado a uma pequena parcela da sociedade e não a todos.

A esfera privada possibilitou a existência da esfera pública na Grécia Antiga. Havia uma diferença entre domínio da vida pública e privada, e a questão econômica mantinha-se restrita ao domínio privado, por isso não cabia discutir política.

Conforme Arendt (2011), a identidade é construída no contexto intersubjetivo do espaço público, sendo necessária a presença de outros indivíduos.

Ao perceber a importância da materialidade do espaço para a constituição da esfera pública, Arendt contribui de forma significativa às

discussões e práticas pertinentes ao espaço público contemporâneo. A realidade compreende a esfera pública e, dessa forma, o espaço público merece destaque no pensar a cidade democrática no contexto do urbanismo contemporâneo. É inquestionável que essa percepção de Arendt esteja totalmente enfraquecida na cidade contemporânea. No entanto, as suas contribuições ultrapassam as barreiras históricas e geográficas, sob a justificativa de que o espaço público repousa na esfera pública.

Tendo como base as discussões que Arendt apresenta em sua obra “A condição Humana” (2011), é possível estabelecer um paralelo com o espaço público da cidade contemporânea. Nele, são destacados alguns aspectos principais, eleitos para esta aproximação, a exemplo da visibilidade, das experiências de comunicação e ação presentes nas sociedades antigas e contemporâneas. Tanto na esfera pública quanto no espaço público, a pluralidade se faz presente e o comum ascende. Neste contexto, é possível inferir que tanto a esfera pública grega, quanto o espaço público atual, são demarcados pela transcendência, pois as ações e discursos constituídos, impactam diversas gerações.

O termo público relaciona-se a tudo que é visto e ouvido por todos. Citam-se a ação e a fala, essenciais para a inserção do humano no mundo, pois ser e aparecer são condições para a existência pública (ARENDT, 2011). Acerca do conceito de privado, Arendt (2011) expressa que:

A palavra privado cobra seu original sentido privativo, seu significado. Viver uma vida privada por completo significa estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira vida privada por completo, significa estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira vida humana, estar privado da realidade que provém de ser visto e ouvido pelos demais, estar privado de uma objetiva relação com os outros. Significa estar privado de realizar algo mais permanente que a própria vida. O homem privado não existe, pois não aparece, sendo a visibilidade uma condição para a existência humana (ARENDT, 2011, p.67).

No contexto atual, o desafio da alteridade na cidade inclui o respeito e a integração respeitosa da pluralidade cultural, o que implica pensar o espaço público em detrimento ao privado, como se pode conferir:

Pensa-se o espaço público e suas formas de constituição na vida urbana contemporânea enquanto espaço de comunicabilidade social, de enunciação dialógica entre diferentes grupos. Contudo, não se poderá esquecer a dimensão política do Espaço Público, e as formas de sociabilidade em geral, pois aprendemos com Weber (1991) que a

vida social pauta-se pela escassez de bens materiais e simbólicos, o que gera permanente luta entre indivíduos e grupos sociais. É nesse sentido que a dimensão da negociação coletiva, torna-se importante vetor na constituição do espaço público (LIMA, 2007, p. 2).

Quanto à aplicabilidade do conceito de esfera pública na atualidade, ao reformular algumas de suas ideias sobre o tema, Habermas (2014) apresenta a esfera pública burguesa do século XX como suporte para as suas análises sobre espaço e cidade. A opinião pública teria um importante papel de controle das ações do Estado pela sociedade, por meio de questionamentos, julgamentos, opiniões, supervisão, conduzindo a um processo de racionalização das ações humanas. Em relação aos assuntos de interesse geral, o julgamento do público tem, na esfera pública, o seu *locus* privilegiado, pelo caráter de liberdade e conciliação das divergências na tomada de decisão.

A esfera pública burguesa foi compreendida por Habermas (2014) como estrutura aberta, sem fronteiras, na qual a comunicação e a tomada de decisões tinham ressonâncias, porém não deveria ser confundida com um espaço, por apresentar uma forte dimensão abstrata. O homem burguês era o ente representativo da coletividade, o que conduziu a uma forte racionalização do pensar e do agir coletivo, vinculados aos interesses advindos da esfera privada, esta composta pelo lar da burguesia.

O espaço público, *locus* representativo da diferença e do conflito, impacta o pensar a esfera pública na cidade contemporânea, trazendo à tona, questões filosóficas presentes na sociedade Grega. Hoje, a cidade e o espaço público também são considerados *locus* do anonimato.

A cidade é o espaço onde resulta possível encontrar-se com gente sem que isso signifique abolir as fronteiras da intimidade e as exigências de um meio social mais heterogêneo. Permanecer anônimo é condição de liberdade individual. O anonimato das grandes cidades abre a possibilidade ao sujeito de poder começar de novo a vida, porque ninguém conhece ninguém completamente e ninguém está obrigado absolutamente por seu passado. Fazendo abstração da própria biografia, se pode reconstruir a identidade e cada um pode decidir por si mesmo, que aspecto de sua própria personalidade desvela ou oculta aos demais. Neste sentido, cabe afirmar que graças à urbanização, graças a essa configuração de espaço público, surge para os indivíduos uma verdadeira vida privada (INNERATY, 2006, p.100, *apud* GOFFMAN, 1973).

De acordo com Inneraty (2006), há de se considerar que um percentual significativo das normas das grandes cidades serve para manter a distância entre pessoas. Não ter de cumprimentar, não se intrometer em uma conversa, não ter que prestar muita atenção, tudo isso evita os conflitos causados pela proximidade. Essa constatação propicia a reflexão sobre as experiências sociais na cidade, com base em George Simmel (2000). Nessa obra, o autor indica a aproximação da metrópole como locus de socialização e de formas espaciais e estéticas, diferentemente da realidade de cidades pequenas. Segundo Simmel (2000), a experiência na metrópole é caracterizada pela intensidade dos estímulos nervosos que afetam o psiquismo e o aparelho sensitivo do ser humano e dos quais a sociedade tenta se proteger.

Para Simmel, as condições de vida nas grandes cidades submetem o homem a um permanente confronto com imagens, sons e experiências, que não podem ser acompanhados com plena consciência. Como reação a tantos estímulos, o homem distancia-se do que está próximo, com o intuito de suportar o contato com o desconhecido e, com isso, amenizar o seu desconforto em espaços públicos, como em transportes e praças, elementos da rotina das metrópoles. Simmel denomina essa ocorrência de 'atitude Blasé'. Significa uma forma de reserva pessoal a qualquer espécie de conflito decorrente de hiperestimulação sensorial (visual ou auditiva) entre as várias ações observadas cotidianamente nas metrópoles. Como exemplo é possível citar os barulhos decorrente do trânsito, a poluição sonora e visual muito comum nas cidades.

O alheamento ou o estranhamento entre pessoas apresentam uma relação espaço-temporal necessária aos avanços das discussões sobre espaço público de lazer na cidade contemporânea.

Carrión (2007) estabelece um paralelo entre a discussão sobre o direito à cidade e ao espaço público, enquanto princípio fundamental para a construção da cidadania.

Então, observa-se que a consolidação da construção coletiva dos direitos e deveres necessita da cidade, pois é nela que os homens se conhecem e identificam-se como entes de uma coletividade, visto que ela está respaldada por direitos e deveres essenciais a uma convivência pacífica.

Nesse contexto, como principal ente mediador das relações entre interesses divergentes, o Estado manifesta a sua responsabilidade no espaço.

A construção e a sobrevivência da alteridade são essenciais à cidade, enquanto espaço público da diferença, pois, nele, as pessoas se reconhecem e exercitam os princípios elementares da convivência cidadã.

Carrión (2007) elenca três conceitos dominantes sobre espaço público. O primeiro advém da concepção de **urbanismo operacional** e de especulação imobiliária. Corresponde ao residual, ou seja, é a sobra depois de construir casa, comércio ou administração; ao contrário, é a partir do espaço público que se organiza a cidade. O referido autor, ao prosseguir sua linha de pensamento, afirma que:

A estrutura urbana está composta de distintos usos de solo onde o espaço público tem a função de vincular aos outros (comércio, administração), de criar lugares para a recreação e o espaçamento da população (praças e parques), de desenvolver âmbitos de trocas de produtos (centros comerciais, feiras), de adquirir informações (centralidade) ou de produzir ritos simbólicos (monumentos) (CARRIÓN, 2007, p.80).

O segundo, de âmbito **jurídico**, explicita que o entendimento de espaço público diz respeito à noção de propriedade e de apropriação do espaço. Essa concepção se distingue em espaço vazio e espaço construído, espaço individual e espaço coletivo. O espaço público é o não privado, portanto, é da coletividade, sob a responsabilidade de gestão e mediação do Estado, como representante dos interesses gerais.

O terceiro, de cunho **filosófico**, considera o espaço público pertencente a um conjunto de conexões, que provoca o desaparecimento da individualidade e da liberdade, o qual é fruto de críticas, levando o mesmo a apresentar uma concepção alternativa.

Na concepção alternativa de espaço público, apresentada por Carrión, ele nega alguns aspectos presentes nas concepções tradicionais, a saber, caráter residual, posse e liberdade. Assim: “O espaço público não é residual, muito menos uma forma de apropriação e menos ainda, um lugar onde se tenha liberdade” (CARRIÓN, 2007, p.81). Ele destaca também a necessidade de que os estudos sobre o tema considerem a inter-relação entre espaço

público-cidade e a sua história. O espaço existe no contexto da cidade, por isso deve ser analisado em consonância com os seus processos.

O espaço público, em cada momento, tem uma lógica distinta, bem como a sua articulação funcional com a cidade. Originalmente, o espaço público pode cumprir, por exemplo, uma função mercantil, posteriormente, assumir um rol político (agora) e logo predominantemente estética (monumento). Esta condição transitória o permite ter múltiplas funções que, em seu conjunto, somam presente e passado, e vão mais além do aqui e agora (CARRIÓN, 2007, p.81).

Anteriormente, o espaço público esteve definido em relação à cidade, por isso urge compreender os processos decorrentes da produção de cidade na atualidade. O espaço público (por exemplo, largos e praças) foi considerado o eixo da organização da cidade, servindo como referência à expansão urbana, diferentemente do que ocorre na atualidade, em que a cidade não mais organiza-se a partir do espaço público. É possível observar que o espaço privado vem destacando-se no processo da estruturação urbana.

O espaço privado se distingue do espaço público, sem dissociação. No caso mais feliz, o espaço externo, o da comunidade, é dominado, e o espaço interno, o da vida familiar, apropriado. O que permanece exemplar de uma prática espacial ainda imediata, mas concretamente próxima da obra de arte. O que explica o charme, o encantamento, que despertam ainda essas residências. A apropriação não se acaba em função de um grupo imóvel: família, vilarejo, cidade. O *tempo* aí se inclui e a apropriação não pode se compreender sem os tempos, os ritmos de vida (LEFEBVRE, 2006, p.135).

Arroyo (2011) informa que o espaço público é tratado pela arquitetura como uma estrutura topológica, implicando um sistema do tipo formas–atividades–significados, pelo qual o desenho da forma física corresponde à ocupação prática do espaço, o que conduz a um processo de significação social. A arquitetura, como linguagem do espaço público, ganha valor, à medida que alcança a correspondência entre forma física, uso social e significado público do espaço que projeta. Dessa forma,

Um bom projeto arquitetônico desenha a forma procurando representar significados públicos transcendentais, com a expectativa de que o uso social confirme a pretensão simbólica da forma, obtendo dela, uma experiência plena de lugar (ARROYO, 2011, p. 89).

Essa discussão também é contemplada por Habermas (2014), ao declarar que:

Denominamos ‘públicos’ aqueles eventos que, em oposição às sociedades fechadas, são acessíveis a todos – do mesmo modo que falamos de praças públicas ou casas públicas. Já o discurso sobre ‘edifícios públicos’ não implica apenas sua acessibilidade universal – não precisam necessariamente estar abertos à frequência pública; eles abrigam simplesmente as instalações do Estado, e, como tais, são públicos. O Estado é o ‘poder público’. Ele deve esse atributo à publicidade de sua tarefa: cuidar do bem comum público de todos os concidadãos (HABERMAS, 2014, p.94).

O espaço público não está associado unicamente ao físico-espacial (praça ou parque). “É também um âmbito que contém conflitos sociais, com distintas significações dependendo da conjuntura da cidade de que se trate” (CARRIÓN, 2007, p. 80). Sua compreensão só terá sentido se for contextualizada e admita a dinâmica socioprodutiva de cada período histórico e a atuação do Estado nessa dinâmica urbana.

O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de ‘bens públicos’ e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalistas, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro (HARVEY, 2005, p.80).

É constatado que o Estado, no decorrer da história social, sempre agiu favoravelmente à circulação de capital e à concentração deste nas mãos de poucos. No âmbito da dinâmica capitalista, ele tem fomentado ações da iniciativa privada e de atração de capitais externos, além de incentivar projetos de privatização de espaços públicos, sob a justificativa de necessária sobrevivência econômica e melhoria no que tange à oferta de bens e serviços e à garantia de emprego e renda. A parceria entre público e privado ganha destaque no contexto neoliberal, somada a uma reformulação do discurso sobre o papel do espaço público na cidade. Muitos questionamentos emergem a respeito da ineficiência do Estado quanto à gestão de espaços, envolvendo setores básicos essenciais à coletividade, a saber, saúde e educação.

(...) o Estado é um aparato de dominação, que condensa as relações sociais e age em conformidade com as classes que dominam a economia e que sustentam um projeto de hegemonia. Mas é também, essencialmente, um campo de disputas, no qual a correlação de forças, a movimentação social e a organização política dos interesses têm papel decisivo (NOGUEIRA, 2005, p. 61).

A cidade, configurada em um contexto de fortalecimento da parceria entre público (Estado) e privado, em que há transferência de muitas responsabilidades do Estado ao capital privado, transforma-se em um campo de disputas e conflitos, no qual, certamente, a classe trabalhadora representa o lado mais frágil, a perder progressivamente o seu direito ao espaço público, no que concerne a hospitais, escolas, áreas de lazer, entre outros.

A decisão pela privatização tem constado nos discursos neoliberais de produção de cidade, como viés alternativo para superação de crises econômicas. Nesse cenário de constantes buscas de estratégias para superar a crise, a fluidez do modo de produção capitalista revela-se fortemente flexível e adaptável, organizando o espaço com intervenções diversas, sem perder de vista a sua regulação como forma de garantia de reprodução do capital. Segundo Harvey (2011), para a superação das crises, o Estado deve atuar diretamente na insuficiência de capital, na escassez de oferta de trabalho, meios de produção inadequados, na inadequação das formas organizacionais, na ineficiência do trabalho e na ausência de demanda para consumo da produção.

A privatização é apresentada como uma das estratégias do Estado em relação ao urbano. A centralidade seria outra, com igual papel, revelando-se importante para a reprodução do capital, ao articular vários setores da economia, entre estes, o capital financeiro, o comércio, a construção civil e o mercado imobiliário (MIELE, 2015).

Atesta-se que os projetos urbanos atuais visam à retomada de antigas centralidades, mediante a reconfiguração de espaços deteriorados ou abandonados, onde as atividades de lazer e turismo ganham força, com a ampliação de atrativos na cidade. É possível perceber que antigos espaços e áreas, ao sofrerem ações intervencionistas do Estado, para fins de reconfiguração, refletem na valorização locacional da área em seu entorno.

Para exemplificar, Carrión (2007) cita as cidades construídas de costas para o mar. Hoje, recém-projetos urbanísticos, que objetivam a sua valorização, colocam-nas “de frente com o seu passado”. Porto Madero, na Argentina, foi reconfigurada para fins de lazer e turismo, assim como Barcelona. Delgado (2007) refere-se a essas experiências como modelos de

reconversão urbana de cidade pós-industrial, que resultou em um produto de consumo, com forte apelo aos componentes de convivência cidadã, marketing e segurança permanente. Barcelona, ao ser eleita como cidade sede das Olimpíadas de 1992, iniciou um grandioso processo de abertura de sua frente marítima, trabalhando em prol de uma imagem de cidade modelo e ocultando fatos conflitivos geradores de desordem. O termo “Cidade Mentirosa” foi utilizado por Delgado (2007) para se referir a este modelo de planejamento urbano estratégico, que se propagou pelo mundo na década de 1990 e implicou uma recriação das centralidades.

Sanchez (2011) realiza um estudo comparativo sobre *waterfronts* (frentes de água), no qual descreve como foram realizadas as reabilitações de antigas áreas sem uso em algumas cidades, na segunda metade do século XX, no período pós-guerra, pós-fordista e de desindustrialização. Nesse período, muitas cidades investiram na renovação urbana e econômica, com a recuperação de áreas decadentes, que, no passado, serviram para fins industriais, portuários, de comércio, de pesca etc., e, infelizmente, com o passar do tempo, transformaram-se em barreiras ao desenvolvimento local. Essa renovação se tornou emergencial, pois as imagens de certas cidades estavam vinculadas a situações ilegais, como tráfico de drogas e prostituição. Entre essas cidades, citam-se Barcelona e Bilbao, na Espanha.

A gentrificação, termo oriundo do inglês *gentry*, isto é, baixa nobreza, ou de forma mais contemporânea, elitização espacial, conforme apresentado por Maricato (2015), pode ser percebida tanto como origem, quanto como consequência da centralidade dos espaços. Uma das principais características deste processo no espaço é o deslocamento induzido ou forçado de pessoas de baixa renda, para dar lugar a um novo perfil socioeconômico de moradores ou frequentadores. Por esse motivo, o termo gentrificação está associado ao enobrecimento e à exclusão socioespacial. De acordo com Glass (1964):

A noção de gentrificação, barbarismo não tem sentido nas línguas latinas, pois a palavra vem do inglês *gentry*, ou seja, pequena nobreza, foi criada por Ruth Glass, em 1964, para descrever a invasão de bairros operários de Londres pela classe média. Ela explica o processo de gentrificação como ‘um por um, muitos bairros de classe média (GLASS, 1964, *apud* VASCONCELOS, 2015, p.29).

Esta noção também passa a constar nas discussões de geógrafos, urbanistas e cientistas sociais, para fazer referência à valorização do espaço urbano. Neste sentido é importante observar por exemplo, que, a requalificação de parques poderá ou não conduzir a um processo de gentrificação. Há de ser observada a substituição de populações nas áreas requalificadas.

O termo *gentrification*, com todas as suas conhecidas imprecisões (Rubino, 2003), tem sido utilizado, grosso modo, para designar amplos processos de intervenção urbana em áreas centrais das cidades ou em sítios históricos considerados “degradados”, com vista à requalificação/revitalização, com a sua intensa transformação em espaços de consumo e lazer (ZUKIN, 1995; Smith, 1996, *apud*, LEITE, 2009, p. 195).

Segundo Leite (2009), muitos urbanistas e gestores públicos se atêm a projetos com características gentrificadoras, de ‘reativação do espaço público’, e destacam as possibilidades de retomada da importância do centro das cidades, por meio de processos de enobrecimento de espaços.

A requalificação urbana compõe a pauta de discursos políticos em busca do consenso em torno de novas obras e ‘melhorias coletivas’ destinadas à sociedade, envolvendo simultaneamente os processos de expulsão e substituição de antigos moradores. Moradores antigos e de baixa renda cedem lugar a novos e com maior poder aquisitivo, que buscam moradia em local central na cidade com beleza estética paisagística no entorno (SOUZA, 2013).

Um urbanismo global que desenvolve estratégias orientadas à produção de uma composição social artificial da gentrificação que, condicionando o uso normatizado do ‘lugar urbano’, se contrapõe à cidade enquanto bem cultural para ser vivenciado. Projetos emblemáticos de uma arquitetura corporativa de espaços privados transformam a relação público/privado e promovem a segregação espacial e social em um espaço privatizado fragmentário (ALVES, 2007, p.4).

O modelo de planejamento estratégico, que percebe a cidade como uma mercadoria, um produto, apresenta as diretrizes e formulações específicas para o tratamento da cidade-objeto, a ser pensada e comercializada por seus governantes. Esse modelo vem sendo disseminado na América Latina por consultores de agências multilaterais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, que estabelece condições para a

realização de empréstimos e financiamentos. A adesão a esse modelo de gestão de cidade é apresentada pelas agências de fomento, como uma das contrapartidas a ser dada pelos governos locais.

Projeto de cidade: Pátria, empresa e mercadoria. 'implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política de eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania' (VAINER, 2007, p. 78).

Os neoplanejadores compreendem a cidade como empresa, pautados na produtividade e competitividade, além de subordiná-la à lógica do mercado. Assim, a cidade é colocada na condição de agente econômico. Harvey denominou essas características das cidades contemporâneas como empresarialmente da gestão urbana (HARVEY, 1996, *apud*, VAINER, 2007, p.85). Nessa condição, ela atua no âmbito de um mercado, seguindo as suas regras e diretrizes de planejamento. Ações estratégicas são planejadas e executadas tendo como horizonte e foco primeiro, o mercado.

Pensar o planejamento urbano como se pensa o planejamento de uma empresa privada é uma questão polêmica entre as discussões críticas sobre cidade, tendo em vista os divergentes interesses envolvidos. A produtividade e o consenso prevalecem em um projeto de cidade, por isso, o marketing urbano é muito difundido por seus gestores.

O planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço de exercício de um projeto empresarial encarnado por liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz a destruição da cidade como espaço da política, como lugar da construção da cidadania (VAINER, 2007, p.98).

Para Vainer (2007), a transposição do modelo estratégico, característico das empresas privadas, para a realidade urbana conduz a um intenso processo de competitividade e à instauração de um patriotismo. Os defensores do planejamento estratégico no meio urbano argumentam que as cidades estão submetidas às mesmas condições e aos desafios que as empresas e, por isso, devem ser geridas similarmente. Sendo assim, para Vainer (2007, p. 83): "A

cidade é uma mercadoria de luxo destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solúveis”.

O planejamento estratégico é base implícita do processo para se repensar a produção urbana contemporânea. Vainer (2007) faz uma consideração muito importante, ao afirmar que, por muito tempo, o debate acerca da questão urbana esteve pautado nas discussões sobre crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo. Hoje, a nova questão urbana direciona-se à problemática da competitividade e do tratamento da cidade como empresa. Para Harvey (2008), o urbanismo contemporâneo transformou o estilo de vida social em mercadoria, por isso a qualidade de vida se encontra à venda na cidade. O consumismo marca esta etapa atual, em que a cidade e todo o seu capital cultural e social se transformam para a satisfação dos “sonhos urbanos”.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, necessariamente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independente de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende em larga proporção, do ponto do território onde está. Enquanto um lugar vem a ser condição de pobreza, um outro lugar poderia no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2007, p.107).

Entre as novas estratégias do urbanismo atual, o *City Marketing*, ao representar a cidade por meio de imagens e de ideários, confere-lhe um caráter comercial, de produto posto à venda.

Trata-se de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade (SANCHEZ, 2001, p.32)

Ele objetiva a inserção da cidade no âmbito da economia global, cada vez mais exigente, em termos de cidades competitivas e atraentes ao capital internacional. Assim, “(...) são construídas imagens-síntese sobre a cidade e

são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de city marketing importantes instrumentos de difusão e afirmação” (SÁNCHEZ, 2001, p.33).

O chamado marketing urbano se impõe cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2002, p. 78).

Constam no projeto de cidade, com enfoque empresarial, a busca do consenso e o despertar de sentimentos patrióticos do coletivo, com o objetivo de eliminar as divergências quanto às propostas e ações governamentais e privadas. Com isso, ratifica-se a necessidade de reflexão sobre as formas de desenvolvimento almejadas pelas gestões urbanas contemporâneas. Desenvolvimento para quem? Para as populações locais ou para os grandes empresários e políticos locais? Incentivos para que tipo de empresas? Grandes, médias ou pequenas?

No contexto das novas estratégias urbanas, os gestores das cidades devem apresentar capacidade mobilizadora para atrair recursos e estabelecer parcerias com a iniciativa privada. Desse modo, no âmbito municipal, os gestores praticam uma política de escalas, em que o poder local assume a responsabilidade pela administração dos recursos.

A eficiência da administração local na esfera pública depende, assim, em primeiro lugar, da capacidade dos governos para mobilizar recursos não governamentais no sentido de construir coalizões, especialmente com o meio empresarial (ACSELRAD, 2001, p.41).

Nessa perspectiva, são priorizados os governos que apresentam autonomia, criatividade e poder de articulação com os diversos segmentos da sociedade. Como verificado anteriormente, a cidade é colocada na condição de agente econômico, sendo denominada por Harvey (1996) como um processo de empresariamento da gestão urbana.

Em “A cidade como negócio” (2015), Alvarez comenta que a cidade, pensada como um negócio, torna-se um bem intercambiável, com possibilidades de valorização, depreciação e grande poder segregador. Significa que a cidade não é somente um meio de concentração, mas o próprio

objeto. A prática socioespacial sofre interferência do tratamento de mercadoria dado ao espaço, desde a sua concepção, construção e suas formas de uso.

O espaço, enquanto mercadoria, adquire um aspecto altamente competitivo com o crescimento do mercado imobiliário, que tem servido como suporte físico para a dinâmica capitalista, envolvendo a produção, venda e troca de mercadorias, e, conseqüentemente, é considerado como um produto imobiliário. Em acréscimo a esse fato, a centralização do capital acompanha a concentração urbana, por implicar a reunião de atividades diversificadas, oferecidas por bancos, como créditos e outros serviços, sobretudo, os destinados às indústrias, à população, às companhias de seguros, às financeiras, aos equipamentos culturais, às agências de turismo, viagens etc. (CARLOS, 2015).

As diferentes escalas de intervenções no espaço, envolvendo especialmente o poder do Estado e da iniciativa privada, constituem grandes enigmas para a sociedade, por esta não compreender a dinamicidade do processo e os reais interesses do Estado, a exemplo dos grandes projetos de reconfiguração urbana, geradores de processos de gentrificação. Para Agamben (2005), os denominados “dispositivos”, indicados por Foucault (1987, 1999), seriam importantes às análises sobre governabilidade e à compreensão de suas relações de poder. É uma espécie de termo técnico, a ser entendido como rede de relações e nunca de maneira isolada.

Ainda no que se refere à atuação do Estado na produção da cidade, são observadas muitas contradições tanto no discurso, quanto na prática; uma delas diz respeito ao fato de a produção da cidade ser social e a sua apropriação privada, mercantilizada. Contrariando esta lógica de exclusão, Lefebvre (2006) advoga a necessidade de elaboração de “estratégias urbanas”, que tenham em vista o bem coletivo, quanto à efetivação de direito à diferença, à centralidade, entre outros aspectos. A compreensão da dinamicidade social e das relações de poder é inerente à dos fenômenos urbanos, bem como às relações imediatas, envolvendo pessoas, meio e seus objetos.

Do ponto de vista social, o entendimento de espaço requer um pensamento dialético, por isso apresenta a tríade **forma, estrutura e função** como importante viés de análise. Além disso, considera-se que o espaço pode

ser “lido” de diversas formas: Espaço e sua forma, espaço e sua estrutura, espaço e suas funções.

Isso quer dizer que todo espaço social pode tornar-se o objeto de uma análise formal, de uma análise estrutural, de uma análise funcional. Cada uma proporciona um código, um método, para decifrar o que inicialmente parece impenetrável. Esses termos parecem claros. Na verdade, eles arrastam atrás de si bastante obscuridade, pois cada um deles não escapa à polissemia (LEFEBVRE, 2006, p.121).

A utilização desses vieses de análises do espaço pode auxiliar a compreensão de muitos fenômenos pertinentes ao espaço público de lazer. Então, elege-se o viés funcional. Um simples espaço pode apresentar funções variadas. Por exemplo, uma praça: durante o dia pode ser local de trabalho para muitos comerciantes; de lazer, de encontro e namoro para grupos de amigos e casais; de passeio para pessoas e animais; como também ser utilizado para realização de atividades físicas, ações culturais, discursos políticos, entre outros. É um espaço que, como qualquer outro, reflete as problemáticas sociais, constituindo-se por sistemas de objetos e de ações.

Para Lefebvre, a cidade é uma projeção da sociedade e resulta em uma forma de objetivação do social sobre o espaço. Ao admitir essa ideia, ele critica a de cidade produto em paralelo à aproximação filosófica, à compreensão de cidade obra, ao se referir à possibilidade criadora do espaço pela coletividade, resultando em um bem comum. O espaço social tem como principal elemento definidor o encontro entre pessoas diferentes, além de tudo o que está presente no espaço, como os elementos naturais e os produzidos pelo homem. “Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos” (LEFEBVRE, 2006, p 75).

O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação ‘produção consumo’ aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. Uma unidade se entrevê entre os níveis frequentemente separados da análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado) (LEFEBVRE, 2006, p 75).

Nesta tese, a proposta de Lefebvre de uma tríade, composta por espaço concebido, percebido e vivido, foi considerada de maneira transversal. Metodologicamente, não foi critério adotado na pesquisa empírica. No entanto, o seu entendimento de cidade como reflexo das relações sociais¹⁸ sobre o espaço foi fundamental para nortear algumas reflexões sobre as possibilidades de análise do espaço público, enquanto lugar privilegiado de tensão entre Estado–sociedade, público–privado.

Esse direcionamento permitiu ratificar que as relações entre sociedade e Estado devem ser em prol da reconstrução do espaço público e da centralidade.

No espaço urbano, são projetadas as necessidades materiais e imateriais da sociedade, com a construção de objetos e com a realização de ações abstratas diferenciais. Concepção e forma, abstrato e concreto, fluxos e fixos (SANTOS, 1994) são indicativos recorrentes na produção e reprodução da cidade.

A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas (SANTOS, 2008, p.71).

Quanto à compreensão de espaço, para além do geográfico, destacam-se os teóricos Milton Santos e Henri Lefebvre, por apresentarem o homem como principal ente transformador.

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. 'Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho' (SANTOS, 2008, p.28).

O espaço público vale-se dessas especificações conceituais, somando-se a elementos pertinentes à representatividade do Estado como mediador das relações conflitivas nele estabelecidas. Leite (2007) também entende o espaço como categoria sociológica, resultante das práticas do homem, que lhe

¹⁸ Ver capítulo V referente aos resultados da pesquisa empírica, em que as análises apresentam uma aproximação com o aporte teórico lefebvriano, ao compreender as redes de relações e múltiplos olhares sobre a Orla Portal da Amazônia.

atribuem sentido de pertencimento. “Enquanto espaço de poder, o espaço público não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social” (LEITE, 2007, p.23).

As desigualdades, decorrentes da superconcentração de renda e de população, são percebidas facilmente em face dos altos índices de desemprego, subempregos, precariedade em setores básicos (moradia, alimentação, educação e saúde pública). Ao comportar as desigualdades, o espaço torna-se, ao mesmo tempo, produto e condição geral de sua reprodução, constituindo-se, na atualidade, em elemento central de reprodução do capital financeiro. Os processos sociais e os agentes sociais (proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos) atuam juntos na produção e reprodução da cidade contemporânea (CARLOS, 2011).

O processo de produção da vida traz em si o processo de produção do espaço enquanto lugar de sua realização, enquanto conteúdo das relações sociais que sustentam a vida, o espaço é entendido, como condição, meio e produto da reprodução social, o que nos coloca diante da necessidade de pensar o modo como a sociedade se (re) produz reproduzindo seu espaço, portanto, trata-se de encarar a materialidade do processo social como ponto de partida da análise geográfica – a produção é também a reprodução das relações sociais (CARLOS, 2010, p.16).

Neste sentido, a divisão social do espaço também pode ser entendida como segregação, por ser uma forma representativa de disposição dos grupos sociais na cidade. No âmbito dos espaços públicos de lazer, observa-se que a sua utilização na cidade é feita, prioritariamente, mas não exclusivamente, por pessoas de baixa renda. Isso porque as classes média e alta contam com a opção de frequência a espaços privados, a exemplo dos clubes recreativos, restaurantes, cinemas, teatros, dentre outros espaços vinculados à comercialização de bens e serviços.

No entanto, é válido ressaltar que, mesmo com a segregação social presente na cidade, é certo que o espaço público ainda é o principal lócus de encontro entre os diferentes.

A noção conceitual de espaço público requer mais atenção quanto aos processos decorrentes da produção urbana atual, pois, de acordo com Leite (2009):

Uma noção de espaço público, portanto, construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (da qual retém a sua referência espacial), necessitaria contemplar as relações de reciprocidade causa entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais. Pode-se dizer, afinal, que, a partir dessa relação entre espaço e ação, as práticas interativas atribuem sentido aos lugares, que por sua vez contribuem para a estruturação dessas ações, promovendo reflexivamente a confluência entre o espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais a noção de espaço público retira suas principais categorias: espaço e ação (LEITE, 2007, p.198).

Portanto, espaço público vincula-se à realidade de cada cidade, sendo um lócus configurado sobre o reconhecimento. Funciona como uma espécie de subcontrato social, envolvendo valores de convivência cidadã e bem comum, diferentemente do espaço privado, representativo dos interesses particulares (INNERATY, 2006).

(...) possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais. Tais encontros devem ser entendidos como a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão para conhecê-las em profundidade. Assim, o espaço público é o lugar das diferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (GOMES, 2002, p.162, *apud*, SORBAZO, 2006, p. 94).

Delgado (2011) questiona o período histórico em que houve, mais nitidamente, uma preocupação do Estado com o Espaço Público, refletida nas produções bibliográficas. Ele considera as décadas de 1960 e 1970, quando a compreensão de espaço público ainda era pouco definida, destinando maior relevância à rua, como um espaço compartilhado, social, comum, em termos de acesso da coletividade.

Ao longo da história da humanidade, o espaço público tem sido utilizado pelo Estado como lócus de mediação entre divergentes interesses. Paralelamente, o Estado poderá influenciar na sociedade, a partir do Espaço Público, e a sociedade poderá utilizar-se deste para manifestar as suas

inquietações. Segundo Delgado (2011, p.27), o espaço público reflete a dialética das interações humanas:

A teoria política do espaço público – isto é, o espaço público não como lugar, senão como discurso – trabalha a partir de sua consideração como âmbito em que cobra dimensão ecológica, uma organização social, baseada precisamente na indeterminação e na ignorância da identidade alheia (...).

Dentre os exemplos de espaço público na cidade, o parque e a praça, consensualmente, são citados no discurso do Estado, associados ao ideário de bens coletivos e lugares de diversão e acesso à natureza (SOUZA, 2013). Essa reunião de valores reforça uma metáfora ainda hoje pertinente, de que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidades (BARTHE, 1997).

O lazer, como novo negócio, é assimilado e repaginado pela gestão de cidades, sob o discurso de efetivação de direitos e de melhoria da qualidade de vida populacional.

A mercantilização do lazer constitui-se em uma discussão necessária ao entendimento do espaço público na cidade contemporânea, pois reflete tanto na compreensão de sua conformação, quanto nas suas formas de uso e apropriação. Espaços são criados e reconfigurados visando ao atendimento de demandas e interesses divergentes. Há uma redefinição de espaço público e formas de lazer, muitas vezes incluídas nas discussões sobre novas formas de gestão de cidades. Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é investir em espaços públicos 'visíveis', sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas (SERPA, 2007, p. 26).

O discurso do Estado oculta, sobremaneira, o caráter promocional do espaço público, como elemento de valorização do solo urbano e potencializador de novas centralidades, extremamente atraente aos promotores e incorporadores imobiliários. Em face disso, constata-se que o Estado tem mediado erroneamente os interesses divergentes sobre a cidade e seus espaços públicos, utilizando-se da ideologia do poder dominante em seus discursos. Respalda-se essa constatação com o seguinte exposto:

As estratégias de mediação hegeliana servem, segundo Marx, para camuflar toda relação de exploração, todo dispositivo de expulsão, assim como os papéis dos governos como encobridores e garantidores de todo tipo de assimetrias sociais (DELGADO, 2011, p.10).

O papel mediador do Estado, ao favorecer os interesses do poder dominante, impacta negativamente na efetivação de direitos do coletivo, no usufruto de espaços públicos na cidade, bem como nas redes de relações ali desenvolvidas.

Verifica-se que Foucault (1984, p. 410) demonstrou preocupação em relação ao espaço e à questão relacional entre sujeito e espaço, ao expressar: “Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos”. Ele ainda esclarece:

Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos (FOUCAULT, 1984, p. 414).

Foucault afirma que a preocupação passou a girar em torno do espaço, em detrimento do tempo:

(...) apesar de todas as técnicas nele investidas, apesar de toda a rede de saber que permite determiná-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo talvez não esteja ainda inteiramente dessacralizado (FOUCAULT, 1984, p.413).

Sendo assim, Foucault reconhece os avanços teóricos sobre a discussão, mas considera a necessidade de se evidenciarem também na prática. Para exemplificar, ele aponta a predominância do pensamento dicotômico, em relação a questões sobre o espaço, a saber: Espaço público – espaço privado; espaço familiar – espaço social; espaço de lazer – espaço de trabalho.

O pensamento dicotômico direcionado aos estudos sobre o espaço ainda sobrevive, porém apresenta forte resistência crítica. Estudiosos, como Arroyo (2011), apresentam novas possibilidades de análises do espaço, abordam-no como fenômeno de complexidade e indeterminação e reconhecem que ele possui múltiplas interfaces conceituais: Cidade física; cidade social; conceito estatal; sociopolítico; sociocultural, entre outras. A relevância da centralidade, também se constitui em um importante viés a compreensão da cidade atual.

Arroyo (2011) enfatiza a grande quantidade de lugares públicos nas cidades da América Latina, conformados no decorrer dos séculos, e que permanecem desempenhando papéis de centralidades nos dias atuais.

Os edifícios destinados ao culto e ao governo, as praças em geral e certas ruas dotadas de características particulares conformam um repertório de lugares públicos preeminentes, na maioria dos casos consolidados ao longo da história, que constituem verdadeiros meios de centralidade (ARROYO, 2011, p. 87).

Neste contexto de discussões apresentado por Arroyo, é possível aplicá-lo à compreensão dos espaços públicos, sendo estes, por excelência, a centralidade urbana, lugar de onde se parte e aonde se chega. Onde se estrutura a cidade. Portanto, a centralidade urbana é o elemento fundamental de todos os espaços públicos.

Delgado (2011), ao compreender o espaço público como categoria política orientadora da vida social, considera-o refletidor das alterações sofridas no âmbito da gestão pública, na qual o discurso sobre a democratização do espaço na cidade ganha destaque.

El espacio público passa a Cobursier como la realización de un valor ideológico, lugar em que se materializan diversas categorías abstractas como democracia, ciudadanía, convivencia, civismo, consenso y otros valores políticos hoy centrales, um prosclênio em el que se desearía ver deslizarse a una ordenada massa de seres libres e iguales que emple esse espacio para ir y venir de trabajar o de consumir y que, en su ratos libres, pasean despreocupados por um paraído de cortesía (DELGADO, 2011, p. 10).

Nesse sentido, o Estado, no que concerne ao seu papel mediador na sociedade, tem ignorado em seus discursos as diferenças de classes presentes nos espaços públicos, ressaltando-os como lócus de democracia e consenso entre os usuários, o que é uma falsa realidade, uma vez que o espaço público se caracteriza pela diferença e pelo conflito.

Delgado, ao refletir sobre a ideologia que permeia o espaço público na cidade contemporânea, critica a ocultação dos conflitos de classes e do papel das diferenças em prol de um pensamento distorcido sobre o referido espaço, apresentando-o como lócus de harmonia e boas práticas de convivência. Assim, a urbanidade passa a ser sustentada por um pensamento focado em

boas práticas cívicas e o espaço público torna-se lócus de mediação entre Estado e sociedade (DELGADO, 2011).

Para Delgado (2007), o espaço público é uma categoria política que orienta a vida em sociedade, por isso os governos primam, cada vez mais, pela construção ideológica e conceitual de espaço público desconflitualizado, utilizando-se de mecanismos pedagógicos nas praças e ruas para educar a cidadania. Assim, a educação é utilizada como meio para a doutrinação de um coletivo quanto ao uso de espaços públicos, como forma de atendimento às regras, sujeitas à vigilância permanente, eliminando conflitos e condutas inconvenientes.

O espaço público é concebido como a realização de valor ideológico, lugar onde se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania e convivência. O discurso do Estado aproveita-se dos valores pertinentes ao espaço público, a citar: ser favorável à igualdade, democracia, cidadania e qualidade de vida coletiva na cidade, a fim de legitimar suas ações perante a sociedade, sem trabalhar para a sua efetivação. É o que Delgado (2007) denomina de ideologização do espaço público.

Outro traço definidor, presente nas discussões sobre espaço público, é a possibilidade de anonimato como estratégia de ocultação das identidades, segundo a qual a cidade é o lócus propiciador de encontro entre desconhecidos, onde pessoas estranhas se encontram com certa regularidade, construindo uma cultura da diferença. “É onde a proximidade física coexiste com a distância social” (INNERATY, p.98, 2006). E, embora ninguém seja obrigado a gostar de outrem, o respeito mútuo é uma exigência para o convívio em coletividade.

Ser publicamente legitimado não é um direito, porque ninguém é obrigado a pôr a totalidade de sua própria vida a plena disposição intersubjetiva, em uma completa publicidade. O primeiro direito é não ser obrigado a gostar de todos (INNERATY, 2006, p. 36).

Delgado (2011) compartilha desse pensamento, ao afirmar que a vida social entre estranhos se caracteriza por vínculos provisórios, baseados no imediatismo, na convivência cívica, ordenada e vigiada. O autor considera ainda que a crise urbana tem determinado um posicionamento dos modelos de

gestão e das políticas de intervenção urbana que se expressa, principalmente, por meio de duas perspectivas distintas: uma com o intuito de superar a crise, a partir de uma ótica que tenda a aprofundar a via mercantil privada, segundo a qual o espaço público é algo marginal; outra, com o objetivo de amenizar a crise e dar maior significado ao público, em especial, ao espaço público na organização urbana.

Carrión (2007) questiona o papel do espaço público no novo urbanismo na América Latina sinalizando o pensamento estratégico do Estado sobre a cidade e seus espaços públicos. Ele acredita que o espaço público se encontra em perigo, por apresentar-se cada vez mais voltado aos interesses dos agentes de mercado. Esta situação reflete negativamente no seu potencial simbólico, locus de troca, comunicação e exercício de cidadania, de respeito mútuo entre os diferentes, transformando-se progressivamente em um espaço residual na cidade, a servir apenas como passagem.

O direito ao espaço público está diretamente relacionado ao direito do outro ao mesmo espaço. Opera como uma pedagogia da alteridade. “Ou seja, a possibilidade de aprender a conviver com outros de maneira pacífica e tolerante” (CARRIÓN, 2007, p.87). Cabe ressaltar, o importante papel do espaço, como locus de convivência entre diferentes e conflitos contínuos, o que descarta qualquer possibilidade quanto a sua simplificação, ao utilizar o termo tolerância.

A convivência entre diferentes pessoas nesses espaços tem possibilitado a ampliação da oferta de bens e serviços, transformando o lazer, mesmo em espaços públicos, em um negócio. No entanto, acredita-se que mesmo diante dos processos de transformação da cidade em produto, o Estado continua na condição de principal agente responsável por intervenções diferenciadas.

No que diz respeito à vigilância nesses espaços, observa-se que a proeminência da iniciativa privada em gerir os negócios urbanos implica discussões sobre segregação e direito à cidade, e, cada vez mais, a privatização do espaço público reduz drasticamente as possibilidades de expressão e fortalecimento das representações sociais ali estabelecidas.

3.2 DESTINAÇÃO DE ÁREAS PARA O LAZER NA CIDADE

O discurso em defesa de ambientes públicos como lócus socioeducativos, essenciais para a construção da cidadania, ganha destaque no âmbito político, o qual concebe o espaço de lazer como um lócus propício a encontros, trocas, diálogos e auxílio mútuo, resultando em interações valorativas ao coletivo. Segundo Alencar (2008), as práticas de lazer em locais públicos são consideradas extremamente enriquecedoras e gratificantes, pois possibilitam trocas de experiências e variados contatos interpessoais. As pessoas têm necessidade de externalizar suas identidades. Para isso, utilizam os espaços públicos na cidade como lócus propiciador de comunicabilidade, de divergências e conflitos. Além disso, “(...) é ainda preferível a possibilidade de desentendimento à impossibilidade do encontro” (LEITE, 2009, p. 200).

Existe, conforme Santini (1993), uma diferenciação conceitual necessária às discussões do lazer no âmbito dos espaços públicos, que diz respeito aos espaços e equipamentos, frequentemente confundidos. Então, o espaço é o suporte para os equipamentos, enquanto estes são os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. Essa diferenciação é necessária para a concepção de projeto e de dinamização do espaço, que deve também considerar os elementos pertinentes à cultura local.

Equipamentos de lazer é um conjunto de instalações associadas, destinadas às práticas e aos serviços de lazer, espacialmente distribuídos conforme um projeto arquitetônico em um determinado ambiente ou espaço social e geográfico escolhido dentro de um território (PINA, 2014, p. 78).

No contexto urbano, os espaços públicos de lazer equipados apresentam um caráter utilitário para a sociedade, que busca um lazer com propriedades mais interativas e recreacional. Então, afirma-se que o espaço de lazer “Não é somente uma parte construída da cidade, é um local que passa a pertencer à cultura da cidade e a interagir com os demais agentes culturais locais” (PINA, 2014, p.15).

De acordo com Alencar (2008), com o intuito de se apresentarem socialmente detentores de estilo de vida e hábitos de lazer diferentes, grupos

que compõem as classes média e alta da sociedade têm fugido do ‘espaço comum’, ou melhor, de fácil acesso.

As praças e os parques públicos são citados como exemplos, por apresentarem, em muitos casos, o acesso livre e pouca ou inexistente vigilância. A falta de segurança é uma das principais justificativas para a não utilização desses espaços, os quais são substituídos, em muitos momentos, por ambientes domésticos, clubes, bares e restaurantes, além de shoppings centers e viagens ao exterior.

A despeito da crescente possibilidade virtual de comunicabilidade social, as pessoas ainda necessitam agendar, no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, experimentações e interações concretas que implicam formas distintas de contato direto com o outro. As marcas corporais da diferenciação as práticas de consumo e a publicização da diferença necessitam de visibilidades públicas que são recorrentes no curso cotidiano da vida pública. É nesse enquadramento que o conceito de espaço público ainda pode ser repensado, à luz dos processos fragmentários e dispersivos da chamada condição pós-moderna (LEITE, 2009, p. 197).

Nesse contexto, considera-se que as formas de uso no espaço, envolvendo as práticas de lazer, conferem a esse espaço uma dimensão qualitativa, além de reforçarem sua identificação em mais ou menos democratizante ou elitizado. De acordo com Habermas (1998, p.64.), seria uma “dimensão social do espaço”.

Se o espaço público é histórico, é relevante questionar o seu papel na produção contemporânea de cidade. Como se caracteriza, tendo em vista os processos de privatização e a expansão da iniciativa privada na área? A praça, espaço representativo de lazer na cidade, corre risco de extinção?

Para iniciar esta reflexão, apresenta-se o urbanismo moderno como revelador de zoneamentos monofuncionais dentro da cidade, o qual ganhou força com a realização do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em 1933, e que resultou na Carta de Atenas, na qual foi identificada a preocupação de grandes urbanistas em relação ao lazer na cidade. Entre estes, cita-se Le Corbusier, que no livro A Carta de Atenas (1941), realiza uma abordagem de cidade, com base em quatro funções principais: Habitação; trabalho; lazer e circulação. O referido autor aponta a grande extensão de áreas livres da cidade

que necessitavam de intervenções de urbanistas para o seu melhor aproveitamento.

Consideravelmente, a Carta de Atenas foi um importante manifesto urbanista e representativo do movimento moderno, que fez referência às áreas livres na cidade, tratando-o do ponto de vista funcional.

Para Huet (1986), o modelo de cidade proposto na Carta de Atenas orienta uma série de soluções, com caráter “normativo, universal e abstrato”. As ideias propostas nesse documento se refletiram no processo de reconfiguração urbana de muitas cidades europeias até fins dos anos de 1960, destruídas pelas duas grandes Guerras Mundiais. Também influenciaram o planejamento de cidades nos diversos continentes. No entanto, muitas críticas foram tecidas quanto à sua aplicação.

No que se refere ao planejamento do lazer no espaço urbano, o documento preconizou que as horas livres destinadas ao lazer estariam divididas em três tipos: cotidianas, semanais e anuais. Desta forma, o trabalhador precisaria de uma infraestrutura urbana condizente com as suas necessidades, exemplo das áreas verdes¹⁹ próximas às residências, além de acessibilidade, via transporte, eficiente. Assim,

Deve ser estabelecido um programa de entretenimento abrangendo atividades de todo tipo: o passeio, solitário ou coletivo, em meio à beleza dos lugares; os esportes de toda natureza: tênis, basquete, futebol, natação, atletismo; os espetáculos, concertos, teatros ao ar livre, jogos de quadra e torneios diversos. Enfim, são previstos equipamentos precisos: meios de transporte que demandem uma organização racional; locais para alojamento, hotéis, albergues ou acampamentos e, enfim, não menos importante, um abastecimento de água potável e víveres, que deverá ser cuidadosamente assegurado em toda parte (CIAM, 1933, p. 17).

É importante situar o referido manifesto no contexto de destruição decorrente das Guerras Mundiais, quando a reconstrução urbana foi pensada com fins emergenciais e em diferentes contextos. Aproximadamente quatro décadas após o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, autores, como

¹⁹ A Carta de Atenas, de acordo com os escritos de Bernard Huet (1986-1987), apresentou uma compreensão de cidade funcional, utilizando terminologias que induziam a uma série de soluções pré-estabelecidas, sendo interpretada a partir da “Cidade Radiosa”. O termo espaço verde, por exemplo, foi utilizado para fazer referência aos parques e jardins públicos. Alojamento, ao invés de habitação; percurso em vez de rua.

Dumazedier (1970) iniciaram as discussões teóricas sobre o lazer, com influências nítidas desse funcionalismo. Nesses estudos, constata-se uma forte preocupação com a reserva de espaços na cidade, além da racionalidade e da dicotomia ao pensar o tempo de lazer em oposição ao tempo de trabalho.

O pensamento funcionalista, como meio necessário para superação das crises urbanas no período Pós-Guerra, fez-se presente no planejamento de reservas de espaços na cidade, destinados ao lazer.

Em 1966, desenvolveu-se nos Estados Unidos um zoneamento territorial para identificar a utilização de áreas propícias ao lazer, sendo este um importante processo empreendido pelo Estado para a eliminação de terras consideradas abandonadas na cidade. Em 1972, com a realização do Congresso Mundial da União Internacional dos Arquitetos, o papel do lazer no espaço urbano alcançou repercussão internacional (DUMAZEDIER, 1999).

É pertinente considerar que o lazer não está restrito a um espaço específico, todavia, encontra condições apropriadas à sua realização somente em ambientes dotados de infraestrutura propiciadora de encontro entre pessoas, favorecendo a permanência segura e agradável destas. Soma-se a isso o caráter intencional da sociedade ao buscar o lazer nesses espaços.

O espaço público de lazer, principalmente sob a concepção de projeto, pressupõe dispor de boa infraestrutura para garantir usufruto e permanência de seus frequentadores. Parques, praças e áreas verdes são ambientes que oferecem possibilidades de encontros entre pessoas de diferentes formações socioculturais.

Isso envolve, além da conectividade à rede de transportes urbanos, acessibilidade, segurança interna e, ao entorno, disponibilidades de estacionamento, bancos para descanso, banheiros, áreas que protejam o seu público contra o sol e a chuva, locais com oferta de alimentos e bebidas etc. O resultado seria um ambiente com boas condições de conforto para os seus usuários, sem significar uso e apropriação por parte do coletivo.

A experiência partilhada evidencia-se como necessária à vida humana e à constituição do social, por isso, o espaço público mantém-se, ao longo da

história, como locus privilegiado para a ampliação de relações entre pessoas, encontros, conversas e contatos, sejam eles amigáveis ou não.

Pensa-se o espaço público e suas formas de constituição na vida urbana contemporânea enquanto espaço de comunicabilidade social, de enunciação dialógica entre diferentes grupos. Contudo, não se poderá esquecer a dimensão política do Espaço Público, e as formas de sociabilidade em geral, pois aprendemos com Weber (1991) que a vida social pauta-se pela escassez de bens materiais e simbólicos, o que gera permanente luta entre indivíduos e grupos sociais. É nesse sentido que a dimensão da negociação coletiva, torna-se importante vetor na constituição do espaço público (LIMA, 2007, p. 2).

A sua importância para a comunicação possibilita o estreitamento de distâncias físicas e simbólicas, pois aproxima pessoas de diferentes bairros e origens socioeconômicas que buscam o lazer em uma determinada porção do território. Portanto, o espaço de lazer é fruto de escolhas, preferências e valores culturais, haja vista que a decisão de onde obter lazer na cidade reflete muito quem somos e o que buscamos em nosso tempo livre. Segundo Pina (2014, p. 48), “o indivíduo, a família, o grupo, a sociedade identificam-se com certa porção do espaço, e encontram no seu arranjo e na sua organização a oportunidade de manifestar os seus valores fundamentais”.

Dumazedier (1999) defende a ideia de que a frequência a alguns espaços de lazer pode ser considerada uma forma de “prolongar as relações e as trocas”, como as idas de pessoas (que trabalham, estudam ou convivem no mesmo ambiente) a cafés, bares e restaurantes, maneira esta que prolongará as relações iniciadas em um ambiente não muito propício ao lazer.

O espaço de lazer também é espaço temporal, onde as atividades de lazer são ritmadas no tempo, segundo períodos. (...), como por exemplo, o ritmo das estações, combinado com o do trabalho, provoca migrações de fim de dia, fim de semana, férias, etc. (DUMAZEDIER, 1999, p.170).

Nesse fragmento, a dinamicidade do espaço de lazer é diretamente associada ao tempo. Seria uma forma de associar liberação do trabalho e das obrigações sociais à utilização de espaços de lazer, predominando uma relação de interdependência.

Percebe-se que Dumazedier, apesar de seguir a vertente funcionalista, desenvolve reflexões substanciais a esse tema, que subsidiaram as produções

bibliográficas contemporâneas, a saber, a relação do lazer com a cultura local e com as práticas socioespaciais do cotidiano. Para Dumazedier, o espaço de lazer é um ambiente social e cultural, portanto, deve apresentar uma articulação direta com o conjunto da cidade. A sua fragmentação dificultaria a atuação do poder público quanto às gestões integradas e às ações direcionadas ao desenvolvimento.

Magnani (1998), em seus estudos antropológicos sobre o lazer das classes populares, analisa os processos socioespaciais de apropriação do espaço, por considerar que a dinâmica de lazer é demarcada por questões culturais. Como estudo de caso, utilizou a periferia urbana da cidade de São Paulo e a riqueza da rede de lazer ali presente. Para tanto, utiliza o termo “pedaço” em alusão a espaços agregadores de pessoas que já se conhecem e se reconhecem, a exemplo, as festas de bairro que reúnem pessoas unidas pela proximidade de suas residências.

Naquele universo aparentemente monótono, havia uma extensa rede de lazer e diferenciações na forma de, por exemplo, praticá-lo: Havia lazer de homens solteiros e casados, de mulheres e moças, de crianças e adultos, e também modalidades desfrutadas em casa e fora de casa e neste último caso ainda era possível distinguir ‘fora de casa, mas no pedaço’ (MAGNANI, 1998, p.86).

Magnani aborda as atividades de lazer, situando-as em dois espaços principais: a casa e fora dela:

Em casa, estão aquelas formas de lazer associadas a ritos que celebram as mudanças significativas no ciclo vital e têm como referência o contexto familiar, ou seja, festas de batizado, aniversários, casamento, etc. (...) fora de casa, subdivide-se, por sua vez, em ‘na vizinhança’ e ‘fora da vizinhança’. (...) enquanto a casa é o domínio dos parentes e a rua, o dos estranhos, o pedaço evidencia outro plano, o dos ‘chegados’ que, entre a casa e a rua, instaura um espaço de sociabilidade de outra ordem. Assim se encontram, criam novos laços, tratam das diferenças, alimentam, em suma, redes de sociabilidade numa paisagem aparentemente desprovida de sentido ou lida apenas na chave da pobreza ou exclusão (MAGNANI, 1998, p.86).

O pedaço²⁰ seria a representação verbal, uma delimitação territorial de um espaço frequentado por pessoas que se conhecem, que convivem em um mesmo bairro, comunidade etc. “Não é o conteúdo da cultura popular, do entretenimento ou do lazer o que importa, mas os lugares onde são desfrutados, as relações que instauram, os contatos que propiciam” (MAGNANI, 1998, p. 85).

As relações e os espaços são reconfigurados no decorrer da história, levando a desdobramentos no pensar o lazer no ambiente público e privado no momento atual.

No âmbito doméstico, por exemplo, o lazer encontra-se vinculado à utilização de jogos, internet, TV e canais por assinaturas, que refletem nos estilos de vida e, assim, despertam o interesse pela realização de viagens, conhecimento de lugares e paisagens. Fotos de pessoas em seus momentos de lazer ganham destaque em redes sociais e transformam a vida privada em uma verdadeira vitrine.

Viver uma vida privada por completo significa estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira vida humana, estar privado da realidade que provem de ser visto e ouvido pelos demais, estar privado de uma objetiva relação com os outros (ARENDT, 2011, p.67).

É possível perceber a criação e reinvenção contínua de ‘estilos de lazer’ e ‘formas de sociabilidade’ disseminadas pelas mídias. Nesse contexto, considera-se que o termo privado, ao subsidiar as análises das relações contemporâneas, não se encontra mais no sentido único de privativo. Quanto maior o poder aquisitivo, maiores serão as possibilidades de um lazer mais reservado, com interações mais ‘seletivas’, no que diz respeito a contatos entre pessoas com igual poder aquisitivo, nível educacional etc., resultando em formas mais segregadoras e mercantilizadas de lazer. Entretanto, não se trata de um padrão estabelecido, como se pode conferir:

²⁰ Magnani utiliza a palavra ‘pedaço’ para se referir à demarcação de um espaço, ou parte dele, quando torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebia o nome de “pedaço”: O termo, na realidade, designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. Ver Magnani, (1998, p. 116) e (2002, p.19).

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomáticos, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque são essenciais (SANTOS, 2007, p.64).

O lazer, no contexto de empresariamento da cidade²¹, adquire mais uma faceta, a de produto acessível a poucos, quando pensado em ambientes com acesso intermediado pelo pagamento de taxas.

Quanto maior o valor cobrado para acesso e permanência, maior o seu caráter segregador, pois dificulta o acesso daqueles que não podem pagar, reafirmando ainda mais a importância do espaço público de lazer como locus agregador de pessoas de diferentes classes socioeconômicas. O espaço público de lazer ratifica o seu potencial multicultural na cidade.

(...) o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado (LEFEBVRE, 2008, p.57).

A escolha por espaços públicos para a obtenção de lazer também sofre influências de fatores sociais, a citar a violência urbana, pois se reflete em todos os âmbitos da vida pública ou privada.

O discurso da segurança tomou conta da vida humana contemporânea, trazendo sofrimentos que na modernidade é marca registrada pelo excesso de ordem e escassez de liberdade. Na sociedade atual a segurança escondida na fragilidade do corpo, a incapacidade de dominar o mundo e a progressiva sacarificação da liberdade, tirando da pessoa as possibilidades de satisfazer suas necessidades (FRANCILEUDO, MARTINS, 2016, p.46).

Há questionamentos quanto à falta de segurança, bem como ao excesso dela nos espaços públicos, uma vez que o seu excesso poderá resultar em ausência de liberdade dos frequentados. No entanto, é observado que os

²¹ Os processos decorrentes da produção de cidade contemporânea, revelam que a atuação do Estado quanto ao seu tratamento e gestão tem sido coerente com a gestão empresarial, utilizando, em muitos casos, bases teóricas oriundas do planejamento empresarial em seus projetos de intervenção no urbano. Neste enfoque, as cidades competem entre si em busca de maiores investimentos de capital, tecnologia, entre outros. Consultar Vainer (2007).

espaços públicos sofrem ainda mais com ações depredatórias, por, em muitos casos, estarem vulneráveis, o que coloca em questão a integridade tanto do espaço, quanto de seus usuários.

O medo de frequentar espaços público recebe a denominação de agorafobia.

A 'agorafobia', uma 'característica dos tempos modernos', supõe o esvaziamento do espaço público e o 'aprisionamento' no espaço privado da moradia, de modo que o sentido do lugar, do vivido e do simbólico cede espaço ao que Sitte chamou de 'agorafobia', também cognominada de 'doença nervosa', que se manifesta pelo medo excessivo de uso do espaço público, principalmente o da praça, historicamente o lugar por excelência das manifestações e da cena urbana (ANDRADE, 2007, p.21).

Autores como Francileudo e Martins (2016) inserem uma interessante reflexão sobre a crise de valores vivenciada pela sociedade atual, em que se destaca a segurança, pois esta é um aspecto que abala diretamente o ser humano em relação à sua liberdade de escolhas. Diante da intensificação da violência urbana, noticiada diariamente pelos meios de comunicação, o medo social aumenta, apresentando reflexos no processo de escolha e horários para busca por lazer em espaços públicos. Essas limitações impactam diretamente um dos princípios do ócio aristotélico, isto é, a liberdade de escolha, própria da subjetividade humana, quanto a decidir o que fazer em seu tempo livre.

Conceitualmente, o espaço público de lazer tem como características marcantes o livre acesso e as possibilidades interativas entre diferentes, visando ao compartilhamento de experiências, envoltas pela liberdade de escolha, pelo respeito mútuo e pela busca por prazer.

Na cidade contemporânea, observa-se uma intensificação do tratamento destinado ao lazer como mercadoria²², em cujo processo os meios de comunicação de massa contribuem ainda mais para a disseminação desse ideário mediante a propagação da oferta privada de lazer. Nesse contexto, a

²² A mercantilização do lazer tem se revelado na composição socioespacial da cidade, através da disseminação de espaços privados, onde o acesso, permanência e utilização dos equipamentos e serviços é comercializado. A valorização do solo próximo aos espaços de lazer, sejam eles públicos ou privados, apresenta-se como uma das consequências deste processo de tratamento do lazer como bem de consumo.

segregação socioespacial na cidade intensifica-se, uma vez que as diferenças socioeconômicas existentes são reproduzidas nos espaços.

A fragmentação de espaços públicos e privados de lazer apresenta-se com maior clareza na composição da cidade, diferentemente do que acontece no interior do espaço público de lazer, onde predomina uma segregação simbólica, que segrega sem separar²³. Sua riqueza está no potencial agregador de pessoas, de diferentes origens (socioeconômica e cultural), que buscam a obtenção de lazer por meio de uma convivência cívica, sem eliminar o seu caráter conflitivo, característico do convívio em sociedade.

Arantes (2012) antecipa-se e pontua as seguintes indagações: Onde as diferenças se encontram na cidade? E as desigualdades e os fragmentos desta sociedade? Há uma afirmação permanente pelo Estado de que o espaço público é lócus de igualdade. Neste sentido, compreende-se que, se as diferenças não se encontram no espaço público, onde poderiam estar?

A segregação entre diferentes classes sociais revela-se em todos os espaços da cidade e no espaço de lazer não seria diferente.

Para Inneraty (2006), o espaço público, bem público, de interesse coletivo e responsabilidade pública, ao ser incorporado à retórica política, poderá favorecer uma efetiva orientação ao bem comum. Segundo o autor: “A responsabilidade como princípio promete unificar as diferenças, dissolver as tensões e suprimir as contradições em um equilíbrio que não elimina a diferença funcional da sociedade moderna” (INNERATY, 2006, p.198). Esta compreensão apresenta-se um tanto quanto ideológica, haja vista que a constituição de um discurso envolvendo a defesa do espaço público como bem público não se concretiza na prática.

Lefebvre (2006), ao abordar a importância dos enfrentamentos e conflitos urbanos para a superação de um pensamento harmonioso, em que a segregação objetiva apaziguar divergências, fornece subsídios teóricos ao estudo do espaço público, por este ser um lócus extremamente representativo em termos de visibilidade do poder público na cidade contemporânea.

²³ Ver Pierre Bourdieu. O Poder Simbólico, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

Em relação ao papel do espaço público na composição da centralidade na cidade, observa-se, atualmente, interesse crescente por parte dos agentes de mercado quanto à aquisição de solo às proximidades de espaços públicos, a citar, os destinados ao lazer, por serem dotados de beleza paisagística e vantagens locacionais²⁴.

Diferentemente do período industrial, quando as fábricas apresentavam valor de atratividade, hoje, o espaço público impacta a produção de novas centralidades. Verifica-se também uma permanência quanto ao valor da centralidade em diferentes contextos, em que as formas de organização da terra e a articulação de seus diversos fragmentos constituem as dinâmicas do urbano. Neste contexto, cabe uma reflexão sobre a compreensão de Huet (1993, p.147) sobre o papel do espaço público no urbano e a sua associação com os aspectos inerentes à hierarquização. Para ele, os públicos não funcionam de modo isolado.

São parte de um complexo sistema contínuo hierarquizado. É pela continuidade de redes de espaços públicos que a cidade vai tomando a sua forma. É pela permanência no tempo e no espaço público que a cidade constitui a sua memória.

Na atualidade, o aspecto de mercadoria assumido pelo lazer resulta da falta de ressonância social deste, enquanto direito constitucional, o que leva o Estado a se ausentar ainda mais de sua responsabilidade quanto à oferta e à gestão de espaços públicos de lazer na cidade. Por fim, constata-se que, embora as reivindicações sociais em prol da efetivação desse direito não sejam comuns, elas são extremamente necessárias à dinâmica urbana contemporânea.

Como discutido no capítulo I desta tese, o lazer, ao ser entendido como um direito social, indicado na Constituição Federal brasileira de 1988, é colocado na condição de serviço a ser oferecido pelo Estado e reivindicado pela sociedade, bem como outros direitos considerados essenciais à vida, a citar o direito a saúde e educação. No entanto, observa-se que o mesmo ainda é entendido pela coletividade como uma doação do poder público, o que

²⁴ A abertura de espaços em sintonia com o ideário de “Janelas para O Rio” na cidade de Belém do Pará tem apresentado uma lógica de atração de interesses da iniciativa privada, em busca de oportunidades para atuar no potencial mercado turístico, a exemplo do setor de alimentos e bebidas atuante dentro de espaços públicos de orla e no seu entorno.

impacta diretamente na ausência de organizações, por meio de movimentos sociais reivindicatórios, em prol de ações públicas no âmbito do lazer.

CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO - ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA

A área onde hoje existe a Orla Portal da Amazônia sofreu um processo de ocupação desordenado no século XX, servindo a fins variados, em especial ao comércio, pois as margens do Rio Guamá eram extremamente favoráveis à construção de pequenos portos, utilizados para o escoamento de pessoas e mercadorias, possibilitando a circulação da produção oriunda das ilhas próximas. Produtos advindos da pesca e do extrativismo, como a Castanha do Pará e o açaí, além da madeira e transporte de diversas cargas.

Esta área apresenta condições topográficas de altos índices pluviométricos e baixa permeabilidade do solo, o que dificulta o escoamento das águas da chuva e o refluxo das marés. Por ser uma área, inapropriada para habitação, foram erguidas edificações habitacionais e comerciais, sob palafitas, com diversos canais abertos em áreas alagáveis suscetíveis a inundações, onde a acessibilidade viária era comprometida para pedestres e veículos.

Estas características dificultaram o processo de drenagem de águas no ambiente para a implantação dos macroprojetos PROMABEN e Orla. Abaixo, é possível observar as casas sob palafita, sendo o tipo de habitação que predominou, durante décadas na área. As mesmas, foram retiradas, com o objetivo de atender às necessidades de efetivação das obras de saneamento e pavimentação dos macroprojetos.

Há, contudo, muitos questionamentos dos antigos moradores locais e sociedade em geral, quanto às formas de concepção e efetivação dos macroprojetos aqui apresentados.

Primeiramente, é importante a compreensão do contexto insular em que o município de Belém se encontra inserido, sendo constituído por 39 ilhas, as quais ocupam 65,64% do território. A parte continental da cidade é cortada por furos e igarapés, formando, aproximadamente, 14 bacias hidrográficas, a citar: 1- Bacia Hidrográfica do Ananin; 2- Bacia Hidrográfica do Outeiro; 3- Bacia Hidrográfica do Paracuri; 4- Bacia Hidrográfica do Cajé; 5- Bacia Hidrográfica do Mata Fome; 6- Bacia Hidrográfica do Val-de-Cães; 7- Bacia Hidrográfica do Una; 8- Bacia Hidrográfica do Reduto; 9- Bacia Hidrográfica da Tamandaré; 10- Bacia Hidrográfica da Estrada Nova; 11- Bacia Hidrográfica do Tucunduba; 12-

Bacia Hidrográfica do Murutucum; 13- Bacia Hidrográfica do Aurá; 14- Bacia Hidrográfica do Rio Pratiçara.

A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) merece destaque, por compor a área de abrangência do lócus investigativo principal: a Orla Portal da Amazônia. O mapa abaixo apresenta a delimitação geográfica da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova; em vermelho, observa-se o traçado de geometria, proposto para a via urbana, na primeira etapa da obra. Na cor rosa, são apresentados os limites da BHEN e em amarelo o sistema viário principal de interligação da área.

Mapa 19: Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN)
Fonte: PMB, audiência pública, 2015.

A Orla Portal da Amazônia constitui-se na mais recente intervenção na cidade, realizada pela Prefeitura Municipal de Belém - PMB, em sintonia com o ideário de “Janelas para o Rio”, cujo objetivo principal apresentado no projeto é construir uma grande área de orla urbanizada, que valorize as características locais e possibilite a realização de práticas de lazer, a melhoria da qualidade ambiental e de vida dos moradores locais, além da geração de emprego e renda. As suas obras foram iniciadas no ano de 2009, sendo inaugurada parcialmente em 2012.

Os macroprojetos Orla e PROMABEN encontram-se interligados em termos de área de abrangência e obras, constituindo-se em intervenções complementares e indissociáveis no que tange ao processo investigativo. Por isso, opto por iniciar falando sobre o PROMABEN, com o intuito de situar o leitor em uma melhor compreensão das problemáticas socioeconômicas da Orla Portal da Amazônia.

4.1 O MACROPROJETO PROMABEN

O Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN objetiva contribuir para a resolução de problemas socioambientais existentes por conta da urbanização da Bacia da Estrada Nova, disponibilizando aos moradores locais, saneamento básico, abastecimento de água potável, esgotamento, tratamento dos efluentes sanitários, drenagem e limpeza urbana. Para a sua efetivação, foram necessários subsídios da Prefeitura Municipal de Belém com percentual de participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, apresentando um orçamento de US\$: 145. 871.000 (Cento e quarenta e cinco milhões e setenta e um mil dólares). Desse montante, US\$: 77.121.000 (Setenta e sete milhões e cento e vinte e um mil dólares) são oriundos da PMB e US\$: 68.750.000 (Sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares) foram disponibilizados pelo BID.

Figura: Entidades envolvidas
Fonte: França, 2013.

O âmbito de atuação do Programa, de acordo com a PMB (2014), envolve as quatro Sub-bacias da Estrada Nova, com ações voltadas para: **Melhoria ambiental e habitacional:** Drenagem urbana (macro e micro drenagem); Urbanização; Reassentamento de famílias e negócios e regularização de propriedades. **Infraestrutura sanitária:** Implantação de esgotamento sanitário com coleta e tratamento, melhorias no sistema de abastecimento de água; **Infraestrutura viária:** construção da malha viária nas laterais das galerias de drenagem evitando reocupação e melhorando a mobilidade na área; **Sustentabilidade social e ambiental:** Ações de fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos no projeto e da participação efetiva da comunidade na criação de condições necessárias para a sustentabilidade das ações do programa. Implementação de programas socioambientais; de participação comunitária; comunicação social e educação ambiental.

Segundo dados do relatório de monitoramento social apresentado pelo PROMABEN, (2014), a Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB realizou uma contagem das residências e empreendimentos existentes na Avenida Bernardo Sayão (perímetro compreendido entre Rua Veiga Cabral e Av. Augusto Correia) identificando 1.335 imóveis ao longo das quatro (04) Sub-Bacias. As informações oriundas deste levantamento, subsidiaram a elaboração de documentos, necessários a continuidade das obras, a citar: O Plano Diretor de Realocação de Populações e Atividades Econômicas (PDR); o Regulamento Operacional do Projeto (ROP) e o Contrato de empréstimo 1998-OC-BR.

Mapa 20: Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova: Sub-bacias
Fonte: PMB, Audiência Pública, 2015.

A Sub-Bacia I, abrange o canal da Avenida Bernardo Sayão (entre a Rua Veiga Cabral e Rua Engenheiro Fernando Guilhon, Canais da Timbiras e Caripunas). Abaixo, em vermelho, é apresentada a delimitação espacial dessa sub bacia, considerada a principal na primeira fase do projeto Orla.

Mapa 21: Sub-Bacia 1
 Fonte: França e Ferreira, 2017.

Na sub bacia 1, a Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB cadastrou 347 (trezentos e quarenta e sete imóveis), que foram afetados pelo PROMABEN como é possível observar na tabela abaixo, (Plano de Reassentamento, PMB, 2014). Contudo, apenas 269 (Duzentos e sessenta e nove) famílias receberam intervenções de reassentamento até o ano de 2017, mesmo que provisórios.

Tabela 1: Número de Imóveis afetados pelo PROMABEN (Trecho Veiga Cabral e Fernando Guilhon) 2007.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Unidades residenciais	247
Unidades Comerciais	37
Unidades Mistas	63
Total de imóveis	347
Total de famílias	449

Fonte: Plano Diretor de Reassentamento, PROMABEN, 2014.

De acordo com as informações disponibilizadas pela Prefeitura de Belém, houve publicação do Decreto nº60.051 de 04 de maio de 2009, divulgando informações sobre a área a ser desapropriada pelo programa, além de publicação individual dos imóveis afetados com os seus respectivos valores de indenização. Contudo, a população local, ao ser entrevistada para esta tese, revelou insatisfação quanto à forma utilizada pelo Estado para a concretização das desapropriações²⁵.

A tabela abaixo, referente ao Plano de Reassentamento do PROMABEN, aponta que 272 (duzentos e setenta e duas) famílias foram indenizadas entre os anos de 2010 e 2014, sob acompanhamento e negociações das secretarias da Prefeitura de Belém. Dentre os principais problemas identificados nesta fase, destacam-se: A falta de aceitação dos moradores quanto aos valores das indenizações das benfeitorias; do auxílio moradia e comércio, haja vista que, as unidades habitacionais e comerciais ainda não haviam sido construídas (PROMABEN, 2014).

²⁵ Ver capítulo V referente aos resultados da pesquisa empírica.

Tabela 2: Número de Imóveis indenizados por ano pelo PROMABEN

ANO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS
2010	28
2011	74
2012	103
2013	61
2014	06

Fonte: Plano Específico de Reassentamento (PCS) - PROMABEN, 2014.

Com o avanço das obras, os portos: Santa Isabel; Porto do Açaí e Porto da Palha, criados às margens do Rio Guamá, também foram impactados gerando insatisfação no meio empresarial. Isso, porque, os pequenos empreendimentos comerciais compartilhavam o espaço, com as residências erguidas sob palafitas e sem nenhuma qualidade, em termos de saneamento básico.

4.2 MACROPROJETO ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA

O macroprojeto Orla Portal da Amazônia está sob a responsabilidade da Secretaria de Urbanismo de Belém – SEURB e no ano de 2014 apresentou um orçamento estipulado em U\$: 165.500,000 00 (Cento e sessenta e cinco milhões e quinhentos mil dólares). De acordo com as informações contidas no projeto de concepção do espaço, localiza-se na parte sul da cidade de Belém e tem por objetivo, dotar o município de uma orla urbanizada, valorizando as características locais, bem como ambientais do Rio Guamá, tendo como principal diretriz a melhoria social e ambiental da área.

Os bairros abrangidos por este macroprojeto, são populosos, apresentando 237.382 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e dois) habitantes em um adensamento demográfico de 23.000h/km² e uma área, de 9,5 km², (IBGE, 2007), (CRUZ, 2012).

A previsão é de uma grande orla com extensão total de 6,15km, com largura de 69m, incluindo duas pistas, passeio externo, estacionamento em ambas as pistas, ciclovias, canteiro central (5m), faixa destinada à área de lazer e paisagismo (22m).

A primeira Etapa da Orla, concluída no ano de 2012, apresenta uma área de 2,2 km de extensão e teve as suas intervenções iniciadas em 2009.

Foto 13: Quiosque e vista aérea da 1ª etapa da Orla
Fonte: França, 2017; PMB - SEURB, 2014.

A planta baixa é assinada por três arquitetos, dentre eles Paulo Chaves Fernandes.

De acordo com a planta do projeto habitacional solicitado pela Prefeitura local à empresa Contécnica, serão construídas 221 unidades habitacionais (UH's) dentro da Orla Portal da Amazônia para serem entregues às famílias que foram remanejadas e aguardam pelo recebimento de suas novas casas.

Antes da construção desta Orla, prevaleciam na área, habitações de madeira, erguidas sob palafitas, conforme ilustrado na foto abaixo.

Foto 14: Via Urbana – Antes da Orla Portal da Amazônia
Fonte: SEURB, 2005.

Serão construídos 25 blocos habitacionais, e cada bloco terá oito apartamentos, totalizando 200 UH's. Outros três blocos comportarão 21 UH's, onde um apartamento será destinado a uma pessoa portadora de necessidade especial (PNE).

Nesta planta, consta ainda que houve supressão de alguns blocos, que seriam construídos entre as ruas Tamoios e Mundurucus (04 blocos) e Oswaldo de Caldas Brito (13 blocos), totalizando uma redução de 17 blocos.

Mapa 24: Conjunto Habitacional (Rua Oswaldo C. Brito e rua dos Mundurucus)
 Fonte: França e Ferreira, 2017.

O mapa n.24 demonstra a localização das unidades habitacionais, prometidas aos antigos moradores. As obras encontram-se paralisadas, o que tem gerado insatisfação na comunidade local.

Como é possível observar, trata-se de uma área com localização estratégica, em duas ruas principais que cortam a Orla. Uma delas é a Rua Oswaldo de Caldas Brito, onde já foram entregues 16 UH's (cor rosa) e outras que serão construídas, ao lado, na mesma rua (cor azul). Na rua do Mundurucus (cor verde), as obras avançaram bastante, antes da paralização total.

Mapa 25: Área antes da Orla Portal da Amazônia
Fonte: França e Ferreira, 2016.

Mapa 26: Área antes e depois da Orla Portal da Amazônia
Fonte: França e Ferreira, 2016.

Em 2012, a prefeitura inaugurou a primeira etapa da Orla, como é possível identificar no mapa abaixo, através da marcação com a cor lilás. Em amarelo, consta a área que ainda será construída para a complementação da Orla, chegando até a Universidade Federal do Pará.

Ainda é possível observar uma projeção da Orla após a conclusão de suas etapas. O seu prolongamento, de acordo com informações do projeto técnico fornecido pela Prefeitura, se estenderá ao longo da Avenida Estrada Nova, atingindo a Av. Bernardo Sayão, até a Universidade Federal do Pará, se constituindo no maior espaço público de lazer em Orla urbana do município de Belém. Mais de 5 km de Orla se unirá à primeira etapa já concluída, com 1,5 km, localizada entre as ruas Veiga Cabral e Mundurucus. Ao término, a orla terá aproximadamente 7km de extensão.

De acordo com o projeto-base, a Orla se integrará ao sistema viário principal (Avenida Roberto Sayão), por meio de três pontos: Rua Veiga Cabral, Rua dos Mundurucus e Avenida Fernando Guilhon, conforme representado na imagem abaixo.

Mapa 28: Integração da Orla ao Sistema Viário. Etapas da Obra
Fonte: CODEM, PMB, 2014.

Segundo a prefeitura de Belém, as atividades das comunidades ribeirinhas serão mantidas, sendo realizadas em três terminais aquaviários: Terminal da CTBEL, Tamandaré e Praça Princesa Izabel.

A nova Orla no âmbito da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, confunde-se em termos de limites territoriais e população. A área da Bacia possui uma população aproximada de 300.000 habitantes e um sistema de macrodrenagem com 7.380 metros de canais, com larguras variáveis (entre 2,50 e 20,00m), drenando para o Rio Guamá. É composta por 10 bairros, os quais foram divididos no projeto original do Portal, em duas áreas principais, sendo elas: Área de influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII).

A área de influência direta da Orla Portal abrange os bairros: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, como é possível identificar no mapa abaixo nº29, circulados com a cor vermelha. Todos estão situados na região sul, sendo área central da cidade de Belém, ao mesmo tempo em que são consideradas áreas de baixada e alagáveis pertencentes à União.

A orla sul, por sua vez, possui uma extensão aproximada de 20,08 km e estende-se dos limites de Belém com Ananindeua até o Arsenal de Marinha, nos limites com a orla central. Trata-se da subdivisão da orla que margeia o Guamá, rio que banha a cidade ao sul. O processo de ocupação mais intenso dessa área está diretamente relacionado à construção de um dique margeando o rio, chamado de Dique da Estrada Nova, marco de expansão da cidade para a zona sul, e que foi construído na década de 1940 a fim de conter os alagamentos que ocorriam constantemente nesta área, dadas às condições geomorfológicas dos terrenos, com baixas cotas altimétricas (RAVENA; SANTOS; TRINDADE, 2005, p.17).

Foto 15: Ângulos da construção da 1ª etapa da Orla
Fonte: PMB - SEURB, 2014.

Mapa 29: Área de influência Direta (AID) da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova
Fonte: França e Ferreira, 2016.

Dos 363 imóveis existentes na área de influência direta do Portal, 205 foram removidos, atingindo, em média, 230 famílias com ações de remanejamento ou indenizações.

Segundo informações da Prefeitura de Belém (2014), aproximadamente 200 famílias que moram próximas ao canal, que passa pela avenida principal Bernardo Sayão, serão beneficiadas com as obras de macrodrenagem iniciadas em 2010. A questão habitacional gera opiniões divergentes quanto aos benefícios futuros aos antigos moradores. Para Araújo, (2010, p.9), “as obras de saneamento são destinadas, na realidade, para os futuros moradores, que terão poder aquisitivo suficiente para manter o aumento do padrão de vida no local.

Mapa 30: Localização do Portal da Amazônia, em 2015.
Fonte: Solicitado à CODEN, 2016.

Mapa 32: Uso da edificação – Área do Portal da Amazônia, em 2015
Fonte: Solicitação à CODEM, 2016.

Mapa 33: Ocupação Urbana ao Entorno do Portal da Amazônia (1998).
Fonte: França e Ferreira, 2016.

Mapa 34: Ocupação urbana no entorno do Portal da Amazônia (2015).
Fonte: França e Ferreira, 2016.

O mapa de nº34 é representativo em termos de uso da edificação na área de abrangência da Orla Portal da Amazônia, mais precisamente a área pertencente aos bairros da Cidade Velha, Jurunas e Condor. De acordo com a representação cartográfica, envolvendo os anos de 1998 e 2015, observa-se uma perda de área destinada ao comércio, que era de 8.551ha e passou a ser de 6.145ha em 2015. É importante ressaltar que a Orla foi inaugurada em sua parcialidade no ano de 2012, e para que fosse efetivada, necessitou realizar diversos processos de remanejamento.

De forma geral, esta área apresenta uma ocupação predominantemente residencial, com um perfil de construções mais específicos de populações de baixa renda.

Foto 16: Área pertencente a Orla Sul da cidade
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

Na foto acima, do lado direito, com a delimitação sinalizada com a cor vermelho é possível observar que a Orla sul da cidade de Belém, onde localiza-se a Orla Portal da Amazônia, ainda não passou por grandes modificações em termos de edificações verticais.

Foto 17: Habitações próximas a Orla Portal da Amazônia
Fonte: Pesquisa de campo, França, 2017.

Esta área apresenta carência em termos de infraestrutura urbana e altos índices de violência, o que justifica, em parte, a baixa ocupação por empreendimentos do mercado imobiliário.

Foto 18: Conjunto habitacional concluído dentro Orla Portal da Amazônia
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES NA ORLA DO MUNICÍPIO DE BELÉM	
<p>● PORTOS E TERMINAIS HIDROVIÁRIOS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 AMARENA APOIO PORTUÁRIO TURISMO E REPARO NAVAL LTDA - EPP 2 BANNACH NAVEGAÇÃO LTDA. 3 CELTE NAVEGAÇÃO LTDA. 4 CONAM - COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO MORAES 5 G. C. RODRIGUES - GELCINAVE (GRUPO Maturu) 6 HENVIL TRANSPORTES LTDA. 7 JARUMÁ RODOFLUVIAL LTDA. 8 L. B. OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA. 9 SANAVE - SABINO OLIVEIRA COM. NAVEGAÇÃO LTDA. 10 SÃO DOMINGOS COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA. 11 WALDEMAR NAVEGAÇÃO LTDA - WALDENAVE 12 PORTO PALMEIRA 13 ARAPARI NAVEGAÇÕES 14 PORTO DO SAL 15 PORTO TAMANDARÉ 16 PORTO SÃO BENEDITO 17 PORTO CUSTÓDIO 18 PORTO AIRES 19 PORTO SOUZA SOBRINHO* 20 PORTO BOM JESUS 21 PORTO PANTOJA 22 MEGA BLOCOS E MADEIRAS LTDA 23 NAVEGAÇÃO Maturu 24 MERCANTIL PORTO DA PALHA 25 PORTO LEÃO DO MARAJÓ 26 BARCO SOUZA 27 PORTO DA PALHA 28 TERMINAL HIDROVIÁRIO - CDP 29 CAIS DO VER O PESO 30 MARQUES PINTO NAVEGAÇÕES 	<p>● ESPAÇOS DE LAZER E TURISMO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 MERCADO DO VER O PESO 2 VER O RIO 3 ESTAÇÃO DAS DOCAS 4 FORTE DO PRESÉPIO 5 CASA DAS ONZE JANELAS 6 PALAFITA BAR 7 SEDE NÁUTICA DO REMO 8 PALACENTE PINHO 9 HOTEL ATRIUM - QUINTA DAS PEDRAS 10 BAR MORMAÇO 11 MANGAL DAS GARÇAS 12 PORTAL DA AMAZONIA 13 UTINGA 14 PRAÇA PRINCESA ISABEL 15 IATE CLUBE <p>● INSTALAÇÕES INSTITUCIONAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 UFPA 2 COMPANHIA DE TRANSPORTES DE BELÉM - CTBEL 3 E.E.F. MARLUCE FERREIRA <p>● COMÉRCIO EM GERAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 ESTANCIA MAIAUATA 2 BELAGUA 3 A.M. JUNIOR 4 COMERCIAL TEIXEIRA 5 ESTANCIA BITOS 6 FRANÇA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO 7 MELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES

Mapa 35: Principais edificações na orla do município de Belém
 Fonte: França e Ferreira, 2017.

O mapa acima é fruto de levantamento bibliográfico e documental, sobre a Orla urbana de Belém, para subsidiar a composição teórica desta tese. Nele, é possível identificar, que as orlas norte, central e sul da cidade foram ocupadas predominantemente por pequenos portos e terminais hidroviários, conforme sinalizado com a cor verde. Em seguida, predominam os espaços de lazer e turismo, marcados com a cor amarela. Em terceiro lugar, por instalações institucionais, marcadas com a cor lilás. Em marrom, encontram-se os estabelecimentos comerciais, em geral.

A leitura deste mapa revela a existência de uma preocupação da gestão pública de Belém, com a dinamização econômica a partir do lazer e turismo, que se unirá às edificações já consolidadas na orla central.

CAPÍTULO V: DIVERSOS OLHARES SOBRE A ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA

Este capítulo objetiva analisar a Orla Portal da Amazônia sob a perspectiva de cinco grupos, a citar: 1 - Moradores da área; 2 - Público frequente no espaço; 3 - População de Belém (Transeuntes); 4 - Estado; 5 - Pesquisadores. Cada público demandou instrumentos de pesquisa específicos, disponibilizados nos apêndices desta tese. O mesmo pode-se dizer das estratégias metodológicas utilizadas para a coleta de informações.

Como já mencionado, o lazer é bem mais do que simplesmente realizar atividades geradoras de prazer. Requer tempo/espaço específico, mas não se encontra condicionado a estes. No entanto, a Orla Portal da Amazônia será pensada associadamente com as necessidades da população local por mais e melhores espaços públicos de lazer, inserida em um contexto maior, de disputas pelo solo e as estratégias locacionais valorativas que impactam a produção da cidade contemporânea.

5.1 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva dos moradores da área

5.1.1 Moradores da área

A pesquisa de campo junto aos **moradores da área** pertencente à Orla Portal da Amazônia foi desenvolvida durante três meses consecutivos, de agosto a outubro de 2016, e somou-se aos dados já obtidos no ano de 2014. O seu objetivo principal foi identificar o tipo de uso da orla (para fins de lazer e trabalho), o perfil socioeconômico das famílias, bem como compreender os processos de desocupação e remanejamento realizados no início das obras, no ano de 2006.

É importante ressaltar que, durante a inauguração da primeira etapa da Orla, no ano de 2012, houve protestos dos moradores que foram remanejados, que repercutiram nos meios de comunicação local, anunciando que aproximadamente 300 famílias aguardavam pela entrega de suas casas, conforme o prometido pela Prefeitura (Diário on line, 30/06/2012).

A tabela abaixo foi extraída do relatório anual do programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. Ela indica um quantitativo de 449 famílias que tiveram os seus imóveis afetados pelos macroprojetos PROMABEN e Orla Portal da Amazônia.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Unidades Residenciais	247
Unidades Comerciais	37
Unidades Mistas	63
Total de Imóveis	347
Total de Famílias	449

Tabela 3: Número de imóveis afetados pelo PROMABEN
Fonte: PROMABEN, 2014. Adaptado por França, 2017.

Neste momento, aplicou-se um roteiro de entrevista contendo perguntas fechadas e semiestruturadas, atendendo a um tipo de pesquisa descritiva-analítica.

Das famílias que afirmaram receber algum tipo de auxílio ou que foram indenizadas pela prefeitura, 12 aceitaram dar depoimentos para que fosse possível a sua gravação pelo pesquisador. Neste sentido, os discursos dos sujeitos foram gravados e transcritos para posterior utilização dos fragmentos na tese, os quais aparecerão sem identificação direta, como forma de preservação de suas identidades.

Como estratégia de pesquisa, optou-se pela não seleção de plano amostral, por acreditar que a realidade vivenciada pelos moradores, convergiria, sendo rapidamente percebida durante as entrevistas. Logo, foram selecionadas casas, de maneira aleatória, considerando ambos os lados das ruas, dando preferência às residências alternadas (a cada duas casas, uma era acionada). Ao todo, foram realizadas 70 abordagens de famílias em suas residências.

Quanto à seleção das ruas, para inclusão neste processo, considerou-se os impactos das obras, em termos de modificações nas construções, ao longo dos últimos anos, contados a partir do início da efetivação dos macroprojetos, em 2006, sendo elas:

RUA	Nº DE CASAS
Bernardo Sayão	20
Rua dos Mundurucus	10
Oswaldo de Caldas Brito	15
Tamoios	15
Av. da Orla (Beira Mar)	10
Total	70 casas

Tabela 4: Número de residências incluídas na pesquisa empírica
Fonte: Pesquisa de campo. França, 2016.

Este processo investigativo envolveu observação direta, *in loco* e marcação das coordenadas geográficas, para posterior georreferenciamento de imagens do google Earth, como é possível observar no mapa abaixo nº 36, que mostra os trechos das ruas onde as entrevistas foram realizadas.

Na cor branca, identifica-se a área de delimitação do macroprojeto, Orla Portal da Amazônia. A linha com a cor verde oliva indica o trecho da Avenida Bernardo Sayão em que as entrevistas foram realizadas. O mesmo pode-se dizer do trecho da rua Oswaldo de Caldas Brito, na cor azul; Rua dos Tamoios, na cor vermelho escuro; Rua dos Mundurucus, na cor vermelho claro; Conjunto habitacional Portal da Amazônia na cor lilás; e área de habitações precárias, na cor verde limão.

Mapa 36: Pesquisa de campo junto aos moradores da Orla Portal da Amazônia.
 Fonte: França e Ferreira, 2017.

Abaixo, um mapa contendo extenso trecho, atualmente em obras, na principal Avenida que dará acesso às futuras etapas da Orla, de acordo com informações oriundas de projetos e informações da Prefeitura de Belém. Este trecho, localizado na Avenida Bernardo Sayão, encontra-se em obras há mais de dois anos, impedindo a circulação de veículos e acesso à Universidade Federal do Pará, através da mesma.

O atraso na efetivação das obras PROMABEN e Orla, tem gerado transtornos permanentes aos moradores locais e pessoas que precisam circular diariamente por esta via arterial da cidade.

Mapa 37: Trechos em obra: asfaltamento e duplicação de ruas (Orla Portal da Amazônia).
Fonte: França e Ferreira, 2016.

Gráfico 3: Escolaridade

Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com resultados obtidos, 54% dos entrevistados possuem o ensino fundamental. 39% declararam ter concluído o ensino médio, 4% eram analfabetos e somente 3% completou o ensino superior.

A população afetada diretamente pela construção da Orla Portal da Amazônia caracteriza-se por um baixo índice de escolaridade. Este fator pode contribuir para a implantação de projetos, sem que haja avaliação, por parte desses moradores, sobre possíveis impactos a médio e longo prazo, decorrentes das obras. Estes dados, quando associados ao gráfico 7 - Existência de consulta por parte da Prefeitura (Moradores entrevistados) - conduzem a um pensamento reflexivo sobre a importância da educação, para interpretação de ações e discursos oriundos do Estado, bem como para a necessária luta pela garantia de direitos, respeito aos princípios democráticos, dentre eles a discussão e consulta popular para a realização de obras pelo Estado, de interesse coletivo, como a construção da Orla Portal da Amazônia.

Gráfico 4: Renda familiar (Moradores entrevistados)

Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

A faixa salarial, estipulada em um salário mínimo, foi declarada por 46% dos entrevistados. 34% afirmaram receber até dois salários mínimos; 13% recebem até três salários e 7% afirmaram receber até (04) salários mensais. É possível perceber que a área afetada diretamente pelos projetos Orla e PROMABEN é ocupada predominantemente por famílias de baixa renda, que sobrevivem com até um salário mínimo por mês. Vale ressaltar que durante as entrevistas deixou-se claro que era a renda familiar e não individual.

Gráfico 5: Recebimento de indenização ou auxílios (Moradores entrevistados)

Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

Dos entrevistados, 66% não precisaram sair de suas residências para a realização e construção da Orla, portanto, não receberam da Prefeitura

nenhum tipo de indenização ou auxílio moradia. 34% declararam receber algum tipo de benefício.

O percentual que alegou ter sido indenizado ou receber auxílio da prefeitura apresentou tristes relatos de experiências vivenciadas desde o início das obras, dentre eles, constam casos de uso da violência, por parte da polícia, para desapropriação, ordenada pela Prefeitura.

Tivemos a casa derrubada e hoje reconstruímos uma muito menor. Estamos morando pior, pois levantamos um barraco com recursos próprios. Diálogo? Não sei nem o que é isso, a polícia invadiu as casas da vizinhança. Ameaçaram derrubar tudo com eles dentro. No caso da minha família, eles pegaram os dados e depositaram no nome. Tudo assim, rápido, sem opção. Depositaram 250.000,00 no nome do meu pai. Porém, ele faleceu e estamos enfrentando dificuldades na justiça para receber este dinheiro que é nosso por direito. Consegui na justiça chegar nesse valor depois que meu pai morreu por causa de tanto desespero e aborrecimento dessa orla. Falamos tudo isso na justiça. Mas os vizinhos deixam *pra* lá, porque morrem de medo deles. Eu fui atrás mesmo (Depoimento **entrevistado E**. Avenida Bernardo Sayão. Pesquisa de campo, 2016).

Muitos destes moradores tiveram que fazer um recuo em suas casas, para que fosse possível a duplicação da via de acesso principal à Orla, Avenida Bernardo Sayão.

Morávamos mais à frente e recuamos. Tivemos que reconstruir a casa mais atrás, para que fosse possível a duplicação da Avenida Bernardo Sayão. Recebemos 90.000 de indenização (Depoimento **entrevistado F**. Avenida Bernardo Sayão. Pesquisa de campo, 2016).

Outros sofrem com o baixo valor do auxílio pago pela prefeitura aos moradores que tiveram as suas casas derrubadas e se negaram a receber indenização, que atualmente sofreu reajuste, passando de R\$:450 para R\$: 500,00 mensal. Eles aguardam há aproximadamente 10 anos a entrega das mesmas e reclama do aumento constante nos preços dos aluguéis após a conclusão da primeira etapa da Orla.

Eu morava na Vila Passarinho. A prefeitura me paga um auxílio moradia no valor de R\$ 500,00 há 9 anos. Nos deram um prazo de 01 ano para retornarmos ao antigo local em que morávamos, porém, até hoje, não nos deram respostas. Temos que correr atrás de aluguel

barato, pois todo tempo muda de preço. O valor dado pela prefeitura é insuficiente. Passamos o ano todo nesse suspense de aumento de aluguel, negociação com os proprietários, para que não aumente o preço. Minhas roupas vivem em caixas, pois a qualquer momento corremos o risco de ter que fazer mudança. Não temos paz para viver (Depoimento **entrevistado K**. Rua dos Mundurucus. Pesquisa de campo, 2016).

Gráfico 6: Escolha da área para moradia (Moradores entrevistados)
Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

Os resultados revelam que 46% dos entrevistados moram naquela área por considerarem baixo o valor da moradia, quando comparado a outras áreas/bairros da cidade de Belém. 34% moram no local por terem herdado de seus familiares as suas residências. Outros 11% optaram habitar no local em decorrência da proximidade com o centro urbano da cidade, enquanto que 9% sofreram processos de remanejamento pela prefeitura, para que a Orla fosse executada.

Ao serem questionados sobre o porquê da escolha do bairro/área para moradia, obteve-se como principal resposta o baixo valor da habitação na época de suas aquisições. O preço baixo foi o principal fator decisório.

Vimos de Abaetetuba e aqui foi onde deu para compra um barraco. Hoje *tá* tudo caro por aqui. Já não dava *pra* comprar casa se fosse hoje. Tenho um pequeno comércio de comidas na Orla que ajuda muito nas despesas com a família (Depoimento **entrevistado L**. Rua Oswaldo de Caldas Brito. Pesquisa de campo, 2016).

Gráfico 7: Interessados na compra da residência (Moradores entrevistados)

Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

Dos entrevistados, 76% não receberam ofertas para a venda de suas casas. 24% afirmaram ter recebido propostas de pessoas interessadas na aquisição de suas residências.

Os dados nos revelam que a área no entorno da Orla ainda não está sofrendo grandes influências no que tange a processos especulativos do mercado imobiliário. Este fato pode estar relacionado ao fato da não finalização das obras do PROMABEN e Orla, que têm causado muitos transtornos aos habitantes locais, em termos de condições urbanas deficientes, dentre elas, a falta de saneamento básico e segurança.

Bateram aqui, *pra* pergunta se eu queria vender minha casa. Disse não a eles, porque achei o valor muito baixo. Não ia dá *pra* comprar outra casa em lugar próximo daqui. Não ia dar. Hoje, um barraco de madeira, custa aqui 35.000,00. *Eles queria* pagar 8.000,00 no máximo (Depoimento **entrevistado A**. Rua Oswaldo de Caldas Brito).

Neste fragmento, é possível identificar uma compreensão do entrevistado, quanto aos possíveis impactos econômicos que a nova Orla causará, como a valorização do solo urbano.

Quem recebeu casa da Prefeitura dentro da Orla pode vender depois que tiver 10 anos. Não vai demorar *pra* começar a vender as casas aqui. A prefeitura não controla (Depoimento **entrevistado A**. Rua Oswaldo de Caldas Brito).

Muitas questões habitacionais, ainda não resolvidas entre moradores locais e prefeitura, têm gerado suspense em todos os envolvidos.

Gráfico 8: Existência de consulta por parte da Prefeitura (Moradores entrevistados)
 Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

69% do público englobado na pesquisa alegou não ter sido consultado pela prefeitura, no que tange à construção da Orla Portal da Amazônia, enquanto 31% respondeu sim. Neste sentido, pode-se afirmar que os dados são reveladores, no que tange à falta de participação da população local no processo decisório de planejamento e implantação do projeto Orla.

Fomos indenizados com 100.000,00 pela PMB, pois perdemos uma casa. Eram várias casas juntas da família, ficamos somente com esta e batalhamos muito para chegar neste valor de indenização, pois a prefeitura queria pagar muito menos. Nossa casa ficava mais à frente. Perdemos terreno, tivemos transtornos e hoje estamos pior acomodados (Depoimento **entrevistado H**. Avenida Bernardo Sayão. Pesquisa de campo, 2016).

O gráfico acima, associado aos depoimentos dos moradores, nos conduz a pensar que se trata de um projeto elaborado dentro dos gabinetes da prefeitura e implantado de cima para baixo, sem que houvesse uma preocupação com a participação efetiva da população. Muitos moradores criticaram o projeto, pois não tiveram chance de opinar sobre o que seria melhor para eles e como o mesmo seria realizado.

Alguns vizinhos foram praticamente expulsos com o início das obras. Tiveram que sair por conta própria, pois os transtornos gerados pela obra eram muitos. O principal benefício foi a pavimentação da orla,

pois tudo ali era rio, o que impedia a nossa entrada e saída de lá da área” (**Entrevistado B**, Pesquisa de campo, 2016).

Os moradores alegaram que as ordens de despejo eram entregues com um prazo de dias para a desocupação de suas casas, causando muitos transtornos financeiros e de saúde psíquica. Alguns casos de falecimentos durante este processo de despejo foram relatados por moradores, que se sentiram indignados e injustiçados pelo Estado.

Gráfico 9: Utilização da Orla (Moradores entrevistados)
Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

A orla é utilizada para fins de lazer por 37% dos entrevistados. 31% alegaram não utilizar a orla, 17% utilizam com finalidade de lazer e trabalho, conjuntamente, e outros 15% apenas trabalham no local. O público entrevistado revelou que, apesar de morar há poucos metros da Orla, um percentual significativo opta por não frequentar a orla para fins de lazer.

Durante as entrevistas, muitos moradores alegaram falta de interesse na Orla ou sentimento de insegurança, preferindo o lazer em suas residências e ruas.

Gráfico 10: Tipo de habitação (Moradores entrevistados)
 Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

Durante as entrevistas, os moradores foram questionados sobre o seu tipo de habitação, sendo possível identificar que 77% serviam apenas para fins habitacionais. 19% eram residências mistas (habitação e comércio) e 4% serviam apenas para fins comerciais.

Gráfico 11: Tempo em que habita no local (Moradores entrevistados)
 Fonte: França. Pesquisa de Campo, 2016.

Quando indagados sobre o tempo em que habitam no local: 31% responderam que vivem entre 01-10 anos nas atuais residências; 24% estão em média entre 10-20 anos; 19% entre 20-30 anos; 10% entre 30-40 anos; outros 16% moram há mais de 40 anos no local. Observa-se com isso, que há um predomínio de moradores, que residem à localidade em um intervalo de tempo estipulado entre 10 e 20 anos, aproximadamente.

Já tem 8 anos que compramos a casa por 5.000,00, quando ainda era tudo alagado. Hoje a localização é uma das melhores. Estamos de frente para o rio. Moramos dentro da orla (Depoimento **entrevistado B**. Avenida Beira Mar).

Ao serem indagados sobre as principais mudanças percebidas após a construção da Orla, houve uma convergência das respostas no que tange ao aumento da violência e desrespeito dos usuários para com o espaço e a população ao entorno.

Muito barulho vindo dos carros. Isso é muito ruim para quem mora aqui. Os carros passam em alta velocidade, com o som alto a toda hora do dia. Também observo o aumento do consumo de álcool e uso de drogas (**Entrevistado A**, Pesquisa de campo, 2016).

Dentre as principais queixas, a falta de respeito dos visitantes para com os moradores locais foi constante nas respostas, a citar: a poluição sonora oriunda do alto volume do som dos carros e a velocidade atingida pelos veículos nas ruas que dão acesso à orla. O aumento do consumo de álcool e drogas também tem incomodado os habitantes da área.

Falta respeitar mais os moradores próximo ao espaço. Me sinto mal em ver tanta gente entrando e saindo pela minha rua. Às vezes, os carros passam acelerados, com som alto, e não enxergam as crianças nas ruas, os idosos atravessando. Já tentei chamar atenção de alguns, mas não dá certo. Já descem do carro com ignorância *pra* cima de nós. Olha que a rua tem lombada (**Entrevistado H**, Pesquisa de campo, 2016).

Foi possível identificar que existe uma compreensão razoável quanto aos impactos positivos e negativos da nova Orla aos antigos habitantes da área. Em seus depoimentos, foi constante a referência aos impactos nos preços dos aluguéis e do custo de vida.

O Portal transformou-se em mais um ponto turístico na cidade, o que acaba valorizando o nosso perímetro. Ganhamos visibilidade na cidade. O ponto negativo nisso tudo é o aumento da violência e o aumento dos preços nos mercados e feiras próximas. O aluguel subiu também (**Entrevistado A**. Pesquisa de campo, 2016).

O aumento dos preços, de acordo com os entrevistados, tem prejudicado a permanência na área dos moradores que estão recebendo o auxílio moradia da

prefeitura. Isso, porque o valor pago não tem acompanhado o aumento nos preços dos aluguéis.

Beneficiou quem não perdeu as suas casas, como no meu caso por exemplo, que permaneci aqui após a obra. As melhorias foram na pavimentação, embelezamento, saneamento, iluminação pública. Houve valorização da área, porém *tá* tudo caro por aqui. Quem recebe o auxílio moradia da prefeitura não teve benefícios, só prejuízos, pois precisam completar com os seus salários os aluguéis ou tiveram que procurar moradia em outros lugares com preços mais acessíveis às suas rendas (**Entrevistado B**, Pesquisa de campo, 2016).

Novas oportunidades de trabalho emergiram com a inauguração da Orla, a citar o comércio, como é possível identificar no fragmento abaixo.

Melhoraram as oportunidades de trabalho. Minha família vive do comércio informal (**Entrevistado C**, Pesquisa de campo, 2016).

As antigas formas de trabalho sofreram alterações, em decorrência das intervenções no espaço.

Com o fechamento dos portos, diminuiu a clientela por serviços mecânicos em barcos que eu e muitos vizinhos fazíamos. Muitos ficaram sem trabalho, como eu. A obra não trouxe benefícios para quem já habitava aqui. O principal prejuízo foi o não recebimento da habitação prometida pela prefeitura (**Entrevistado H**, Pesquisa de campo, 2016).

Durante as entrevistas, algumas críticas foram feitas em relação às modificações nas formas de trabalho e aproveitamento do rio para fins de subsistência.

Em cresci trabalhando com embarcação, travessia de pessoas. Quando disseram que a orla ia ser bom *pra* nós, eu imaginei mais trabalho. Não tem nada na orla. Só dá *pra* olhar, ninguém trabalha nas embarcações por ali. Tantas ilhas próximas, seria bom uns passeios de barco (**Entrevistado H**, Pesquisa de campo, 2016).

As melhorias nas condições sanitárias, foram reconhecidas. Muitas comparações foram feitas com as antigas condições de higiene.

Melhorou bastante, principalmente a higiene local. Vivíamos em cima da lama. Hoje está bem melhor, apesar de ainda estar na palafita aqui na Orla (**Entrevistado D**, Pesquisa de campo, 2016).

Contudo, alguns trechos de ruas ainda não foram concluídos, o que tem gerado insatisfação aos habitantes.

O sistema de esgoto não chegou aqui na Mundurucus. Só senti o aumento dos preços de tudo. Melhorias, ainda não (**Entrevistado K**, Pesquisa de campo, 2016).

Ao serem indagados sobre o que está faltando no Espaço Público de Lazer, Orla Portal da Amazônia, obteve-se como principais respostas,

Sentimos falta de mais ações educativas para incentivar a prática de atividades físicas. A implantação de uma academia ao ar livre seria ótimo para nós, que não temos dinheiro *pra* pagar academia (**Entrevistado D**, Pesquisa de campo, 2016).

Muitas críticas foram apresentadas com relação ao abandono das obras pela prefeitura, que tem impactado diretamente no aumento da violência na área.

Precisamos de mais segurança *pra* usar o espaço. Aqui na Avenida Bernardo Sayão, principal via de acesso à Orla, tem muitos assaltos, mortes, usuários de drogas, traficantes... Estamos com pouca iluminação e esse lixo a céu aberto, só atraindo o que não presta para a porta da nossa casa. É o dia todo, urubu revirando lixo. É difícil viver com esse mal cheiro, moscas, assaltos. É difícil não ser assaltado por aqui. Sinto que fomos abandonados. Estamos entregues ao lixo, e esgoto. Até para atravessar para ir a Orla é perigoso. Por isso prefiro ficar em casa (**Entrevistado G**, Pesquisa de campo, 2016).

O depoimento abaixo, faz referência ao processo de desapropriação realizado pela prefeitura.

Hoje, temos que conviver com o aumento da criminalidade na porta de casa. Muitas casas que foram compradas pela Prefeitura Municipal de Belém se encontram hoje abandonadas. Não voltaram para derrubá-las e isso nos causa transtornos, pois virou foco de mosquitos da dengue, ratos, refúgio de bandidos. Algumas foram derrubadas pela vizinhança, incomodada com o descaso da prefeitura. Não temos saneamento básico e nem segurança nesta rua (**Entrevistado F**, Pesquisa de campo, 2016).

Algumas casas que foram desapropriadas não foram derrubadas, o que tem ocasionado transtornos à vizinhança, pois encontram-se vulneráveis a invasões por criminosos, bem como propensas à proliferação de mosquitos e doenças.

5.1.2 Moradores contemplados com residências dentro da Orla

Quanto aos moradores que receberam da prefeitura residências dentro da Orla, os mesmos foram ouvidos em entrevistas realizadas nos dias 19 e 20 de julho de 2014. Do total de 16 habitações populares entregues, quatro foram selecionadas, e seus proprietários responderam a questões referentes à experiência de morar dentro de um espaço de lazer. Não houve um critério estabelecido para a seleção das residências, apenas considerou-se a disponibilidade e interesse dos mesmos em participar da pesquisa.

Quando indagados sobre como avaliavam a experiência de morar dentro de um espaço de lazer e turismo, todos afirmaram ser muito positivo. 50% se contentam em apenas contemplar a paisagem da Orla e outros 50% desenvolvem atividades diversas, sendo as principais: caminhadas e utilização da quadra de esportes.

Os entrevistados disseram não ver os seus antigos vizinhos frequentando a Orla.

O acesso à Orla foi avaliado positivamente por todos, bem como a infraestrutura geral do espaço.

Quando indagados sobre a existência de critérios e regras para a utilização das Unidades Habitacionais, todos foram unânimes em responder que a única exigência imposta pela Prefeitura é a de que a mesma só poderá ser vendida após 10 anos.

Foi possível observar que os moradores que receberam a residência dentro da Orla apresentam uma visão muito mais positiva sobre o espaço, quando comparados ao público composto por pessoas ainda não indenizadas, que estão recebendo auxílio moradia da Prefeitura.

Nos dias 28 e 29 de julho de 2017, novamente a pesquisa junto aos moradores que receberam da prefeitura residências dentro da Orla, foi reaplicada. Desta vez, do total de 16 habitações populares entregues, nove foram incluídas e seus moradores responderam a questões referentes à experiência de morar dentro de um espaço de lazer. Os mesmos critérios utilizados no ano de 2014 foram utilizados.

Quando indagados sobre como avaliavam a experiência de morar dentro de um espaço de lazer e turismo, foi quase unanimidade respostas positivas.

Na ocasião, apenas um morador avaliou como ruim, utilizando como justificativa a falta de segurança dentro e fora do espaço.

As principais atividades de lazer desenvolvidas na orla, foram: em primeiro lugar, o passeio de bicicleta; em seguida, a utilização do parquinho e quadras esportivas; e, por último, a caminhada no calçadão da orla.

Quando questionados sobre a frequência dos antigos vizinhos na Orla, os mesmos apresentaram um equilíbrio nas respostas: sempre e raramente.

O acesso à Orla foi avaliado positivamente por todos, bem como a infraestrutura geral do espaço. Contudo, críticas foram tecidas com relação à falta de segurança na área.

Quando indagados sobre a existência de critérios e regras para a utilização das Unidades Habitacionais, as respostas se equilibraram entre sim e não. Os que responderam sim, ressaltaram que as orientações foram dadas somente na entrega das habitações. Os que responderam não, alegaram não recordar.

Novamente, observou-se que os moradores contemplados com residências dentro da Orla apresentam uma visão muito mais positiva sobre o espaço, quando comparados ao público composto por pessoas ainda não indenizadas, que estão recebendo auxílio moradia da Prefeitura. Durante as entrevistas, os moradores demonstraram um certo receio quanto à revelação do número de pessoas que residiam em suas UH's. Outro fato identificado foi a consciência quanto ao valor adquirido pelo solo, após a construção da Orla, o que poderá gerar benefícios na venda de suas casas após o cumprimento do prazo de 10 anos, estabelecido pela prefeitura.

5.2 ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA: Sob a perspectiva do público frequente no espaço

As entrevistas com os visitantes da Orla Portal da Amazônia foram realizadas em duas etapas. A primeira ocorreu no ano de 2014, na qual foram eleitos quatro dias alternados, a fim de contemplar o meio e o fim de semana. No ano de 2016, a estratégia utilizada foi a mesma. Neste período, 200²⁶ pessoas foram abordadas durante as suas atividades de lazer no espaço, com o objetivo de identificar questões como: perfil socioeconômico; os possíveis impactos desta nova orla na cidade; opiniões sobre a infraestrutura; bem como as principais atividades de lazer ali realizadas. Na ocasião, foi aplicado um formulário, contendo perguntas estruturadas.

Como estratégia metodológica para a coleta de informações, optou-se pelo critério de saturação, como forma de identificar o momento de encerramento das entrevistas. Logo, ao observar que as respostas às perguntas estavam se repetindo, não acrescentando mais de maneira qualitativa ao avanço da investigação, o trabalho foi encerrado. Este fato foi identificado na metade do processo, porém optou-se por prolongar a permanência em campo, como forma de criar uma margem de erro.

A observação direta, realizando anotações no diário de campo, foi utilizada como instrumento complementar para as análises dos resultados, bem como o registro fotográfico. Ambos foram realizados paralelamente à coleta de informações, utilizando além dos dias específicos dedicados à pesquisa.

No gráfico abaixo, observa-se o bairro de origem dos frequentadores, em que a proximidade foi considerada um fator determinante no momento de escolha por este espaço para realização de lazer na cidade.

²⁶ Foram entrevistadas 100 pessoas no ano de 2014 e outras 100 em 2016.

Gráfico 12: Bairro

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014/2016.

O gráfico acima mostra os resultados referentes ao ano de 2014, sendo possível identificar que os frequentadores da Orla são oriundos, em grande maioria, de bairros abrangidos pelo macroprojeto Orla Portal, em que: 26% eram moradores do bairro do Jurunas; 12% Condor; 11% Batista Campos; 9% Guamá; 9% São Brás; 7% Terra Firme; 10% Marco; 13% Souza. Apenas 3% eram turistas, oriundos do Rio de Janeiro e Salvador.

No ano de 2016, observou-se que: 25% eram moradores do bairro do Jurunas; 5% Condor; 10% Batista Campos; 10% Guamá; São Brás 25%; 5% Terra Firme; 10% Marco; 5% Souza; 5% Bengui. Esses dados revelam uma variação maior nas distâncias enfrentadas pelos frequentadores, a exemplo dos bairros Souza, distante aproximadamente 9km da Orla, e Marco a 7km.

No mapa a seguir, os bairros com os maiores percentuais de visitantes (identificados com uma estrela vermelha) apresentam-se espacializados em relação à Orla Portal da Amazônia (Marcada com a cor branca).

Mapa 38: Espacialização do público frequente na Orla por bairro de origem
 Fonte: França e Ferreira, 2014.

A distância dos espaços públicos de lazer influencia diretamente no acesso e frequência do público. Autores como Nelson Marcellino (2002) acreditam ser esta uma das barreiras de acesso ao lazer. Neste caso em estudo, considera-se a localização um fator positivo, por ser um espaço de grande extensão que abrange vários bairros. Isso significa um tempo menor para chegar ao local, que pode ser revertido em maior tempo para usufruir o lazer.

O gráfico abaixo, é representativo quanto aos meios de transporte que foram utilizados pelos usuários para acesso à Orla. No ano de 2014, o carro particular foi utilizado por 61% dos frequentadores. Apenas 17% chegaram de ônibus; 12% foram a pé; 8% de bicicleta; e 2% de moto.

Gráfico 13: Transporte

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014/2016.

O transporte é considerado, em muitas pesquisas, como um importante elemento avaliativo para detectar o perfil econômico dos usuários. Ao mesmo tempo em que pode revelar algumas deficiências, em termos de infraestrutura da malha viária, como por exemplo a ausência de linhas de ônibus que conectem o espaço à cidade de maneira favorável aos diferentes bairros.

Este gráfico não deixa de estar articulado à identificação de perfil socioeconômico do público que, neste caso, por possuírem transporte particular, demonstram um poder aquisitivo acima do esperado, por tratar-se de um espaço que abrange bairros ocupados significativamente por pessoas de baixa renda.

No ano de 2016, a pesquisa foi novamente realizada, sendo identificada uma alteração significativa quanto ao meio de transporte utilizado. O ônibus foi usado pela maior parte do público, 38%. Em seguida o carro, por 30%. Outros 17% utilizaram moto e 15% bicicleta.

De acordo com as observações diretas, houve um aumento significativo do público de visitantes. O fluxo de carros circulando dentro da Orla é intenso, o que dificulta o estacionamento nas vagas disponibilizadas. O aumento no fluxo de visitantes pode ser uma das razões para um maior equilíbrio no que

tange aos principais meios de transporte utilizados, visto que o acesso por meio de transporte público aumentou significativamente, quando comparados os anos de 2014 (17%) e 2016 (38%).

Gráfico 14: Frequência

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014.

Em 2014, 43% dos entrevistados afirmaram frequentar o espaço ao menos uma vez no mês. Outros 24% vão semanalmente; 15% diariamente, apresentando uma frequência de até 3 vezes durante a semana; 10% estavam visitando pela primeira vez; e 8% alegaram ir raramente.

Esses números sofreram alterações no ano de 2016, com destaque para a frequência semanal, visto que 48% dos entrevistados afirmaram ir à Orla até três vezes durante o mês. 28% visitam ao menos uma vez por mês; 21% diariamente; e apenas 3% disseram ir raramente.

Durante as entrevistas, as informações complementares foram anotadas no diário de campo, revelando que os pequenos passeios e caminhadas constituíam-se em um desejo recorrente dos entrevistados, preocupados com a saúde e bem-estar físico e mental. É possível afirmar que a frequência do público neste espaço é bastante expressiva, tendo em vista a escassez de tempo disponível vivido pela sociedade.

Gráfico 15: Objetivo da visita ao espaço
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014/2016.

Em 2014, quando indagados sobre o objetivo da visita ao espaço, chegou-se ao seguinte percentual: 77% responderam que foram em busca do lazer; 19% foram a trabalho; outros 2% com fins educativos; e 2% com outros objetivos, que não foram especificados.

Já em 2016, estes dados se confirmaram, com poucas alterações. Quanto à busca de lazer no espaço, o índice passou de 77% (2014) para 81% (2016). Isso revela que a busca por momentos de lazer, em espaços públicos, ao ar livre ganha a preferência da sociedade em seu tempo disponível. 15% foram a trabalho; outros 2% com fins educativos; e 2% com outros objetivos, que não foram especificados.

Gráfico 16: Tipos de Lazer
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014.

Quanto ao tipo de lazer desenvolvido pelos entrevistados na Orla, em 2014, 42% foram contemplar a paisagem; 35% foram realizar alguma atividade recreativa ou esportiva, a citar: patinação, skatismo, pedalinho, bike, caminhadas, corridas, além de atividades de vôlei, basquete e futebol. 8% foram com fins gastronômicos; 15% outros tipos de lazer, que não quiseram especificar.

Em 2016, este resultado se reafirmou, com pequenas variações, visto que o lazer com fins contemplativos foi buscado por 49% dos entrevistados. Em seguida, o lazer com fins de esporte e recreação apareceu em 33% das respostas, envolvendo práticas de patinação, skatismo, pedalinho e bike de observação da paisagem ribeirinha e movimento do espaço. 11% com fins gastronômicos e 7% envolvendo atividades culturais, a exemplo da leitura de livros, eventos artísticos e shows.

Gráfico 17: Acesso

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014/2016.

No ano de 2014, quando indagados sobre o conceito que dariam a qualidade do acesso à Orla, 50% dos presentes responderam Bom; 22% Ruim; 18% Regular; e apenas 10% deram o conceito Excelente.

Em 2016, os resultados apontaram que o acesso à Orla é Regular para 47%; Bom para 24%; Ruim para; 18% e excelente para 11%.

As alterações nas respostas demonstram que o fato de o acesso à Orla ter deixado de ser Bom (2014) para Regular (2016) está relacionado ao meio de transporte utilizado (Ver gráfico 12), visto que 17% (2014) e 38% (2016) dos usuários utilizaram o transporte público. Isso nos leva considerar que a Orla, à

medida que passa a ser mais frequentada pelas classes populares, apresenta maior necessidade de interligação com a malha urbana viária. De forma geral, o espaço apresenta boa localização, assumindo papel de centralidade na cidade, com acesso por meio de ruas asfaltadas, porém com baixa articulação quanto à linha viária e interligação com a Região Metropolitana de Belém.

Gráfico 18: Infraestrutura
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014.

Quando indagados sobre o conceito que dariam à infraestrutura geral da Orla, ou seja, ao espaço, 44% responderam ser Ruim; 33%, Regular; 21%, Bom; e apenas 2%, Excelente. De forma geral, a avaliação foi negativa para 77% dos frequentadores.

Em 2016, 35% avaliou como Ruim; 30%, Regular; 25%, Bom; e 10%, excelente.

Estes dados, ao serem cruzados com as sugestões para a melhoria no espaço (Ver gráfico nº22), nos conduzem a uma reflexão sobre a falta de segurança existente nos espaços públicos da cidade. Esta avaliação negativa também está associada à insuficiência de banheiros públicos e áreas cobertas para proteger do sol e das chuvas rotineiras na cidade.

Gráfico 19: Principais Impactos no município de Belém

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014/2016.

Quanto aos possíveis impactos do macroprojeto Orla Portal da Amazônia, no contexto do município de Belém, 66% responderam que houve ampliação das opções de lazer na cidade. 23% acreditam que o espaço contribui ao embelezamento local. 6% apontaram uma valorização do solo às proximidades da Orla, aumentando o custo de vida local. Outros 5% veem neste uma oportunidade para ampliação de laços de sociabilidade.

Em 2016, 39% responderam que o espaço contribuiu para o embelezamento local; 33% citaram a maior valorização da área (solo urbano) ao entorno da Orla. 28% disseram que a Orla ampliou as opções de lazer na cidade.

Com base nos dados acima, é possível inferir que a Orla Portal da Amazônia no ano de 2014, logo após ser inaugurada em sua parcialidade, era entendida pelos usuários como uma ampliação das opções de lazer em Belém. Já em 2016, o público passa a compreender este espaço, relacionando-o mais ao aspecto de embelezamento e valorização do solo urbano.

Gráfico 20: Pretensão de retorno
 Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014.

Quando indagados sobre a pretensão de retorno, 98% responderam que Sim, pretendem retornar à Orla. Apenas 2% Não retornarão. Em 2016, esses dados foram confirmados, onde 99% dos entrevistados apresentaram intenção de retorno ao espaço.

A pretensão de retorno é contraditória, quando cruzada aos resultados dos gráficos 20 (Segurança) e 23 (Sugestões para a melhoria), pois revelam muitas críticas quanto à falta de segurança e a alguns elementos relacionados à infraestrutura física. No entanto, as observações em campo mostraram que, mesmo existindo outras opções de lazer na cidade, ainda sim prevalece um sentimento de esperança com relação às possibilidades de melhoria da Orla Portal da Amazônia, sendo, para isso, necessário maior interesse do poder público.

Gráfico 21: Segurança no espaço

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014/2016.

No ano de 2014, quando indagados sobre o conceito que dariam à segurança na Orla, 44% responderam ser Regular; 29%, Ruim; 25%, Bom; e apenas 2% consideraram Excelente.

No ano de 2016, as respostas foram similares, apontando a segurança na Orla Regular, por 52% dos usuários. 25% consideraram Ruim e outros 23%, deram o conceito Bom.

De acordo os dados do anuário estatístico do município de Belém, fornecido pela prefeitura (2011) e informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, há um elevado índice de criminalidade presente nos bairros abrangidos pela Orla Portal da Amazônia, com maior destaque para o bairro do Guamá e Jurunas.

Essas informações são reafirmadas no gráfico abaixo, em um estudo intitulado “O modus operandi do crime de roubo a transeuntes em Belém” (CAVALCANTE, ALMEIDA, ARAÚJO, 2016).

Gráfico 22: Ocorrências de roubos

Fonte: SISP (2014), adaptado por Cavalcante, et. al (2016).

De forma geral, a avaliação da segurança no espaço foi considerada negativa por 75% dos usuários do espaço abordados para esta pesquisa, pois o sentimento de insegurança prevaleceu. Porém, as observações empíricas indicam que algumas alternativas foram criadas para a continuidade de suas frequências na Orla. Muitos optam por dias e horários estratégicos para fugirem da solidão no espaço. Horários entre 6h00 e 8h00 da manhã, almoço, meio da tarde e após às 21h:00 são descartados pelas famílias que buscam um lazer mais seguro. Há quem reclame da falta de policiamento ostensivo e guarda municipal nesses horários.

Gráfico 23: Melhorias no espaço

Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014.

Quanto às sugestões para a melhoria da Orla, a necessidade de maior segurança apareceu com o maior percentual, 54%. A construção de mais banheiros é outra necessidade, visto que 23% responderam que os existentes não comportam a demanda. 19% reivindicaram a construção de uma área coberta para abrigar da chuva e sol. 4% deram outras respostas, que não foram especificadas.

No ano de 2016, a segurança novamente apareceu com um percentual significativo, 52%. Áreas cobertas, 28%; Banheiros, 16%; as demais sugestões (outros), 4%, citaram a necessidade de controle da poluição sonora no local, pois muitos usuários escutam suas músicas em alto volume nos carros, o que atrapalha o sossego daqueles que ali vão para fins de contemplação, especialmente.

O medo de frequentar espaços abertos ou públicos na cidade é denominado de agorafobia, sendo este um reflexo da violência urbana e da incapacidade do policiamento ofertado pelo Estado. Este, ao tentar responder às demandas sociais, por mais e melhor segurança, acaba por criar estratégias simplistas e pouco democráticas, como, por exemplo, o cercamento de espaços públicos. Contudo, compreende-se aqui que controle e vigilância não são sinônimos de segurança.

A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste. O problema é que a receita a partir da qual as “comunidades realmente existentes” foram feitas torna a contradição entre segurança e liberdade mais visível e mais difícil de consertar (BAUMAN, 2003, p.9).

Oliveira (2013, p.34) apresenta uma discussão sobre a disseminação das câmeras de vigilância nas ruas da cidade contemporânea, refletindo sobre a vigilância e o controle sobre a sociedade: “As câmeras já não ocupam apenas as entradas de edifício, os shoppings centers ou ambientes privados, elas compõem o cenário atual de ambientes públicos, como os centros urbanos e ruas comerciais”.

A vigilância deve ser vista muito além do simples discurso de segurança, mas da progressiva perda de privacidade e aumento do controle social.

Quanto à reivindicação por áreas cobertas, acredita-se que houve uma falha na concepção do projeto arquitetônico e paisagístico, pois não contemplou a realidade climática da região amazônica. As chuvas constituem-se em um acontecimento diário, influenciando até mesmo, os hábitos culturais na cidade de Belém. É comum, entre os moradores locais, marcar um encontro antes ou após a famosa chuva de todas as tardes. Neste contexto, a Orla Portal da Amazônia demonstra ser um projeto pensado sob quatro paredes, ou mesmo transplantado a esta realidade.

Durante os passeios, é comum a necessidade de utilização dos banheiros públicos. No entanto, os mesmos encontram-se dentro dos quiosques, sendo o seu uso, comercializado aos frequentadores do espaço. Uma taxa de R\$: 2,00 é cobrada àqueles que dele necessitam. Durante a pesquisa em campo, dos três quiosques que são indicados na planta do projeto, apenas um estava ativo para utilização do banheiro.

No entanto, durante a realização de eventos no espaço, são instalados banheiros químicos para melhor atendimento ao público.

Gráfico 24: Construções próximas a Orla
 Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2014, 2016.

No que diz respeito à expansão vertical de prédios na área ao entorno da Orla, no ano de 2014, 66% responderam que não são a favor. 34% disseram sim, sendo, portanto, favoráveis às novas construções. No ano de 2016, essas respostas foram reafirmadas, visto que 67% responderam Não e 33% Sim.

As justificativas apresentadas pelos que foram contrários às novas edificações fizeram referência especialmente ao aumento do custo de vida dos antigos moradores e à perda de qualidade ambiental por meio da constituição de ilhas de calor e maior impacto ambiental. Para eles, construções às proximidades da Orla prejudicariam a vista para o rio.

Os que foram favoráveis à construção de empreendimentos complementares utilizaram como justificativas a necessidade de ampliação do comércio local, como bares e restaurantes. Acreditam que com a construção de edifícios residenciais ocorrerá uma mudança do perfil socioeconômico do público frequente na Orla e no entorno, sendo útil para a segurança.

Os resultados aqui apresentados refletem um comparativo feito junto aos frequentadores do espaço, entre os anos de 2014 e 2016, sendo possível identificar alternâncias e permanências quanto ao perfil socioeconômico do público, tipos de lazer e observações sobre o espaço Orla Portal da Amazônia.

Os dados revelam que o público frequente no espaço é oriundo, em sua maioria, de bairros abrangidos territorialmente pela Orla, ou vizinhos, sendo

97% habitantes da cidade, que utilizaram o carro particular como principal meio de transporte, no ano de 2014. Já em 2016, os percentuais entre os usuários de transporte particular e público se equipararam.

Em 2014, a frequência do público foi predominantemente mensal a este espaço, passando a ser semanal em 2016, com objetivos de lazer, a citar principalmente a contemplação e práticas de esporte e recreação. O espaço é utilizado principalmente por famílias, com objetivo de realização de atividades diferenciadas de lazer, como por exemplo, contemplação da paisagem, conversação, caminhadas, patinação, ciclismo, skatismo, pedalinho, futebol, vôlei, entre outras.

O mapa abaixo é representativo quanto à utilização da orla para fins de lazer, tendo como base as respostas dos entrevistados durante os anos de 2014 e 2013, associado às observações empíricas realizadas durante os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, consecutivamente.

Mapa 39: Distribuição da densidade de público na Orla Portal da Amazônia
 Fonte: França, 2017.

A densidade de público na Orla Portal da Amazônia é maior nas áreas 2 e 3 deste mapa nº34, como é possível identificar com as marcações dos pontos focais em vermelho. Nelas, encontram-se a maior concentração de bancos, estruturas em madeiras (deck) favoráveis à contemplação do rio, descanso e bate papos. Os quiosques e comercialização de serviços de alimentos e bebidas e alugueis de equipamentos recreativos também se concentram nestas áreas.

As áreas 1 e 4 são marcadas por uma baixa densidade de público. Na área 1 encontram-se pessoas ingressando ou saindo da Orla, além de alguns praticantes de atividades esportivas ou recreativas, de passagem. Já na área 4, próxima à rua dos Mundurucus, a presença de moradores foi identificada de forma mais nítida. Nas quadras esportivas também foi marcante a presença destes, revelando uma rotina de atividades de esporte e lazer na nova orla.

Na sequência de mapas abaixo, a densidade de público na orla é mostrada em diferentes dias e horários da semana, onde o mapa de nº40 é representativo de uma média densidade de público no intervalo de horário compreendido entre 05:30 da manhã e 9:30, de segunda a sexta-feira respectivamente.

O mapa nº41 mostra uma baixa densidade, de segunda a sexta no horário compreendido entre 10:00 e 15:30. A baixa frequência de público se justifica pelas condições climáticas locais, onde o sol intenso pela manhã e a pancadas de chuva a tarde, dificultam a ida ao espaço.

O mapa 42 revela que a uma alta densidade de público, entre os dias de segunda a sexta no horário compreendido entre 16:00 e 22:00 a orla. Nele é possível identifica em quais áreas do espaço, a presença de pessoas é maior.

O mapa 43 indica que, de segunda a sexta no horário compreendido entre 21:00 e 00:00 a Orla possui uma baixa densidade de público.

Mapa 40: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 05:30 e 09:30 da manhã.
Fonte: França, 2017.

Mapa 41: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 10:00 e 15:30.
Fonte: França, 2017.

Mapa 42: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 16:00 e 22:00.
Fonte: França, 2017.

Mapa 43: Densidade de público na Orla Portal da Amazônia de segunda a sexta no horário compreendido entre 21:00 e 00:00.
Fonte: França, 2017.

Dentre as considerações obtidas nesta etapa da pesquisa, o acesso foi avaliado como bom em 2014, e regular em 2016. Este fator pode estar relacionado à ampliação da presença das classes populares neste espaço, também revelado pela ampliação do acesso através do meio de transporte público. A infraestrutura foi avaliada como ruim nos dois anos, com destaque à falta de segurança, áreas cobertas e banheiros.

Quanto aos principais impactos da nova orla na cidade, obteve-se como resposta, em 2014, que a mesma representava uma ampliação na oferta de lazer à população local; já em 2016, as respostas foram equilibradas, no que tange ao seu papel no embelezamento urbano e valorização do solo, na área em que se localiza. Esses dados são representativos no que tange à relação do espaço público de lazer com a produção urbana de Belém, indicando que o rio tem se apresentado com destaque nos dias atuais, diferentemente do papel que assumiu nos séculos que decorreram a fundação da cidade.

Também foi possível entender que, mesmo diante do sentimento de insegurança, a rotina seja diária, semanal ou mensal criada pelos frequentadores, não demonstrou ser ameaçada. A orla Portal Amazônia demonstrou ser um espaço público de lazer que, progressivamente, vem consolidando-se na rotina de lazer da população de Belém.

As observações empíricas realizadas, no percurso de quatro anos de investigação, conduzem a compreender este espaço, Orla Portal da Amazônia, sob cinco principais dimensões²⁷: Social; cultural; econômica; ambiental; e política. É certo que essas dimensões se encontram indissociáveis.

Quanto às dimensões social e cultural da Orla: É possível inferir que este espaço tem favorecido o lazer dos moradores da cidade, servindo como ponto de encontro, especialmente aos fins de semana e feriados, às famílias e grupos de amigos que desejam a realização de práticas de lazer em um espaço mais amplo e livre dos perigos do trânsito. Este espaço revela-se propiciador de convivências entre pessoas de diferentes bairros da cidade e níveis socioculturais.

²⁷ GOMES, Christiane Luce. **Lazer:** Necessidade Humana e Dimensão da Cultura. Revista Brasileira de estudos do lazer. V.1, n.1, p.3-20, 20 abr/2014.

Lá, uma grande pista é dividida entre pessoas que realizam atividades variadas de lazer e recreação, o que envolve contínuas negociações quanto ao compartilhamento do espaço, para que um não ultrapasse os limites utilizados pelo outro durante o passeio com patins, por exemplo. Bater, passar por cima ou esbarrar são atitudes autorreguladas, com fins de convivência respeitosa em coletividade.

Foto 59: Cadeirante na Orla Portal da Amazônia
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

A foto é representativa quanto à importância de acesso aos diferentes, uma vez que a Lei Federal nº 10.098/1989 e o Decreto nº 3.298/1999 dispõem de diretrizes para a integração de pessoas portadoras de deficiência, que devem ser consideradas na concepção de espaços públicos e cidade.

Vale enfatizar que a acessibilidade é um dos fatores que contribuem para a inclusão social, mas sozinha não garante o seu alcance, haja vista que colocar junto não significa incluir. É necessário dar condições de acesso, permanência e utilização ampla do espaço público, respeitando as diversidades socioculturais e também relacionadas às capacidades físicas.

Foto 20: Pista destinada à utilização de equipamentos de recreação na Orla
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

Foi observada uma intensificação contínua do fluxo de pessoas e veículos nesta Orla. Os depoimentos obtidos por meio de entrevistas revelam uma boa aceitação do espaço pelos habitantes da cidade, sendo este frequentado por um público de diferentes idades, que busca um lazer mais interativo, envolvendo práticas recreativas ao ar livre.

Foi possível observar uma variação do perfil do público, de acordo com o horário, em que no início do dia (entre às 05:30 e 09:30) e no início da noite (entre 18:00 e 21:00), o público adulto realiza atividades físicas, a exemplo as corridas e caminhadas. Também é intensa a presença diária de grupos de academia, que aproveitam o espaço para a realização de atividades físicas nesse intervalo de horário.

Os demais intervalos de horários, como por exemplo entre 10:00 e 15:00, o sol intenso e a frequência de chuvas no início da tarde dificultam a utilização da Orla, que apresenta um baixo fluxo de pessoas, o que aumenta o risco de assaltos e furtos. Também se observou a presença contínua de carros de autoescolas, que aproveitam o baixo fluxo de pessoas para praticar aulas de direção.

No horário compreendido entre às 16:00 e 20:00, a frequência maior é de crianças e jovens, que buscam a realização de atividades recreativas e de

contemplação do rio, sendo muito perceptível a negociação quanto ao compartilhamento da pista recreativa. Enquanto uns optam pela prática de patinação, skatismo e pedalinho, outros, simplesmente vão contemplar o pôr do sol ou realizar pequenas caminhadas, com os seus filhos ou animais de estimação.

Foto 21: Atividades de lazer comuns na Orla
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

É possível afirmar que a Orla Portal da Amazônia, na condição de espaço público de lazer, desempenha um papel-chave no exercício de construção do direito à cidade, por ser este um lócus propiciador para praticar a alteridade, reconhecendo e respeitando às diferenças. Lá se coloca em prática a noção de limites, entre o certo e o errado, ao mesmo tempo em que possibilita as diferentes formas de expressão social, conflitos e negociações quanto ao compartilhamento do mesmo espaço, ou de questões relacionadas à coletividade, mesmo que não estejam diretamente ligadas ao espaço em que as manifestações são realizadas.

As desapropriações de famílias para dar lugar à Orla geraram conflitos de diversas ordens, a citar a judicial, que ainda se prolonga até os dias atuais. Contudo, observa-se que este espaço tem demonstrado grande significado

para a construção social do lazer na cidade, por apresentar uma diversidade de usos e ampliar as possibilidades de trocas de informação e expressão cívica.

O lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, concebido enquanto uma produção cultural humana. Constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem e com a arte, entre outras dimensões da vida, sendo parte integrante e constitutiva de sociedade. Neste sentido, o lazer pode e deve dialogar com o trabalho, mas não de uma forma binária, que exclua outros fenômenos sociais, tampouco o binômio lazer-trabalho seria o mais importante a ser contemplado na produção teórico-conceitual sobre a temática (GOMES, 2014, p. 12).

Seguindo essa linha, o Lazer é concebido como:

Uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo-espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2008, p.125).

O lazer é transformado em mercadoria, mais especificamente, um bem intangível formulado por meio da prestação de serviços. Neste sentido, pode-se dizer que o comércio do lazer tem se especializado progressivamente, sustentando-se nas divulgações nos meios midiáticos, ampliando os seus aspectos de produto diferenciador de classes.

Neste contexto, o lazer passou a ser ostentado massivamente nas redes sociais, nas quais se observa, especialmente, a juventude, que apresenta a necessidade de exposição de suas imagens em momentos de diversão. Fotos são tiradas em momentos em que deveriam estar entregues em vivências de sociabilidade, encontros com outros, envolvendo as variáveis tempo, espaço e oportunidade, conforme, apresentado por Marcellino (2002). No entanto, perdem muito desse momento quanto optam por registrar e divulgar incessantemente cada ação nos meios virtuais.

O aqui e agora passam, e as interações virtuais são prolongadas muito além dos limites da vida privada. Com isso, observa-se que, na atualidade, as interações de lazer no espaço público sofrem impactos das redes sociais virtuais. O que deveria ser um meio de concretização dessas relações iniciadas

virtualmente, tem revelado ser uma espécie de suporte para alimentar essas redes, por meio de ostentação do que se faz no tempo disponível.

Abaixo, é apresentada uma fotografia dos frequentadores da Orla. Nela, é possível identificar um público jovem com aparelho celular em mãos, registrando seus momentos ou simplesmente, desenvolvendo interações virtuais.

Foto 22: Jovens registrando os seus momentos de lazer na Orla
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

Fotos de pessoas em seus momentos de lazer ganham destaque em redes sociais, constituindo-se em vitrines. Este fato foi observado com muita frequência na Orla Portal da Amazônia, o que nos conduz a inferir que o lazer mercadoria se apresenta como uma realidade, até mesmo nos espaços públicos.

A despeito da crescente possibilidade virtual de comunicabilidade social, as pessoas ainda necessitam agendar, no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, experimentações e interações concretas que implicam formas distintas de contato direto com o outro. As marcas corporais da diferenciação as práticas de consumo e a publicização da diferença necessitam de visibilidades públicas que são recorrentes no curso cotidiano da vida pública. É nesse enquadramento que o conceito de espaço público ainda pode ser repensado, à luz dos processos fragmentários e dispersivos da chamada condição pós-moderna (LEITE, 2009, p. 197).

Os frequentadores revelaram uma associação direta do espaço, com a palavra fuga da rotina diária, desligamento do mundo trabalho e melhoria da qualidade de vida, mais especificamente da saúde mental.

Dimensão econômica: A Orla Portal da Amazônia começa a configurar-se como centralidade espacial, quando associada ao programa de macrodrenagem, que contribuiu para a melhoria urbana local, agregando maior funcionalidade, além de concentração de pessoas que têm como objetivo comum, o lazer. Questões referentes à valorização do solo urbano vêm à tona com a consolidação deste espaço na cidade.

O comércio informal ganhou espaço dentro da Orla Portal da Amazônia, sendo significativa a presença de vendedores ambulantes que trabalham com a comercialização de alimentos e bebidas, aluguel de equipamentos recreativos, a citar: patins, skates, bicicletas, carrinhos e cama elástica. Neste aspecto, o novo espaço tem revelado benefícios aos moradores que conseguiram permanecer, residindo às proximidades. Durante a pesquisa de campo, foi frequente a presença da entidade fiscalizadora do comércio, SECON – Secretaria Municipal de economia.

Foto 23: Vendedores ambulantes na Orla
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2017.

É certo que a gratuidade do lazer sobrevive, paralelamente à mercantilização, pois a sociedade atual ainda dispõe de opções de lazer gratuito na cidade, a exemplo dos passeios nas ruas e praças.

Dimensão ambiental: A sua localização com vistas para o rio, é favorável a um lazer contemplativo, sem apresentar possibilidades interativas com o mesmo. A concepção do projeto orla Portal da Amazônia, bem como a de todos os demais que seguem o ideário de “Janelas para rio”, não ousaram em resgatar a relação mais direta entre homem e rio. Os elementos pertinentes da cultura local não se encontram presentes na estrutura física do espaço, a exemplo os barcos, trapiches e pesca. Por que a reconfiguração da antiga área portuária foi mantida no atual espaço Estação das Docas e na Orla Portal da Amazônia o mesmo não ocorreu com os pequenos trapiches e barcos, elementos característicos da antiga ocupação?

O rio é o elemento caracterizador deste espaço, sendo um elemento ambiental de grande valor às práticas de lazer, que, no entanto, foi ignorado na concepção projetual. O mesmo pode-se dizer da arborização, pois o espaço é praticamente descampado. Neste sentido, as especificidades geoclimáticas da cidade, que apresenta clima quente, úmido, com frequência diária de chuvas, no decorrer dos horários da tarde e da noite, não foram consideradas. Isso tem despertado críticas dos usuários, que precisam interromper as suas atividades de lazer quando chove. Como o espaço não conta com áreas cobertas, a solução é o retorno para as suas residências.

As lixeiras existentes não revelam ser o suficiente para a manutenção da limpeza. Durante a pesquisa de campo, nenhuma intervenção de educação ambiental foi identificada no espaço.

De forma geral, o espaço público de lazer apresenta como características principais, em sua composição projetual, elementos fixos que favorecem o conforto do público de usuários, a citar: os bancos, cestos de lixo, bebedouros, banheiros, sombreamento e áreas cobertas, estrutura para realização de atividades físicas/ginástica, rampas, parque infantil, estacionamento de bicicletas, estacionamentos, sinalização, pontos de ônibus, táxi, entre outros. Essa estrutura deve possibilitar o acesso de pessoas com deficiências.

Dimensão política: O direito ao lazer ganha ressonância no âmbito político, sustentado na Constituição Federal de 1988, que o apresenta como um direito social, sob a responsabilidade do Poder Público (principal incentivador e promotor do lazer no espaço urbano).

A prefeitura de Belém tem apresentado o projeto Orla, como um espaço público de lazer, necessário à qualidade de vida dos moradores locais e ao embelezamento urbano da cidade. Mesmo com diversas problemáticas, decorrentes da implantação deste projeto, a citar o atraso na conclusão das demais etapas da obra e na entrega das residências aos antigos habitantes locais, pode-se dizer que a Orla tem cumprido o seu papel enquanto espaço público propiciador de encontro entre diferentes, com o objetivo de obtenção de lazer e exercício cívico de respeito mútuo para compartilhamento do espaço.

O lazer não está restrito a um espaço específico, apenas encontra condições favoráveis à sua realização em ambientes dotados de infraestrutura propiciadora de encontro entre pessoas, favorecendo a permanência segura e agradável. Soma-se a isso, o caráter intencional da sociedade ao buscar o lazer nesses espaços.

5.3 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva da população de Belém (transeuntes)

A pesquisa de campo, junto aos habitantes de Belém, foi realizada entre os dias 01 e 05 de outubro de 2016, objetivando identificar as suas preferências quanto aos espaços públicos de lazer na cidade, com destaque para aqueles situados na orla urbana local, a partir de um conjunto de palavras-chave apresentadas pelos entrevistados. Na ocasião, os entrevistados foram questionados com relação ao espaço orla Portal da Amazônia e ao seu papel na cidade de Belém, respondendo a um formulário composto por perguntas fechadas e semiestruturadas, que buscou uma maior aproximação com a abordagem qualitativa.

O registro fotográfico foi realizado paralelamente, utilizando além dos dias específicos dedicados à pesquisa.

Como estratégia metodológica, optou-se em realizar as entrevistas em duas avenidas centrais na cidade de Belém (Avenida João Alfredo e Nazaré. Ver mapa nº44) por comportarem um fluxo significativo de pessoas, oriundas de diversos bairros e níveis socioeconômicos, favorecendo, desta maneira, a imparcialidade no processo investigativo.

Mapa 44: Avenidas João Alfredo e Nazaré
Fonte: França e Ferreira, 2017.

Para entrevistar os transeuntes, optou-se pela não seleção de plano amostral, acreditando que as respostas convergiriam rapidamente, tornando-se com isso, repetitivas. Este fato foi observado ao completar o número de 20 pessoas, porém foi dado prosseguimento ao trabalho, até atingir o quantitativo de 100 transeuntes. A seleção ocorreu de forma aleatória, considerando ambos os lados das ruas.

Gráfico 25: Escolaridade
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2016.

De acordo com resultados obtidos, 52% dos entrevistados possuem o ensino médio; 29% declararam ter concluído o ensino fundamental; 13% o ensino superior; e somente 6% pós-graduação.

Gráfico 26: Espaços públicos eleitos pelos entrevistados, para fins de lazer
Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2016.

De acordo com as respostas, 31% indicaram preferência por obter lazer na Praça da República; Outros 19% na Praça Batista Campos; 11% na Orla Portal da Amazônia; 9% no Complexo Feliz Lusitânia; 8% Ver-o-Rio. 22% citaram outros espaços: Av. Nazaré; Estação das Docas; Praça Brasil; Praça

da Bíblia; Bibliotecas públicas; Bosque Rodrigues Alves; Mangal das Garças; Praça do Carmo; Ilha do Combu; Ilha de Mosqueiro; Ilha de Cotijuba; Mangueirão; Av. João Paulo II; Orla da UFPA; Igarapés; Praça do Carmo.

Mapa 45: Espaços públicos eleitos pelos entrevistados, para fins de lazer
 Fonte: França e Ferreira. Pesquisa de campo, 2016.

Gráfico 27: Espaço de lazer mais importante na cidade
 Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2016.

Ao serem indagados sobre qual espaço público de lazer consideravam como o mais importante na cidade de Belém: 24% responderam Praça da República; 19% Praça Batista Campos; 15% Complexo Feliz Lusitânia; 11% Estação das Docas; 7% Orla Portal da Amazônia. Outros 24% citaram outros espaços: Ver-o-Peso; Praça do Carmo; Mangal das Garças; Museu Emílio Goeldi; Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves; Ilha de Mosqueiro; Ver-o-Rio; Igreja de Nazaré e o Parque da Residência. A rua também foi citada, como um importante espaço de lazer.

É possível identificar uma pequena alteração com relação aos espaços públicos preferidos para a realização de atividades de lazer e os espaços eleitos como os mais importantes da cidade. O Espaço Ver-o-Rio foi substituído pela Estação das Docas, conforme apresentado do gráfico acima, o que demonstra uma separação entre espaço de lazer e espaço destinado à imagem da cidade.

A cidade é compreendida a partir do conjunto de espaços turísticos representativos, que assumem um importante destaque na construção da imagem de cidade²⁸ atrativa, competitiva e estratégica aos olhos do capital financeiro.

²⁸ VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In ARANTES, O. B. F., A cidade do pensamento único - Petrópolis, Vozes, 2000.

Mapa 46: Espaços Públicos de Lazer mais importantes na cidade, na visão dos entrevistados
Fonte: França e Ferreira. Pesquisa de campo, 2016.

Gráfico 28: Necessidades observadas nos espaços públicos de lazer da cidade (Entrevistados)
 Fonte: Pesquisa de Campo, França, 2016.

Para 45% dos entrevistados, os espaços públicos de lazer necessitam de mais segurança; 15% sentem a falta de investimentos da prefeitura em divulgação de suas programações; outros 15% afirmaram necessidade de maior preservação; 13% disseram faltar uma programação cultural permanente nos mesmos; outros 12% deram respostas diversas, como necessidade de lixeiras, Manutenção do mobiliário, Banheiros, Gratuidade nos museus, Projetos educativos, além de ônibus gratuito disponível, interligando os espaços públicos principais na cidade.

5.3.1 Preferência por espaço público de lazer:

5.3.1.1 Praça da República

- a) **Palavras frequentes nos depoimentos dos entrevistados:** encontro com os amigos; local onde trabalho; olhar e comprar artesanato; lugar rico em cultura; tranquilidade; propício ao lazer em família; diversão gratuita; diversidade de atrações culturais; preços bons; comidas diversas; acessível; espaço amplo para as crianças correrem; mais democrática; possibilidades variadas de esporte e lazer; livre de grades.
- b) **Observações do pesquisador em campo:** espaço público representativo do lazer gratuito na cidade de Belém, por apresentar uma dinâmica própria. Independentemente de existir ou não uma programação cultural, organizada pelo Estado ou Prefeitura local, a frequência de pessoas aos domingos de manhã a este espaço é certa! O comércio de artesanato e alimentos e bebidas, em pequenas barracas ao ar livre, é uma tradição na cidade de Belém. É possível observar que espaços como este, livres de muros e grades, bem como de cobrança de taxas, ganham a preferência dos moradores locais, para a realização de práticas de lazer. O mesmo pode-se dizer da praça Batista Campos.
- c) **Tipos de lazer mais comum no espaço:** passeios com crianças e animais de estimação; gastronomia; comércio de artesanatos; contemplação da paisagem; shows, rodas de violão e capoeira; apresentações teatrais ao ar livre; atividades lúdicas com brinquedos infantis; entre outros.

5.3.1.2 Praça Batista Campos

- a) **Palavras frequentes nos depoimentos dos entrevistados:** bem cuidada; muitas famílias; bem localizada; gratuita; beleza natural; mais segura; limpa; muito verde; livre de grades.
- b) **Observações do pesquisador em campo:** Praça muito frequentada, diariamente, por alunos de escolas próximas, para bate papos. Também apresenta uma frequência diária de pessoas em busca de qualidade de vida, que têm na praça um espaço para a realização de atividades físicas. Paralelamente, o comércio de água de coco e pipoca são impactados positivamente por estes públicos. Aos fins de semana, as famílias e grupos de jovens tomam conta do espaço, realizando práticas de lazer diferenciadas.
- c) **Tipos de lazer mais comum no espaço:** caminhadas e corridas; passeios com crianças e animais de estimação; parque infantil; contemplação da paisagem; shows; rodas de violão e capoeira;

apresentações teatrais ao ar livre; atividades lúdicas com brinquedos infantis; entre outros.

5.3.1.3 Portal da Amazônia

- a) **Palavras frequentes nos depoimentos dos entrevistados:** inseguro; assaltos; pôr do sol; aberto ao público 24h; sem arborização; maior extensão de orla da cidade; esporte; caminhadas e corridas; patinação; skate; quadras de esporte; distante; população pobre ao entorno prejudica a segurança no espaço; poucas linhas de ônibus interligando o espaço; público mal encarado; shows; diversidade de classes sociais; poucos banheiros; Guarda Municipal não é o suficiente para intimidar os assaltantes.
- b) **Observações do pesquisador em campo:** De acordo com os entrevistados, a Orla Portal da Amazônia é um espaço com grande extensão de orla, propício à contemplação do rio e realização de diversas práticas esportivas (caminhadas, corrida, ciclismo, patinação, skatismo, vôlei, direção para iniciantes. Além de comportar grandes shows e apresentações culturais. A população pobre ao entorno da orla, foi apontada como responsável pelo grande índice de assaltos no espaço, sendo considerado um espaço inseguro e de difícil acesso, em decorrência da falta de interligação com as linhas de ônibus. A Orla foi caracterizada predominantemente como um espaço popular, aberto, acessível a pessoas de diversas rendas e faixa etárias, porém muito deficiente em termos de segurança. As principais críticas em termos de conforto estão relacionadas à cobrança de taxas para o uso de um único banheiro, e a falta de arborização e áreas cobertas para proteger do sol e chuva.
- c) **Tipos de lazer mais comuns no espaço:** contemplação da natureza; pôr do sol; prática de esportes, como por exemplo, caminhadas e corridas, patinação, skate, vôlei, basquete, entre outros; shows; apresentações culturais.

5.3.1.4 Complexo Feliz Lusitânia

- a) **Palavras frequentes nos depoimentos dos entrevistados:** espaço histórico (mostra a história do surgimento da cidade, por meio de seus prédios e traçado); cultural; educativo; informativo; escolas; turístico; representativo; patrimonial; tranquilidade; vista para o rio; lindo pôr do sol; cobrança de taxas para a visita nos museus; boa localização; fácil acesso; organizado; limpo.
- b) **Observações do pesquisador em campo:** De acordo com os entrevistados, o Complexo Feliz Lusitânia é registro vivo da história da cidade de Belém, e os seus prédios contam um pouco da história da cidade aos visitantes. O espaço seria melhor se não houvesse cobrança de taxas para acessar o Forte do Presépio e Museu de Arte Sacra. 63% dos entrevistados ingressaram entre uma e duas vezes nesses espaços, onde há cobrança de taxas. Outros 37% circularam apenas pelas áreas ao entorno, como a praça Frei Caetano Brandão e Calçadão que dá vista ao Rio. Há unanimidade quanto à importância cultural deste espaço para a cidade, bem como para a formação de alunos do ensino fundamental e médio. Há críticas quanto à falta de divulgação das programações e dias de gratuidade. Apresenta bom estado de preservação, excelente localização, organização e qualidade cultural e paisagística.
- c) **Tipos de lazer mais comuns no espaço:** contemplação da paisagem ribeirinha; pequenas caminhadas na Orla; visita às igrejas e museus; Gastronomia regional.

5.3.1.5 Ver-o-Rio

- a) **Palavras frequentes nos depoimentos dos entrevistados:** difícil acesso; inseguro; popular; pôr do sol romântico; comer tapiquinha no café da manhã; comidas típicas; barzinho; ampla Janela para o rio; público de baixa renda; acessível; bom para pescar; muitos jovens e estudantes; pedalinho no lago; saída e chegada de caiaques; calçada para passeios.
- b) **Observações do pesquisador em campo:** lugar muito frequentado por pessoas de baixa renda, especialmente casais jovens e grupos de amigos, que vão em busca de um lugar tranquilo para conversar e aproveitar a vista do pôr do sol. Os quiosques possibilitam um bom bate papo, acompanhado de cerveja, ao público mais adulto. Há quem prefira visitar o espaço pela manhã, para tomar café com tapioca nos quiosques, como por exemplo, os praticantes de caiaque e outros

esportes. É considerado, de forma geral pelos entrevistados, um espaço inseguro e mal cuidado.

- c) **Tipos de lazer mais comuns no espaço:** contemplação; rodas de violão; pesca esportiva; caiaque; pequenas caminhadas; passeios com animais de estimação; pedalinho; gastronômico; música ao vivo; entre outros.

Os resultados obtidos em campo são reveladores, quanto à preferência dos entrevistados pelas praças públicas da cidade para a realização de atividades de lazer. Foi possível observar que, os espaços públicos situados na área de orla encontram-se mais associados ao embelezamento urbano e comercialização da cidade pelo turismo. A imagem de cidade ribeirinha vem sendo muito divulgada no plano de marketing turístico local, em que os espaços públicos de Orla se apresentam com destaque neste processo.

5.4 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva do Estado

O segmento composto por representantes dos órgãos públicos do município, responsáveis por questões urbanísticas e de habitação popular, respondeu a roteiros de entrevista semiestruturada, específicos para cada secretaria. Utilizou-se a gravação como instrumento de pesquisa suporte, para posterior transcrição do discurso. A Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém – **CODEM** foi exceção, haja vista que o objetivo maior foi a realização de um levantamento cartográfico da área onde a Orla foi construída. Nesta secretaria, as visitas foram contínuas, iniciadas no ano de 2013 e prolongadas até 2017.

A Secretaria de Urbanismo de Belém – **SEURB** foi visitada no mês de julho de 2014 e lá foram obtidas informações gerais sobre o Projeto Orla, fornecidas por um de seus representantes. Nos anos de 2016 e 2017, novas tentativas de entrevistas ocorreram, porém sem êxito. A justificativa apresentada pelos funcionários era de que as obras se encontram em processo, porém sem datas definidas para conclusão, bem como sem dados estatísticos atualizados.

A Secretaria Municipal de Habitação – **SEHAB** foi visitada no mês de julho de 2014 e agosto de 2017. Na primeira visita, em 2014, o Secretário Municipal, Sr. João Klautau Guimarães, respondeu a perguntas no âmbito do Projeto de Urbanização de favelas dentro da Orla Portal, apresentando as perspectivas da secretaria em relação às possibilidades, valorização financeira e expansão do mercado imobiliário na área ao entorno da obra. No ano de 2017, a entrevista foi cedida pela Diretora social desta secretaria, Sra. Carla Moreno, no dia 07/08/2017, reafirmando as informações obtidas anteriormente.

Como estratégia metodológica complementar, optou-se pela busca do discurso do Estado, representado pelo Prefeito em exercício no período, Exmo. Sr. Zenaldo Rodrigues Coutinho, em duas entrevistas cedidas ao programa televisivo Sem Censura Pará, nos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

5.4.1 Secretaria de Urbanismo – SEURB

A SEURB considerou, em entrevista cedida por seu representante, que o papel deste espaço é colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, além de servir ao turismo na cidade de Belém. A Orla somou para a “melhoria urbanística, paisagística e social de toda a população, mas principalmente para os moradores que vivem ao entorno”.

Tanto na SEURB quanto na SEHAB, o enfoque foi dado ao projeto habitacional “Urbanização de Favelas”, do Governo Federal, destinado a pessoas de baixíssima renda, gerenciado pela SEHAB. No ano de 2013, foi realizado um contrato, para a construção de aproximadamente 310 unidades habitacionais (UH) dentro da Orla. No entanto, apenas 16 UH’s foram entregues até o ano de 2017. Abaixo, é possível observar a maquete das residências.

O Prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, em entrevista²⁹ ao programa televisivo, Sem Censura Pará, que foi ao ar no dia 14/01/2015, ao ser interrogado sobre o que ainda será feito na primeira etapa da Orla, já inaugurada, deu como resposta: “Nós vamos fazer um belo restaurante, ali no Portal, já nessa área construída. Vamos fazer guarda Corpo e quiosques”. “Nós já estamos com esse dinheiro garantido, assegurado para liberar agora” (COUTINHO, 2015). Ainda, segundo o Prefeito de Belém Zenaldo Coutinho (2015):

Nós temos o projeto do teatro municipal. E eu pedi até ao Secretário do Estado Paulo Chaves para preparar para nós, o conceito, a concepção do teatro municipal e áreas esportivas e de uso comum, além da sequência habitacional.

O projeto que nós estamos pensando, e eu já comecei a discutir com alguns setores, é um ‘mix de cidade’. Não dá para pensar a orla, sem a possibilidade de flexibilização em termos de ocupação. Nós precisamos levar alguns empreendimentos para a orla.

²⁹ Entrevista com o Prefeito Zenaldo Coutinho. Sem Censura Pará. TV Cultura. Apresentado no dia 14/01/2015. <http://www.portalcultura.com.br/semcensura>
Link <https://www.youtube.com/watch?v=xf43kpDdUSk>
Entrevista com o Prefeito Zenaldo Coutinho. Sem Censura Pará. TV Cultura. Apresentado no dia 26/01/2016. Link <https://www.youtube.com/watch?v=8yejibqIWdc&t=3139s>

Na mesma entrevista, Zenaldo Coutinho (2015) ressalta que: “Tem que caber ali, a possibilidade de um shopping Center. As pessoas vão morar ali, é importante que a gente consiga empregabilidade, geração de emprego e renda dentro da própria orla”. Ele afirma também que: “A condição prévia é de que o olhar para o rio tem que ser garantido para toda a cidade. Edificações serão permitidas, do outro lado da rua, protegendo e preservando o litoral”.

No ano seguinte, 2016, o Prefeito retornou ao programa Sem Censura Pará e explanou sobre os projetos em andamento, durante a sua gestão. Novamente o tema Orla Portal veio à tona, por meio de questionamentos dos telespectadores. O atraso na conclusão da Orla e abandono das obras residenciais, localizadas dentro da Orla foram justificados em decorrência da quebra de contrato com as empresas encarregadas, o que prejudicou o repasse de verbas pelo Governo Federal. Ele alegou também que os processos judiciais, dificultam as desapropriações, necessárias à conclusão das demais etapas da Orla.

O discurso do Exmo. Sr. Zenaldo Rodrigues Coutinho (2015/2016) e do Secretário de Habitação, Sr. João Klautau Guimarães (Pesquisa de campo, 2014), seguem a mesma linha de pensamento, no que se refere ao projeto de espaço público e sua relação com o urbano, como é possível identificar abaixo, nos fragmentos de entrevistas.

De acordo com Guimarães (2014), não é objetivo da prefeitura, fazer ilhas de baixa e alta renda: “A cidade respira melhor, vive melhor quando há uma conciliação entre a baixa renda, alta renda e as áreas comerciais. Essa é a concepção moderna de urbanismo”. Para ele, isso diminui a necessidade de mobilidade dos moradores da área do Portal, pois não precisarão mais fazer grandes deslocamentos para acessar bens e serviços. O Secretário prossegue o seu discurso afirmando que o objetivo da prefeitura é agregar habitação, lazer, esporte e qualidade de vida aos moradores, reduzindo a necessidade de locomoção, seja para trabalhar ou mesmo obter lazer, saúde e educação.

Quando questionado sobre a forma como foi realizado o processo de desapropriação e remanejamento das famílias residentes na área de abrangência da Orla, o mesmo alegou tratar-se de um processo pacífico e democrático. Neste aspecto, pode-se dizer que o discurso do Estado se

revelou flexível, quando afirma ter dado aos moradores da área afetada “opções de escolha” entre “receber indenização ou receber auxílio moradia e aguardar a entrega da UH”, no mesmo lugar de suas antigas residências, tendo como prazo estipulado, o ano de 2015. O que de fato, não foi cumprido.

Quanto às possibilidades de substituição dos antigos moradores da área, por novos, por meio de um processo de venda dos imóveis, a SEHAB, não considerou ser este um problema. Isso, porque, o Ministério das Cidades estabelece que os imóveis recebidos só poderão ser vendidos após completados dez (10) anos de uso. Segundo Guimarães (2014),

Existe um trabalho técnico social que é feito junto aos antigos moradores, preparando, orientando para que os mesmos possam conviver em harmonia com os vizinhos em casos de moradia em condomínios”. Isso, porque os moradores não podem transformar as suas residências em comércio, devendo seguir as diretrizes urbanísticas da cidade. “Isto é estabelecido pelo programa e pela legislação vigente. Não é permitida a venda e nem comercialização de produtos. (Pesquisa de campo, 2014),

O crescente interesse do mercado imobiliário, na área de Orla, é compreendido com otimismo pelo Estado. “Eu não vejo a expansão imobiliária como perigo. Quando ela está bem regulamentada, regulada e com as diretrizes urbanísticas definidas, ela é uma parceira do poder público. Só não podemos deixar de ter controle sobre ela” (GUIMARÃES, 2014).

É necessário dar condições para que empreendedores imobiliários estejam próximos. Caso contrário, eles estarão mais longe e quanto mais longe estiverem, mais necessidade do poder público de fazer novos investimentos em transporte, saúde, educação, para ir atrás dessa população que lá está morando. Já na cidade (centro) os investimentos do poder público já foram feitos. Já existe tudo isso: vias de acesso, saneamento, educação, etc. Nós preferimos fazer com que as empresas utilizem os vazios urbanos que já existem, que estejam dentro da legislação, dentro das regras, dentro do aceitável, evitando um adensamento profundo, definido como ideal como projeto urbanístico. É importante aproveitar a infraestrutura existente (Pesquisa de campo, 2014),

Ainda segundo Guimarães (consultar nota de rodapé nº29).

Eu tenho que dar chances dentro da questão urbanística para ter empreendimentos de todas as faixas de renda, pois manter a Orla só com baixíssima renda não é sustentável! Há necessidade de oportunizar. A inserção de áreas comerciais é fundamental para que a população evite tantos deslocamentos para trabalhar em bairros tão distantes. Gerar emprego através do comércio para que haja permanência da população no local. (Pesquisa de campo, 2014).

Para o Secretário, o mercado imobiliário tem que ser legislado e organizado e a média e alta renda possuem maior capacidade de pagar os impostos à prefeitura (ISS e IPTU). Por isso há a necessidade de conciliar baixíssima renda com média e alta na área da orla, pois alguns moradores de baixa renda serão isentos de IPTU, financiamento do Governo Federal, PMB (GUIMARÃES, 2014).

Ao ser questionado sobre possíveis estratégias para manter os antigos moradores em suas novas habitações, o Secretário respondeu ser esta uma questão de responsabilidade e decisão individual.

É uma questão do livre arbítrio de cada pessoa. O que não podemos fazer é tirar todo mundo e obrigar todo mundo a ir embora. Foi dado o poder de escolha aos antigos moradores entre receber indenização ou receber auxílio moradia e aguardar a entrega da UH. Existe um trabalho técnico social que é feito junto aos antigos moradores, preparando, orientando para que os mesmos possam conviver em harmonia com os vizinhos em casos de moradia em condomínios (Pesquisa de campo, 2014),

Ainda segundo o secretário,

Temos que pensar que muitas pessoas vão melhorar de vida e muitas delas não vão mais querer morar na orla ou no seu entorno. Isso vai ocasionar a venda de imóveis. Vão querer melhorar de imóvel, mudar de cidade, bairro etc. A PMB defende uma política habitacional que possibilite liberdade (Pesquisa de campo, 2014).

Em fevereiro de 2017, o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, realizou uma vistoria nas obras habitacionais prometidas aos moradores que foram desapropriados e não aceitaram o recebimento de indenização. As justificativas apresentadas pelo poder público local fazem referência à falta de repasses de verbas pelo Governo Federal, contudo, são perceptíveis os problemas na engenharia do projeto, quanto ao desnível do terreno das casas em relação à pavimentação da rua, estando estes suscetíveis a enchentes.

A fotografia abaixo foi disponibilizada pelo Ministério Público Federal. Os registros foram feitos durante a vistoria de seus representantes, no início do

ano de 2017, sendo acompanhada de perto pelos moradores locais, que aguardam impacientes pela conclusão das obras.

Foto 24: Vistoria do MPF nas obras residenciais paralisadas
Fonte: MPU, 2017³⁰.

Abaixo, é possível observar o projeto habitacional urbanização de favelas, situado dentro da Orla Portal da Amazônia, que teve as suas obras iniciadas no ano de 2006 pelo Governo Federal e está em estado de total abandono. Essa obra é um demonstrativo da ausência de interesse do poder público quanto aos problemas habitacionais decorrentes dos macroprojetos da Orla e Portal.

Não há clareza por parte do Estado quanto aos critérios que serão utilizados para a entrega das novas residências, sendo este, apenas um dos diversos motivos de insatisfação por parte dos moradores diretamente afetados. Somado a este fato, encontram-se as incertezas quanto ao destino das famílias, haja vista que o auxílio moradia pago pela prefeitura não tem acompanhado os reajustes nos valores dos aluguéis na área.

O fato é que a Prefeitura fez alterações no projeto Orla sem acordar com as famílias diretamente impactadas. Hoje, o que está em questão não é mais a

³⁰ Ministério Público Federal, 03/02/2017. www.mpf.mp.br

continuidade da construção das habitações populares dentro da Orla, mas sim a entrega de residências distantes da Orla, a citar o Conjunto Viver Pratinha, que compõe o projeto Minha Casa Minha Vida.

De acordo com a Prefeitura, serão construídas uma creche e uma unidade de saúde dentro da Orla. As famílias apresentaram em seus depoimentos para esta tese a preocupação quanto à substituição das obras residenciais paralisadas dentro da Orla por novas edificações com fins comerciais.

Durante o processo investigativo, foi possível identificar que algumas famílias que foram remanejadas da área hoje encontram-se no conjunto Habitacional Aluyzio Chaves, localizado a 1,67 km de distância da Orla, aproximadamente. De acordo com o ponto de vista dos entrevistados, estas famílias foram umas das poucas beneficiadas neste processo, juntamente com aquelas que foram contempladas com UH's dentro da Orla.

Muitas críticas foram feitas pelos mesmos, quanto aos critérios utilizados pela prefeitura para a entrega dessas residências.

Mapa 47: Distância da Orla ao Residencial Aluyzio Chaves (2km)

Fonte: França e Ferreira, 2017.

O mapa acima nº47 é demonstrativo em termos de localização e distância entre a Orla e o Conjunto Habitacional Aluizio Chaves. Os representantes das Secretarias da Prefeitura não souberam quantificar o número exato de famílias que foram remanejadas para este espaço, apenas afirmaram ser um número reduzido.

Diante das críticas dos moradores locais, movimentos sociais e meios de comunicação, a Prefeitura local justifica ter seguido critérios comparativos, envolvendo as variáveis: área construída, localização e padrão de acabamento. De acordo com os critérios de elegibilidade presentes no Plano Específico de Reassentamento, foram disponibilizadas 115 unidades habitacionais para serem permutadas entre os afetados dos macroprojetos PROMABEN e Orla no conjunto habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado na Av. Almirante Barroso, principal avenida da cidade de Belém (PROMABEN, 2014).

Mapa 48: Localização Conjunto Habitacional Antônio Vinagre em relação a Orla Portal (8,5km)
Fonte: França e Ferreira, 2017.

No mapa acima, é possível perceber, que houve um deslocamento de aproximadamente 8,5km de distância das famílias que tiveram as suas casas desapropriadas para dar espaço à efetivação dos macroprojetos PROMABEN e Orla.

O número exato de famílias remanejadas para este conjunto habitacional não foi disponibilizado pelas secretarias do município. Nos materiais midiáticos, apenas são encontradas referências do tipo: “Algumas famílias” foram remanejadas para áreas distantes de suas antigas residências.

É possível inferir que o discurso apresentado pelo Estado de melhoria de infraestrutura urbana da área de Orla aos seus habitantes, é extremamente contraditório, uma vez que, muitas famílias, não usufruirão desses benefícios. Segundo Cruz (2016), o residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre foi construído para servir a outra intervenção. Contudo, foi rejeitado pela demanda de habitantes, o que possibilitou à Prefeitura utilizá-lo para atender a demanda do PROMABEN.

É importante enfatizar que, além das famílias, que foram remanejadas a este residencial, acima citado, existem outras, que foram desapropriadas pela PMB, por meio de um acordo, envolvendo o pagamento mensal de um auxílio moradia, estipulado em R\$: 500,00.

Consideramos que embora o Programa tenha sido implantado com objetivo de oferecer aos moradores da Sub-Bacia I da Bacia da Estrada Nova melhorias de infraestrutura viária e saneamento ambiental, proporcionou aos afetados a melhoria na qualidade habitacional, uma vez que o traslado de populações realizado em parte, pela PMB foram reassentados em imóveis que apresentaram melhor infraestrutura sanitária construída (PROMABEN, nov. 2014, p. 28).

Prevalece um sentimento de insatisfação daqueles que recebem o auxílio moradia, sob a alegação de que houve aumento significativo nos preços dos aluguéis na área após a inauguração da primeira etapa da Orla. Isso tem dificultado a permanência de muitas famílias em seus antigos bairros, conduzindo, progressivamente, a um distanciamento da área central da cidade em direção a bairros cujos valores habitacionais são mais condizentes com o valor ofertado pela PMB.

O Conjunto Viver Pratinha (Mapa nº49), situado a 24km de distância da orla Portal da, Amazônia, por apresentar um quantitativo de 768 Unidades Habitacionais, foi oferecido aos moradores cadastrados que aguardam resistências nos macroprojetos PROMABEN e Orla Portal da Amazônia. O conjunto residencial está vinculado à Prefeitura de Belém e ao Governo Federal, por meio do Programa Viver Belém – Minha Casa Minha Vida, vinculado. A previsão de entrega é até o final de 2017, de acordo com a SEHAB.

Mapa 49: Distância entre o conjunto habitacional Viver Pratinha e a Orla Portal (24km)
Fonte: França e Ferreira, 2017.

É importante ressaltar que, apesar das melhorias habitacionais³¹ e de saneamento básico, ofertadas pela prefeitura, os vínculos culturais³² que foram

³¹ Apartamentos em blocos planejados, com divisão por compartimentos: sala, dois quartos, banheiro e lavanderia.

estabelecidos entre os moradores e suas antigas residências e vizinhança, foram brutalmente rompidos neste processo.

Em decorrência das especulações que giram em torno da questão habitacional, uma nova entrevista foi realizada com representantes da SEHAB.

De acordo com entrevista cedida pela Diretora social da Secretaria de Habitação do município – SEHAB, Sra. Carla Moreno, no dia 07/08/2017, das 224 unidades habitacionais, estipuladas no início do macroprojeto Orla Portal da Amazônia, apenas 16 (dezesseis) foram entregues. No entanto, o número de famílias, hoje, é superior a 224.

A gente sabe que há uma migração. Muita gente sai de lá e vai para outras áreas, mas o que a gente sente hoje, vou te dar um exemplo: existe um processo dentro da CEF de migração. Quem é PAC pode entrar diretamente no Minha Casa Minha Vida MCMV, que são essas unidades que a gente já está entregando agora. Então, os PAC's todos vão para o Viver Pratinha, ali na Artur Bernardes, e a gente vê que 20 e poucas pessoas ali do Portal querem sair de lá para migração, mesmo com os apartamentos maravilhosos. Estamos no processo de captação das famílias, documentação e aí toda a tramitação do MCMV na Caixa Econômica Federal. Mas o que acontece é que os moradores do Portal da Amazônia, especificamente, não querem sair do local. Então, eu acho que eles acreditam. A maioria das pessoas reclamam por causa do auxílio moradia, mas a PMB está dando uma oportunidade de entrarem num apartamento muito melhor do que o do PAC.

Os projetos do Minha Casa Minha Vida serão entregues esse ano. Reuniões já foram realizadas com os moradores da orla portal, mas os mesmos não querem migrar para outros projetos fora da área, a exemplo do Viver Pratinha localizado, na Av. Artur Bernardes, em que a migração das famílias será automática. De acordo com Moreno (2017), eles acreditam na valorização futura da área.

Os que decidiram aguardar, receberão residências dentro da Orla portal da Amazônia, onde dois conjuntos habitacionais vinculados à Caixa Econômica Federal encontram-se com as obras paralisadas, em decorrência da falta de cumprimento por parte das construtoras licitadas.

³² Aqui se refere aos vínculos de amizade e cooperação construídos ao longo de anos de moradia na área. Durante as entrevistas, foram identificados elementos pertinentes à vida em comunidade, em que as trocas de favores e auxílio mútuo diante das dificuldades cotidianas foram relatadas, como, por exemplo, deixar o filho com a vizinha, para procurar aluguel de casa mais barato.

Foto 25: Conj. habitacional (Rua Oswaldo de Caldas Brito à esquerda e Mundurucus à direita)
Fonte: G1 - Globo (08/05/2015) e França, 2016.

Tem dois projetos habitacionais dentro da Orla. O da Oswaldo de Caldas Brito, onde foram entregues 16 UH's, ali vão ser construídos 3 linhas de 4, só foram construídos 2 blocos do meio na primeira fase. E o da Mundurucus que faz parte também do projeto, só que ele foi construído abaixo da linha da Orla, então há um estudo para saber o que vai ser feito com ele (MORENO, 2017).

Este retorno da Secretaria de Habitação reforçou o discurso apresentado pelo Secretário de Habitação, entrevistado no ano de 2014. Segundo ele, a concepção de mix de cidade, envolvendo a baixa e alta renda, é vista como um viés ao desenvolvimento econômico e social das áreas pobres na cidade de Belém, a exemplo dos bairros abrangidos pelos macroprojetos PROMABEN e Orla Portal da Amazônia. Em suas palavras, ele afirma que: “A gente trabalhar só com baixa renda é muito complicado, porque as pessoas não querem melhorar a vida delas. A gente tem situações de projetos aí que a família está na palafita e não quer sair” (MORENO, 2017).

O conjunto Habitacional Antônio Vinagre também recebeu um quantitativo significativo de famílias que aderiram ao sistema de migração da prefeitura. No entanto, o número exato de famílias não foi apresentado, por ausência de atualização das informações.

Foi enfatizado nesta entrevista que as áreas onde as habitações terão as suas obras concluídas encontram-se totalmente desocupadas, apenas aguardando a retomada das atividades a partir da nova empresa licitada. Há previsão de construção de uma escola e uma unidade de saúde ao lado do conjunto habitacional localizado na Oswaldo de Caldas Brito.

De acordo com Moreno (2017), a SEHAB não tem acompanhado os impactos sociais nesta área, mas afirmou que este acompanhamento será realizado quando os conjuntos habitacionais forem entregues. De acordo com Moreno (2017), aproximadamente 60 sessenta famílias que estão cadastradas aguardando residências no Projeto Orla Portal serão incluídas no Projeto de Urbanização da Sub Bacia II da Estrada Nova, que fica na esquina da Quintino.

O início das desocupações da área ocorreu em 2008, ocasião em que a Prefeitura apresentou aos moradores desapropriados o prazo limite para a entrega das novas residências ano de 2010. Contudo, das 355 famílias, aproximadamente, que tiveram as suas moradias impactadas pelas obras, apenas 16 receberam a habitação prometida pela prefeitura, no mesmo local. O restante precisou aceitar as condições apresentadas pela Secretaria de Habitação – SEHAB: o cheque moradia para o pagamento do aluguel, que se constituiu como a principal alternativa, juntamente com o pagamento de indenizações.

Os resultados acima apresentados revelam uma forte preocupação do Estado com a dinamização econômica da área onde foi construída a Orla Portal da Amazônia, em detrimento da questão social, que se apresenta latente desde o início das ações. Foi possível identificar que as perspectivas apresentadas pelo Estado, representado na figura do atual Prefeito e dos representantes das secretarias de Habitação (SEHAB) e Urbanismo (SEURB), estão diretamente associadas às possibilidades de valorização financeira da área ao entorno da Orla Portal da Amazônia.

Ao pensar a cidade de Belém do Pará nos dias atuais, retoma-se o papel do rio vinculado à dinamização econômica local, desta vez associado ao lazer e turismo, em sintonia com as experiências de projetos internacionais de cidade contemporânea. Neste contexto, a visão de cidade apresentada pelo poder público local, a partir do macroprojeto Orla Portal da Amazônia, encontra-se coerente com a ótica de discussões de “grandes projetos urbanísticos de lazer, que impactam a produção de cidades” (VAINER, 2002, p. 52), refletindo diretamente na (re) produção da cidade de Belém.

No capítulo II, denominado “Conformação de Espaços Públicos de Lazer: Aspectos Históricos em Belém-Pa”, foi possível compreender o papel assumido pelo rio, desde a fundação da cidade no século XVII, até o início do

século XX, o qual se apresentou aos gestores públicos locais com um valor pejorativo, relacionado à insalubridade, proliferação de mau cheiro e doenças diversas, pois muitos dejetos eram nele despejados, não prevalecendo, na época, uma preocupação ambiental. Já no fim do século XX, o rio eleva-se em termos de importância na composição da cidade de Belém, por meio da conformação e reconfiguração de espaços públicos, para a utilização com fins de lazer e turismo, sob a justificativa de necessária abertura de “Janelas para o Rio”, como forma de democratização da orla urbana.

Neste contexto, observa-se que o atual interesse do poder público pelo rio é acompanhado da retórica de “abertura de Janelas para o rio”, justificada pela necessária devolução da área de orla à sociedade. Ele dissemina um discurso de inclusão social e dinamização da economia local pelo turismo, apoiado pelas mídias comunicativas e meio empresarial.

É importante ressaltar que, com o discurso de “devolução” da orla à sociedade, as áreas de baixadas ganham destaque nas discussões governamentais, por encontrarem-se próximas ao centro da cidade. Desde o processo fundacional de Belém, as baixadas estiveram suscetíveis aos alagamentos e enchentes, sendo por este motivo, apropriadas irregularmente por pessoas de baixa renda. Hoje, com o aumento populacional e valorização do solo urbano na área central da cidade, o papel dessas áreas na produção urbana tem sido repensado pelo Estado.

A cidade, em termos gerais, e o espaço público, especificamente, ao serem lócus de disputa entre classes, revelador dos interesses divergentes, ganham ressonância com a atuação dos movimentos sociais que pressionam o Estado para a efetivação de direitos. Porém, este, apesar de principal mediador e fiscalizador dessas relações sociais, revela-se frágil e ineficiente, pois prioriza as demandas por acumulação e reprodução do capital financeiro.

Na concepção de Harvey (2008), o direito à cidade é uma construção coletiva, um direito comum ao usufruto do urbano, em que a construção e a reconstrução da cidade e do homem constituem um direito humano, negligenciado pelo Estado.

5.5 ORLA PORTAL DA AMAZONIA: Sob a perspectiva dos pesquisadores

Entre os anos de 2014 a 2016, foram ouvidos quatro (04) pesquisadores que investigam a cidade de Belém do Pará sob as perspectivas das áreas: Arquitetura e urbanismo; Geografia; Serviço social e Esporte e Lazer, objetivando compreender os diversos olhares sobre a produção urbana local, partindo dos espaços públicos de lazer, com destaque a Orla Portal da Amazônia.

Aqui serão apresentados apenas alguns fragmentos de suas entrevistas. No entanto, as mesmas poderão ser lidas na íntegra nos apêndices da tese.

De acordo com o posicionamento apresentado pelo Professor e pesquisador Juliano Pamplona Ximenes Pontes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, que investiga a ocupação da Orla urbana de Belém, a construção e ou renovação de espaços públicos para fins de lazer e turismo acarretam diversas problemáticas ao espaço urbano, dentre eles, a bolha imobiliária. Ele faz uma associação direta, envolvendo a nova produção urbana local, a partir do surgimento do ideário de Janelas para o Rio na década de 1990 na cidade. O termo Janelas para o Rio surge sob a justificativa de que Belém cresceu de costas para o rio. “Foi criada uma fábula em torno do rio, que teve um apelo muito grande” (PONTES, 2015). Pontes prossegue contrargumentando esta negação do rio, e aponta tratar-se de um ideário oriundo do poder dominante local.

É impossível uma cidade ribeirinha no norte do Brasil ter se estruturado ignorando o rio. Em todos os momentos dos ciclos econômicos, desde Belém como base militar, Belém como entreposto de drogas do sertão, Belém como porto de uma comódite importante que era a borracha, depois, Belém como implantação de um projeto da ditadura militar, de saneamento, de ocupação da Amazônia, em todos esses momentos houve um uso muito franco, intenso das águas da cidade, ou de racionalização, ou mesmo contemporaneamente como parques da economia da cultura (PONTES, 2015).

A entrevista é concluída com muitas exclamações sobre inconsistência do projeto Orla Portal da Amazônia, que foi apresentado, aprovado e desenvolvido sem que houvesse um direcionamento com base em estudos de impacto

ambiental. O orçamento foi deficiente, bem como a concepção urbanística, facilmente percebida na divisão arbitrária das Sub-Bacias.

Para a professora e pesquisadora Mirleide Chaar Bahia da Faculdade de Educação Física e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA – UFPA, que investiga o lazer em Belém, a utilização dos espaços públicos de lazer na cidade é realizada prioritariamente pela população de baixa renda, por ser esta mais dependente do poder público, em termos de intervenções urbanísticas no planejamento da cidade.

O Portal da Amazônia impactou demais a cidade, pois a sua implementação foi semelhante ao que fizeram em Manaus, onde a Orla virou um espaço elitizado, e as áreas ao entorno da orla foram loteadas para a construção de prédios destinados às classes média e alta da sociedade local. Tentaram fazer o mesmo aqui em Belém, deslocando os moradores locais para outros espaços. Contudo, a área ao entorno do Portal ainda não foi apropriada por empreendimentos imobiliários, pois o Ministério Público tem impedido, por enquanto. Inclusive, um prédio habitacional que seria erguido na entrada da Orla sofreu embargo do Ministério Público Federal (BAHIA, 2016).

Bahia criticou a forma como o projeto foi concebido, pois desapropriou e deslocou os seus antigos habitantes para outros espaços, impactando nas reações culturais dos mesmos.

O Professor e pesquisador Saint Clair Trindade, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, acredita que o projeto Orla Portal da Amazônia prioriza formas de lazer de massa, a exemplo da realização de shows e caminhadas no calçadão, quando deveria valorizar as experiências e práticas da população local, a exemplo de sua relação histórica com o rio. Ele considera ainda que o Portal da Amazônia, se coloca como uma cópia de outras realidades, sendo um tipo de intervenção impositiva e enganosa, pois não cumpre, na íntegra, com os seus objetivos. A sua funcionalidade é comprometida, pois volta-se para determinados tipos de esportes e atividade. “O que é o padrão da frente da cidade? Sempre o calçadão, a pista de estacionamento, sempre a ideia de muita contemplação do rio” (TRINDADE, 2016).

A pretensão de fazer um novo espaço turístico, não deu muito certo, porque a população pobre se apropriou. Isso é bom! Quem mais vai ali é uma classe média baixa, moradora de área ao entorno da Orla. Por isso o espaço é estigmatizado como um espaço não turístico, um

espaço de classes pobres. Então, ele é cheio de limitações, desde o planejamento, até a forma de concepção do uso, de apropriação do espaço, das funcionalidades, das potencialidades que ele poderia ter (TRINDADE, 2016).

A professora e Pesquisadora Sandra Helena R. Cruz da Faculdade de Serviço Social da UFPA compreender a Orla Portal da Amazônia como uma estratégia do Estado para conseguir urbanizar a Orla Sul de Belém e com isso expulsar centenas de famílias que habitavam às margens do rio Guamá por mais de 30 anos.

Cruz (2016) apresenta um olhar subsidiado por sua experiência de pesquisa na área, trazendo inquietações do seu público investigado. Sinaliza que, após a conclusão das obras, de saneamento básico do PROMABEN, há uma grande possibilidade de o mercado imobiliário expulsar os moradores que resistirem em permanecer no local. Ela foi enfática quanto à importância da luta e resistência da população atingida, para permanecer às proximidades do projeto Orla e de suas comunidades.

A realização das entrevistas com os pesquisadores de áreas afins foi favorável à construção de um olhar mais amplo sobre os impactos da nova orla na produção urbana da cidade de Belém. Eles reafirmaram alguns achados identificados durante a pesquisa empírica, a exemplo da percepção de resistência dos antigos moradores, que se recusam a receber indenizações por suas residências, bem como a aceitar moradias distantes da área onde a orla foi construída. Outro aspecto relevante é a percepção de projeto destoante da realidade local, transplantando de outras realidades, o que empobrece a dinâmica sociocultural no espaço.

Questões como a valorização do solo, formas utilizadas para a implantação do projeto e baixo aproveitamento dos aspectos culturais, vinculados à utilização do rio, estiveram presentes nas repostas dos pesquisadores, que demonstraram criticidade quanto às intervenções do poder público que seguem o ideário de espaços públicos com “Janelas para o rio”.

A visão apresentada pelos mesmos é coerente com os meus achados de pesquisa. Durante as entrevistas junto aos moradores locais, pude perceber que o discurso apresentado pelos mesmos é um sentimento de expulsão,

indignação, revolta e inquietação quanto às promessas feitas pelo Estado no início do projeto, há aproximadamente uma década.

Observo que a dinâmica de lazer construída na Orla Portal da Amazônia tem camuflado a insatisfação dos antigos moradores, dividindo a opinião pública quanto à importância do espaço à cidade.

CONCLUSÃO

Predominou na província de Belém do Grão Pará, entre os séculos XVII e XIX, um olhar pejorativo sobre o rio e as águas próximas a ele, que pode ser associado aos medos e traumas que as grandes navegações colonizadoras geraram na humanidade. Tragédias marítimas decorrentes de naufrágios, proliferação de doenças e náuseas do mar são apenas alguns dos exemplos citados por Corbin (1989), que fazem muito sentido nesta tese.

No século XIX, a procura pelas praias para fins de lazer é intensificada, coincidindo com as discussões sobre a expansão urbana das cidades e a necessidade de ampliação do tempo livre da classe trabalhadora. Destaca-se que o direito ao lazer ganha espaço na política nacional no ano de 1988, ao ser incluído na Constituição Federal Brasileira.

Baseado nesta projeção de fatos históricos, foi construído um entendimento sobre a produção de espaços públicos de lazer em Belém hoje. Isso porque compreende-se que as diversas interfaces conceituais da cidade possibilitam uma compreensão abrangente sobre os seus fenômenos. Tanto o entendimento da cidade como forma física, como espaço social, como âmbito sociopolítico, sociocultural, entre outros, contribuíram neste processo. Neste sentido, compreende-se o espaço público de lazer não apenas na sua forma física, mas como locus prioritário de embates, envolvendo Estado, sociedade e iniciativa privada, sinalizando a resistência das classes populares contra o poder hegemônico.

Questões pertinentes ao empresariamento da cidade contemporânea encontram-se com destaque nos resultados obtidos, revelando uma sintonia com a ideologia propagada pelo capital internacional. Neste contexto, o empresariamento da cidade de Belém constitui-se na visão do Estado como um fato incontestável.

Neste âmbito de discussões, o lazer foi aqui entendido como um elemento característico da cultura humana, resultante, em muitos casos, de escolhas subjetivas e busca do prazer. Isso conduziu ao pensamento de que o rio teve uma importante influência nas relações de sociabilidade das classes populares em Belém, uma vez que os registros historiográficos indicaram a sua

utilização com fins de subsistência pela população carente, para a realização de atividades cotidianas, como o banho, a lavagem de roupas, pesca, além da construção de residências às suas proximidades. A “negação” do rio pela coletividade, conforme aparece no discurso do poder local durante a década de 1990, sob a luz do ideário de necessária abertura de “Janelas para o Rio”, não se aplica à população pobre dos séculos iniciais que precederam a fundação da cidade.

A hipótese formulada no início do processo investigativo afirmou que o espaço público de lazer na cidade de Belém/PA atende aos interesses do capital privado no que tange à valorização do solo urbano, em detrimento do atendimento das demandas sociais por melhores condições de lazer. Durante a realização desta pesquisa, a hipótese não somente foi confirmada, como ampliada, ao ser identificado que o espaço público de lazer adquiriu diferentes papéis; dentre eles, ganha destaque, nos dias atuais, a valorização do solo por meio do embelezamento urbano e constituição de novas centralidades.

A produção de espaços públicos de lazer em Belém, de fato, se encontra associada aos interesses dos agentes hegemônicos, não sendo esta uma realidade única no âmbito das cidades brasileiras. No entanto, apresenta singularidades merecedoras de atenção pelos estudiosos do urbanismo.

Em Belém, as manifestações de interesse das elites e do poder público pelo rio tiveram maior destaque em dois momentos específicos na história urbana local. O primeiro situa-se entre o fim do século XIX e início do XX, abarcando o período áureo da economia gomífera na região amazônica, quando a produção cultural foi ampliada por meio da constituição de novos hábitos de lazer e sociabilidade. É quando as primeiras práticas de esportes náuticos foram identificadas entre as elites locais, juntamente com a fundação de clubes esportivos.

O segundo momento em que o rio ganhou destaque foi no fim do século XX, pois ele eleva-se em termo de importância na composição do planejamento urbano, acompanhado de um discurso de necessária abertura de janelas para o rio, para democratização da paisagem ribeirinha local. Neste momento, a visão negativa sobre o rio, constituída nos séculos iniciais de fundação da cidade, começa a ser repensada pelo Estado, sob influência de experiências

internacionais de aproveitamento das águas para fins de embelezamento urbano e valorização do solo. É quando parte do antigo armazém portuário é reconfigurado, dando lugar à Estação das Docas como parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico a partir do turismo, apoiado pelas mídias comunicativas e meio empresarial.

Os espaços sob a denominação de “Janelas para o rio” são elevados no conceito de desenvolvimento urbano local com destaque para o complexo Ver-o-Rio, Mangal das Garças e a Orla Portal da Amazônia. O planejamento estratégico ganha força na gestão pública do local, na qual o interesse por novas centralidades é associado à maior competitividade econômica de empreendimentos e da própria cidade, quando comparada às demais cidades brasileiras.

Vale ressaltar que para Harvey (1996), o empresariamento urbano, além da parceria público-privado, tem algumas estratégias peculiares que possibilitam a sua fácil identificação. Ele cita como exemplo, o aumento da competitividade e a divisão espacial do consumo e faz associação com a construção de um ‘imaginário urbano atraente’, que tem como base o corporativismo.

Com o discurso de devolução da orla à sociedade, as baixadas de Belém ganham o interesse do poder local, que passa a reavaliar antigas áreas alagadas e ocupadas por populações de baixa renda. Neste contexto, é importante lembrar que essas áreas, por serem historicamente mais vulneráveis aos alagamentos e enchentes, foram desprezadas pelo poder dominante nos dois primeiros séculos que decorreram a fundação da cidade, resultando em uma apropriação irregular pelas classes populares. As limitações topográficas não foram um fator impeditivo para que as mesmas construíssem as suas residências sobre os alagados, pois as suas necessidades por habitação eram maiores que o medo das enchentes.

É possível inferir que a relação da população pobre com o rio esteve marcada por um histórico de subsistência. O alagadiço do Piri é citado como um lócus de pesca, lavagem de roupas e banhos diários, em uma realidade em que inexistia um sistema de abastecimento de água potável.

Neste âmbito de produção e reprodução da cidade de Belém, as discussões de Zukin (1980) sobre a reestruturação espacial, a partir da produção de novas paisagens, fazem todo o sentido, pois o mesmo entende a paisagem como um ambiente construído, envolvendo além da imaginação, um conjunto de materiais, práticas sociais e representação simbólica. A paisagem representa a arquitetura de uma classe social, gênero e relações raciais, sob influência institucionais.

A produção de espaços públicos de lazer em Belém revelou atendimento dos interesses da iniciativa privada, principalmente no que diz respeito ao embelezamento urbano, sendo possível identificar um salto qualitativo quanto ao tratamento dado pelo poder local ao papel do rio nos projetos de reconfiguração urbana. Elementos paisagísticos e arquiteturais históricos somam-se ao valor econômico de áreas, gerando maiores benefícios ao capital privado.

Hoje, compreende-se que o ideário de “janelas para o rio”, propagado pelo Estado e representado nos projetos assinados pelo arquiteto Paulo Chaves, objetiva uma retomada da imagem de cidade modelo de desenvolvimento econômico, como foi reconhecida durante a economia gomífera. Se fala cada vez mais a palavra *requalificação* ao invés de planejamento da cidade, sob a justificativa de necessária ampliação de estratégias de flexibilização, aplicadas ao contexto do urbano.

Os resultados desta tese não deixam dúvidas quanto ao projeto de cidade almejado pelo poder público local hoje. O discurso apresentado pela prefeitura local faz referência direta aos princípios disseminados mundialmente em fins da década de 1980, de planejamento estratégico transplantado das empresas para a administração de cidades. Esta é base norteadora da gestão pública de Belém, que busca em seus projetos de espaços, alcançar um “mix de cidade”, mesclando alta e baixa renda, acreditando em um autodesenvolvimento, a partir de maiores investimentos da iniciativa privada.

O termo “Mix de cidade” aparece no discurso das secretarias investigadas, como o principal objetivo a ser alcançado pelo Estado em suas ações de atração de investimentos à área. No entanto, observa-se que se trata

de uma falácia, pois a baixa renda encontra-se, desde ano de 2006, quando as obras foram iniciadas, em situação de resistência para permanecer às proximidades da nova Orla. A proposta lançada pelo poder local de melhoria da qualidade de vida dos antigos moradores é aqui refutada.

O planejamento estratégico, ao perceber a cidade como uma mercadoria, um produto, apresenta as diretrizes e formulações específicas para o seu tratamento como objeto, tornando frágil e questionável o papel mediador do Estado perante os interesses divergentes. Este modelo, disseminado na América Latina por consultores de agências multilaterais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, estabeleceu condições para a realização de empréstimos e financiamentos. A adesão a essa forma de gestão de cidade é apresentada como uma entre as diversas contrapartidas dos governos locais.

Pensar o planejamento urbano como se pensa o planejamento de uma empresa privada é uma questão polêmica entre as discussões críticas sobre cidade, tendo em vista os divergentes interesses envolvidos. A produtividade e o consenso prevalecem em um projeto de cidade, por isso, o marketing urbano é muito difundido por seus gestores.

O planejamento estratégico é a base implícita do processo para se repensar a produção urbana contemporânea. Vainer (2007) faz uma consideração importante, ao afirmar que por muito tempo o debate acerca da questão urbana esteve pautado nas discussões sobre crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos e racionalização do uso do solo. Hoje, a nova questão urbana direciona-se à problemática da competitividade e do tratamento da cidade como empresa. Harvey (2008) considera que o urbanismo contemporâneo transformou o estilo de vida social em mercadoria, por isso a qualidade de vida se encontra à venda na cidade. O consumismo marca esta etapa atual, em que a cidade e todo o seu capital cultural e social se transformam para a satisfação dos “sonhos urbanos”.

Neste contexto analítico, o poder público de Belém, ao construir um discurso de cidade democrática e com janelas abertas para o rio, busca o consenso junto à coletividade, efetivando os seus reais objetivos de

privatização e elitização da cidade. Um exemplo disso é a Orla Portal da Amazônia, que hoje revela-se com grande aceitação pelos moradores locais, mas que oculta nas pequenas casas circundantes, diversas histórias de resistência vivenciadas por seus antigos moradores, que aguardam, há aproximadamente uma década, o recebimento de suas residências na área.

Constam nos projetos de cidade, com enfoque empresarial, a busca do consenso e o despertar de sentimentos patrióticos do coletivo, com o objetivo de eliminar as divergências quanto às propostas e ações governamentais e privadas. Isso induz a refletir sobre as formas de desenvolvimento almejadas pelas gestões urbanas contemporâneas. Desenvolvimento para quem? Para as populações locais ou para os grandes empresários e políticos locais? Incentivos para que tipo de empresas? Grandes, médias ou pequenas?

Durante o processo investigativo, foi possível identificar que a solução encontrada pela prefeitura de Belém é simplista e não resolve os problemas sociais dos antigos moradores. Diante do abandono das obras habitacionais dentro da Orla pelas empresas licitadas, a alternativa apresentada aos antigos moradores foi a oferta de UH's em um conjunto distante 24km da orla, que se encontra em fase de conclusão e possui 768 UH's.

Das 224 unidades habitacionais que foram estipuladas no início do macroprojeto Orla Portal da Amazônia, apenas 16 foram entregues. No entanto o número de famílias, hoje, é superior a 344. O valor de R\$: 500,00 do auxílio moradia não é o suficiente para a permanência das famílias na área, haja vista a alta nos preços dos aluguéis.

A Secretaria de Habitação - SEHAB informou que realizou reuniões com os moradores locais, para ofertar UH's no conjunto Viver Pratinha, situado há 24km da Orla Portal da Amazônia, que seria inaugurado no final de 2017, o que não ocorreu. No entanto, relatou não haver deslocamento da área, mesmo diante de tantas indefinições no que diz respeito ao prazo de entrega.

Diante da demora na retomada das obras residenciais e da oferta de UH's a uma distância significativa da área que recebeu intervenções de melhorias sanitárias, asfaltamento e embelezamento, não restam dúvidas

quanto ao real interesse do poder público: atração de investimentos e busca de novas centralidades.

No livro “A cidade como negócio” (2015), Alvarez comenta que a cidade, pensada como um negócio, torna-se um bem intercambiável, com possibilidades de valorização, depreciação e grande poder segregador. Significa que esse não é somente um meio de concentração, mas o próprio objeto. A prática socioespacial sofre interferência do tratamento de mercadoria dado ao espaço, desde a sua concepção, construção e suas formas de uso.

Nesse sentido, o Estado, no que concerne ao seu papel mediador entre interesses divergentes, tem revelado descrédito quanto à defesa dos menos favorecidos.

É possível afirmar que a conformação de espaços de lazer, sejam eles públicos ou privados, é altamente impactante na produção urbana, por interferir de diversas formas no território, bem como nas relações socioculturais de seus usuários e população moradora ao entorno. Na cidade de Belém, a produção urbana segue esta lógica, estando os espaços públicos de lazer vinculados à construção de uma imagem de cidade sob influência dos agentes econômicos.

Com base no exposto, a análise da produção do urbano, a partir do espaço público de lazer, foi norteadada pelo estudo de caso Orla Portal da Amazônia, refletindo os possíveis impactos decorrentes desses espaços na produção da cidade e a sua associação na década de 1990 ao ideário de “janelas para o rio Guamá e Baía do Guajará”.

No âmbito dessas questões investigativas, a Orla Portal da Amazônia apresentou elementos pertinentes quanto à configuração de uma nova centralidade na cidade, quando compreendida a partir da infraestrutura básica, por meio do macroprojeto PROMABEN, e do aumento nos valores das habitações na área. Hoje, os espaços públicos e privados de lazer têm se destacado em termos de valor de atratividade, impactando a produção de novas centralidades no espaço urbano. Como exemplo, a Estação das Docas destaca-se na realidade local.

Esta atividade, especificamente terciária, requer infraestrutura urbana e valor de atratividade à sua dinamização, sendo o espaço público de lazer parte

integrante do denominado “produto turístico”. Neste sentido, a (re) produção de espaços públicos de lazer em Belém encontra-se inserida no âmbito de discussões sobre a mercantilização da cidade, disfarçada por discursos ideológicos do Estado, por meio de seus projetos urbanos, como foi identificado na Orla Portal da Amazônia. Isso porque, esses espaços, especialmente os situados na Orla, constituem-se em lócus representativo, em termos de visibilidade do poder público, por seu potencial de embelezamento, valorização do solo e consequente atração de investimentos nas áreas próximas.

No contexto contemporâneo, é importante a compreensão dos processos de mercantilização, que permeiam a cidade e tudo o que nela está contido. Mesmo com as críticas direcionadas ao tratamento do lazer como um produto de mercado, compreende-se que a cidade, ainda sim, constitui-se como extremamente favorável à concretização do direito ao lazer, por abrir espaço para o encontro entre os diferentes. Apesar de todas as críticas tecidas ao empresariamento da cidade contemporânea, ainda sim é considerado neste estudo, que no espaço público de lazer, seja ele equipado ou não, a sociedade tem maiores possibilidades de acesso, de sociabilidade, de exercício da alteridade entre pessoas de diferentes bairros, cidades, culturas e condições financeiras. Isso justifica a sua defesa como categoria constitutiva de cidade, envolvendo a articulação entre as variáveis tempo, espaço e oportunidade.

No município de Belém, os espaços públicos de lazer, situados na orla urbana, apresentam destaque na imagem de cidade, e são projetados pelo poder público nos materiais midiáticos destinados ao marketing turístico. Esta tem sido a sua principal contrapartida para com o *trade* turístico local, inserindo Belém no contexto de cidade competitiva e atraente aos investimentos empresariais. Com a construção de um Centro de feiras e Convenções, a cidade passa a sediar eventos de diversos tipos, a citar as grandes feiras e congressos nacionais e internacionais, atraindo uma demanda de turistas interessados não apenas na participação desses eventos, mas no conhecimento da cidade e de seus espaços de lazer.

Compreender os processos relacionados à (re) produção de espaços públicos de lazer, bem como os seus impactos na cidade de Belém, foi um desafio investigativo complexo, tendo em vista a força do discurso ideológico,

propagado pelo Estado, que justifica as transformações no espaço urbano como necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social, que ganha o apoio da coletividade. No entanto, ao identificar os diversos olhares sobre a Orla Portal da Amazônia, foi considerada à existência de uma linha tênue que separa os interesses do Estado e da iniciativa privada sobre a produção e ou reconfiguração de espaços públicos de lazer localizados na Orla urbana da cidade. No meio desses interesses, encontram-se os moradores afetados com a construção da nova Orla, que hoje se apresentam como um empecilho à concretização do projeto de “cidade ribeirinha”.

Ao resistirem às pressões do Estado, no que tange ao recebimento de indenizações, bem como de moradias permanentes, situadas em bairros distantes da Orla, contribuem à mudança de rumo, no diz respeito ao projeto de empresariamento da cidade.

Foi identificado que o discurso do Estado não se comprova na prática, pois, de acordo com os entrevistados, os processos de desapropriação e remanejamento das famílias, necessários para a construção dos macroprojetos PROMABEN e Orla, não abriram espaço às negociações. A maioria das famílias, impactadas pelas obras de saneamento e construção da orla precisou aceitar o depósito que foi realizado em suas contas, pelo Ministério Público, sem poder de contestação.

Com a conclusão da primeira etapa da orla, em 2012, os primeiros impactos negativos identificados pelos moradores locais foram o aumento da violência e desrespeito dos usuários para com o espaço e os sujeitos que ali vivem. Muitos moradores alegaram que o fluxo de pessoas na Orla é grande e incontrolável pela Guarda Municipal, o que tem ocasionado transtornos aos residentes.

A Orla Portal da Amazônia compõe um grandioso projeto do poder público local, no que tange à ocupação da área, de aproximadamente 36km de Orla, que vai da Universidade Federal do Pará até o distrito de Icoaraci. Atualmente, a área é ocupada predominantemente por instituições públicas, mas tem despertado o interesse crescente da iniciativa privada, representada pelo mercado imobiliário local.

Atualmente, pode ser considerado o maior espaço público de lazer do município de Belém, quando analisado em termos de escala, funcionalidade e potencial para agregação de pessoas. Certamente, esse atributo lhe confere, igualmente, o caráter conflitivo, que se encontra latente desde a concepção. O seu valor para o lazer da sociedade local não deve ser esquecido, pois se constitui em um novo espaço, com grandes possibilidades de interação visual com o rio, mesmo considerando que ele foi pouco aproveitado na concepção projetual no que se refere à dinamicidade das práticas de lazer.

Os principais tipos de lazer desenvolvidos neste espaço são: contemplação da paisagem e práticas esportivas. É um espaço extremamente favorável à realização de atividades esportivas e recreativas, dentre elas, o skatismo, ciclismo e patinação, além das caminhadas e demais atividades. Foi possível observar em campo que os apontamentos realizados no ano de 2014 foram reafirmados nas entrevistas coletadas em 2016. Contudo, eles foram mais otimistas e entusiásticos quanto ao seu potencial dinamizador de lazer na cidade.

Apesar das críticas realizadas pelos diversos segmentos entrevistados sobre o espaço, os resultados indicam uma boa aceitação e importância do espaço na composição urbana.

O olhar que tive, enquanto investigadora do lazer na cidade, me levou a perceber, na prática, como as escolhas por espaços e tipos de lazer sofrem influência direta do contexto socioeconômico, no qual os sujeitos encontram-se inseridos. As formas de uso e apropriação estão diretamente relacionadas a questões como: nível de renda, distância existente entre o espaço e a residência, meio de transporte necessário para acesso, segurança, custo dos alimentos e bebidas comercializados no local, cobrança de taxas para acesso, entre outras.

Espaços de domínio público que necessitam de pagamento de taxas, não compõem a preferência dos entrevistados, para a prática de lazer rotineira. Eles costumam ser acessados com menor frequência, quando comparados a espaços abertos, livres de grades, muros e vigilância permanente, que interfira na liberdade de ação e expressão dos frequentadores. Contudo, é importante estabelecer aqui uma separação entre os termos vigilância e segurança, em

que a primeira é aqui compreendida como privação da liberdade, enquanto que segurança faz associação direta com necessidade de preservação da integridade física do público frequente no espaço. Neste sentido, as críticas proferidas pelos entrevistados convergiram à falta de segurança pública, na área abrangida pela Orla, que afeta diretamente a liberdade de ir, vir e permanecer.

A concepção de espaços na cidade precisa ser pensada sob diversos aspectos: sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, entre outros, a fim de melhor contemplar as necessidades de seus usuários, em termos de condições de acesso, permanência, uso e apropriação. No caso da nova Orla, por exemplo, muitas críticas foram apresentadas pelos entrevistados, revelando ser fruto de um projeto destoante da climática da cidade. Mesmo os entrevistados com baixa escolaridade foram capazes de tecer críticas à concepção arquitetônica da orla, que foi considerada uma cópia de calçadões existentes em outras cidades, dentre elas, foram citadas as cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro.

Além da concepção projetual ter desconsiderado o clima local, caracterizado pela frequência diária de chuvas, falhou na oferta de banheiros, considerada insuficiente pelos usuários, além ser cobrada uma taxa para à sua utilização. Esses fatores, interferem no tempo de permanência no espaço, sendo difícil permanecer por mais de uma hora. Apenas um quiosque comercializa o uso de um banheiro.

A falta de arborização e áreas cobertas, para abrigar do sol e da chuva limita a utilização da orla em horários definidos para o uso com fins de lazer e recreação. Isso porque o desconforto ambiental causado dificulta a permanência do público nos horários compreendidos entre as 9h:00 da manhã até às 16:00h.

Nas ruas de Belém, a população local, ao ser ouvida para esta pesquisa, manifestou preferência pelas praças, reafirmando o seu papel histórico nas relações de sociabilidade e lazer na sociedade.

As observações empíricas realizadas na Orla Portal da Amazônia nos levam a considerá-la como um espaço muito próximo, em termos

comparativos, da praças. Conforme à caracterização emitida pelo público entrevistado, as praças da cidade são livres de barreiras, o que possibilita um acesso universal e gratuito, além de possuírem dinâmica diária de lazer, que independe de uma programação específica para serem frequentadas. As praças República e Batista Campos foram os destaques nas respostas.

A nova Orla tem revelado uma progressiva aceitação das classes populares, para a utilização com fins de lazer. Esta afirmativa foi construída no decorrer dos anos de 2013 até 2017, durante a permanência em campo. Neste período, observou-se um aumento significativo de pessoas no meio e nos finais de semana, que buscam, além do lazer, a melhoria da qualidade de vida, por meio de práticas de atividades físicas gratuitas e ao ar livre.

A construção desta Orla tem possibilitado aos moradores dos bairros vizinhos melhores condições para a prática de atividades físicas como caminhadas e corridas, uma vez que a distância entre o local de residência e o espaço é apontada um fator favorável, que despertou o interesse desta demanda. Autores como Marcellino (2002) sinalizam ser esta uma das barreiras de acesso ao lazer. No caso em estudo, considera-se a localização um fator positivo, por ser um espaço de grande extensão, que abrange vários bairros. Isso significa um tempo menor para chegar ao local, que pode ser revertido em maior tempo para usufruto com o lazer. Foi identificado que os frequentadores do Portal da Amazônia são oriundos, em sua maioria, de bairros próximos.

Nas ruas de Belém, a população, ao ser questionada sobre as principais necessidades de melhorias dos espaços públicos de lazer, deu como principais respostas, a necessidade de maior segurança e investimentos do poder público em divulgação de suas programações, preservação ambiental e gratuidade para acesso ilimitado a todos os subespaços³³.

A ampliação de ofertas de espaços públicos de lazer ganhou unanimidade entre os entrevistados. A importância desses espaços na cidade sempre foi associada à melhoria da qualidade de vida do coletivo, que busca

³³ São aqui compreendidos como espaços privados em funcionamento dentro dos espaços públicos, a exemplo dos museus, teatros, bares, restaurantes, entre outros, destinados à comercialização de bens e serviços.

nas suas horas de folga do trabalho uma convivência social e ambiental mais livre e prazerosa, por se tratar de uma escolha pessoal e não mais de obrigação. A população de baixa renda necessita ainda mais das intervenções do Estado em termos de concepção e dinamização de espaços públicos com estes fins, haja vista que a população com maior poder aquisitivo busca o lazer em espaços privados, prioritariamente, mas não exclusivamente.

Novamente reafirmo nesta conclusão, que os conflitos em torno das áreas próximas à orla urbana de Belém estão associados à busca de novas centralidades, em decorrência da saturação das centralidades existentes, que já não conseguem acolher novos investimentos, bem como proporcionar a sua acumulação e reprodução. Isso coloca em evidência a forma de planejamento e gestão urbana, utilizada pelo poder público local que, ao favorecer os interesses da iniciativa privada, no que diz respeito ao direcionamento dos processos de reestruturação do espaço urbano atual, coloca em questão a mercantilização da cidade.

Neste sentido, ao analisar o espaço público de lazer, construído ou reconfigurado, é imprescindível refletir sobre as formas que o Estado tem utilizado para regular a economia e a vida em sociedade, haja vista que é por meio dessas intervenções projetuais no urbano, que o mesmo colabora com o empresariamento da cidade. Os conflitos latentes são ocultados por meio de resultados que induzem à falsa compreensão da realidade. Neste contexto, o espaço público de lazer Orla Portal da Amazônia, por estar relacionado a um discurso universal, pertinente ao espaço público (ambiente democrático, com livre acesso e lócus de cidadania), tem dificultado o seu entendimento como projeto hegemônico de busca por novas centralidades.

O direito à cidade, ao uso do solo, às relações conflitivas envolvendo o poder público, sociedade e iniciativa privada e à violência, entre outras questões, apresentam-se como um importante viés de análise da cidade contemporânea e das estratégias de acumulação e reprodução do capital.

É aqui inferido que os projetos urbanos atuais visam à retomada de antigas centralidades, mediante à reconfiguração de espaços deteriorados ou abandonados, em que as atividades de lazer e turismo ganham força, com a ampliação de atrativos na cidade. Antigos espaços e áreas, ao sofrerem ações

intervencionistas do Estado, para fins de reconfiguração, refletem na valorização locacional da área do seu entorno. Para exemplificar, Carrión (2007) cita as cidades construídas de costas para o mar; segundo ele, hoje, os recém-projetos urbanísticos que objetivam a sua valorização colocam-nas “de frente com o seu passado”. Porto Madero, na Argentina, foi reconfigurada para fins de lazer e turismo, assim como Barcelona.

Delgado (2007) refere-se a essas experiências como modelos de reconversão urbana de cidade pós-industrial, que resultou em um produto de consumo, com forte apelo aos componentes de convivência cidadã, marketing e segurança permanente. Barcelona, ao ser eleita como cidade sede das Olimpíadas de 1992, iniciou um grandioso processo de abertura de sua frente marítima, trabalhando em prol de uma imagem de cidade modelo e ocultando fatos conflitivos geradores de desordem. O termo “Cidade Mentirosa” foi utilizado por Delgado (2007) para se referir a este modelo de planejamento urbano estratégico, que se propagou pelo mundo na década de 1990 e implicou uma recriação das centralidades.

É constatado que o Estado, no decorrer da história social, sempre agiu favoravelmente à circulação de capital e à concentração deste nas mãos de poucos. No âmbito da dinâmica capitalista, ele tem fomentado ações da iniciativa privada e de atração de capitais externos, além de incentivar projetos de privatização de espaços públicos, sob a justificativa de necessária sobrevivência econômica e melhoria, no que tange à oferta de bens e serviços e à garantia de emprego e renda. A parceria entre público e privado se destaca no âmbito neoliberal, somada a uma reformulação do discurso sobre o papel do espaço público de lazer na cidade. Muitos questionamentos emergem a respeito da ineficiência do Estado, quanto às formas de concepção e gestão.

A cidade, configurada em um contexto de fortalecimento da parceria entre público e privado, em que há transferência de muitas responsabilidades do Estado ao capital privado, transforma-se em um campo de disputas e conflitos, em que, certamente, a classe trabalhadora representa o lado mais frágil.

A cidade compreendida como *lócus* de enfrentamento entre classes preconizada por Marx no século XIX permanece nos dias atuais nos desafiando

a refletir sobre questões diversas no âmbito do urbano. Neste caso investigado, a oferta de transferência direta às famílias afetadas, em unidades habitacionais distantes aproximadamente a 24km das suas antigas residências, é considerada um fator revelador de que a nova orla da cidade não foi construída com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos antigos moradores. No entanto, o embate envolvendo os divergentes interesses se prolonga até os dias atuais, revelando ser este um caso de resistência das classes populares contra um discurso hegemônico, que se recusa a sair da área.

As famílias estão lutando para permanecer nesta área, por acreditarem nos benefícios que lhes foram prometidos, relacionados ao saneamento básico, lazer, iluminação, segurança, rede de transporte interligando à cidade, além do embelezamento e valorização do solo. Aqui, se torna válido reafirmar o que Zukin (1980) classificou como “*gentrificação*”, que está relacionada a uma grande reestruturação espacial envolvendo expansão física do centro da cidade, sendo comumente associada à habitação. Ela é responsável por aprofundar as disparidades sociais e justapor paisagens distintas.

Com isso, é possível inferir que em Belém a abordagem da cidade e de seus espaços públicos de lazer segue um ideário de parceria entre setor público e iniciativa privada, obedecendo ao “princípio máximo da *flexibilização*” (ARANTES, 1998, p.146). Foi exatamente isso que esta tese revelou no projeto Orla Portal da Amazônia, que foi efetivado às custas da desapropriação e remanejamento de diversas famílias, que residiam há décadas seguidas na Bacia da Estrada Nova.

O espaço público de lazer, mesmo aparentando uma atmosfera de harmonia na cidade, se caracteriza pela diferença quanto à composição social, econômica e cultural de seu público, sendo portanto um *lócus* de conflito.

REFERÊNCIAS

ABASCAL, Eunice Helena. Sguizzardi; ALVIN, Angélica Aparecida Tanus Benatti. **Cidades e Espaço público**: considerações sobre o papel dos projetos urbanos em áreas alvo de operações urbanas em SP.

ABRAHÃO. Sérgio Luis. **Espaço Público**: Do urbano ao Político. SP: Annlume, FAPESP, 2008.

ACSELRAD, Henri. Território e poder: a política de escalas. In: FICHER, Tânia. (org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Ilha de Santa Catarina: Outra travessia, 2005.

ALBUQUERQUE, Maria Claudia Bentes. **Gestão Social de Bens Comuns Urbanos no Contexto da Cidade Justa, Democrática e Sustentável**: O caso da Orla Portal da Amazônia, em Belém (Pa). Belém: NUMA/UFPA/Dissertação, 2016.

ALENCAR, Ana Lúcia Hazin. **Estilo de vida e sociabilidade**: Relações entre espaços, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **Belém do Pará uma Cidade entre as águas**: História, natureza e definição territorial em princípios do século XIX. SP: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, Ana Fani; ALVAREZ, Isabel Pinto; VOLOCHKO, Danilo. **A cidade como negócio**. SP: Contexto, 2015.

_____, Isabel Pinto; CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo (Orgs). **A cidade como negócio**. SP: Contexto, 2015.

ALVES, Manoel A. L. Rodrigues. **Cidade contemporânea**: Questões conceituais da conformação de sua espacialidade. Revista Topos, Vol.1, n.2, 2007.

ALVES, L. Aparecida. **Reestruturação Urbana e Criação de Novas Centralidades**: considerações sobre os shoppings centers. Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia, v. 12, n. 37, mar, 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16395>>. Acesso em: 18/03/2016.

AMARAL, Márcio Douglas. **“A Guerra das Águas: Concepções e Práticas de Planejamento e Gestão Urbana na Orla Fluvial de Belém (PA)”**. Belém: UFPA-NAEA, 2005.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea. In: LIMA, Antônia Jesuita de (org). **Cidades brasileiras: atores, processos e Gestão Pública**. Ed: Autêntica, 2007.

ANDRADE, Fabiano Homobono Paes de. **De São Braz ao Jardim Público - 1887-1931**: um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará. Tese de doutorado. São Paulo, PUC - Programa de Pós Graduação em História, 2010.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; et al. **Espaços públicos**: Novas sociabilidades, novos controles. Cadernos metropolitanos 21. p.131-153, 2009.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo**: Como aprender, como ensinar. 2ª ed. São Paulo, Ed. Senac, 2001.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. SP: Edusp, 1998.

_____, Otília. **Uma estratégia total**: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. RJ: Vozes, 2007.

_____. **Berlim e Barcelona**: Duas imagens estratégicas. SP: Annablume, 2012.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do Pensamento Único**: Desmanchando consensos. RJ: Vozes, 8 ed. 2013.

ARAÚJO JR. A. C. **Apropriação e usos do litoral urbano de Belém-Pará**: Portal da Amazônia em questão. Vol. 25, revista Usp, 2013. P.183-199.

ARAÚJO JR, A. C. R.; BARBOSA, E. J. S. **A estrada e a paisagem**: como a antropização atua sobre o relevo (um ensaio de Geomorfologia Ambiental). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: AGB, 2010.

_____. **Planejamento urbano ambiental na cidade de Belém (PA)**: Reflexões sobre o Promaben. Desenvolvimento e meio ambiente: Editora UFPR, 2013.

ARAÚJO, Camilla Leandra da Costa; PONTES, Juliano P. Ximenes; LIMA, José J.F. Lima; RODRIGUES, Roberta Menezes; BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves. **Ocupação e Consolidação das Baixadas em Belém-PA**: periferia e Portal da Amazônia. Seminário Nacional Sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano: AAPURBANA, 2012.

ARAÚJO, Flávia de Souza. **A conquista dos Territórios do rio Guamá**: Novos Conflitos, velhos discursos: O caso do projeto Portal da Amazônia em

Belém do Pará. Disponível em < www.ippvr.ufrj.br.2010>. Acesso em: 08/07/2012.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10º ed. RJ: Forense Universitária, 2017.

_____. **La condición Humana**: Introducción de Manuel Cruz. 1. Ed. Buenos Aires, 2011.

ARISTÓTELES. **A política**. Athena: São Paulo, 1963.

ARROYO, Júlio. **Espaço Público**: Entre afirmaciones y desplazamientos. Ediciones: Universidad Nacional del Litoral, 2011.

_____. **Paisaje y Espacio Público**: Uma lectura desde America Latina. Geograficidade, v.1, 2015.

ARRUDA, Euler Santos. PORTO DE BELÉM DO PARÁ: Origens, concessões e contemporaneidade. In: LOBATO, CLÁUDIO DE QUEIROZ [Et. Al] **um olhar sobre aspectos da infraestrutura e do planejamento urbano em Belém do Pará**. Belém: Editora: Cesupa, 2005.

ATAYDE, Marcus, 2011. Disponível em: <politicasepaleta.blogspot.com>.20

AZEVEDO, Jorge Batista de. **Pensando as Águas Urbanas sob as Luzes de Antigos e Novos Paradigmas**. In: ÁGUAS URBANAS TÂNGARI, Vera Regina; SCHELEE, Monica et. Al. Águas Urbanas: Uma contribuição para a regeneração Ambiental como campo disciplinar integrado. Rj: FAU-USP, 2007.

BAHIA, Mirleide Chaar. **Entrevista concedida a Jéssika Paiva França**. Belém, set. 2016.

BARATA, Manoel. **Formação Histórica do Pará**: Obras reunidas. Belém: UFPA, 1973.

BARRETO, Rogério. **O centro e a centralidade urbana** – Aproximações teóricas a um espaço em mutação. Cadernos curso de doutorado em geografia. FLUP, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. RJ: Jorge Zahar, ed. 2003.

BELÉM, Intendência Municipal de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém por José Antônio Lemos**. Belém, 1902.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova**. BELÉM; PRONABEM. 2006a.

_____. **Plano Diretor Urbano (2008)**. Lei nº. 8.655, de 30 de julho de 2008. Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655> Acesso em: 12 fev. 2014.

_____; Secretaria Municipal de Saneamento; Secretaria Municipal de Urbanismo. **Edital de lançamento Portal da Amazônia**. Versão oficial Portal da Amazônia. Belém: Prefeitura Municipal; Gabinete do Prefeito, 29 mar. 2006b. CD-ROM.

_____. Portal da Amazônia. **Urbanização da bacia da Estrada Nova e orla do Rio Guamá**. 67 f. Belém: Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Urbanismo, 08 fev. 2006C. CD-ROM.

_____. **Relatório de Monitoramento Social** – PROMABEN. PMB, Nov. 2014.

_____; Assessoria Executiva do PROMABEN. **Síntese do PROMABEN**. PMB, PROMABEN, 2014.

_____; Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor Urbano**. Lei n. 8.655-2008. Belém, 2008. (PDU, 2008).

_____; Prefeitura Municipal de. **Pro-Belém**: Plano de Reestruturação da Orla de Belém: Belém, 2000. (PRO-BELÉM, 2000).

_____; Prefeitura Municipal. **Orla da Estrada Nova**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, junho de 2006. (BELEM, RIMA, 2006).

_____; **Relatório de Monitoramento Social** – PROMABEN. PMB, NOV. 2014.

BRASIL. Previdência da República. **CLT**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm> Acesso em: jan. 2015.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

PROMABEN (Programa de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova). Belém: Prefeitura Municipal, 2016.

BOITO Júnior, Armando. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. SP: Unesp, 2007.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

_____. **Manual de Gestão Municipal Democrática**. Barcelona, editora: Madrid. 1987.

_____; MUCI, Zaida. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2003.

BORJA, Jordi; MUCI, Zaida. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. SP: brasiliense, 1990. P.149-168.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

BRAMANTE, Antônio Carlos. **Lazer: Concepções e significados**. Belo Horizonte: *Licere, Licere*, 1998. n.1, p.9-17.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 5452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CABEZA, Manuel Cuenca; MUNGUÍA, Santiago Segura. **El ocio en la Grécia Clássica**. Bilbao: Universidad Deusto, 2007.

CACCAVONI, Arthur. **Planta da cidade de Belém em 1899**. Disponível em <<https://fauufpa.org/2011/09/29/estacao-ferroviaria-de-sao-bras/>>. Acesso em 22 abril de 2017.

CAMARGO, Luís O. Lima. **O que é lazer?** ed. 3ª. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARGO, Luís O. Lima. Sociologia do Lazer. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo: Como aprender, como ensinar**. 2ª ed. São Paulo, Ed. Senac, 2001.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (et. al). **Quando o projeto disfarça o plano: Concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA)**. SP: Caderno metropolitano, v.6, nº37, 2016.

_____, Ana Cláudia Duarte; NETO, Raul. **A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais**. SP: Caderno metropolitano, v.15, nº29, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Sobre a questão democrática da cidade:** questões para o debate. Revista on line Geo. Vol. 6, n. 1. Julho de 2010.

_____, Ana Fani A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011. p.157.

_____, Ana Fani. A Prática Espacial Urbana Como Direito À Cidade: Como Horizonte Utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs). **A cidade contemporânea: Segregação Espacial.** SP: Contexto, 2013.

_____, Ana Fani. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org). **A cidade como negócio.** Ed. Contexto, SP, 2015.

CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Belém entre filmes e fitas:** A experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920. Belém: UFPA, 2011.

CARRIÓN, Fernando. Espacio Público: Punto de partida para la alteridad. In: SEGOVIA, Olga. **Espacios públicos y construcción social:** Hacia um ejercicio de ciudadanía. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2007.

CARVALHO, Sônia Nahas de. **Estatuto da cidade:** Aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins, 2007.

CAVALCANTE, Lucidéa Santos. ALMEIDA, Silvia dos Santos de. ARAUJO, Adrilayne dos Reis Araújo. **O Modus operandi do crime de roubo a transeuntes em Belém.** Planejamento e Políticas Públicas, 2016. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/614/403>>. Acesso em: 12 marc. 2014.

CAVALEIRO Maria Cristina; SALGADO, Marilene. Diadema: Direitos que vamos construindo. In: **Políticas públicas setoriais de lazer:** o papel das prefeituras, 1996.

CODEM, Companhia de Desenvolvimento e Administração da área metropolitana de Belém. **Planta baixa da Orla Portal da Amazônia.** PMB, 2011.

CORBIN, Alan. **O território do vazio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Roda viva.** Cultura marcas. SP: 1999.

CHAVES, Paulo. **Entrevista à Revista Projeto Design** – edição 301 (01/03/2005). Disponível em

<<https://arcoweb.com.br/projetodesign/entrevista/paulo-chaves-fernandes-01-03-2005>> Acesso em: jul. 2017.

CHELUCHINHAK, Aline Barato; CAVICHIOILLI, Fernando Renato. **A teoria da classe ociosa:** o que nos diz Veblen sobre natureza e comportamento humano, consumo, esporte e lazer. Licere, Belo Horizonte, v.13, n.1, mar/2010.

CHIGNOLA, Sandro. **Sobre os dispositivos:** Foucault, Agamben, Deleuze. Tradução de Sandra Dall Onder. Cadernos IHU Ideias. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, ano 12, n.214, Vol.12, 2014.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza:** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo:** Utopias e realidade, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas.** Grécia, 1933.

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho:** Introdução a política social no Brasil. SP: Brasiliense, 1985.

COLLADO, Adriana. **Modernización urbana en ciudades provincianas de Argentina:** teorías, modelos y prácticas. Director: Juan Luis Piñón Pallarés Tesis doctoral defendida en la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla, España, enero 2008.

CONVERTI, Roberto. Santa Fé Argentina: Uma Estratégia Cidade – Porto. Disponível em <www.vitrovirus.com.br-revistaaquitextos>. Acesso em 26 de Abril de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** SP: Ed. Ática, 1989.

CORREA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. in: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. SP: contexto, 2013.

COUTINHO, Zenaldo. **Entrevista com o Prefeito Zenaldo Coutinho.** Sem Censura Pará. TV Cultura. Apresentado no dia 14/01/2015. Disponível em <<http://www.portalcultura.com.br/semcensura>>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____, Zenaldo. **Entrevista com o Prefeito Zenaldo Coutinho.** Sem Censura Pará. TV Cultura. Apresentado no dia 26/01/2016. Disponível em <<http://www.portalcultura.com.br/semcensura>>. Acesso em: 05/07/2017.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém.** Coleção Amazônia. vol. 3. Belém: UFPA, 1973.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e Condições da Moradia em Belém e Manaus**. Belém: UFPA/ NAEA, 2012.

_____. **Entrevista concedida a Jéssika Paiva França**. Belém, set. 2016.

CUNHA, Egláisa Pontes; SAMPAIO, Roberto (orgs). **Como andam Belém e Goiânia**. Organização. Brasília, Ministério das Cidades, 2008.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3º Ed. RJ: Jorge Zahar, 2004.

DE MAIS, Domenico. **O ócio criativo**. 3ª edição: Sextante, 2000.

DELEUZE, Gilles. **¿Que és un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

_____, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução: Rizoma**. Volume I, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____, Gilles. **Crítica e clínica**. Rio de Janeiro: 34, 1997.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Barcelona: Libros de la Catarata, 2011.

_____. **La ciudad mentirosa: Fraude y miséria del “modelo Barcelona”**. Madrid: Catarata, 2007.

DESCOLLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia, In Edna Castro e Florence Pinton. **Faces do Trópico Úmido**. Belém: Cejup, 1997.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: Centro de Estudos de lazer e recreação Pontifícia Universidade Católica do RS, 1978.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. SP: Perspectiva: Sesc, 1999.

EVELIN, Heliana Baía. O velho Schopenhauer e a atualidade do pessimismo. In: ANAIS DO 8º SEMINÁRIO AVANÇADO DE SERVIÇO SOCIAL. **Arte, comunicação e trabalho social**. Belém: CSE-UFPA, 2002.

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Centro de pesquisa e estudos urbanísticos. Boletim, n.8. O processo de planejamento territorial. SP: 1966. 3. Ed.

FEDELE, Javier. **El río em la ciudad del Plan**. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral. 2011.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: Lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. In: **Espaço & Debates: Alianças e competições**

entre cidades. Revista de Estudos Regionais e Urbanos – Ano XVII – SP: Núcleo de Estudos regionais e Urbanos, 2001.

FICHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: Introdução a uma agenda. In: FICHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002.

FILHO, Lino Castellani (org). **Gestão pública e política de lazer:** A formação de agentes sociais. SP: autores associados, 2007.

FILHO, Augusto Meira. **Evolução Histórica de Belém do Grão Pará.** 1976. Fundação e História. 1ª edição. Belém: Gráfica e Editora Globo, 1976.

FILHO, Sávio Capelossi; SEYNAEVE, Raymond, J. M. **Guia histórico e turístico da cidade de Belém:** CEJUP, 1992.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Conflitos e estratégias de classe a partir de uma operação urbana in: CARLOS, Ana Fani; ALVAREZ, Isabel Pinto; VOLOCHKO, Danilo. A cidade como negócio. SP: Contexto, 2015.

Fidanza. Felipe Augusto. **Álbum de Belém do Pará.** S/ed.1902.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. CADERNO CRH, Salvador v.18, n.45 pg. 377-394. **Padrões sociais e uso do Espaço Público.** Set/dez 2005.

FOUCAUT, M. **Seguridad, territorio, población.** Curso en Collegé de France. 1977-1978.

_____, M. **Outros Espaços.** Ditos e Escritos. Outros espaços. Conferencia no Círculo de Estudos Arquitetônicos. 1984.

_____, M.. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCILEUDO, Francisco A.; MARTINS, J. Clerton. **Sentidos do tempo, sentidos do ócio; sentidos para viver.** Portugal/Coimbra: Grácio editor, 2016.
FRIEDMAN, G. **O trabalho em migalhas.** SP: perspectiva, 1972.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa educacional.** SP: UFF-IESAE-FGU, 1987.

GALPER, Jeffry. O bem estar social na sociedade capitalista. In: **Política social e trabalho social.** SP: Cortez, 1986.

GOMES, Christiane Luce. **Lazer:** Necessidade Humana e Dimensão da Cultura. Revista Brasileira de estudos do lazer. V.1, n.1, p.3-20, 20 abr/2014.

_____, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. **Lazer, trabalho e educação**: Relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GREGÓRIO, Manoel da Silva. **Contribuição à gestão ambiental de Guajará (Belém-Pará-Amazônia) através de estudo batimétrico e sedimentológico**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências. Dissertação de mestrado, 2008.

GUITIERREZ, Luis Gustavo. **Lazer e prazer**. SP: Autores associados, 2001.
HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAN, Jürgen. **História y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública**. Barcelona: Gustavo Gil, 1994. **Facticidad y validez**. Madrid: Trotta, 1998.

_____, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____; BRUCE, Glaucio. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. Universidade Fluminense. NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização), 2009.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Ed. Hucitec, DP, 1980.

_____. **Do gerenciamento ao empresariamento**: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Revista Espaço & Debate*, nº39, 1996.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: annablume, 2005.
HARVEY, David. **O direito a cidade**. BH: Ed. UFMG, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

HOMOBONO, Fabiano. Transporte e lazer em Belém do Pará a partir de 1948 ou a cópia urbana dos dirigíveis de Zeppelin. **Disponível em** <https://fauufpa.org/2012/09/28/o-dirigivel-perola-por-fabiano-homobono/>. Acesso em: 18/08/2017.

HUET, Bernard. **Organização de espaços públicos em Paris**. In: Paris Projet numero 30-31- Espaces Publics. 1993.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. 4ª ed. Perspectiva: SP, 2000.

HUNTE & SHERMAN. **História do pensamento econômico**. 8ª ed. Petrópolis: vozes, 1990.

IMAZON. **Belém sustentável**. Belém: Imazon, 2003.

IMAZON. Instituto do homem e do meio ambiente da Amazônia. Disponível em < <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/belem-sustentavel-1>>. Acesso em 07/07/2016.

IPEA - Instituto de pesquisa econômica aplicada. <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=31&category=344&Itemid=359>. Acesso em ago. 2015.

INNERATY, Daniel. **El Nuevo Espacio Público**. España: Espasa Calpe, 2006.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de Pesquisa da Região Metropolitana de Belém**. RJ: IPEA, 2015.

KLIASS, Rosa. **Conta histórias sobre sua carreira** – de Burle Marx a Faria Lima. Edição 223, out. 2012. Disponível em <<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/223/criadora-de-paisagens--271201-1.aspx>> Acesso em: 15 ago.2017.

LACAZE, Jean Paul. **Os métodos do urbanismo**. São Paulo: papirus, 1993.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. 2. Ed. Lisboa: Teorema, 1991.

_____, Paul. **O Direito à Preguiça**. Versão digital: Ebooksbrasil.com. 2005.

LARIZZATTI, Marcos. **Lazer e recreação para o turismo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *de La production l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions. Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. SP: Ática, 1991.

_____. **O Direito à cidade**. 1901. Tradução: Rubens Eduardo Frias. SP: Centauro, 2001.

_____. Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEITE, Carlos (arquiteto e urbanista); AWAD, Juliana Di Cesare Marques. **Cidades Sustentáveis, Cidades inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num planeta Urbano.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEITE, Rogério Proença. **Contra Usos da cidade:** Lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. 2ªed. Campinas: SP: Editora Unicamp; Aracaju, SE: Ed. UFS, 2007.

_____. Rogério Proença. **Espaços públicos na Pós-modernidade.** In: Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite (Org). Plural de cidade: Novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil – 1895-1965.** São Paulo: Estúdio Nobel, 1999.

LIMA, Elaine Ferreira. **Velhos Centros, Novas Centralidades** Políticas de Enobrecimento Urbano e Usos do Espaço Público. Revista Scientiaplena. Vol. 3, n.5, 2007.

LIMA, José Júlio; TEIXEIRA, Luciana G. Janelas para o rio: Projetos de intervenção na orla urbana de Belém-Pa. CASTILHO, Ana Luisa H; VARGAS, Heliana Comin. (orgs). **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados.** SP: Manole, 2009.

LOBATO, Célio C. de Queiroz. O Plano Urbano de Antônio Lemos: A Planta de Belém de 1905. LOBATO, Célio C. de Queiroz [et. Al.]. **Um olhar sobre aspectos da infraestrutura e do planejamento urbano em Belém do Pará.** Belém: Ed. CESUPA, 2005.

LOPES, Rebeca Nunez; LIMA, José Júlio. **Transformações recentes na ocupação do cinturão institucional de Belém:** Bens públicos dominicais e o crescimento urbano. Belém: APPurbana, 2014.

LOPES, Rebeca Silva Nunez. **Transformações recentes no uso e dominialidade das áreas das Forças Armadas no Cinturão Institucional de Belém.** Dissertação, Belém: UFPA, 2015.

MACEDO, Silvio Soares, ROBBA, Fábio. **Praças brasileiras.** SP: Edusp, 2002.

MAGNANI José G. Gantur. **Festa no Pedaco:** cultura popular e lazer na cidade. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **De perto e de dentro:** Notas para uma etnografia urbana. SP: Revista brasileira de ciências sociais, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). **Políticas Públicas de Lazer.** SP: Alínea, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução. 2. ed., ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____. **Pedagogia da animação**. 7ª.ed. Campinas: Papirus. 2005.

_____. (Org.). **Políticas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Coleção educação Física e Esporte. São Paulo: Autores associados, 1996.

_____. **Estudos do lazer**: uma introdução. 3º Ed. Campinas, SP: Autores associados, 2002.

_____. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. RJ: Paz e Terra, 1997.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. ARANTES, Otilia B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 121-192.

_____, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2011.

MARTINS, Moisés de Lemos. **Espaço Público e Vida Privada**. Revista Filosófica de Coimbra. N.27. p.157-172, 2005.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and Personality**. Nova York: Harper & Row, 1954.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no Planejamento Urbano**. RJ: FGV, 1971.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica da Belém do Grão-Pará**. Belém: Grafisa, 1976.

MIELE, Sávio Augusto. Estratégias de reprodução do espaço em São Paulo. In: **A cidade como negócio**. SP: Contexto, 2015.

MOREIRA, Eidorfe. Geografias Mágicas – Ensaio. Belém: UFPA, 1985. In: MOREIRA, E. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: CEJUP, 1989, Vol. VII.

_____, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: UFPA, 1966.

MULLER, Ademir. Do entendimento teórico e do lugar de onde surgem as oportunidades de lazer. In: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. RS: Ed. Edunisc, 2002.

MUNGUÍA, Santiago; CUENCA C. Manuel. El ocio en la Grécia clásica. Bilbao: Universidad de Deusto, 2007.

NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PINA, Luiz Wilson. **Planejamento de equipamentos de lazer**. SP: Perse, 2014.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da Cidade, Segurança Urbana e Participação Popular**. Livraria do Arquiteto, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Fabrício (org) [ET AL.]. **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. RJ: Letras Capital, 2012.

OLIVEIRA, Ludmilla Alves de. **Cidade vigiada**: Segurança e controle em tempos de biopoder. Dissertação. Universidade Federal de Goiás, 2013.

ORTEGA, Francisco. **Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do Espaço Público**. Trans/Form/Ação. SP: 225-236, 2001.

ORTEGA, Uribe. Identidade cultural, identidade e lazer. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC, 2000.

PACHECO, Tadeu Boscolo Pacheco. A escola pública e o lazer: Impasses e perspectivas. In: PADILHA, Valquíria (org.). **Dialética do lazer**. SP: Cortez, 2006.

PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (orgs.). **Lazer e trabalho**: um único ou múltiplos olhares? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

PADUA, Rafael Faleiros de. Produção estratégica do espaço e os 'novos produtos imobiliários'. In: CARLOS, Ana Fani; ALVAREZ, Isabel Pinto; VOLOCHKO, Danilo. A cidade como negócio. SP: Contexto, 2015.

PARÁ, Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos. **Plano de Estruturação Metropolitana de Belém**: Reavaliação. Belém: SEPLAN, 1992.

PARÁ, Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional. **Diretrizes de Ordenamento Territorial para a Região Metropolitana de Belém**. Belém: SEDURB, 2006.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PENTEADO, Antônio Rocha. Belém do Pará. **Estudo da Geografia Urbana**. Vol. 1. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Belém: UFPA. 1968.

_____, Antônio Rocha. **Belém**: Estudo de geografia urbana. Vol.1. Belém: UFPA, 1968.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (org). **Teorias do Lazer**. Paraná: Eduem, 2010.

PINA, Luís Wilson. **Planejamento de equipamentos de lazer**. São Paulo: Perse, 2014.

PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea: Segregação Espacial**. SP: Contexto, 2013.

PINTO, Leila Mirtis S. de Magalhães. Estado e Sociedade na Construção de Inovações nas Políticas Sociais de Lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Políticas públicas de lazer**. SP: alínea, 2008.

PONTES, Juliano Pamplona Ximenes. A Orla de Belém: Intervenções Urbanísticas, ações políticas e devolução do espaço. In: LOBATO, CLÁUDIO DE QUEIROZ [Et. Al] **um olhar sobre aspectos da infraestrutura e do planejamento urbano em Belém do Pará**. Belém: Editora: Cesupa, 2005.

_____, Juliano P. Ximenes. **Cidade e Água no Estuário Guajará**. RJ: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

_____, Juliano P. Ximenes. **Entrevista concedida a Jéssika Paiva França**. Belém, Ago. 2014.

_____, Juliano P. Ximenes. **Belém do Pará: cidade e água**. SP: Cad. Metrópole. V.17. n.33, 2015.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RIBEIRO, Manoel. **Cidadania hierarquizada**. 18/09/2012. Disponível em < <https://riodeencontros.wordpress.com/category/cidadania-e-hierarquias-dos-espacos-da-cidade-1892012/>>. Acesso em: jan.2016.

ROCQUE, Carlos. **História Geral de Belém e do Grão Pará**. Belém: DistribeL, 2001.

RODRIGUES, Carmem Isabel. **Vem do Bairro do Jurunas: Sociabilidade e construção de identidades em espaços urbano**. Belém: NAEA, 2008.

RODRIGUES, Edmilson. **Os desafios da Metrópole: Reflexões sobre o desenvolvimento para Belém**: NAEA/UFPA, 2000.

ROLIM, Liz Cintra. **Lazer e Educação**. São Paulo: 1980.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTINI, Rita de Cássia Giralde. **Dimensões do lazer e da recreação:** questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, César Simoni. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs). **A cidade como negócio**. SP: Contexto, 2015.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea. In SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. SP: Hucitec, 1994a.

_____, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª Ed. SP: Hucitec, 1994b.

_____, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Urbanização: cidades médias e grandes. In: **O Brasil:** território e sociedade no século XIX. 7. Ed. RECORD, 2005.

_____. **O espaço do cidadão**. SP: Edusp, 2007.

_____. **A natureza do Espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. 4 reimpressão. SP: USP, 2008.

SARGES, M. de N. **Belém:** Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____, M. de N. **Belém:** Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 3ªed. 2002.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SERPA, Ângelo. **Espaço público e Acessibilidade:** Notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP – Espaço e Tempo, SP, n.15, pg. 21-37, 2004.

_____. Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: contexto, 2007.

SILVA, Débora Alice Machado da. (Et. Al.). **Importância da Recreação e do Lazer**. Cadernos Interativos 4. Brasília: Gráfica e editora Ideal, 2011.

SILVIA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas:** Identidades e cenários de lazer. SP: Aleph, 2004.

SIMMEL, George. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio (org). O fenômeno urbano. RJ: Zahar, 1967.

SIMONIAN, Lúcia T. L. (org). **Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade**. Belém: NAEA, 2010.

SOARES, Elizabeth Nelo. **Largos, coretos e praças de Belém** – PA. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

SOBARZO, Oscar. A produção do Espaço Público: Da dominação à apropriação.

GEOUSP – Espaço e Tempo, SP. N. 19, pp. 93-111, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica Urbana e Segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade empresarialista. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea: Segregação Espacial**. SP: Contexto, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Geografia, São Paulo, n. 10, 1991.

STIEL, Waldemar Corrêa. **História do Transporte Urbano no Brasil**. Brasília: EBTU, 1984.

TÂNGARI, Vera Regina; SCHELEE, Monica et. Al. Águas Urbanas: Uma contribuição para a regeneração Ambiental como campo disciplinar integrado. Rj: FAU-USP, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.

TRINDADE JR., Saint Clair. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. 395 fls. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

_____. **Orla de Belém mostra realidades distintas**. Belém: Jornal Beira do Rio, UFPA, 2003.

_____; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (Org.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

_____, Saint Clair; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE, Saint Clair. SILVA, M. A. P. (Orgs.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

_____, Saint Clair; AMARAL, Márcio Douglas Brito Amaral. Reabilitação urbana na Área Central de Belém-Pa: **Concepções e tendências de Políticas Urbanas Emergentes**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.111, p.73-103, jul/dez.2006.

_____. **Entrevista concedida a Jéssika Paiva França.** Belém, set. 2016.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília et al. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos.** RJ: Vozes, 2007.

VALENTE, José Duarte. **A história nas ruas de Belém: Cidade Velha.** Belém: CELUP, 1993, p. 9 - 11.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Sobre espaço público e heterotopia.** Florianópolis: Geosul, v.2, n.48, p.7-26, jul./dez.2009.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socio espaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** SP: contexto, 2013.

_____, Pedro. **As metamorfoses do conceito de cidade.** Fortaleza: Mercator, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 17-23, dez. 2015.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições.** Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Ática, 1974.

VIDAL, Celma Chaves de Souza Pont. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 094.06, Vitruvius, mar. 2008.

VIEIRA, David Durval Jesus. **Belém: Sociedade E Natureza (1897-1911).** Belém: UFPA/Revista Territórios e Fronteiras. V.3 N.2 – Jul/Dez 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo. Nobel. 2001.

WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação.** SP: Papirus, 1997.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964).** Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (Tese, Doutorado em Educação).

YURGEL, M. **Urbanismo e lazer.** São Paulo: Nobel, 1983.

_____. Ruas de Belém: **Significado histórico de suas denominações**. Belém: CEC, 1970.

ZUKIN, Sharon. **Landscapes of Power**: From Detroit to Disney World. United States, 1980.

APÊNDICE A:

**INSTRUMENTOS UTILIZADOS EM CAMPO; DADOS OBTIDOS E
TRABALHOS PRODUZIDOS**

APÊNDICE A1

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado Senhor (a),

Eu, Jéssika França, doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, e também pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa LEAUC - Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - estou investigando o uso e a apropriação do espaço público de lazer e turismo Portal da Amazônia inserido no contexto de processos de produção da cidade contemporânea. Por este motivo, venho solicitar a **V. Sa.** entrevista para conhecimento da proposta e coleta de dados referente à questão habitacional no projeto Portal da Amazônia.

Certos de contarmos com sua atenção, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Orientanda: Jéssika França

De acordo,

Orientador: Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

APÊNDICE A2

FORMULÁRIO (Entidades)

DATA:

ÓRGÃO:

CARGO (FUNÇÃO):

1) RESIDÊNCIAS

- a) Quantas famílias foram retiradas para dar lugar à Orla? Qual o destino das mesmas?
- b) Quantas famílias permaneceram no local em novas residências?
- c) Quantas residências ainda serão construídas e entregues às famílias?

2) ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

- a) Quantos estabelecimentos comerciais foram derrubados?
- b) Algum empreendimento comercial foi construído ou está em processo de construção na área da Orla? Qual?

3) OBRA PORTAL DA AMAZÔNIA

- a) Qual a previsão para a conclusão total da Orla?
- b) A proposta de prolongamento da Orla (6 km) até a UFPA ocorrerá?
- c) Como e por quem é feita a gestão do espaço Orla (segurança, aluguel dos quiosques, limpeza, iluminação, eventos etc.)?
- d) Foram criadas normas de uso e conduta para a sua utilização? Quais? (Solicitar documento)
- e) Como a Orla vem sendo utilizada pelos frequentadores, iniciativa privada e pelo Poder público?
- f) Como a Orla é dinamizada e gerida? (Que ações, eventos, atividades?)
- g) Qual o papel (importância) da Orla na cidade de Belém?
- h) Como a SEURB avalia hoje a Orla Portal? Aspectos positivos e negativos.

APÊNDICE A3**FORMULÁRIO** (Visitantes)**DATA:****LOCAL:**

- 1 Sexo:
a) M () b) F ()
- 2 Origem:
a) Morador da cidade () Bairro?.....
b) Turista () País-Cidade?.....
- 3 Qual o meio de transporte utilizado?
a) Ônibus ()
b) Carro ()
c) Moto ()
d) Bicicleta ()
e) A pé ()
- 4 Com que frequência você visita este espaço?
a) Primeira vez ()
b) Diariamente () N. de vezes:
c) Semanalmente ()
d) Mensalmente ()
- 5 Qual o principal objetivo da sua visita?
a) Lazer ()
b) Trabalho ()
c) Educação ()
d) Outros ()
- 6 Em caso de visita com objetivo de lazer, qual o tipo:

a) Contemplação da paisagem ()
b) Caminhada, corrida, alongamento ()
c) Patinação e skatismo ()
d) Vôlei, futebol, basquete ()
e) Leitura ()
f) Gastronomia e música (Bares e restaurantes) ()
g) Outros () Especificar:
- 7 Quanto à interação social:
a) Vim com o objetivo de conhecer pessoas ()
b) Vim com amigos ()
c) Vim com a família ()
d) Vim com namorado(a) ()

- e) Vim em excursão turística ()
- 8 Como você avalia o acesso?
- a) Ruim ()
 - b) Regular ()
 - c) Bom ()
 - d) Excelente ()
 - e) Sem resposta ()
- 9 Segurança?
- a) Ruim ()
 - b) Regular ()
 - c) Bom ()
 - d) Excelente ()
 - e) Sem resposta ()
- 10 Infraestrutura? (A&B, banheiros, quadra, pista, bancos etc.)
- a) Ruim ()
 - b) Regular ()
 - c) Bom ()
 - d) Excelente ()
 - e) Sem resposta ()
- 11 Qual o papel deste espaço na cidade?
- 12 Pretensão de retorno: Sim () Não ()
- 13 Críticas e sugestões para a melhoria do espaço? Especificar:

APÊNDICE A4

FORMULÁRIO (Antigos moradores inseridos nas novas habitações dentro da Orla)

DATA:

LOCAL:

- 1 Sexo:
b) M () b) F ()

- 2 Há quanto tempo você se mudou para esta habitação na Orla?
a) Há mais de 01 anos ()
b) Há 01 ano ()
c) Há alguns meses ()
d) Sem resposta ()

- 3 Qual a quantidade de membros da família que habitam?
a) Moro sozinho ()
b) Entre 02 e 05 pessoas ()
c) Entre 06 e 10 pessoas ()
d) Acima de 10 pessoas ()

- 4 Como você e a sua família avaliam a experiência de morar dentro de um espaço de lazer e turismo?
a) Ruim ()
b) Regular ()
c) Bom ()
d) Excelente ()
e) Sem resposta ()

- 5 Tipo de lazer desenvolvido na Orla:
a) Contemplação da paisagem ()
b) Caminhada, corrida, alongamento ()
c) Patinação e skatismo ()
d) Vôlei, futebol, basquete ()
e) Leitura ()
f) Gastronomia e música (Bares e restaurantes)
g) Outros () Especificar:

- 6 Os seus antigos vizinhos frequentam a Orla?
a) Sim () b) Não () Por quê?

- 7 Como você avalia o acesso?
a) Ruim ()
b) Regular ()

- c) Bom ()
- d) Excelente ()
- e) Sem resposta ()

8 Infraestrutura? (A&B, banheiros, quadra, pista, bancos etc.)

- f) Ruim ()
- g) Regular ()
- h) Bom ()
- i) Excelente ()

9 Como você avalia a Orla?

- a) Ruim ()
- b) Regular ()
- c) Bom ()
- d) Excelente ()
- e) Sem resposta ()

10 O espaço possui normas de uso e conduta? (O que não pode ser feito pelos frequentadores). Poderia citar 03?

11 Qual o papel deste espaço na cidade?

APÊNDICE A5

ENTREVISTA

DATA: 30 de julho de 2014

ÓRGÃO: SEHAB Secretaria de Habitação

NOME: João Cláudio Klautau Guimarães

CARGO (FUNÇÃO): Secretário de Habitação Municipal (formado em Administração)

Jéssika: Fale um pouco sobre o Projeto de Urbanização de Favelas do Governo Federal e as construções realizadas dentro da Orla Portal.

Guimarães: “A Urbanização de favelas é um dos projetos da SEHAB que envolvem a urbanização da orla. A PMB Pretende, através do PROMABEN I e II, fazer os canais de macrodrenagem das Sub-bacias da Estrada Nova. A urbanização de favela tem a infraestrutura e a parte habitacional destinada a pessoas de baixíssima renda”.

Jéssika: Quantas habitações a Secretaria construirá dentro da Orla?

Guimarães:

- 16 unidades pela gestão passada (entregues);
- Contrato feito no ano passado, 310 a 320 UH (dentro da orla total de UH);
- 550 UH serão construídas fora da Orla;
- As casas em palafitas sairão para dar lugar à segunda etapa da Orla.

OBS: A Orla termina na Rua Oswaldo Caldas Brito (outro projeto) .

Jéssika: O que foi priorizado pela SEHAB no projeto habitacional do Portal?

Guimarães: “A concepção da PMB não é de fazer ilhas de baixa renda e de alta renda. A cidade respira melhor, vive melhor quando há uma conciliação entre a baixa renda, alta renda e as áreas comerciais. Essa é a concepção moderna de urbanismo. Com isso você dá vida e diminui a necessidade de mobilidade dos moradores da área do Portal. A concepção da PMB é agregar a habitação, lazer, esporte e qualidade de vida aos moradores, reduzindo a necessidade de locomoção. Seja para trabalhar ou mesmo obter lazer, saúde, educação”.

Jéssika: Foram estabelecidos critérios de seleção aos novos moradores?

Guimarães: “A Sub bacia II de macrodrenagem possui um projeto habitacional que permite às famílias localizadas na área escolher por indenização ou unidade habitacional no mesmo lugar. Foi dado o poder de escolha aos antigos moradores entre receber indenização ou receber auxílio moradia e aguardar a entrega da UH. Prazo de conclusão final de 2014 e meio de 2015”.

Jéssika: Existem normas e regras para os moradores dentro da Orla quanto ao uso, modificações e venda?

Guimarães: “Após receberem o imóvel, os moradores só poderão vender depois de completados 10 anos de uso (prazo estabelecido pelo Ministério das cidades). Existe um trabalho técnico social que é feito junto aos antigos moradores, preparando, orientando para que os mesmos possam conviver em harmonia com os vizinhos em casos de moradia em condomínios. Os moradores não podem transformar as suas residências em comércio (seguem as diretrizes urbanísticas da cidade). Pelo programa e pela legislação, não é permitida a venda e nem comercialização de produtos”.

Jéssika: Como a secretaria entende a ação do mercado imobiliário após a construção do Portal da Amazônia?

Guimarães: “Eu não vejo a expansão imobiliária como perigo. Quando ela está bem regulamentada, regulada e com as diretrizes urbanísticas definidas, ela é uma parceira do poder público. Só não podemos deixar de ter controle sobre ela.

Há necessidade de dar condições para que empreendedores imobiliários estejam próximos. Caso contrário, eles estarão mais longes e quanto mais longe estiverem, mais necessidade do poder público de fazer novos investimentos em transporte, saúde, educação, para ir atrás dessa população que lá está morando. Já na cidade (centro) os investimentos do poder público já foram feitos. Já existe tudo isso: vias de acesso, saneamento, educação etc.).

Nós preferimos fazer com que as empresas utilizem os vazios urbanos que já existem, que estejam dentro da legislação, dentro das regras, dentro do

aceitável, evitando um adensamento profundo, definido como ideal como projeto urbanístico. É importante aproveitar a infraestrutura existente.

Eu tenho que dar chances dentro da questão urbanística para ter empreendimentos de todas as faixas. Manter a orla só com baixíssima renda ela não conseguirá se sustentar. Há necessidade de oportunizar. A inserção de áreas comerciais é fundamental para que a população evite tantos deslocamentos para trabalhar em bairros tão distantes. Gerar emprego através do comércio para que haja permanência da população no local. O mercado imobiliário tem que ser legislado e organizado.

A média e alta renda possuem maior capacidade de pagar os impostos à prefeitura (ISS e IPTU). Por isso, há a necessidade de conciliar baixíssima renda com média e alta na área da orla, pois alguns moradores de baixa renda serão isentos de IPTU. Financiamento do Governo Federal; PMB”.

Jéssika: Como pretende garantir a permanência dos moradores que receberam e receberão residências dentro da orla no entorno?

Guimarães: “É uma questão do livre arbítrio de cada pessoa. O que não podemos fazer é tirar todo mundo e obrigar todo mundo a ir embora. Foi dado o poder de escolha aos antigos moradores entre receber indenização ou receber auxílio moradia e aguardar a entrega da UH.

Não é objetivo da PMB expulsar os antigos moradores. Após receberem o imóvel, os moradores só poderão vender depois de completados 10 anos de uso (prazo estabelecido pelo Ministério das cidades). Existe um trabalho técnico social que é feito junto aos antigos moradores, preparando, orientando para que os mesmos possam conviver em harmonia com os vizinhos em casos de moradia em condomínios.

Temos que pensar que muitas pessoas vão melhorar de vida e muitas delas não vão mais querer morar na orla ou no seu entorno. Isso vai ocasionar a venda de imóveis. Vão querer melhorar de imóvel, mudar de cidade, bairro etc. A PMB defende uma política habitacional que possibilite liberdade. Cidade plural, uma cidade inclusiva.

Jéssika: Sobre o Edifício Premium, qual a posição assumida pela Secretaria de Habitação?

Guimarães: “A SEURB diz que o Edifício Premium está de acordo com a legislação. Os documentos estão coerentes com a legislação vigente. Contudo, a obra não possui qualquer ligação com a SEHAB (trabalha apenas com habitações populares).

Há necessidade de mix de alta, média e baixa renda para construção de uma cidade para todos, plural. Tudo o que isola a baixa e alta renda não possui a cara de um centro urbano”.

APÊNDICE A6

SECRETARIA DE HABITAÇÃO – SEHAB

Data: 07/08/2017

Entrevistada: Sra. Carla Moreno - Diretora Social da SEHAB. Trabalhou na SEURB no início das Obras na Orla Portal e já se encontra na PMB há 12 anos. Apresenta formação na área jurídica.

Jéssika: Você poderia apresentar as questões habitacionais envolvendo as comunidades da Orla Portal da Amazônia? Qual o quantitativo de Unidades Habitacionais entregues dentro e fora desta área?

Sra. Carla: “O projeto da Orla foi a concepção inicial que houve, e aí quando se percebeu que com o assoreamento do rio iam ser tiradas as inúmeras famílias, criou-se o projeto Portal da Amazônia. Vem um ano posterior ao projeto Orla. A concepção inicial era um número um pouco maior de famílias, mas fechou com 224 unidades habitacionais, das quais apenas 16 foram entregues.

Jéssika: Quanto aos prazos estabelecidos pela Prefeitura para a entrega das novas residências?

Sra. Carla: “Esse problema de entrega não é um problema da Prefeitura, é um problema das empresas que a gente licita. As empresas encarregadas pela construção das UH's na Orla foram duas, que ganharam a licitação, mas faliram e deixaram a PMB na mão. Hoje, já temos uma nova empresa licitada, já nesta gestão do Prefeito Zenaldo”.

As famílias encontram-se de auxílio. Nós temos mais do que 224 famílias, porque na época na SEURB foi feito um acordo, como precisaríamos tirar mais famílias e houve uma supressão dos blocos, as famílias remanescentes iriam para um projeto que é limítrofe ao projeto da BEM, que é o Projeto de Urbanização da Sub Bacia II da Estrada Nova, que fica na esquina da Quintino. Mais ou menos umas 60 famílias remanescentes vão para lá. Não é o PROMABEN, que fica na Bernardo Sayão.

Jéssika: Com relação aos processos de desocupação, como estão?

Sra. Carla: “Houve uma reintegração de posse, pela justiça, com o apoio da secretaria, na semana passada, que foi dessa área que havia sido invadida, agora já está desocupada e a empresa que está lá, POLIENGE. Esta é uma saída que a prefeitura deu para uma situação causada lá atrás. Hoje, o projeto do portal não tem acompanhado os impactos sociais.

A gente sabe que há uma migração. Muita gente saí de lá e vai para outras áreas, mas o que a gente sente hoje, vou te dar um exemplo: a própria prefeitura, para tentar diminuir os impactos, nela existe um processo dentro da CEF de migração, quem é PAC pode entrar diretamente no MCMV, que são essas unidades que a gente já está entregando agora. Então, os PAC's todos vão para o Viver Pratinha, ali na Artur Bernardes e a gente vê que 20 e poucas pessoas ali do Portal querem sair de lá para migração, mesmo com os apartamentos maravilhosos. Eles ainda não entram direto no apartamento, pois estamos no processo de captação das famílias, documentação e aí toda a tramitação do MCMV na CEF. Mas o que acontece é que no Portal da Amazônia, especificamente, eles não querem sair do local. Então eu acho que eles acreditam. A maioria das pessoas reclamam por causa do auxílio moradia, mas a PMB está dando uma oportunidade de entrarem num apartamento muito melhor do que o do PAC”.

Jéssika: Quantas UH estão sendo disponibilizadas para eles lá no Viver Pratinha?

Sra. Carla: “Quantos beneficiários quiserem. Mais de 700 UH's estão disponíveis. Pelas regras do projeto, eu tenho que seguir o processo da seleção. Como nós temos 130% e vamos supor, 23% do PAC é um percentual muito pequeno. Não sei te dizer o percentual exato.

O PAC, são todos os PAC's: Portal da Amazônia, Urbanização da Sub II, Vila da Barca, Nelton Miranda. O conj. Antônio Vinagre já foi encerrado em outra gestão. Todas as famílias beneficiadas foram para lá, ainda houve uma sobra de quantitativo de UH's que foi dado ao PROMABEN (Não soube especificar exatamente quantas famílias foram realocadas permanentemente neste conjunto).

A comunidade não quer sair de lá, senão teria aderido, então, de certa forma, apesar das dificuldades, eles acreditam no projeto habitacional. Até porque quem quer sair da Orla? Quando a Prefeitura fizer as entregas dessas unidades, eu tenho certeza que os imóveis vão estar supervalorizados. É uma área ali que tem bastante espaço para construções.

Tem dois projetos habitacionais dentro da Orla. O da Oswaldo de Caldas Brito, onde foram entregues 16 UH's; ali vão ser construídos três linhas de quatro e só foram construídos dois blocos do meio na primeira fase. E o da Mundurucus, que faz parte também do projeto, só que ele foi construído abaixo da linha da Orla, então há um estudo para saber o que vai ser feito com ele.

O projeto com a CEF são as duas vias: Oswaldo de Caldas Brito e Mundurucus. As famílias que optaram por permanecer na área da Orla habitarão nesses conjuntos habitacionais, assim que as obras forem entregues”.

Jéssika: O Sr. Prefeito deu entrevista à TV Cultura e falou do projeto que tem para a construção de um shopping Center na Orla, você pode explicar onde e como a prefeitura pensa neste projeto?

Sra. Carla: Os projetos com a Caixa, uma vez iniciados, têm que ser finalizados. Eu te confesso que não tenho conhecimento desta entrevista, mas posso dizer que a própria Orla tem uma área muito grande. Mas nas poligonais da Oswaldo de Caldas Brito e Mundurucus serão terminadas as obras das UH's, para serem entregues às famílias cadastradas. Há várias modificações de projeto.

Os projetos do MCMV já serão entregues esse ano. Nós já fizemos reuniões com eles, mas dificilmente vamos conseguir mais adesões. Eles não querem sair de lá, porque eles acreditam que há um potencial de investimento ali. Eu tenho certeza que é uma área que vai se valorizar muito.

Lá no Portal da Amazônia há muitos problemas de associações com centro comunitários, então a gente está fazendo o possível para evitar qualquer tipo de invasão ou cessão de terras, seja em nível federal, estadual, para que sejam feitas novas favelas, novas construções irregulares. É nossa obrigação

como ente público tentar evitar qualquer forma de ocupação irregular. O que realmente será feito lá dentro eu não sei afirmar”.

Jéssika: Como estão os processos jurídicos envolvendo as famílias e a Prefeitura de Belém?

Sra. Carla: “Olha, o último processo jurídico que tinha já foi resolvido agora, ali do portal, que é de uma pessoa que estava residindo atrás dos blocos habitacionais que foram entregues; ele estava atrapalhando a construção de uma escola e de uma UPA e nós conseguimos a emissão da posse, e cumprimos com essa desapropriação. Agora, a área encontra-se livre para as futuras construções.

Quem não aceitou o projeto, a negociação não pode ser negociada, ela tem que ser de uma forma técnica, fruto de uma análise da engenharia. Essa análise foi feita, como já havia algum tempo; ainda na gestão passada foi refeita e esse valor que estava na justiça. Foi via judicial, a Prefeitura não entrou neste processo”.

Jéssika: E quanto à previsão para a conclusão das obras residenciais dentro da Orla Portal?

Sra. Carla: “Estamos aguardando a retomada das construções para o reassentamento das famílias cadastradas. Já foi licitada uma empresa. Está tudo regularizado e acompanhado pela CEF. Não sei informar a previsão. Foi embargado um projeto de construção de condomínio na entrada da Orla. Qualquer coisa que venha de alta renda para lá, eu acho que ela vai beneficiar. O que é mais negócio? Tu fazer favelas num local, ou tu construir? Vamos supor, quantas famílias tu achas que que um prédio, condomínio podem empregar? Doméstico, limpeza” (OBS: Opinião pessoal da Entrevistada).

A gente trabalhar só com baixa renda, é muito complicado, porque as pessoas não querem melhorar a vida delas. A gente tem situações de projetos aí que a família está na palafita e não quer sair. Querem morar na palafita e isso dificulta um pouco. Ali na Orla mesmo, se você for na área Santa Luzia, situada entre as duas UH's em construção, muito perigosa, já tentaram invadir e a gente tirava ele de lá. Ocuparam irregularmente...é uma área que a gente não entra. Foi muito difícil tirar as famílias de lá, tinham muitos idosos, que a

casa estava caindo e nós só conseguimos retirá-los porque a maré estava batendo. Foi muito desgastante. Na verdade, o grande impedimento que temos é o tráfico, em todas as áreas”. Não querem deixar a área e ir para uma outra urbanizada, pois é mais difícil continuar com o tráfico”.

Sra. Carla: “A maioria dos frequentadores da Orla não faz parte da comunidade de lá, e sim dos moradores da cidade em geral. Mas as possibilidades de esporte e lazer agregaram valor à comunidade, além das possibilidades de trabalho. Criaram uma associação de comércio. Quando as construções estiverem apostas, é obvio que vai diminuir esse impacto (social)”.

OBS: No Viver Pratinha, localizado na Av. Artur Bernardes, há um sistema de migração dos PAC's. Neste caso, as famílias do Portal que quiserem ir poderão migrar automaticamente, não sendo necessárias muitas burocracias.

APÊNDICE A7

TRANSCRIÇÃO DAS GRAVAÇÕES – ENTREVISTAS (Órgãos/Entidades)

DATA: 17 de julho de 2014

ÓRGÃO: SEURB – Secretaria de Urbanismo

NOME: Keiteane Silva de Oliveira

CARGO (FUNÇÃO): Assistente Social

1) RESIDÊNCIAS

- a) Quantas famílias foram retiradas para dar lugar à Orla? Qual o destino das mesmas?

Keiteane: “Na primeira Etapa, 256 famílias e na segunda etapa serão atingidas 560 famílias já cadastradas. Da primeira etapa, 224 famílias serão reassentadas nas habitações a serem construídas na Oswaldo de Caldas Brito e Mundurucus, próximo à orla. 32 famílias serão remanejadas para habitações da sub bacia II da Estrada Nova”.

- b) Quantas famílias permaneceram no local em novas residências?

Keiteane: “16 famílias já foram reassentadas e 208 vão receber as unidades habitacionais que estão sendo construídas na Oswaldo de Caldas Brito e Mundurucus, próximo a Orla”.

- c) Quantas residências ainda serão construídas e entregues às famílias?

Keiteane: “Serão construídas 224 unidades habitacionais pelo contrato do Portal da Amazônia (222.629-71) e 227 pelo contrato do projeto de urbanização da Sub Bacia II da Estrada Nova (229.025-26)”.

2) ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

- a) Quantos estabelecimentos comerciais foram derrubados?

Keiteane: “Dentro da área do Portal da Amazônia, 23 que eram residências mistas (residências e comércio)”.

b) Algum empreendimento comercial foi construído ou está em processo de construção na área da Orla? Qual?

Não souberam responder

3) OBRA PORTAL DA AMAZONIA

a) Qual a previsão para a conclusão total da Orla?

Não souberam responder

b) A proposta de prolongamento da Orla (6 km) até a UFPA ocorrerá?

Keiteane: “O prolongamento é de mais de 1.200m que irá da Rua Mundurucus até a Fernando Guilhon”.

c) Como e por quem é feita a gestão do espaço Orla (segurança, aluguel dos quiosques, limpeza, iluminação, eventos etc.)?

Keiteane: Prefeitura Municipal de Belém

d) Foram criadas normas de uso e conduta para a sua utilização? Quais?
(Solicitar documento)

Keiteane: Legislação Vigente

e) Como a Orla vem sendo utilizada pelos frequentadores, iniciativa privada e pelo Poder público?

Keiteane: “O espaço é usado por famílias da área e de vários outros bairros de Belém que agora possuem mais um espaço de lazer. É utilizada para a realização de eventos como shows, festas tradicionais como carnaval e festa junina, além de práticas de esporte”.

f) Como a Orla é dinamizada e gerida? (Que ações, eventos, atividades?)

Keiteane: “Na orla, acontecem eventos diversos, tanto nas suas quadras, como nas ruas (corridas). Porém, necessita de ações em conjunto com as diversas secretarias (SEURB, SESAN, FUMBEL, entre outras)”.

g) Qual o papel (importância) da Orla na cidade de Belém?

Keiteane: “Colaborar para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, além de servir ao turismo na cidade de Belém”.

h) Como a SEURB avalia hoje a Orla Portal? Aspectos positivos e negativos.

Keiteane: “O projeto colaborou para a melhoria urbanística, paisagística e social de toda a população, mas principalmente para os moradores que vivem ao entorno da Orla”.

APÊNDICE A8

SANTA FÉ ARGENTINA (2014)
FORMULÁRIO (Visitantes Costanera)
FECHA: SÍTIO:

1 Origem:

- e) Habitante de la ciudad ()
- f) Turista () País-Ciudad?.....

2 Con que frecuencia usted viene a este espacio?

- i) La primera vez ()
- j) Diário ()
- k) Semanal () N. de vezes:
- l) Mensual ()

3Cuál es el propósito principal de su visita?

- i) Recracional ()
- j) Otros () Cual?

4 Em caso de visita com propósito de el ocio y ocio, cuál lo tipo:

- o) Contemplacion de la paisaje ()
- p) Caminada, corida, alongamiento()
- q) Patinação e skatismo ()
- r) Vôlei, futebol, basquete ()
- s) Leitura ()
- t) Gastronomía e música (Bares e restaurantes)
- u) Outros () Especificar:

5 Quanto à interação social.

- k) Vim com o objetivo de conhecer pessoas ()
- l) Vim com amigos ()
- m) Vim com a família ()
- n) Vim com namorado (a) ()
- o) Vim em excursão turística ()

6 Como usted evalua el acceso de sua casa hasta la Costaneira?

- k) Mala ()
- l) Regular ()
- m) Buena ()
- n) Excelente ()
- o) No hay respuesta ()

18 Seguridad?

- k) Mala ()
- l) Regular ()

- m) Buena ()
- n) Excelente ()
- o) No hay respuesta ()

19 Infraestructura? (Kioscos, baños, pista, bancos, etc.)

- a) Mala ()
- b) Regular ()
- c) Buena ()
- d) Excelente ()
- e) No hay respuesta ()

20 Diga 03 palabras que venir en su mente cuando usted escucha hablarem en el espacio Costaneira de Santa Fé?

Palabra 01: _____

Palabra 02: _____

Palabra 03: _____

21 Pensa em volver?: Si () No ()

22 Lo que mas te gusta en este espacio? Por que?

23 Lo que no te gusta en este espacio? Por que?

24 Usted concorda con la construcción de edificio (s) y o establecimientos comerciales en área al alrededores del espacio?

- a) Si () b) No ()

Por quê?

.....

14 Usted conoce alguna historia curiosa de este espacio? Podria narrar?

15Cuál és el espacio público en la ciudad de Santa Fé que en su opinion, mejor la representa?

APÊNDICE A9

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes

FAU/UFPA – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Da entrevista realizada em março de 2015, com o Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Pontes, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA), que investiga a ocupação da Orla urbana de Belém, apresentarei, a seguir, alguns fragmentos de sua fala, para posterior cruzamento com os resultados obtidos nas Secretarias e com as respostas obtidas em entrevista junto aos frequentadores da Orla.

Juliano Pontes destacou que, com a ocupação da Orla Urbana de Belém, com a construção e ou renovação de espaços públicos para fins de lazer e turismo, muitos impactos surgiram, dentre eles a bolha imobiliária.

Tem um ideário das janelas para o rio, que vem da classe média que está no poder há muito tempo aqui na cidade, onde existe um certo revezamento em torno das mesmas elites há 30 anos. No discurso de janela para o rio, Belém estava sufocada na sua suposta identidade, como se identidade fosse dada, uma coisa objetiva. Identidade ribeirinha sufocada (PONTES, 2015).

O termo Janelas para o Rio surge sob a justificativa de que Belém cresceu de costas para o rio. “Foi criada uma fábula em torno do rio, que teve um apelo muito grande” (PONTES, 2015). Pontes prossegue contra-argumentando esta negação do rio:

É impossível uma cidade ribeirinha no norte do Brasil ter se estruturado ignorando o rio. Em todos os momentos dos ciclos econômicos, desde Belém como base militar, Belém como entreposto de drogas do sertão, Belém como porto de uma comódite importante que era a borracha, depois, Belém como implantação de um projeto da ditadura militar, de saneamento, de ocupação da Amazônia, em todos esses momentos houve um uso muito franco, intenso das águas da cidade, ou de racionalização, ou mesmo contemporaneamente como parques da economia da cultura.

O Arquiteto e Urbanista Paulo Chaves, cujo nome está vinculado à concepção de projetos sob a denominação de Janelas para o Rio na cidade de Belém, como o projeto arquitetônico do Feliz Lusitânia (Centro Histórico da cidade),

“buscou uma aproximação com as praias inglesas, rochosas. Seria um desejo dele de europeização de Belém (PONTES, 2015).

Nos casos das cidades da Europa, (...) quando a indústria sai do centro da cidade e vai para um país de terceiro mundo, ou vai para a periferia daquele país, aquilo ali não tem mais indústria, então aquele rio passa a ser um atributo paisagístico do lugar (PONTES, 2015).

Pontes (2015) acredita que os efeitos dessas intervenções na orla da cidade permanecem em expansão para outras margens da cidade. Ele ressalta ainda que há uma apropriação positiva desses espaços de Orla pela população. “Existe um discurso muito elitista sobre essas orlas que estão vinculadas ao mercado imobiliário” (PONTES, 2015).

Ao se referir ao Projeto Orla Portal da Amazônia, Pontes (2015) ressalta algumas fragilidades com o gerenciamento dos recursos. A principal crítica foi referente à metodologia utilizada pela Prefeitura para obtenção de recursos, em que as Sub-bacias foram divididas erroneamente.

A prefeitura fatiou de uma maneira completamente arbitrária as Sub-Bacias, sem nenhum tipo de critério. O desenho das Sub-Bacias é completamente incoerente do ponto de vista técnico. Uma divisão por fonte de financiamento (Hectares/quantidade de recursos). É como se o higienismo funcionasse a favor do elitismo. O higienismo do século XIX foi voltado a expulsar o vício da cidade, mas neste há elementos novos, como a ideia de uma cidade estagnada economicamente, merece um equipamento sintonizado com essa economia da cultura, que possibilitará uma devolução (PONTES, 2015).

Por ter participado da construção do relatório de impacto ambiental da Sub-Bacia III da Estrada Nova que deu lugar ao Portal da Amazônia, o autor acredita que o estudo de impacto de vizinhança deveria ter sido feito antes da Obra. Porém, ele observou que a mesma foi feita apenas para cumprimento de exigências dos agentes financiadores. De forma geral, Juliano Pontes avaliou o Projeto Orla Portal da Amazônia como insatisfatório e pobre urbanisticamente: “Era um edital de licitação de obra. Muito primário e inconsistente o projeto básico de 2006, com um orçamento chutado de 125 milhões” (PONTES, 2015).

O Plano Diretor Urbano de 2008 foi completamente feito de encomenda para atendimento das demandas do mercado imobiliário. As premissas são: Não pode construir habitação, mas pode construir shopping que é um equipamento de impacto brutal. O que leva a um uso ser permitido e o outro não? Acredito que a iniciativa privada é

parceira da antiga gestão da prefeitura e desta atual, bem como de seus empreendimentos, o que é extremamente prejudicial para a cidade! (PONTES, 2015)

As famílias que foram remanejadas da área que deu lugar à Orla Portal retornaram aos seus antigos bairros, em condições diferentes. A principal questão diz respeito à falta de preocupação urbanística e de atendimento das demandas populacionais por habitações.

Majoritariamente, as pessoas que receberam indenizações voltaram a ocupar áreas próximas a sua antiga residência, em algum outro ponto dentro da Bacia da Estrada Nova ou foram para Augusto Montenegro e voltaram. Alguns foram para áreas mais afastadas, passaram entre 6 meses e 1 ano e depois voltaram. Não soube de nenhum caso de alguém tivesse migrado e não retornado. Isso por causa das relações sociais que foram construídas ali. Rede de relações, estratégias de sobrevivência”, isso está muito relacionada naquela economia informal, criminosa, um pouco de contravenção, um pouco de tráfico. Não vejo que houve uma expulsão, pois o projeto ainda não foi executado pra valer. Ainda não é o que aconteceu (PONTES, 2015).

Com relação às residências construídas pela Prefeitura Municipal de Belém dentro da Orla, Pontes prossegue a entrevista de maneira crítica:

Aquilo é um bloco padrão da SEHAB. Não tem calçada, não tem articulação urbanística. Não tem nenhum tipo de preocupação urbanística!”. “É muito melhor do que a casa de madeira em cima da vala”? Sim! Mas o que é o direito à moradia e o direito à cidade?

Ao se referir ao Projeto Orla Portal da Amazônia, Juliano Pontes faz uma análise com relação ao fato de o espaço historicamente ter sido utilizado por ribeirinhos da região com finalidades diferenciadas, onde o trabalho assumiu destaque. “O que eu acho mais sério ali é a coisa monotemática, que não contempla os usos econômicos tradicionais daquele lugar e isso é muito grave!”.

A entrevista é concluída com muitas exclamações sobre a inconsistência do projeto Orla Portal da Amazônia, que foi apresentado, aprovado e desenvolvido sem que houvesse um direcionamento com base em estudos de impacto ambiental. O orçamento foi deficiente, bem como a concepção urbanística, facilmente percebida na divisão arbitrária das Sub-Bacias. “O que faltou no projeto foi projeto!” (PONTES, 2015).

APÊNDICE A10

Profa. Mirleide Chaar Baía – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Jéssika: Na sua opinião, quais as principais intervenções urbanísticas na cidade de Belém no âmbito do lazer?

Mirleide: “No período do Antônio Lemos, alguns espaços de lazer, como a Praça da República, a Praça Batista Campos, o Teatro da Paz, o Bosque Rodrigues Alves foram espaços que, de certa forma, foram reorganizados com a influência de um modelo francês de urbanismo Haussmaniano (Georges Haussmann, responsável pela reforma urbana de Paris, nos anos compreendidos entre 1853-1870). Todos esses espaços foram criados como forma de lazer para uso público, para um público elitizado, para ver e ser visto”.

“Posteriormente, alguns desses espaços, foram reconfigurados em suas formas de uso. Hoje, por exemplo, o Bosque Rodrigues Alves sofreu alterações em seu público frequente. Não é mais um público elitizado. Até pode ter gente de classe média alta, mas é um espaço que foi redemocratizado nas suas formas de uso, para todas as classes sociais, por vários motivos: primeiro, que acabou ficando uma ilha verde no meio da cidade; segundo, que ali você tem um acesso mais rápido; terceiro, que a cidade foi se transformando em outras coisas. As classes média e alta não buscam, com frequência, lazer nesse tipo de espaço. Busca lazer nas praias próximas”.

A população de baixa renda é quem usa verdadeiramente estes espaços, sem depender do poder público em termos de intervenções urbanísticas, para fazer uso dos espaços públicos de lazer.

O século XIX foi um período importante para a criação de espaços públicos de lazer. Nos últimos 20 anos, aproximadamente, após a última urbanização em Belém, não consigo identificar grandes avanços. Houve apenas uma reconfiguração da forma física e de uso dos espaços já existentes na área da Campina e Cidade Velha.

“Não temos cinemas e teatros que sejam completamente públicos. Houve um decréscimo de cinemas, em decorrência do surgimento de shoppings

centers na cidade. O cinema começa a existir dentro dos shoppings, o que encarece o acesso.

O único espaço público de lazer que os governos ainda investem são as praças. São, de certa forma, acessíveis a todos, porém com diferentes configurações e localizações, não sendo uma distribuição equitativa entre bairros.

Estamos com deficiência de políticas públicas de planejamento de espaços de lazer. Não só de planejamento, mas também manutenção, programações culturais etc. Há uma certa apatia dos governos atuais e anteriores sem avanços em termos de organização dos espaços públicos de lazer.

Ver o Rio e Estação das Docas foram as últimas grandes intervenções. Agora estão tentando Gourmetizar o Centro Histórico, sem que haja consulta popular. As áreas verdes estão sendo reduzidas. Em Belém, temos o Museu Emílio Goeldi Bosque Rodrigues Alves, Parque Utinga. Muita pressão. Se o Utinga não fosse uma UC, já teria sido extinto. O avanço da 1ª de Dezembro perdeu hectares. Está para virar Parque Público em vez de UC.

Jéssika: Quanto aos projetos de construção e reconfiguração de espaços públicos de lazer, localizados na orla da cidade, sob a denominação de “Janelas para o Rio”, quais os principais aspectos (positivos e negativos) a serem observados?

Mirleide: “Há uma descontinuidade. As janelas estão sendo abertas, e tentaram fazer um resgate. Existe uma crítica muito grande. Os espaços mais populares (Ver o Rio, Portal, Mangal das Garças, Estação das Docas, Casa das Onze Janelas) são, de certa forma, espaços elitizados. O Forte, por exemplo, não é mais gratuito o acesso, como antes da reforma.

Na cidade de Belém, estamos muito carentes de espaços públicos de lazer de frente para o rio, que sejam verdadeiramente públicos.

Jéssika: Quais as suas impressões sobre o Projeto Orla Portal da Amazônia enquanto locus de lazer e turismo na cidade? Do ponto de vista dos antigos moradores? Da valorização imobiliária? Da produção e reprodução de cidade?

Mirleide: “O Portal da Amazônia impactou demais, pois a forma como foi feita foi semelhante ao que fizeram em Manaus, onde a nova Orla foi implantada.

Apesar de bonita, virou um espaço elitizado, onde as áreas ao entorno da orla foram loteadas para a construção de prédios destinados às classes média e alta da sociedade local.

Tentaram fazer o mesmo aqui em Belém. Houve um deslocamento da população, para outros espaços. Os conflitos existem em decorrência da implantação de uma forma de urbanização que diverge dos interesses da população local.

A área ao entorno do Portal ainda não foi apropriada por empreendimentos imobiliários. Inclusive, um prédio habitacional que seria erguido na entrada da Orla sofreu embargo do MPF.

Considero pontos negativos: a forma como foi concebido o projeto; o deslocamento para outros espaços, pois interfere diretamente na memória que elas têm do espaço e das relações intersociais; os baixos valores das indenizações, desapropriação, deslocamento das pessoas. Foi equivocado. O valor de uso, seria manter para os moradores locais esse novo espaço de Orla. Outro aspecto negativo foi a falta de diálogo com os moradores. Isso faz com que não exista uma relação de pertencimento do morador com a Orla. Por isso, talvez, tanta violência, havendo sempre a necessidade de aparato policial. O acesso ficou complicado.

O aspecto positivo é que o espaço criou possibilidades diversas para diferentes públicos. Há diferentes grupos convivendo pacificamente no espaço, (bike, caminhada, patinação skate etc.). Há uma auto-organização do uso do espaço. Mas há falta de área verde. Há desgaste dos equipamentos por causa do sol e chuva.

Os quiosques são utilizados por quem? Houve licitação? Beneficiou os moradores?

Jéssika: Como você compreende a ocupação das baixadas por projetos urbanístico voltados ao lazer e turismo?

Mirleide: “Deficientes em termos de planejamento e ações governamentais, muitas vezes impositivos”.

APÊNDICE A11

Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

1 Questão

Saint-Clair: “Existe uma forma que prioriza o espaço de lazer, que é voltado muito mais para o consumo e para o visitante, do que para a população em geral, principalmente para a população carente, que não tem muito acesso ao lazer. É uma tendência observada nos últimos anos, tanto as gestões do governo do Estado quanto da prefeitura.

Quando se tem um espaço público voltado à população de baixa renda, ele também é muito restrito. Ele acaba priorizando muito mais uma função desse espaço público que está voltado a determinadas atividades, que são atividades de massa, como apresentações de cantores mais conhecidos, cooper etc. É aquela forma de lazer muito padrão. Na verdade, nós temos formas de lazer diferenciadas, então isso é pouco colocado. No caso do Portal da Amazônia, se coloca como uma cópia de outras realidades. O que é o padrão da frente da cidade? Sempre o calçadão, a pista de estacionamento, sempre a ideia de muita contemplação do rio.

O rio é muito mais do que isso, mesmo em termos de lazer. O rio em termos de lazer pode ter: ancoradouros, trapiches para andar de canoa, barcos para atravessar para as ilhas. O rio é visto apenas como “uma janela para a contemplação de paisagem”.

Mesmo quando se volta às classes pobres, há muitas limitações dos espaços públicos de lazer. Se criam muitas territorialidades. O espaço público tem que ser universal.

Em Belém, há muitas territorialidades. Espaços públicos de classe média, alta, classe pobre. Por exemplo, é muito difícil associar o Ver-o-Rio a uma classe média. Normalmente se vê o Ver-o-Rio a uma classe pobre, bem como o Portal. Se associa a um lugar perigoso, se associa a um lugar em que

as pessoas não ficam à vontade para frequentar. Mas quem não se sente seguro? Normalmente é a classe média, que não quer se misturar com a população mais pobre”.

2 Questão

Saint-Clair: “Cada espaço tem os seus aspectos positivos e negativos. O Ver-o-Rio, por exemplo, tinha uma perspectiva de inclusão.

Quando o Ver-o-Rio foi concebido, ele foi concebido não como um espaço fechado, ele tinha uma política social muito clara ali, que era trazer aquele pessoal do bolsa escola para se organizar em cooperativa. Daí então pensar a economia solidária. Então, tinha uma perspectiva de inclusão, ainda que tivesse problema, uma favela bem ao lado, não foi pensado nenhum tipo de projeto habitacional. A favela continua lá escondida.

Faltam muitas coisas, um lazer que valorize o rio, como: a canoagem, o barco para passeios. Pensar uma infraestrutura para os barcos que chegam das ilhas próximas. O rio é pensado nas suas múltiplas dimensões; espaços com visões estratégicas do turismo têm mais limitações ainda. Por exemplo, Estação, Mangal... nem sei se podemos chamar de janelas, pois eles se pretendem janelas, mas são espaços de consumo, visitação, contemplação, concepção fechada e emuralhada. Tudo isso cria uma certa limitação de uso. O Feliz Lusitânia, mesmo sendo emuralhado (Exceto o Forte), tem uma certa vigilância, controle. Em vez de educar a população a usar um espaço comum. É muito mais disciplinador. As pessoas se sentem coagidas e não fazem uso pleno do espaço. Então, há várias limitações.

Esses espaços deveriam ser resguardados através do uso, que deveriam levar a segurança, quando o uso é múltiplo, muito mais plural. Então, eu acho existem muitas limitações.

A gente percebe que os espaços que são território das classes pobres eles têm um uso mais efetivo, mas eles são sinônimo de insegurança por várias razões, por estarem situados em setores mais complexos do ponto de vista da segregação, das questões sociais, como é o caso do Portal, que está no bairro do Jurunas, e Icoaraci, por ser um distrito periférico. Existem esses

estigmas que acabam sendo associados a esses espaços, daí também as limitações deles como usos múltiplos.

O que é importante constatar nesses espaços, é que eles são pensados para determinados públicos diferenciados, quando o conceito de espaço público não é isso. Espaço público significa acesso universal. É a mistura de diversas frações sociais, sem que haja uma territorialidade excludente. Você pode até ter territorialidades, mas que sejam acordadas no uso, como, por exemplo, a Praça da República, por apresentar multiplicidades de usos para as diferentes classes. Respeito, multiplicidade de usos, diversidade e acesso universal.

Os espaços públicos de orla não têm essa característica de multiuso, caráter universal, como ocorre com a Praça da República. Os espaços de Orla acabam sendo estigmatizados ou definidos por determinadas classes que se apropriam deles”.

3 Questão

Saint-Clair: “O Portal da Amazônia é um tipo de intervenção impositiva. É enganoso, pois promete uma coisa e não cumpre, ou quando cumpre é parcialmente. Há uma estratégia de arrasar com as territorialidades que ali existem. Acaba sendo uma forma de extensão de espaços que têm um padrão na cidade em lugares que até então, eles não estavam tão presentes, que é essa coisa de calçadão, do tipo de uso voltado para determinado esporte e com pouca diversidade de usos.

No Jurunas, onde o projeto foi implementado, você tem uma população pobre, muitos desempregados, com déficit habitacional quantitativo e qualitativo. Um projeto como este deveria beneficiar diretamente essas pessoas.

Quando se usa o rio, toda a riqueza dessa funcionalidade do rio é equilibrada e a população pobre, mesmo na precariedade, utiliza o rio de diversas formas, como espaço de lazer, mas também como espaço de trabalho, de uso doméstico etc. Então, as funções do rio encontram-se limitadas nesses projetos de espaços, onde nem mesmo para uma circulação

de lazer são aproveitados. É apenas um calçadão para contemplação do rio, sem que haja interação real.

Em outros setores em que não foi implantado isso, vai perceber o quanto é intensa essa relação da população com o rio. É uma relação forte, interativa, que potencializa os múltiplos usos do rio. O Portal da Amazônia é muito limitado quanto à multiplicidade de usos.

A pretensão de fazer um novo espaço turístico não deu muito certo, porque a população pobre se apropriou. Isso é bom! Quem mais vai ali é uma classe média baixa, moradora de área ao entorno da Orla. Por isso, o espaço é estigmatizado, como um espaço não turístico, um espaço de classes pobres. Então, ele é cheio de limitações, desde o planejamento até a forma de concepção do uso, de apropriação do espaço, das funcionalidades, das potencialidades que ele poderia ter”.

4 Questão

Saint-Clair: “Isso deve ser a longo prazo. Por ser um espaço estigmatizado, provavelmente isso não vai ocorrer tão cedo. Talvez seja um processo mais lento, mas vai acontecer, até porque os espaços para a valorização imobiliária são cada vez mais restritos, ou são muito distantes da cidade, ou se adentra às áreas de baixadas.

Os agentes imobiliários já existiam antes da obra. Após a obra, os seus interesses foram apenas intensificados, com relação à área, por ter sofrido valorização no mercado. Isso ocorre porque os instrumentos de uso e controle do solo urbano previstos pelo Plano Diretor não foram transformados em leis, logo, não foram efetivados.

Um deles é o ZEIS – Zoneamento Especial de Interesse Social, que poderia ser aplicado para aquela área, já que é uma área de população pobre, mas isso antecede a intervenção da obra e o projeto, justamente para que possa garantir a permanência e o uso das populações.

Já começa errado por aí. Você tem o plano diretor avançado, que tem instrumentos interessantes, só que não se efetiva, porque não se transforma esses instrumentos em uma aplicação direta aos casos concretos que estão colocados. Um dos desafios principais é enfrentar esta questão do zoneamento

especial de interesse social. Principalmente bairros como Jurunas, que está próximo dessa expansão imobiliária, como Nazaré e Batista Campos. Cada vez mais eles estão adentrando naquelas ruas que fazem limite com o Jurunas. Eu acho que precisa efetivar o PDU, implantando os instrumentos de uso e controle do solo, outorga onerosa, a usucapião de concessão de direito real, as ZEIS...etc.”

5 Questão

Saint-Clair: “As baixadas, são espaços bem localizados no contexto metropolitano. Elas são suscetíveis ao avanço da expansão imobiliária, principalmente das incorporadoras, que têm produzido apartamentos para a classe média. Cada vez mais, as baixadas como Umarizal, Pedreira, Marco, bairros adjacentes ao Jurunas e Batista Campos, que estão se recompondo do ponto de vista da apropriação, voltados para uma classe média e a população de classe baixa, cada vez mais está indo morar em lugares distantes do centro da cidade. Essa é uma tendência que vem sendo colocada há muito tempo. Isso porque não se reconhecem as baixadas através de uma lei e de um plano, que efetive as ZEIS.

Os trapiches e pequenos portos são portas e não há projeto nenhum para eles. Quando tem projetos, é para tirá-los. Não se pensa que esses espaços possam receber projetos de infraestrutura que valorizem o uso que está ali associado à habitação, trabalho, permanência dos trabalhadores informais. Esses portos deveriam ser considerados patrimônio da cidade, por caracterizar uma dimensão ribeirinha da cidade, que dialoga com a floresta. Não existem projetos sérios para os pequenos portos de cena urbana e colocar no lugar, calçadas padronizadas, quadras de vôlei. Uma cópia das cidades litorâneas brasileiras. Os trapiches não têm vez no planejamento urbano de Belém”.

6 Questão

Saint-Clair: “Propostas diferenciadas. Não faz a leitura das vivências que estão colocadas nesta parte sul da cidade (Orla Sul). São vivências de pobreza ribeirinha, relação com o interior paraense. Relação forte com o rio. Isso tudo é negado”.

APÊNDICE A12

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Profa. Sandra H. R. Cruz (Faculdade de Serviço Social-UFPA)

QUESTÕES GERAIS

1 Na sua opinião, quais as principais intervenções urbanísticas na cidade de Belém no âmbito do lazer?

Sandra: Mangal das Garças, Ver-o-Rio, Estação das Docas, Onze Janelas, Portal da Amazônia, Parque da Residência, Orla de Icoaraci, Orla da UFPA, Shopping Centers, Área Portuária e algumas praças.

2 Quanto aos projetos de construção e reconfiguração de espaços públicos de lazer localizados na orla da cidade, sob a denominação de “Janelas para o Rio”, quais os principais aspectos (positivos e negativos) a serem observados?

Sandra: Sem dúvida, são eventos que estabelecem e possibilitam a relação da urbe da cidade com o rio e tudo que ele possibilita à natureza e à sociedade, o que considero como aspecto positivo. Entretanto, os processos de reconfiguração urbana em Belém têm se mostrado desastrosos, uma vez que ao redefinir o uso da orla, elimina de seu cenário aqueles que a produzem historicamente, afastando-os para outros lugares. Cita-se o exemplo do Portal da Amazônia, que por meio de sua estratégia de urbanização da Orla Sul de Belém expulsou centenas de famílias que habitavam as margens do rio Guamá por mais de 30 anos, muitos com 80 ou 90 anos de idade, deixando-os sem perspectiva de moradia e de trabalho, pois hoje se encontram em residências alugadas que nem sempre atendem suas demandas, principalmente no que tange ao trabalho, haja vista que parte das famílias usavam os domicílios como lugar de morar e de trabalhar (pequenos comércios etc.).

Contraditoriamente, a faixa do projeto orla (urbanização da orla sul), inaugurada pela prefeitura municipal de Belém, é usada para grandes eventos artísticos, atraindo em sua maioria um público externo, que não assegura a

participação e integração dos ex-moradores, caracterizando uma forma de “gentrificação”.

3 Quais as suas impressões sobre o Projeto Orla Portal da Amazônia enquanto lócus de lazer e turismo na cidade? Do ponto de vista dos antigos moradores? Da valorização imobiliária? Da produção e reprodução de cidade?

Sandra: “O Projeto Orla não consegue atender a uma política de lazer para Belém. Primeiro porque a PMB não possui uma política pública que contemple essa área. Segundo, que as ações de lazer realizadas atendem apenas a política de eventos concebida de fora para dentro, deixando a população moradora fora do processo, no máximo permitindo-a como expectadora ou como trabalhadora por meio de pequenos comércios (vendedores ambulantes). Por outro lado, o apelo da orla, da margem de rio acaba por atrair um público externo de visitantes/turistas que por estarem de passagem não conseguem abstrair as contradições que uma intervenção desse porte gera no ambiente.

Do ponto de vista dos moradores, identificamos, por meio de pesquisas, que não se sentem contemplados, porque foram expulsos de seu lugar de moradia e trabalho, gerando inúmeros conflitos e divergências, uma vez que se encontram até os dias atuais em auxílio aluguel mantido pela prefeitura, enfrentando muitas adversidades, como o processo de flutuação da moradia em decorrência dos aluguéis que ora sofrem com os constantes atrasos da prefeitura em repassar os valores correspondentes (R\$ 450,00), ora em decorrência do aumento dos preços que oscilam muito, tornando impossível a negociação com os proprietários. Nesse sentido, a população “inquilina” não consegue fixar a moradia. Contudo, é importante ressaltar que a população atingida resiste nas áreas do projeto Orla, não se afastam e continuam lutando para permanecerem em suas comunidades. Importante lembrar que estava previsto nesse projeto a construção de unidades domiciliares para atender a demanda das famílias que perderam seus imóveis em número de 355, entretanto a prefeitura só conseguiu construir 16 unidades, número muito aquém do necessário.

Os efeitos no preço do aluguel nas áreas circunscritas ao projeto é um anúncio do comportamento do mercado imobiliário, que sob efeito do projeto passam a interferir e determinar o valor da terra nas áreas afetadas. É

reconhecido pela população que o projeto, a intervenção urbanística não foi concebida para eles que residem há mais de 30 anos nas áreas. Especula-se que quando a prefeitura finalizar a intervenção o mercado imobiliário irá expulsar os moradores, tornando o lugar uma espécie “Doca de Souza Franco”, área nobre de Belém, ou quem sabe uma “Ponta Negra”, área nobre de Manaus.

Penso que intervenções urbanísticas como o Projeto Orla contribuem para produzir a cidade do capital, que tem na cidade o lugar privilegiado para a acumulação capitalista. Pensando sob a premissa de Lojkine (1997), ou mesmo Lefebvre (1999), há de se afirmar que a partir dos projetos/programas de infraestrutura urbana, de urbanização das margens de rio como os que aqui ocorrem, têm como finalidade a produção da cidade para o Capital, pois nela estão os meios de produção, a força de trabalho, o lugar da reprodução social do trabalho etc. Enfim, é na cidade que o capital encontra as “condições gerais para a produção do capital”.

4 Como você compreende a ocupação das baixadas por projetos urbanísticos voltados ao lazer e ao turismo?

Sandra: “Entendo que as áreas de baixadas em Belém, outrora, eram apenas lugar de moradia para famílias de baixo poder aquisitivo, em decorrência das condições de alagamento, enchentes, cortadas por córregos etc. Ao receberem a intervenção urbanística do saneamento, mesmo que acanhado, da moradia, da pavimentação, das praças etc., ou seja, da infraestrutura necessária ao capital, passaram a ser cobiçadas por fatia significativa do mercado imobiliário. Hoje, a população que ocupou essas áreas nos anos 1960/70 disputam com os arranha-céus, com a política de verticalização do mercado imobiliário e se deixam expulsar pelo preço da terra, o aumento das taxas de luz, água, IPTU etc., tornando distante, cada vez mais, o Direito à vida urbana nas áreas de baixadas ou mesmo nas cidades”.

5 Como você avalia o PROMABEN em suas etapas concluídas e perspectivas em termos de melhorias aos antigos moradores da Bacia da Estrada Nova?

Sandra: “O PROMABEN concluiu muito pouco a sua primeira etapa, no que tange à macrodrenagem do primeiro trecho de saneamento e pavimentação,

processo cuja lentidão foi permeado também de conflitos, especialmente envolvendo deslocamentos de população, indenizações, remanejamentos etc. Considero que ainda não é possível se fazer uma avaliação, uma vez que a conclusão é parcial e se arrasta ao longo do tempo, com cronogramas alterados, recursos mal planejados desde sua origem. Pois, o PROMABEN I previu um orçamento de 137 milhões de reais, sendo que 50% seria de financiamento do BID e quando ainda não havia encerrado foi necessário o PROMABEN II para se obter mais recursos do BID, no sentido de responder às questões relacionadas à moradia. O que significa que quando o programa foi planejado não se considerou a necessidade da melhoria habitacional, embora um dos eixos do programa seja exatamente “a melhoria habitacional”.

O PROMABEN juntamente com o projeto Orla constituem o PORTAL DA AMAZÔNIA, sendo que considero o PROMABEN a parte mais importante da intervenção urbanística, porque se destina ao saneamento básico de uma das maiores bacias hidrográficas de Belém, atingindo mais de 300.000 pessoas. Contudo, sabe-se que, do mesmo modo que as demais intervenções urbanísticas, esse programa, ao ser finalizado, trará maior valor econômico à terra, favorecendo mais uma vez a voracidade do mercado imobiliário ou mesmo a indústria do lazer e turismo, haja vista que toda a extensão continental, objeto do programa, possui relação estreita com a faixa fluvial, o que pode vir a valorizar ainda mais as áreas circunscritas ao programa”.

6 De onde saíram e para onde foram as famílias? Foi possível identificar o deslocamento das famílias em sua tese?

Sandra: “No caso do PROMABEN, as famílias afetadas, inicialmente, foram para o auxílio aluguel e meses depois, após intensos conflitos, foram remanejadas para o residencial Antônio Cabano, no bairro do Marco, 30km de distância dos bairros afetados pelo PROMABEN. Ressalta-se que esse residencial não foi construído para essa finalidade e sim para atender famílias de uma outra de intervenção, mas que foi rejeitado pelos mesmos, possibilitando que a PMB o utilizasse para atender a demanda do PROMABEN”.

APÊNDICE B

Planejamento urbano na cidade de Santa Fé - Argentina

De acordo com entrevista realizada com o Secretário de Planejamento Urbano da cidade de Santa Fé, Sr. Eduardo Navarro, em 30 de outubro, cada avanço no território da cidade é típico de sua época. Santa Fé apresenta dois processos distintos de ocupação da área de orla, diferentemente de Belém, que nasceu fechada para o rio.

A Estação ferroviária, datada no século XX, apresenta-se como cicatriz na cidade Santa Fé, sendo considerada politicamente como uma cabeça operativa receptiva de toda a produção econômica. Logo foi criado um porto com a finalidade de atuar como área pampeana produtiva, econômica.

Foto 25: Área portuária
Fonte: Secretaria de Urbanismo de Santa Fé, 2014.

Foto 26: Área portuária ângulo 2
Fonte: Secretaria de Urbanismo de Santa Fé, 2014.

Com o declínio das atividades no porto (Baixo calado, profundidade do rio Panamá) no final dos anos de 1990, começou a se desenvolver no território portuário uma área de desenvolvimento urbano. O porto foi perdendo importância estratégica e passou a ser uma área ociosa, pois o calado não permitia os grandes navios trafegarem. Toma-se a decisão de fazer um parcelamento e uma operação a partir de um plano específico para o desenvolvimento urbano, convertendo-se uma área portuária em área urbana.

A área portuária se transformou em ambiente de desenvolvimento urbano, igual ao ocorrido em diversas cidades do mundo. A força econômica da cidade e o acesso livre da população a diferentes áreas de desfrute, com qualidade paisagística, passam a ser uma questão que desperta interesse, tanto no setor privado quando no público. Constitui-se em uma tarefa árdua aos planejadores governamentais ter que conciliar divergentes interesses da iniciativa privada e sociedade civil.

O modelo de gestão pública envolvendo um planejamento estratégico vem sendo disseminado no Brasil e América Latina. De acordo com Vainer (2013, P.78), o planejamento estratégico seria “a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande

medida, do banimento da política de eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania”.

Navarro ressalta que o espaço público democrático é um processo lento orientado por leis sobre o público e privado. “O crescimento econômico é desordenado na cidade”. A planificação urbana permite reorientar, mudando o cenário da cidade, corrigindo a cidade e o seu planejamento.

A relação da cidade de Santa Fé com o rio é de longa data. O dispositivo de defesa, criado para a barragem do rio, ocasionou uma negação do mesmo à população, haja vista que uma barragem, na área mais pobre da cidade, foi criada para impedir o avanço das águas na cidade, privando, com isso, o seu acesso. Grandes lagos foram barrados. O contato da população com grande parte desse rio que cerca a cidade de Santa Fé foi suprimido. Outra área serviu à comercialização portuária e, por último, a região da Costaneira, que apresenta um laço de identidade com a população local.

Foto: Avenida Costaneira

Fonte: Secretaria de Urbanismo de Santa Fé, 2014.

Foto: Avenida Costaneira

Fonte: Secretaria de Urbanismo de Santa Fé, 2014.

O Intendente atual, por pensar antecipadamente o território, permitiu a equipe de trabalho da Secretaria transformar o planejamento em uma ferramenta de consenso. Discussões e debates foram fomentados com a população nos bairros, ruas para discutir os planos e refletir e mudar o plano. Isso ajudou, pois deu mais força ao planejamento. Diversas questões foram debatidas com a sociedade, dentre elas a gestão do solo, da terra, do patrimônio, histórica, imobiliária, da cultura e do turismo. A flexibilidade neste processo de planejamento foi marcante e colaborou para a modificação do cenário vivido pela cidade e seus habitantes.

Segundo Navarro, a cidade de Santa Fé é bem ordenada em seu traçado urbano. Isso ajudou e tem ajudado bastante a gestão atual. O tecido da cidade é ordenado, possui uma estrutura urbana bem organizada. Avenidas, ruas, tudo mais ordenado. Do ponto de vista social, é bem tranquilo.

Em 2004, na cidade de Santa Fé, a lei municipal estabeleceu a integração de um percentual significativo da área portuária à cidade, retirando

grande parte de sua função operacional. Foram estabelecidos altura máxima, metro quadrado possível por terreno, por parcela, liberação de solo, que porcentagem do espaço vai ser público ou privado, o que vai ser construído. Na área portuária de Santa Fé, todos os investidores, hotéis, cassinos, imóveis, receberam a concessão da terra por no máximo de 30 anos. É uma espécie de aluguel com contrato estabelecendo tempo e formas de uso, por isso não são donos.

A tendência à transitoriedade da terra não gera qualidade, pois as ações são pontuais e frágeis. Isto é uma questão apresentada pela sociedade, que também possui livre acesso às áreas abertas do porto. Neste espaço, o fluxo de pessoas a passeio é pequeno, pois não possui uma estrutura propiciadora, como a costaneira, mas é aberto a todos.

A concessão do terreno da área do porto é um território provincial (Estado). A cidade de Santa Fé não possui jurisdição sobre o terreno. Somente a jurisdição do território obedece à lei municipal. O regulamento municipal é colocado em ação no porto, para que a formação urbana possa obedecer aos interesses da cidade de Santa Fé. Não é algo fácil, mas a secretaria trabalha para fazer cumprir a legislação.

A Secretaria de Planejamento de Santa Fé possui uma equipe interdisciplinar, que favorece o planejamento integrado da gestão municipal. Trabalha de forma intersetorial o seu planejamento, envolvendo profissionais de diversas áreas e secretarias. Navarro acredita que desta forma é possível trabalhar com maior segurança, porém não há perfeição, apenas é menos vulnerável.

Segundo Navarro (2014), a área da Costaneira, situada entre a calçada e a água, foi qualificada com o status de Parque Municipal. Isto significa que nada poderá ser construído sem autorização da gestão urbana municipal. Foi liberado apenas para construções com fins de recreação e lazer, prioritariamente.

Uma área da costaneira após a construção da ponte Colgante foi liberada para outras intervenções, porém muitos problemas surgiram com relação à altura das construções. Isto ocasionou perda de qualidade de vida

aos antigos moradores, pois sofreram diversos incômodos com a construção de prédios ao lado de suas residências.

Altura máxima, densidade máxima: tudo é direcionado. São de três a quatro dispositivos que asseguram que o cidadão comum possa caminhar na costaneira sem pedir permissão. Livre acesso a todos.

A Costaneira é um espaço público de lazer e turismo muito ligado à identidade dos santafesinos.

A planificação urbana está muito ligada à economia urbana. Na economia urbana, não se pode dizer sempre não, pois quando se fecha um lugar às novas construções, a gestão urbana tem que abrir outros lugares para a inserção da iniciativa privada, pois é ela quem gera emprego e dinamiza a cidade. Pensar em alternativas viáveis é uma questão importante. São duas ferramentas distintas, mas interligadas.

Um dos motores mais importantes que tem a economia da cidade é a construção. Ela gera capital, que gera fonte de trabalho. Para não perder isso, a gestão urbana, por meio do trabalho da secretaria de Planejamento urbano, quando fecha ou impede a edificação em um lugar, tem que abrir possibilidades em outro. A equação tem que ser equilibrada, e tem que encontrar lugares com regras de jogo impostas pela municipalidade, porém com racionalidade.

Nas décadas de 1970 e 1980, o porto possuía um paredão com aproximadamente 3 metros de altura que impossibilitava a visão ao rio. Prolongava-se por toda a área portuária. Em 2000, o muro foi demolido.

Sua importância estava associada à segurança militar e questão estratégica governamental. Contudo, após a sua perda de funcionalidade, como porto, fez com que surgisse a necessidade de derrubada. Perdeu a importância estratégica. São duas ferramentas distintas, porém complementares.